



TRANSTEJO - Transportes Tejo, S.A.

Relatório de Gestão & Contas 2019

Direção de Gestão Financeira

Ficha Técnica

Transtejo, Transportes Tejo, S.A.
Rua da Cintura do Porto de Lisboa, 1249-249 Lisboa
Número único de matrícula e de pessoa coletiva: 500723770
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
Capital Estatutário: € 208.025.085,00 (a 31 de dezembro 2019)
Contacto institucional: sec@transtejo.pt



Índice

Mensagem do Conselho de Administração	7
1. Introdução	8
1.1. Síntese histórica da empresa	9
1.2. Empresas participadas pela Transtejo	11
2. Factos relevantes ocorridos em 2019.....	12
2.1. Painel de Indicadores	17
3. O Modelo de Gestão.....	19
3.1. Estrutura Acionista e de Capital	19
3.2. Conselho de Administração	19
3.3. Estrutura organizacional da Empresa	20
3.4. Identidade Corporativa.....	20
4. Evolução do negócio	23
Desenvolvimentos do Ano	23
4.1. Atividade Transporte	24
4.1.1. Oferta.....	24
4.1.1.1. Taxa de ocupação	25
4.1.1.2. Taxa de regularidade.....	25
4.1.1.3. Pontualidade.....	26
4.1.2. Procura	27
4.1.2.1. Transporte de veículos.....	27
4.1.2.2. Procura por tipo de título.....	28
4.1.2.3. Receitas Tarifárias.....	29
4.1.3. Relacionamento com o Cliente	30
4.1.3.1. Inovação e desenvolvimento da informação digital.....	30
4.1.3.2. Campanhas e comunicações dirigidas ao passageiro	30
4.1.3.3. Reclamações.....	33
4.1.3.4. Serviço de apoio ao Cliente	33
4.1.3.5. Serviço de apoio a Grupos.....	34
4.1.3.6. Fiscalização e sensibilização do passageiro do transporte fluvial	34
4.2. Atividades Complementares.....	34
4.2.1. Receitas Não Tarifárias	35
5. Gestão Corporativa.....	36
5.1. Segurança e Vigilância.....	36
5.1.1. Segurança de Exploração (Safety)	36
5.1.2. Higiene e Segurança no Trabalho.....	36
5.1.3. Vigilância e Segurança Humana.....	37
5.1.4. Sinistralidade	37
5.2. Gestão Ambiental	38
5.2.1. Principais indicadores Ambientais.....	39
5.3. Gestão de Recursos	39
5.3.1. Recursos Materiais.....	39
5.3.1.1. Caracterização da Frota de navios.....	39
5.3.1.2. Gestão e Manutenção da Frota.....	41
5.3.1.2.1. Transtejo.....	41
5.3.1.2.2. Soflusa	42
5.3.1.3. Gestão das Infraestruturas (ILD).....	43
5.3.2. Recursos Tecnológicos	47
5.3.2.1. Gestão e manutenção de equipamentos de bilhética	47
5.3.2.2. Informação ao passageiro em tempo real	47
5.3.2.3. Sistemas de Informação	47
5.4. Gestão de Risco e Auditoria Interna	47
5.5. Gestão da Marca	48
5.5.1. Apoios e parcerias institucionais.....	48
5.5.2. Comunicação interna e ações de endomarketing.....	51
5.6. Relações Internacionais	53

6.	Gestão de Recursos Humanos	54
6.1.	Gestão do Efetivo	54
6.1.1.	Princípio de Igualdade do Género	56
6.1.2.	Política Salarial	57
6.2.	Desenvolvimento de competências e formação	58
6.3.	Indicadores de Prestação de Trabalho	59
6.3.1.	Horário de Trabalho	59
6.3.2.	Taxa de Absentismo	59
6.3.3.	Horas Trabalhadas	60
7.	Situação Patrimonial, Económica e Financeira	61
7.1.	A Transtejo e a Soflusa como Entidades Públicas Reclassificadas	61
7.2.	Adoção do SNC-AP	61
7.3.	Análise sobre as Contas Individuais	62
7.3.1.	Fluxos Financeiros	62
7.3.2.	Modelo de Financiamento	63
7.3.3.	Serviço da Dívida e Gestão do Risco Financeiro	65
7.3.4.	Esforço Financeiro do Estado	66
7.3.5.	Investimento	67
7.3.6.	Estrutura Patrimonial	68
7.3.7.	Resultados Globais (Contas individuais)	70
7.3.7.1.	Evolução de Resultados	70
7.3.7.2.	Evolução dos Rendimentos Operacionais	70
7.3.7.3.	Evolução dos Gastos Totais por Natureza	72
7.4.	Análise sobre as Contas Consolidadas	78
7.4.1.	Fluxos financeiros - Resultados Operacionais	78
7.4.2.	Modelo de Financiamento	79
7.4.3.	Investimento	79
7.4.4.	Estrutura Patrimonial	80
7.4.5.	Resultados Globais (Contas consolidadas)	80
7.4.5.1.	Evolução de Resultados	80
7.4.5.2.	Evolução dos Rendimentos Operacionais	81
7.4.5.3.	Evolução dos Gastos por Natureza	82
8.	Governo Societário	85
9.	Cumprimento das Orientações Legais	86
10.	Notas Finais	100
10.1.	Agradecimentos	100
10.2.	Proposta de aplicação de Resultados	100
10.3.	Eventos Subsequentes	100

Índice de tabelas, gráficos e ilustrações

Tabela 1 - Conselho de Administração no ano de 2019.....	19
Tabela 2 - Conselho de Administração desde junho de 2020.....	19
Tabela 3 - Caracterização da Oferta (2019).....	24
Tabela 4 - Indicadores de Oferta (2017-2019).....	24
Tabela 5 - Taxa de Ocupação (2017-2019).....	25
Tabela 6 - Taxa de Regularidade (2017-2019).....	25
Tabela 7 - Supressão de carreiras (evolução 2017-2019).....	26
Tabela 8 - Taxa de Pontualidade (2018-2019).....	26
Tabela 9 - Indicadores de Procura (2017-2019).....	27
Tabela 10 - Procura por tipo de título de transporte (2017-2019).....	28
Tabela 11 - Reclamações por motivos (2017-2019).....	33
Tabela 12 - Rendimentos (consolidados) de Atividades Acessórias (2017-2019).....	35
Tabela 13 - Indicadores de Segurança no trabalho (2018-2019).....	37
Tabela 14 - Indicadores de Sinistralidade e outras ocorrências (2017-2019).....	38
Tabela 15 - Principais indicadores ambientais (2018-2019).....	39
Tabela 16 - Gastos de Manutenção por navio da Transtejo (€).....	41
Tabela 17 - Ponderação das avarias dos navios da Transtejo nos motivos de supressão de viagens (2017-2019).....	42
Tabela 18 - Gastos de Manutenção por navio 2019 (€).....	42
Tabela 19 - Ponderação das avarias dos navios nos motivos de supressão de viagens (2017-2019).....	42
Tabela 20 - Gestão do Efetivo (2017-2019).....	54
Tabela 21 - Variação do número de efetivos (2017-2019).....	54
Tabela 22 - Remunerações pagas por género, em 2019.....	57
Tabela 23 - Gastos com Pessoal e Massa Salarial (2017-2019).....	57
Tabela 24 - Formação (Horas, ações e participações) na TT (2017-2019).....	58
Tabela 25 - Formação (Horas, ações e participações) na SL (2017-2019).....	58
Tabela 26 - Evolução da Taxa de Absentismo (2017-2019).....	59
Tabela 27 - Horas Trabalhadas (2017-2019).....	60
Tabela 28 - Síntese dos Rendimentos e Gastos Operacionais (2017-2019).....	62
Tabela 29 - Variação de caixa e seus equivalentes (2017-2019).....	63
Tabela 30 - Resumo dos contratos de empréstimos celebrados com o Estado (DGTf) até 31.12.2019.....	64
Tabela 31 - Serviço da Dívida até 31.12.2019.....	65
Tabela 32 - Stock da Dívida - Evolução.....	66
Tabela 33 - TRANSTEJO - Rendimentos de Subsídios à Exploração (2017-2019).....	67
Tabela 34 - Despesa de Investimento (2017-2019).....	67
Tabela 35 - Evolução da situação Patrimonial (2018-2019).....	68
Tabela 36 - Resultados (2017-2019).....	70
Tabela 37 - Rendimentos Operacionais (2017-2019).....	71
Tabela 38 - Síntese de Gastos (2017-2019).....	73
Tabela 39 - Detalhe CMVMC (2017-2019).....	73
Tabela 40 - Indicador de consumo de Gasóleo na Exploração (2016-2019).....	74
Tabela 41 - Detalhe de FSE (2017-2019).....	75
Tabela 42 - Detalhe de Gastos com Pessoal (2017-2019).....	76
Tabela 43 - Gastos de Financiamento (2017-2019).....	76
Tabela 44 - Plano Redução de Custos (2017-2019).....	77
Tabela 45 - Contas Consolidadas - Síntese dos Rendimentos e Gastos Operacionais (2017-2018).....	78
Tabela 46 - Contas Consolidadas - Variação de caixa e seus equivalentes (2017-2019).....	79
Tabela 47 - Contas Consolidadas - Investimento (2017-2019).....	79
Tabela 48 - Contas Consolidadas - Variação do Património (2018-2019).....	80
Tabela 49 - Contas Consolidadas - Resultados (2017-2019).....	81
Tabela 50 - Contas Consolidadas - Rendimentos (2017-2019).....	82
Tabela 51 - Contas Consolidadas - Gastos (2017-2019).....	82
Tabela 52 - Contas Consolidadas - CMVMC (2017-2019).....	82
Tabela 53 - Contas Consolidadas - FSE (2017-2019).....	83
Tabela 54 - Contas Consolidadas - Gastos com Pessoal (2017-2019).....	84
Tabela 55 - Contas Consolidadas - Gastos de Financiamento (2017-2019).....	84
Tabela 56 - Gralha-resumo das boas práticas de governação.....	85



[Handwritten signature]

Tabela 57 - Indicadores de Acompanhamento 2019.....	86
Tabela 58 - Indicadores de Execução PAO (2019).....	87
Tabela 59 - Execução Orçamental (2015-2019).....	88
Tabela 60 - Passivo Remunerado (2018-2019).....	88
Tabela 61 - PMP (2018-2019).....	88
Tabela 62 - TRANSTEJO - Atrasos nos Pagamentos a 31 de dezembro (2019).....	89
Tabela 63 - Remunerações da Mesa da Assembleia Geral.....	89
Tabela 64 - Identificação dos membros do Conselho de Administração.....	90
Tabela 65 - Acumulação de Funções dos membros do Conselho de Administração.....	90
Tabela 66 - Estatuto do Gestor Público.....	90
Tabela 67 - Remunerações do Conselho de Administração.....	90
Tabela 68 - Benefícios Sociais do Conselho de Administração.....	91
Tabela 69 - Encargos com Viaturas.....	91
Tabela 70 - Gastos anuais associados a deslocações em serviço.....	91
Tabela 71 - Identificação e Estatuto remuneratório dos membros do Conselho Fiscal.....	91
Tabela 72 - Remuneração dos membros do Conselho Fiscal (2019).....	91
Tabela 73 - Identificação do Revisor Oficial de Contas.....	92
Tabela 74 - Remuneração do Revisor Oficial de Contas (2019).....	92
Tabela 75 - Identificação do Auditor Externo (exercício de 2018).....	92
Tabela 76 - Remuneração do Auditor Externo.....	92
Tabela 77 - Identificação do Auditor Externo (exercício de 2019).....	92
Tabela 78 - Remunerações do Pessoal (sem Órgãos Sociais) e reduções remuneratórias 2015-2019.....	93
Tabela 79 - Gastos com Comunicações.....	93
Tabela 80 - Gastos com Viaturas.....	93
Tabela 81 - Medidas de otimização da estrutura de Gastos Operacionais - IPG 2019.....	95
Tabela 82 - Avaliação do cumprimento do PRC (2019).....	96
Tabela 83 - Cumprimento Princípio UTE.....	97
Tabela 84 - Informação divulgada no SEE.....	98
Tabela 85 - Resumo do Cumprimento das Orientações Legais (2019).....	99
Gráfico 1 - Número de supressões por motivo (2019).....	26
Gráfico 2 - Evolução do número de veículos transportados (2016 - 2019).....	27
Gráfico 3 - Evolução da estrutura de passageiros transportados por tipo de título TTSL (2018-2019).....	28
Gráfico 4 - Receitas Tarifárias por tipo de título TTSL (2018-2019).....	29
Gráfico 5 - Evolução da estrutura de receita por tipo de título TTSL (2018-2019).....	29
Gráfico 6 - Distribuição dos pedidos de grupos TTSL por tipo de entidade e mês do ano 2019.....	34
Gráfico 7 - Evolução da estrutura dos Rendimentos não tarifários TTSL (2018-2019).....	35
Gráfico 8 - Evolução do n.º de efetivo médio da TTSL (2010-2019).....	54
Gráfico 9 - Distribuição % do efetivo, por faixa etária, género e área de atividade a 31 de dezembro de 2019.....	55
Gráfico 10 - Distribuição % do efetivo de cada área de atividade, por grupo etário e género a 31 de dezembro de 2019.....	55
Gráfico 11 - Distribuição de efetivos, por regime de horário de trabalho a 31 de dezembro de 2019.....	59
Gráfico 12 - Causas do absentismo - 2019.....	59
Gráfico 13 - Evolução dos Juros Suportados 2011-2019.....	66
Gráfico 14 - Evolução dos Rendimentos Operacionais (2012-2019).....	71
Gráfico 15 - Estrutura de Rendimentos (2019).....	72
Gráfico 16 - Estrutura de Gastos (2019).....	72
Gráfico 17 - Evolução do custo anual médio (€/L) de Gasóleo consumido (2010-2019).....	73
Gráfico 18 - Estrutura de FSE (2019).....	74
Gráfico 19 - Contas Consolidadas - Evolução dos Rendimentos Operacionais (2011-2019).....	81
Ilustração 1 - Diagrama da rede TTSL.....	9
Ilustração 2 - Diagrama de participações da Transtejo, em 31 de dezembro de 2019.....	11
Ilustração 3 - Estrutura Organizacional em vigor a 31 de dezembro de 2019.....	20
Ilustração 4 - Frota da Transtejo, em 31-12-2019.....	40
Ilustração 5 - Frota da Soflusa, em 31-12-2019.....	40



7
L
N

Mensagem do Conselho de Administração

O ano 2019 encerrou um mandato de três anos, marcado pela reversão do projeto de Gestão conjunta das empresas de Transportes de Lisboa, empreendido nos anos 2015 e 2016. O caminho percorrido desde 2017, foi caracterizado pelo desafio, colocado ao Conselho de Administração da Transtejo – Transportes Tejo, S.A. (Transtejo), decorrente da aplicação da Lei nº 22/2016 de 04 de agosto, que estabeleceu a autonomia jurídica das quatro empresas integradas.

Foi necessário suscitar o envolvimento e entusiasmo de todos quantos acreditaram ser possível este novo projeto, promovendo a recuperação da identidade organizacional da Transtejo e sua participada Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. (Soflusa), o sentimento de pertença e a cultura própria destas empresas, já com uma longa história e fortes laços de ligação à comunidade ribeirinha e à cidade de Lisboa.

Foram superadas severas dificuldades, através da otimização dos poucos recursos disponíveis, procurando o seu alinhamento com uma Visão comum, promovendo o cumprimento da Missão, com foco na importância que o transporte fluvial tem para o cumprimento do objetivo de mobilidade sustentável na Área Metropolitana de Lisboa.

A insuficiência de meios, competências técnicas e fragilidades de várias ordens, poderiam constituir uma ameaça ao sucesso deste novo projeto. Porém, cada dificuldade superada, contando com o apoio da tutela e envolvimento dos trabalhadores, permitiu ganhar mais confiança na possibilidade de alcançar a sustentabilidade da atividade, e um maior nível de cumprimento da missão, confiada à Transtejo.

Salienta-se que o programa do XXI Governo Constitucional, subjacente a este mandato, contemplava o desenvolvimento de uma política de transportes, enquadrada num projeto marcado pela inversão das anteriores políticas económicas e sociais e pelo desenvolvimento de um conjunto de medidas de relançamento da economia portuguesa. Destaca-

se, nesse âmbito, a alteração de enquadramento ministerial do setor a que pertencem estas empresas, visando assegurar um dos grandes objetivos do programa, a “descarbonização da economia”, pela via do desenvolvimento de um sistema de mobilidade sustentável, reforçando as competências das autarquias locais na área dos transportes e suscitando aos operadores, o reforço do seu compromisso de Gestão Sustentável, alicerçada em 3 pilares estratégicos: Responsabilidade Económica, Social e Ambiental.

O ano 2019 foi marcado, de uma forma particular, pela grande alteração introduzida no sistema tarifário (através do Programa de Apoio à Redução Tarifária - PART), com todas as alterações na procura e no modelo de mobilidade das famílias que o modelo visou alcançar. Foi o também o último ano antes do grande impacto económico e social decorrente do surgimento da situação de calamidade pública, causada pela pandemia COVID-19.

É inevitável salientar o espírito de missão e o compromisso assumido pelo Conselho de Administração (em novo mandato) perante este grande desafio global, consciente de quanto está ao seu alcance contribuir para que a Transtejo e a Soflusa assumam uma atitude responsável perante os seus trabalhadores e clientes, no âmbito da prevenção e mitigação da situação de pandemia, sem perder a esperança de recuperar os níveis de atividade que o ano 2019 passou a apresentar como referência.

O Conselho de Administração,

Marina João da Fonseca Lopes Ferreira, **Presidente**

Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

José Ricardo Figuerola Henriques da Silva, **Vogal**

José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

Luis Filipe Dias Carvalho Maia, **Vogal**

Luis Filipe Dias Carvalho Maia

1. Introdução

Apresenta-se neste documento o Relatório de Gestão e Contas, referente ao ano de 2019, da empresa Transtejo Transportes Tejo, S.A. (**Transtejo ou TT**).

A Transtejo – Transportes Tejo, S.A., é uma sociedade anónima de capitais públicos, detida a 100% pelo Estado Português, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 500 723 110, que tem por objeto¹ “a exploração de transportes fluviais de passageiros, podendo, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis e comerciais, industriais e financeiras relacionadas, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com aquele objeto ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização”.

O processo de elaboração do presente Relatório foi aprovado por deliberação do Conselho de Administração e teve a participação de toda a macroestrutura de gestão.

O Relatório que agora se apresenta, foi elaborado observando as orientações e legislação seguintes:

- Código das Sociedades Comerciais (na sua versão atualizada), nomeadamente o Capítulo VI relativo à apreciação anual da situação da Sociedade.
- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, referente ao Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE), nomeadamente na alínea h) do nº 1 do seu Artigo 44.º o qual estabelece que as empresas públicas estão obrigadas a divulgar os documentos anuais de prestação de contas.
- As Instruções sobre o processo de prestação de contas, aprovado por despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro de 4 de março de 2020, e transmitidas através do Ofício n.º 770, de 11 de março de 2020 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal, com a aplicação do sistema de Normalização Contabilísticas para as Administrações Públicas (SNC-AP), em cumprimento do nº 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de outubro, em virtude de ser uma Entidade Pública Reclassificada (EPR).

O presente documento é objeto de aprovação por parte do Conselho de Administração, e apreciado pelo órgão de fiscalização, que, em conformidade com as disposições legais e estatutárias estabelecidas, respetivamente, nos artigos 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e nos termos do artigo 16.º dos seus estatutos, emite o seu parecer.

Este Relatório de Gestão referente ao exercício findo em 31.12.2019, engloba a informação relativa à atividade da Transtejo, na perspetiva de contas individuais e consolidadas, em cumprimento das obrigações legais.

Engloba ainda divulgação de informação de carácter não financeiro, visando enquadrar a evolução dos principais indicadores de performance e analisar o modelo de gestão da atividade da empresa. Relativamente à informação não financeira, refira-se que a estrutura da Transtejo, não excedeu o número médio de 500 trabalhadores durante o exercício em apreço, pelo que não se aplica a obrigatoriedade de apresentação do anexo “Demonstração não Financeira ou Relatório de Sustentabilidade”², conforme definido no artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, revisto pelo Decreto-Lei n.º 89/2017.

¹ Vide Artigo 3.º dos Estatutos da Entidade, publicados no site institucional <https://ttsl.pt/empresa/governo-societario/>

² Vide o nº1 do Artigo. 66.º B relativo à Demonstração não financeira do CSC: “As grandes empresas que sejam entidades de interesse público, que à data de encerramento do seu balanço excedam um número médio de 500 trabalhadores durante o exercício anual, devem incluir no seu relatório de gestão uma demonstração não financeira, nos termos do presente artigo,

O ano de 2019, foi marcado por uma mudança significativa no sistema tarifário dos transportes públicos da área metropolitana de Lisboa, através do lançamento, em abril, do título Navegante, enquadrado num modelo de simplificação tarifária, traduzindo-se num estímulo à utilização de transportes públicos, com efeitos sentidos também ao nível do transporte fluvial.

Contudo, à data de finalização do presente documento observam-se grandes impactos na atividade da empresa relacionados com a pandemia **COVID-19**, fator que limita a perspetiva sobre o futuro próximo e sobre os padrões de mobilidade nas cidades.

1.1. Síntese histórica da empresa

A Transtejo, foi constituída em 17 de dezembro de 1975, sob a forma de empresa pública, na sequência da nacionalização de cinco operadores privados de transporte fluvial no rio Tejo, como medida de reestruturação e coordenação da atividade dos operadores fluviais do Tejo, assegurando o seu regular funcionamento.

Em 1977 desencadeou-se o primeiro processo de modernização da frota de navios, através da encomenda de construção de 12 cacilheiros e de um conjunto de obras de expansão e melhoramento das infraestruturas dos portos e terminais, designadamente a construção do terminal do Terreiro do Paço, para as ligações ao Montijo e ao Seixal, e a construção de um terminal em Cacilhas.

Em 21 de julho de 1992, na sequência do Decreto-Lei n.º 150/92, a Transtejo foi transformada em sociedade anónima, mantendo o capital integralmente detido pelo Estado.

Em 1992 foi constituída a Soflusa, Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. (**Soflusa ou SL**), a partir do setor fluvial da CP-Caminhos de Ferro Portugueses, E.P., tendo iniciado a sua atividade de transporte fluvial em junho de 1993, no âmbito da intenção governamental de individualizar a exploração da travessia fluvial Lisboa (Terreiro do Paço) - Barreiro, integrada na rede ferroviária a norte e a Sul do estuário do Tejo. Em 31 de dezembro 2001, a Transtejo adquiriu a totalidade do capital social da Soflusa.

A Transtejo assegura o serviço de transporte de passageiros e veículos no rio Tejo, nas travessias fluviais Montijo -Cais do Sodré; Seixal - Cais do Sodré; Cacilhas - Cais do Sodré e Trafaria - Porto Brandão - Belém, servidas por navios de passageiros e mistos (passageiros e veículos), de tipo catamarã ou convencional, gerindo 4 terminais e 3 estações fluviais.

Diagrama de rede do serviço prestado de Transporte Público Fluvial de Passageiros da Transtejo e da sua participada Soflusa



Ilustração 1 - Diagrama da rede TTSL

Em complemento da atividade de prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros e veículos, a Transtejo desenvolve um conjunto de atividades acessórias, contemplando a cedência de espaços para a exploração comercial por terceiros (espaços publicitários, espaços comerciais e parques de estacionamento, entre outros), procurando oferecer aos seus clientes serviços complementares ao transporte.

Desde 2001, os sucessivos Conselhos de Administração, comuns às duas empresas Transtejo e Soflusa, procuraram dar seguimento à concentração societária, com o objetivo de concretizar a reorganização e uniformização do modelo de transporte fluvial de passageiros entre as duas margens do Tejo.

Neste sentido, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-A/2010, de 15 de dezembro, que enquadrava as medidas de consolidação orçamental referentes ao OE2011 decorrentes do Plano de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, foi incluída no Plano Estratégico dos Transportes (PET) para o período 2011-2015, publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011 de 10 de novembro, a operação de extinção da Soflusa por integração na Transtejo.

Considerando o regime de acumulação de funções previsto no Decreto-Lei n.º 161/2014 de 29 de outubro, os Conselhos de Administração das empresas Transtejo, Soflusa, Metro e Carris passaram a ser integrados pelos mesmos membros, a partir de 8 de janeiro de 2015, data em que foram nomeados por Resolução do Conselho de Ministros.

De acordo com o enquadramento legal sobre este tema, a partir de 2011 foram desenvolvidas medidas no sentido da concretização da fusão entre as duas sociedades, prioridade que passou a integrar os objetivos da Gestão, destacando-se, as medidas operacionais decorrentes do modelo de gestão aplicado em 2015, como fatores facilitadores da concentração empresarial, perspetivando-se a concretização da fusão por integração da Soflusa na Transtejo, ao longo daquele exercício.

Nesse contexto, encontravam-se reunidas as seguintes condições:

- i. A efetiva concretização da concentração da atividade comercial e das áreas de suporte (administrativa, financeira e recursos humanos);
- ii. O esforço de aproximação e integração das duas sociedades, subjacente à preparação de Planos de Atividades numa base consolidada;
- iii. A aprovação de Instrumentos de Gestão unificados, aplicáveis ao Transtejo/Soflusa, designadamente Código de Ética, Sistema de Gestão Ambiental e Sistema de Avaliação de Desempenho.

Não obstante a orientação seguida no antecedente, a aplicação da Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto, com especial referência à autonomização das várias empresas (até então em fase de integração), com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017, deu origem a uma nova abordagem deste enquadramento, com impactos relevantes ao nível do modelo organizacional e da Gestão da Atividade desenvolvida pela Transtejo / Soflusa.

A perspetiva de autonomização assumiu inevitáveis reflexos ao nível da estrutura de gastos operacionais e de funcionamento. Não obstante, esta alteração permitiu recuperar o foco da Gestão no cumprimento da Missão assumida pela empresa, no âmbito da prestação de um serviço público de transporte fluvial de passageiros, com níveis de qualidade, frequência e fiabilidade efetivamente sentidos pelos seus Clientes.

Apesar da relevância social do serviço prestado pela Transtejo, em 31 de dezembro de 2019, este não se encontrava contratualizado. Em setembro de 2012, fora celebrado entre o Estado Português e a Empresa um Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros, que vigorou pelo período de 3 anos (2012-2014), através do qual se encontravam definidas as condições de prestação, por parte da Empresa, dos serviços públicos do transporte fluvial de passageiros, entre as duas margens do rio Tejo, nas ligações de Lisboa a Cacilhas, Seixal, Montijo, Porto Brandão e Trafaria.

À data da preparação do presente relatório, são conhecidos os seguintes desenvolvimentos relativamente ao novo contrato de serviço público celebrado entre a Transtejo e o Estado Português: Assinatura em 07 de outubro de 2020, tendo obtido visto prévio do Tribunal de Contas em 24 de fevereiro de 2021.

A Portaria de Extensão de Encargos n.º 230-A.2021, publicada a 15.07.2021, permite suportar a subcontratação da exploração da ligação fluvial do Barreiro, entre a Transtejo e a Soflusa, aguardando-se a obtenção de visto do Tribunal de Contas relativamente ao referido contrato.

Neste contrato encontram-se estabelecidas as obrigações de prestação de serviços (níveis de oferta) bem como a compensação devida pelo seu cumprimento, tendo subjacente um compromisso plurianual enquadrado na RCM nº 83/2020 de 09/10/2020.

Destacam-se, nas obrigações do serviço público objeto do CSP:

- Assegurar a oferta do número de circulações por cada ligação fluvial, conforme definido no contrato;
- Praticar, nos termos da legislação em vigor, preços de transporte controlados administrativamente, nos termos da legislação em vigor;
- Assegurar o transporte das pessoas e entidades com direito de transporte gratuito ou a preços bonificados, nos termos da legislação em vigor.

Encontram-se ainda contratualizadas as compensações financeiras a atribuir pelo cumprimento dessas obrigações de serviço público (OSP) e pela disponibilização de infraestruturas, em condições de segurança e qualidade e operacionalidade estabelecidas (DI).

1.2. Empresas participadas pela Transtejo

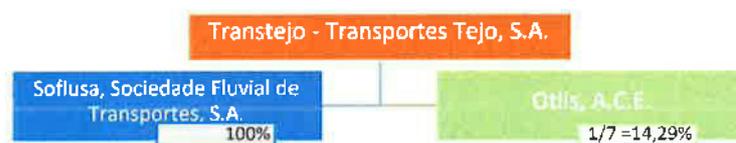


Ilustração 2 – Diagrama de participações da Transtejo, em 31 de dezembro de 2019

Em 31 de dezembro de 2019, a Transtejo detinha as seguintes participações financeiras:

- Soflusa, Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., detida a 100%;
- OTLIS, Operadores de Transportes da Região de Lisboa, ACE (Agrupamento Complementar de Empresas) tendo como objeto principal o desenvolvimento, implementação e gestão de novas tecnologias na área da bilhética sem contacto. É responsável pelo Sistema VIVA e presta serviços a mais de duas dezenas de empresas nas áreas da mobilidade e transporte.

A OTLIS é detida em partes iguais pelas 7 empresas que constituem o agrupamento: Companhia Carris de Ferro, SA, CP - Comboios de Portugal, EPE, Metropolitano de Lisboa, EPE, Transtejo – Transporte Tejo, SA, Barraqueiro Transportes, SA, TST – Transportes Sul do Tejo, SA e Rodoviária de Lisboa, SA.³

³ Na sequência do Decreto-Lei n.º 121/2019 de 22 de agosto, que veio a determinar a constituição de uma empresa local de mobilidade e transportes para o desenvolvimento, disponibilização e gestão de um sistema de bilhética integrado para todos os operadores de serviço público de passageiros, bem como da constituição da TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., S.A. (TML), pela Área Metropolitana de Lisboa (AML), com efeitos a 1/02/2021, a OTLIS, A.C.E. foi extinta, tendo o seu património sido transferido para esta nova entidade.

2. Factos relevantes ocorridos em 2019

Ao longo do ano 2019, a Transtejo procurou cumprir a sua Missão, assegurando a oferta do serviço de transporte fluvial nas travessias com ligação a Lisboa e com origem na margem sul no Montijo, Seixal, Cacilhas, Trafaria e Porto Brandão. Persistiram os constrangimentos já sentidos em anos anteriores (desde 2017), ao nível da insuficiência de recursos humanos, financeiros e materiais, qualidade e disponibilidade de meios para a operação, situação que, inevitavelmente, implicou a supressão de algumas ligações, com todos os efeitos menos positivos daí decorrentes para o Serviço Público e satisfação das necessidades de mobilidade dos nossos Clientes.

Estas circunstâncias continuam associadas à situação de desinvestimento a que a empresa esteve sujeita nos últimos anos, daí resultando um estado de degradação dos ativos de exploração que levará o seu tempo a recuperar. O principal impacto ocorreu na disponibilidade de navios para operar e assegurar a oferta programada. Tais dificuldades resultam essencialmente, do elevado número de navios com certificados de navegabilidade caducados, por incapacidade de cumprimento do plano de docagens obrigatórias exigidas pelas Autoridades Marítimas (por restrições orçamentais e condicionantes processuais).

Destacam-se os principais factos ocorridos e diretamente relacionados com o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2019:

- O **Plano de Atividades e Orçamento referente a 2019**, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Transtejo, em 24 de setembro de 2018;
- A Transtejo apresentou pedido de exceção do cumprimento do **Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)** relativo ao **ano de 2018 e a sua extensão para o ano de 2019**, tendo o mesmo sido autorizado a 06.07.2018, através de ofício n.º 11228, pela Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP)¹.
- Ao longo do ano de 2019 houve ainda a necessidade de efetuar diversos **pedidos de alteração orçamental**, destacando-se:
 - Proposta, de 05.02.2019, para a descativação de verbas no montante de 6.641.874,00, valor destinado à aquisição de bens e serviços (ABS), imprescindível ao desenvolvimento da atividade de serviço público de transporte fluvial, a qual foi autorizada por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade, através de ofício n.º 1969, de 06.02.2019.
 - Proposta, de 26.08.2019, para a aplicação do saldo de gorémia no montante de € 819.449,00, valor destinado a despesas com o Pessoal, imprescindível ao desenvolvimento da atividade de serviço público de transporte fluvial, a qual foi autorizada por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade através de ofício n.º 10526, de 04.09.2019, e por despacho do Secretário de Estado do Orçamento n.º 1590, de 20.09.2019.
- Foram também autorizadas, pela tutela financeira, as seguintes **alterações orçamentais**:
 - Por despacho do Secretário de Estado do Orçamento, n.º 431, de 29.03.2019, foi autorizada a descativação de verbas no montante de € 3.600.000,00, valor destinado à aquisição de bens e serviços (ABS), o reforço de

¹ A Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. abreviadamente designado por IGCP, E.P.E., é a nova designação do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P.

- 600.000,00 de ABS, e a aplicação do saldo de gerência de verbas no montante de € 2.500.000,00, valor destinado exclusivamente gestão de tesouraria.
- Além das alterações ao orçamento previsto do PAO 2019, destacam-se, ainda, os **pedidos de exceção do cumprimento do artigo 60.º** da Lei do Orçamento do Estado (LOE) emitidos no sentido de garantir a prestação de serviço público, nomeadamente:
 - A 31.12.2018, a lei do Orçamento de Estado para o ano de 2019, veio ainda dispensar os contratos de aquisição de serviços (renovações ou novos contratos) associados à renovação da frota da Transtejo, da sujeição ao cumprimento do disposto no artigo 60.º da referida Lei.
 - Ao longo do ano existiram os seguintes pedidos de apoio para fazer face a **necessidades de Financiamento**:
 - Em 18.03.2019, a Transtejo solicitou à DGTF, a **1ª proposta de financiamento** para as necessidades do 1º semestre de 2019, no qual considerou o valor necessário para apoio financeiro a conceder à sua participada Soflusa, no montante até 2.500.000,00 €, sendo que para assegurar a existência de fundos disponíveis deveria ser no mínimo de 10.000.000,00 €, até 15 de abril e €4.153.570,00 até 30 de julho. Por despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, n.º 303/19-SET, de 23 de abril, foi autorizada a concessão do 1º empréstimo de 2019 tendo sido celebrado contrato de financiamento entre o Estado e a Transtejo, no valor de 4.533.215,00€
 - Em 15.05.2019, a Transtejo solicitou à DGTF, a **2ª proposta de financiamento** para as necessidades a cobertura do défice de tesouraria do corrente ano, no qual considerou o valor necessário para apoio financeiro a conceder à sua participada Soflusa, no montante até 4.632.393,00€, sendo que para assegurar a existência de fundos disponíveis deveria obter duas novas tranches de desembolso efetivo de 5.651.953,00 até 15 de junho e 3.948.402,00 até novembro, bem como, propor a celebração de um novo contrato entre a Transtejo e a DGTF, com apoio financeiro a obter junto do IGCP até ao final do ano de 2019, até ao limite de 14.153.570,00 €. Por despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, n.º 562/19-SET, de 28 de junho e n.º 618/19-SET, de 04 de julho, foi autorizada a concessão do 2º empréstimo de 2019 tendo sido celebrado contrato de financiamento entre o Estado e a Transtejo, no valor de 5.491.672,00 €
 - Em 18.07.2019, a Transtejo solicitou à DGTF, a **3ª proposta de financiamento** para as necessidades de cobertura do défice de tesouraria até ao final do ano, no qual considerou o valor necessário para (i) apoio financeiro a conceder à sua participada Soflusa, no montante até 4.000.000,00€. Este montante visava assegurar a existência de Fundos Disponíveis e repor o Saldo de Gerência que foi utilizado em operações de Tesouraria, (ii) o desembolso efetivo, referente ao 2º contrato de empréstimo, perfazendo o limite máximo aprovado = 5.491.672 € - Para o efeito, importava assegurar 2 novas tranches adicionais (Até final de Agosto = 1.000.000 € | até final de Setembro = 1.500.000 €), (iii) a celebração de novo contrato de financiamento entre a Transtejo e a DGTF, no montante de 4.000.000 €, até final de Outubro. Por despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, n.º 1513/19-SET, de 30 de dezembro, foi autorizada a concessão do 3º empréstimo de 2019, tendo sido celebrado contrato de financiamento entre o Estado e a Transtejo, no valor de 2.005.650,00€.
 - No último trimestre do ano foi necessário realizar as seguintes **operações de apoio financeiro** Intra-Grupo:
 - A 03.10.2019, o Conselho de Administração aprovou a 1ª Operação de Apoio Financeiro Intra Grupo de 2019 com a concessão de empréstimo de médio/longo prazo da Transtejo, S.A. à Soflusa, S.A., no montante de €1.500.000,00, com as condições praticadas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças na concessão de apoio financeiro do Estado à Transtejo, S.A..

- o A 30.12.2019, o Conselho de Administração, aprovou a 2ª Operação de Apoio Financeiro Intra-Grupo de 2019 com a concessão de empréstimo de médio/longo prazo da Transtejo, S.A. à Soflusa, S.A., no montante de €1.000.000,00, com as condições praticadas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças na concessão de apoio financeiro do Estado à Transtejo, S.A.,

Destacam-se, ainda, os seguintes acontecimentos:

- **Renovação da frota:** A promoção de um transporte público de qualidade, com prioridade às pessoas e com vista a reduzir o uso do transporte individual, é um vetor essencial do programa do XXI Governo Constitucional que se articula com a estratégia nacional de descarbonização das cadeias de mobilidade, para cumprimento dos compromissos de redução da pegada de carbono e de combate ao aquecimento global decorrentes do acordo de Paris. Considerando o caso particular da Transtejo, S. A., tem-se assistido a constrangimentos significativos na operação da empresa, refletidos nas várias supressões que em muito degradam o serviço e a sua imagem perante os utilizadores. Há diversos fatores estruturais que intensificam os constrangimentos à operação da empresa, entre os quais se destaca a elevada idade média da frota e o seu estado de degradação face ao desinvestimento na sua manutenção. Com o objetivo de dar uma resposta, também ela estrutural, à situação, foi entendimento do Governo que tal só pode passar pela renovação integral da frota de navios, bem como pelo estabelecimento de um contrato de manutenção que garanta fiabilidade e níveis de disponibilidade da frota da Transtejo, S. A., a longo prazo. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2019 de 18 de janeiro, veio assim a autorizar a despesa relativa ao Plano de Renovação da Frota da Transtejo, S. A, projeto de substituição progressiva da frota de navios que prevê a entrega faseada de 10 novos navios, até 2024. Este projeto foi alvo, ainda em 2019, de um primeiro concurso internacional, que previa a utilização de motores com a tecnologia para uso de Gás Natural Liquefeito (GNL), tendo o mesmo sido anulado. Em janeiro de 2020, foi lançado um novo concurso internacional, para a aquisição de navios 100% elétricos e com uma lotação semelhante à dos existentes, estando prevista a entrega de quatro embarcações em 2022 e 2023; as restantes duas em 2024.

À data da preparação deste Relatório, encontra-se em curso o projeto de construção dos 10 novos navios elétricos, na sequência da celebração do Contrato nº 03/2021-TT, entre a Transtejo e Astilleros Gondán, S.A. (montante global = 52.440.000 €). Este contrato obteve visto do Tribunal de Contas em 18-03-2021.

- **Atualização tarifária** - Em 2019, foi implementado um importante incentivo à mobilidade e à utilização dos transportes públicos que consistiu na criação do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART), através do Despacho n.º 1234-A/2019 dos Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e Adjunto e da Mobilidade. O referido Programa (PART) tem subjacente um programa de financiamento das autoridades de transporte para o desenvolvimento de ações que promovam a redução tarifária nos sistemas de transporte público coletivo, bem como o aumento da oferta de serviço e a expansão da rede.

O objetivo principal desta medida é atrair passageiros para o transporte público e promover a alteração dos padrões de mobilidade da população com vista à redução de emissões nos transportes, sector que em Portugal contribui com 24 % do valor total de emissões de Gases com Efeito de Estufa.

As medidas de redução tarifária, que tiveram o seu início em abril 2019, contemplaram a eliminação de títulos combinados entre operadores, e de títulos intermodais, e introduziram na empresa o **título Navegante** (modalidades municipal e metropolitano), mais acessível tanto pela sua validade espacial, como pelo seu preço reduzido, nomeadamente para as famílias. Este facto resultou numa redução da receita para a Transtejo, com impacto direto na venda de títulos regulares (passes mensais) e impacto indireto nomeadamente na venda de títulos ocasionais, que se tornaram menos atrativos financeiramente para as famílias. Em síntese, o PART veio fornecer apoio à redução tarifária nos transportes públicos coletivos, compensando os operadores pela redução de receita direta.

- **A intervenção urgente na defesa, qualificação e promoção do serviço público de transporte fluvial:** A Resolução da Assembleia da República n.º 189/2019 de 16 de setembro, veio a recomendar ao Governo a intervenção urgente na defesa, qualificação e promoção do serviço público de transporte fluvial nas empresas Transejo e Soflusa, através da adoção das seguintes medidas:

1 - A garantia efetiva do rigoroso cumprimento dos horários e o fim das supressões de carreiras, promovendo um transporte público com qualidade, regularidade e fiabilidade.

2 - O reforço da oferta de transporte em todas as ligações fluviais, aumentando o número de carreiras, quer nas horas de ponta quer ao longo do dia, e alargando o horário de funcionamento, em particular no período noturno.

3 - A transferência dos montantes relativos a indemnizações compensatórias, como forma de suprir o défice operacional acumulado nos últimos anos em que as empresas operaram sem contrato.

4 - A definição e cumprimento efetivo de um quadro plurianual de financiamento ao serviço público prestado por estas empresas, visando o equilíbrio operacional e o reforço do investimento,

5 - A integral compensação financeira pela disponibilização dos títulos de transporte intermodais, viabilizando a autonomia de gestão que garanta o seu regular funcionamento.

6 - A assinatura célere do contrato de prestação de serviço público de transportes e a aprovação de um plano plurianual de investimento.

7 - A realização de um processo urgente de recrutamento de trabalhadores, a partir da identificação das necessidades atuais e previsíveis dos quadros de pessoal, designadamente nas tripulações, na área comercial, na manutenção e serviços técnicos, investindo na formação contínua e condições de trabalho.

8 - A integração imediata, com contrato efetivo, dos trabalhadores em situação de precariedade,

nomeadamente os marítimos ao serviço nas embarcações auxiliares, vulgo pontões, atualmente contratados por via de empresas de prestação de serviços.

9 - A aquisição dos navios necessários para renovação das frotas das duas empresas e o reforço do financiamento das operações programadas de manutenção de navios e de embarcações auxiliares, com elaboração de cadernos de encargos adequados, a partir da avaliação e inspeção técnica de cada unidade a intervencionar.

10 - A elaboração de um plano especial de intervenção na reparação de navios, com vista à recuperação de embarcações atualmente inoperacionais que possam ser novamente colocadas em funcionamento para reforço das frotas.

11 - A realização das obras de requalificação de terminais fluviais, com particular prioridade para Cacilhas e Barreiro, incluindo a melhoria das instalações e condições de trabalho nos serviços da empresa.

12 - A criação de condições para o incremento da oferta de transporte de bicicletas a bordo, permitindo melhores possibilidades de utilização de modos suaves de mobilidade.

13 - A realização, em articulação com a Administração do Porto de Lisboa, das dragagens necessárias à navegabilidade dos canais e bacias de manobras com risco de assoreamento;

14 - A diversificação da operação e fontes de receita, retomando a área de atividade turística fluvial que foi retirada à empresa nos últimos anos.”

- **Estratégia de longo prazo para a Neutralidade Carbónica da economia portuguesa em 2050:** A Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho, relativa ao **O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC)** no seu Ponto 3 veio a estabelecer como principais vetores de descarbonização e linhas de atuação para uma sociedade neutra em carbono, entre outros, “descarbonizar a mobilidade, privilegiando o sistema de mobilidade em transporte coletivo, através do seu reforço e da descarbonização das frotas, apoiando soluções

inovadoras e inteligentes de mobilidade multimodal, ativa, partilhada e sustentável, bem como a mobilidade elétrica e outras tecnologias de zero emissões, a par da redução da intensidade carbónica dos transportes marítimos e aéreos, apostando na inovação, na eficiência e em combustíveis mais limpos e de base renovável...”

Relativamente ao **desenvolvimento da atividade de prestação de serviço público** e níveis de desempenho, apresentam-se no Painel de Indicadores, os principais indicadores de monitorização, evidenciando de forma sistematizada os resultados alcançados em 2019 nas dimensões **Oferta, Procura, Qualidade do Serviço, Frota, Recursos Humanos e Resultados**, contextualizados numa série histórica homóloga referente ao período 2017-2019.

Nos capítulos específicos deste Relatório será efetuada análise mais aprofundada sobre o desempenho no exercício.

Principais destaques na evolução 2019-2018 -Transtejo (contas individuais):

- Aumento da Procura em 9,7%;
- Redução da Oferta em 0,8% (aferido pelo n.º de Lugares. Km oferecidos - LKO);
- Redução em 1,0%, do número de efetivos a 31 de dezembro (-3 trabalhadores);
- Aumento da Massa Salarial em 66 mil € (0,96%), não tendo sido despendidas quaisquer verbas com Indemnizações por rescisão;
- Total de Investimento = 1.703 mil € (ótica capitalização);
- Passivo Remunerado = 102.172 mil € (salientando-se um aumento de 9.551 mil € no período);
- PMP = 26 dias (diminuição face ao período anterior);
- EBITDA = -6.199 mil € (melhoria em 3.832 mil €);
- Rendimentos Operacionais = 13.687 mil € (aumento de 15,6%, 1.846 mil €).

Principais destaques na evolução 2019-2018 – Soflusa (contas individuais):

- Aumento da Procura em 8,2%;
- Aumento da Oferta em 1,5%, valor aferido pelo n.º de Lugares. Km Oferecidos (LKO);
- Aumento do número de efetivos a 31 de dezembro em 3,6% (+5 trabalhadores);
- Manutenção da Massa Salarial com variação de 0,4%, não tendo sido despendidas quaisquer verbas com Indemnizações por rescisão;
- Total de Investimento efetuado de 1.655 mil € (ótica capitalização);
- Passivo Remunerado = 6.128 mil € (salientando-se um aumento de 1.337 mil € no período);
- PMP = 15 dias (diminuição face ao período anterior);
- EBITDA = 1.129 mil € (variação de 11,5%);
- Rendimentos Operacionais = 12.987 mil € (aumento de 2,3%, 293 mil €).

2.1. Painel de Indicadores

TRANSTEJO

Painel de Indicadores		Δ 2019/2018	2019	2018	2017	
Atividade						
Procura						
PT (Passageiros Transportados)	Un.	9,66%	899 576	10 213 895	9 314 319	8 825 133
PKT (Passageiros x Km)	Un.	8,35%	3 468 363	45 008 202	41 539 839	39 484 866
N.º Veículos Transportados	Un.	-0,48%	-149	30 634	30 783	30 344
Oferta						
Navios.km (CSP)	Un.	0,98%	4 643	478 847	474 205	-
Viagens Realizadas	Un.	1,52%	1 364	90 901	89 537	90 213
LKO (Lugares x Km)	Un.	-0,78%	-1 818 531	230 263 282	232 081 813	214 737 007
Qualidade de Serviço						
Taxa de Regularidade	%	1,60 pp	---	99,07%	97,47%	98,60%
Taxa de Ocupação	%	1,65 pp	---	19,55%	17,90%	17,84%
Recursos Humanos						
Nº de efetivos a 31.DEZ	Un.	-1,00%	-3	298	301	301
Número médio de efetivos	Un.	0,22%	1	302	301	300
Massa Salarial	Milhares€	0,96%	66	6 971	6 905	6 536
Indemnizações por Rescisões	Milhares€	-100,00%	-74	0	74	0
Estrutura Acionista						
Total do Capital Social	Milhares€	0,00%	0	208 025	208 025	208 025
Cap. Social detido pelo Estado	%	0,00%	0	100	100	100
Situação Patrimonial						
Ativo não corrente	Milhares€	-3,08%	-1 394	43 925	45 319	41 772
Ativo corrente	Milhares€	3,71%	229	6 397	6 168	7 566
Total Ativo	Milhares€	-2,26%	-1 165	50 322	51 487	49 338
Património Líquido	Milhares€	20,29%	-10 081	(59 765)	(49 684)	(55 792)
Passivo	Milhares€	8,81%	8 916	110 087	101 171	105 131
Total Capital Próprio e Passivo	Milhares€	-2,26%	-1 165	50 322	51 487	49 338
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS						
			R 2019 (SNC-AP)	R 2018 (SNC-AP)	R 2017 (SNC-AP)	
EBITDA¹	Milhares€	-38,20%	3 832	(6 199)	(10 031)	(7 561)
RESULTADO OPERACIONAL²	Milhares€	-30,53%	3 707	(8 435)	(12 142)	(9 598)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	Milhares€	-28,91%	3 884	(9 554)	(13 438)	(11 628)
RESULTADO LÍQUIDO	Milhares€	-28,99%	3 902	(9 556)	(13 458)	(11 659)
INVESTIMENTOS						
Aquisição NOVA FROTA de NAVIOS / Pontões	Milhares€	3822,28%	207	212	5	-
Frota - Navios e Pontões (Material Circulante)	Milhares€	47,00%	299	934	635	83
Infraestruturas (ILD's)	Milhares€	-16,25%	-17	88	105	23
Outros Investimentos Correntes	Milhares€	-49,47%	-460	470	930	436
Total INVESTIMENTO	Milhares€	1,68%	28	1 703	1 675	542
INDICADORES DE ESTRUTURA						
Passivo Remunerado	Milhares€	10,31%	9 551	102 172	92 621	81 150
Autonomia Financeira %	%	-22,85 pp	---	-119%	-96%	-113%
Solvabilidade %	%	-5,30 pp	---	-54%	-49%	-53%
INDICADORES FINANCEÍROS						
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	-40,89%	-18	26	44	60
Volume de Negócios	Milhares€	1,93%	160	8 440	8 280	7 664
EBITDA (ajustado) ¹	Milhares€	-37,58%	3 772	(6 264)	(10 037)	(7 560)
Rendimentos Operacionais ²	Milhares€	14,64%	1 714	13 424	11 710	10 981
Gastos Operacionais (sem indemnizações por rescisão) ³	Milhares€	-8,07%	-1 919	21 859	23 778	20 580
Gastos Operacionais por Passageiro Transportado	€	-16,17%	0	2,14	2,55	2,33
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais	%	12,17 pp	---	61,41%	49,25%	53,36%

1) Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos

2) Resultado antes de gastos de financiamento e impostos

Nota: Ano 2017 reexpresso no referencial contabilístico SNC-AP

SOFLUSA

Painel de Indicadores		Δ 2019/2018		2019	2018	2017
Atividade						
Procura						
PT (Passageiros Transportados)	Un.	8,24%	694 171	9 114 520	8 420 349	7 955 909
PKT (Passageiros x Km)	Un.	8,24%	6 469 676	84 947 326	78 477 651	74 149 072
Oferta						
Navios.km (CSP)	Un.	1,52%	5 911	395 016	389 105	-
Viagens Realizadas	Un.	1,52%	634	42 370	41 736	40 758
LKO (Lugares x Km)	Un.	1,48%	3 464 990	236 933 040	233 468 050	225 618 858
Qualidade de Serviço						
Taxa de Regularidade	%	1,55 pp	----	98,45%	96,89%	95,82%
Taxa de Ocupação	%	2,24 pp	----	36%	34%	33%
Recursos Humanos						
Nº de efetivos a 31.DEZ	N.º	3,76%	5	138	133	139
Número médio de efetivos	N.º	0,74%	1	136	135	143
Massa Salarial	Milhares€	0,37%	12	3 126	3 115	3 156
Indemnizações por Rescisão	Milhares€	0,00%	0	-	-	65
Estrutura Acionista						
Total do Capital Social	Milhares€	0,00%	0	59 500	59 500	44 500
Cap. Social detido pela TRANSTEJO	%	0,00%	0	100	100	100
Situação Patrimonial						
Ativo não corrente	Milhares€	-6,52%	-959	13 751	14 710	15 508
Ativo corrente	Milhares€	-9,73%	-686	6 365	7 051	4 906
Total Ativo	Milhares€	-7,56%	-1 645	20 116	21 761	20 415
Património Líquido	Milhares€	-16,59%	-2 392	12 029	14 421	(7 027)
Passivo	Milhares€	10,17%	747	8 087	7 341	27 441
Total Capital Próprio e Passivo	Milhares€	-7,56%	-1 645	20 116	21 761	20 415
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS						
				R 2019 (SNC-AP)	R 2018 (SNC-AP)	R 2017 (SNC-AP)
EBITDA¹	Milhares€	7,04%	68	1 027	960	(527)
RESULTADO OPERACIONAL²	Milhares€	0,01%	0	(1 619)	(1 619)	(1 489)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	Milhares€	-15,07%	294	(1 658)	(1 952)	(1 781)
RESULTADO LÍQUIDO	Milhares€	-15,15%	296	(1 659)	(1 956)	(1 784)
INVESTIMENTOS						
Frota - Navios e Pontões (Material Circulante)	Milhares€	-15,19%	-234	1 304	1 538	683
Infraestruturas (ILD's)	Milhares€	19,23%	34	142	175	-
Outros Investimentos Correntes	Milhares€	258,48%	173	240	67	123
Total INVESTIMENTO	Milhares€	-5,28%	-94	1 686	1 780	806
INDICADORES DE ESTRUTURA						
Passivo Remunerado	Milhares€	27,91%	1 337	6 128	4 791	15 326
Autonomia Financeira %	%	-8,62 pp	----	59,6%	66,3%	-34,4%
Solvabilidade %	%	-48,65 pp	----	147,8%	196,5%	-25,6%
INDICADORES FINANCEIROS						
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	-64,87%	-28	15	43	54
Volume de Negócios	Milhares€	3,97%	383	10 028	9 644	8 996
EBITDA (ajustado) ¹	Milhares€	11,54%	117	1 129	1 012	111
Rendimentos Operacionais ²	Milhares€	2,31%	293	12 987	12 693	10 787
Gastos Operacionais (sem indemnizações por rescisão) ³	Milhares€	1,51%	177	11 858	11 681	10 611
Gastos Operacionais por Passageiro Transportado	€	-6,22%	0	1,30	1,39	1,33
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais	%	0,86 pp	----	109,57%	108,66%	101,66%

1) Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos

2) Resultado antes de gastos de financiamento e impostos

Nota: Ano 2017 reexpresso no referencial contabilístico SNC-AP

3. O Modelo de Gestão

3.1. Estrutura Acionista e de Capital

Em 31 de dezembro de 2019, o **Capital Social da Transtejo**, no montante de **€ 208.025.085,00** (duzentas e oito milhões, vinte cinco mil e oitenta e cinco euros), encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo constituído por 41.605.017 (quarenta e um milhões, vinte e cinco mil e oitenta e cinco) ações com o valor nominal de €5,00 (cinco euros), detidas integralmente pelo Estado Português, representado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

Sendo uma sociedade de capitais públicos que age sob a tutela do Estado Português, a atividade da empresa é ainda desenvolvida em articulação com a rede de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa.

3.2. Conselho de Administração

Em 2019, o Conselho de Administração da Transtejo foi constituído por três membros até ao dia 1 de setembro, apresentando a seguinte composição:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
(2017-2020)	Presidente	Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	DUE	30.12.2016
(2019-2020)	Vogal	Luís Filipe Dias Carvalho Maia	DUE	31.01.2019
(2017-2019)	Vogal	Sara Maria Murta Ribeiro	DUE	30.12.2016

Tabela 1 - Conselho de Administração no ano de 2019

Em 14.12.2018, o Senhor Administrador, Eng.º José Osvaldo Bagarrão, cessou funções, tendo sido substituído, em 31.01.2019, pelo Senhor Administrador Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia, nomeado através de Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE).

Em 01.08.2019, a Senhora Administradora Dra. Sara Maria Murta Ribeiro, cessou funções, por renúncia ao cargo tendo o Conselho de Administração, até ao final do ano de 2019, sido constituído pelos restantes membros eleitos (Presidente e 1 Vogal).

Em 2020, na sequência da Deliberação Social Unanime por Escrito (DUE) de 01 de junho, foram eleitos os atuais membros do Conselho de Administração da Transtejo para o mandato correspondente ao Triénio 2020-2022, apresentando a seguinte composição:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
(2020-2022)	Presidente	Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	DUE	01.06.2020
(2020-2022)	Vogal	Luís Filipe Dias Carvalho Maia	DUE	01.06.2020
(2020-2022)	Vogal	José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	DUE	01.06.2020

Tabela 2 - Conselho de Administração desde junho de 2020

Considerando o atraso verificado neste processo de prestação de contas de 2019, os documentos serão assinados pelo Conselho de Administração em funções.

3.3. Estrutura organizacional da Empresa

No final de 2019 a estrutura organizacional, comum à Transtejo e à Soflusa, encontrava-se representada no seguinte organograma:

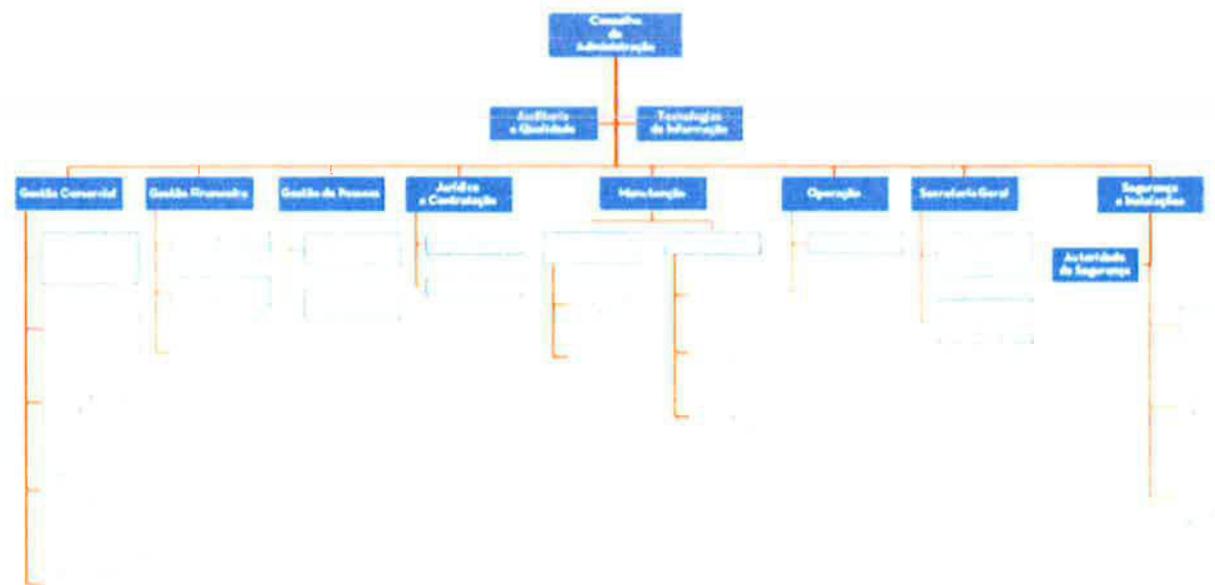


Ilustração 3 - Estrutura Organizacional em vigor a 31 de dezembro de 2019

3.4. Identidade Corporativa

Considerando a participação total da Transtejo no Capital Social da Soflusa e o projeto de Gestão conjunta das duas sociedades, implementado desde 2002, é inevitável destacar o alinhamento de objetivos e o esforço de aproximação de um padrão de valores organizacionais, sob a mesma visão do negócio, subjacente ao cumprimento de uma Missão que decorre das atividades económicas desenvolvidas, com características e especificidades muito semelhantes, tendo em comum o foco na prestação de um serviço de transporte fluvial de passageiros, integrado num projeto de mobilidade entre as duas margens do rio Tejo.

Missão (O que faz a nossa Organização)

Prestação do serviço de transporte público fluvial de passageiros com padrões elevados de qualidade e segurança, segundo critérios de sustentabilidade económico-financeira, social e ambiental

A Transtejo desenvolve a sua atividade de transporte, integrada no projeto de mobilidade da área metropolitana de Lisboa, assegurando um serviço público, considerando o nível de responsabilidade social subjacente e o facto de lhe estar confiado pelo Estado a prestação desse serviço.



Handwritten signature and initials in blue ink.

Missão (Que tipo de Organização queremos ser)

Promover a mobilidade sustentável, seguindo uma estratégia integrada de transportes para a Área Metropolitana de Lisboa e ser reconhecido pelo seu bom desempenho em termos de conforto, economia de tempo e qualidade do serviço proporcionado aos seus clientes.

A Transtejo deverá desenvolver a sua atividade e o seu modelo organizacional no sentido de melhorar a adequação do serviço que presta às necessidades dos clientes, procurando que essa melhoria em termos de qualidade, fiabilidade e eficiência seja reconhecida e valorizada pelas partes interessadas na organização, bem como aumentar o seu posicionamento no quadro da estratégia de transportes da Área Metropolitana de Lisboa.

Valores (Que princípios nos orientam)

Transparência - Como empresa do SEE a Transtejo promove uma Gestão transparente, fomentando as boas práticas de governação, gestão dos fundos públicos e divulgação do grau de cumprimento dos seus objetivos, com respeito pelos direitos das pessoas, pelos princípios da não discriminação, da igualdade de oportunidades e do cumprimento da legislação, assumindo uma posição de integridade e ética na relação com clientes e fornecedores.

Rigor - A Transtejo procura ser rigorosa no cumprimento das obrigações que decorrem dos normativos a que se encontra sujeita e na prestação de informação ao seu acionista e ao público em geral, procurando maximizar a eficiência nos custos e investimentos para reduzir/conter o esforço financeiro do Estado.

Eficiência - A Transtejo procura fazer o melhor com os recursos que tem ao seu dispor, ainda que escassos, numa perspetiva de melhoria constante do serviço.

Segurança - A segurança dos clientes e trabalhadores é condição essencial do serviço prestado pela Transtejo, a par da proteção do ambiente e promoção da segurança de pessoas e bens.

Código de Ética

A necessidade de observância e respeito por valores de natureza ética que regem a atuação da Empresa e dos seus colaboradores encontra-se enquadrada no **Código de Ética, em vigor, publicado em 2008, documento que reforça o foco na adoção de padrões de conduta tendo por base princípios de crescimento sustentável, regras de rigor e transparência.**

Nos termos previstos no artigo 47.º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o código de ética da Empresa encontra-se disponível para consulta no site institucional⁵.

Política de Gestão de (Qualidade, Ambiente e Gestão de Energia)

Documento que define os princípios de ação a implementar na Organização em matéria de qualidade, ambiente e gestão.

Conhecendo a importância crescente dos Transportes Públicos, em geral e a do Transporte Fluvial, em particular, na articulação de um Sistema de Mobilidade Sustentável, na área Metropolitana de Lisboa, e reconhecendo que as

⁵ https://ttsl.pt/wp-content/uploads/2018/01/codigo_etica_min.pdf

atividades inerentes à atividade podem ter impactes ambientais menos positivos, a Empresa compromete-se a adotar princípios de ação que traduzem a sua Política de Gestão⁴, em vigor, publicado em 2017.

1. A satisfação do cliente como objetivo central
2. Uma liderança empenhada e comprometida
3. Responsabilidades partilhadas e claramente definidas
4. O envolvimento e qualificação dos trabalhadores
5. A Gestão da Empresa como um sistema composto por processos interrelacionados
6. A melhoria contínua do desempenho
7. A tomada de decisões de forma sustentada
8. O estabelecimento de relações de parceria com fornecedores
9. A gestão dos impactes ambientais
10. O cumprimento integral dos requisitos aplicáveis
11. A inovação como fator diferenciador da qualidade do serviço prestado

Regulamento relativo às Condições Gerais Transporte Fluvial da Transtejo

Documento' que define as Condições Gerais da prestação de serviço de transporte público fluvial de passageiros, volumes portáteis, animais de companhia e bicicletas, características do serviço público de transporte.

Além das características do serviço público de transporte fluvial, o regulamento no seu artigo 4.º refere os Deveres dos seus Clientes e no seu artigo 5.º os Deveres da Empresa, dos quais se destacam:

- a) Garantir a oferta adequada dos serviços de transporte;
- b) Praticar preços controlados administrativamente, nos termos da legislação aplicável;
- c) Garantir adequadas condições de operacionalidade, disponibilidade, permanência, qualidade, comodidade, acessibilidade, rapidez e segurança da exploração do serviço;
- d) Realizar a exploração do serviço público de transporte, respeitando os princípios de equilíbrio, eficiência, transparência e rigor na questão dos recursos públicos, por forma a assegurar a sua sustentabilidade económico-financeira;
- e) Manter a frota de navios e os restantes meios de exploração em bom estado de funcionamento e conservação e em condições adequadas à prestação de serviço público, por forma a garantir a sua operacionalidade, a segurança do tráfego e os níveis de qualidade compatíveis com uma exploração eficiente;
- f) Disponibilizar aos clientes toda a informação necessária a uma fácil utilização e acesso ao serviço do Operador, desmobilizando os locais adequados, os meios de informação visual e/ou sonoros adequados a assegurar o respeito dos direitos dos passageiros;
- g) Assegurar a acessibilidade dos passageiros com mobilidade condicionada, nos termos da Lei;
- h) Cumprir as disposições legais aplicáveis ao exercício da sua atividade.

Ao longo do exercício de 2019, a Transtejo, manteve como objetivo contribuir para a implementação e desenvolvimento de um novo e dinâmico modelo empresarial, com foco na melhoria da intermodalidade, eficiência e aumento da qualidade dos serviços prestados, mantendo como desafio permanente, ser uma alternativa de valor ao transporte individual, diferenciando-se pela crescente qualidade do serviço prestado e pela melhoria do seu desempenho ambiental.

⁴ https://ttsl.pt/wp-content/uploads/2019/11/Politica-de-Gestao-junho-2017-TTSL_2018_VF.pdf

⁵ https://ttsl.pt/wp-content/uploads/2019/01/TTSL_Contrato-Transporte-_Transtejo_1-agosto-2018_VF.pdf

4. Evolução do negócio

Desenvolvimentos do Ano

No que diz respeito ao serviço prestado ao Cliente, o ano 2019 foi marcado pelo Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), com o objetivo de simplificar e reduzir as tarifas na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Este novo sistema tarifário entrou em vigor a 1 de abril, com o lançamento do novo Passe Navegante, de baixo custo, implicando a eliminação de grande parte dos passes existentes.

O Passe Navegante, válido em todos os Operadores de Transporte (Público e Privado), assume a vertente Metropolitano ou Municipal, mediante a validade espacial, tem o custo de 40€ ou 30€, respetivamente. O Navegante Metropolitano é válido nos 18 municípios da AML, enquanto o Navegante Municipal é válido apenas dentro no limite geográfico de um determinado município.

A redução tarifária estabelecendo como fixos os valores referidos (40€ ou 30€), constitui uma medida que visa assegurar o baixo custo para o Cliente. O Navegante Metropolitano permite por 40€ mensais, a utilização de todos os serviços de transporte público regular de passageiros, no interior dos 18 municípios da AML.

Na ótica do Operador era expectável que esta medida provocasse grandes dificuldades de tesouraria, pelo que foi previsto que a AML assegurasse uma compensação financeira aos Operadores, que comportando a diferença entre a receita do novo sistema e a receita obtida com o tarifário anterior.

Além da redução tarifária, este novo sistema tarifário assenta também numa simplificação tarifária, visto que foram eliminados todos os passes intermodais, bem como os próprios ou combinados com valor superior a 40€. Tal medida permitiu a eliminação de cerca de 400 títulos.

Associado ainda a este novo sistema tarifário, em agosto de 2019, entrou em vigor o Navegante Família, na opção Municipal ou Metropolitano, com o valor de 60€ ou 80€ mensais respetivamente, válido para o agregado familiar. Este título permite que todos os membros do mesmo agregado familiar utilizem os serviços de transporte público, no limite espacial definido mediante a opção Municipal ou Metropolitano.

A criação dos Passes Navegantes e Navegantes Família foi responsável pela alteração de comportamentos por parte dos Clientes em termos de Mobilidade, com efeitos em alterações na Procura, visto que, apesar de na Soflusa se terem mantido os títulos ocasionais e próprios, estes não são atrativos devido à relação Preço vs Validade Espacial dos novos passes.

O ano 2019 foi ainda marcado, pela abertura, em junho, do 2º Espaço Cliente Transtejo/Soflusa, no Terminal do Terreiro do Paço. Este posto de atendimento com todas as valências do EC do Cais do Sodré, permitiu alargar e melhorar o serviço pós-venda, aumentando o número diário de atendimentos e dando maior comodidade aos Clientes da ligação do Barreiro, visto poderem resolver os seus problemas de bilhética sem se deslocarem ao Terminal do Cais do Sodré.

Em destaque, no ano de 2019, os principais factos, com impacto no Cliente da Transtejo, foram:

- a. Implementação do título Navegante no sistema de bilhética da empresa;
- b. A captação de mais passageiros regulares;
- c. A disponibilização do novo Espaço Cliente no Terreiro do Paço;
- d. Implementação da APP institucional;
- e. Implementação de rede Wi-Fi gratuita para o passageiro.

Mas, também:



Handwritten signatures and initials in blue ink.

f. A perda de receita de bilheteira;
Em seguida, será efetuada análise mais aprofundada sobre a evolução do negócio da empresa.

4.1. Atividade Transporte

4.1.1. Oferta

A Transtejo procurou assegurar ao longo do ano 2019, o cumprimento do Serviço Público nas várias ligações que serve, no total, as ligações carecem de disponibilidade permanente de 8 navios operacionais em dia útil no caso da Transtejo e de 6 navios no caso da Soflusa, para realizar o Plano de Oferta e efetuar a distância entre os respetivos cais de embarque.

Empresa	Ligações Fluviais	Distância entre cais (Km)	Plano de Oferta a 31.12.2019	Necessidade de nº de navios DU
TT	Montijo - Cais do Sodré	14,952	DU 43; SAB 22; DOM 16.	2
	Seixal - Cais do Sodré	8,496	DU 53; SAB 22; DOM 18.	2
	Cacilhas - Cais do Sodré	2,150	DU 166; SAB 104; DOM 104.	3
	Trafaria - Porto Brandão - Belém	4,419	DU 28; SAB 26; DOM 24.	1
SL	Barreiro - Terreiro do Paço	9,323	DU 151; SAB 66; DOM 60.	6

Tabela 3 - Caracterização da Oferta (2019)

Em 2019 regista-se, em termos globais, uma estabilização no número de viagens realizadas (+1,52%; +1998 vg.) comparativamente ao ano anterior. O n.º de horas de serviço público total das embarcações foi de 59.990 horas (+1,30% em relação a 2018) e o total de lugares quilómetro oferecidos (LKO) teve um aumento relativo ao período anterior de 0,35%. Estas variações foram motivadas pelo aumento do número de lugares oferecidos, com a utilização de navios com maior lotação, no caso do Seixal, e o incremento de 8 partidas diárias na ligação do Barreiro (Soflusa).

Empresa	Ligação Fluvial	Indicador de oferta	Δ 2019/2018	2019	2018	2017	
TT	Montijo - Cais do Sodré	Navios.km (Viagens.km oferecidos)	0,50%	957	191 341	190 384	189 277
		N.º Viagens Realizadas	0,50%	64	12 797	12 733	12 659
		Horas de Serviço	0,29%	23	7 894	7 870	7 891
		LKO - Lugares Km oferecidos	0,57%	536 677	94 315 541	93 778 914	89 513 198
		Navios.km (Viagens.km oferecidos)	0,08%	102	130 303	130 201	128 689
TT	Seixal - Cais do Sodré	N.º Viagens Realizadas	0,08%	12	15 337	15 325	15 147
		Horas de Serviço	0,26%	22	8 323	8 301	8 254
		LKO - Lugares Km oferecidos	3,37%	1 932 806	59 326 548	57 393 742	52 109 570
		Navios.km (Viagens.km oferecidos)	1,79%	1 997	113 862	111 865	113 185
TT	Cacilhas - Cais do Sodré	N.º Viagens Realizadas	1,79%	929	52 959	52 030	52 644
		Horas de Serviço	2,23%	326	14 973	14 647	14 874
		LKO - Lugares Km oferecidos	-7,02%	-1 383 936	58 049 501	62 433 437	54 479 082
		Navios.km (Viagens.km oferecidos)	3,80%	1 586	43 342	41 755	43 143
TT	Trafaria - Porto Brandão - Belém	N.º Viagens Realizadas	3,80%	359	9 808	9 449	9 763
		Horas de Serviço	3,56%	192	5 582	5 390	5 591
		LKO - Lugares Km oferecidos	0,52%	95 971	18 571 691	18 475 719	18 635 157
		Navios.km (Viagens.km oferecidos)	0,98%	4 643	478 847	474 205	474 294
Total TRANSTEJO		N.º Viagens Realizadas	1,52%	1 364	90 901	89 537	90 213
		Horas de Serviço	1,55%	563	36 771	36 208	36 610
		LKO - Lugares Km oferecidos	-0,78%	-1 818 531	230 263 282	232 081 813	214 737 007
		Navios.km (Viagens.km oferecidos)	1,52%	5 911	395 016	389 105	379 987
SL	Barreiro - Terreiro do Paço	N.º Viagens Realizadas	1,52%	634	42 370	41 736	40 758
		Horas de Serviço	0,91%	210	23 219	23 100	22 168
		LKO - Lugares Km oferecidos	1,48%	3 464 990	236 933 040	233 168 050	225 618 858
		Navios.km (Viagens.km oferecidos)	1,22%	10 353	873 863	863 309	854 280
		N.º Viagens Realizadas	1,52%	1 998	133 271	131 273	130 971
Total TTSL		Horas de Serviço	1,30%	773	59 990	59 218	58 777
		LKO - Lugares Km oferecidos	0,35%	1 646 458	467 196 322	465 549 863	440 355 865

Tabela 4 - Indicadores de Oferta (2017-2019)



Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page.

Na Transtejo, destaca-se a redução significativa do indicador LKO na ligação Cacilhas - Cais do Sodré (-7,02%) devido à utilização frequente do navio S. Jorge, com capacidade para 996 passageiros em 2018, em contraste com os navios da classe Cacilhense, cuja lotação é de apenas 476 passageiros.

4.1.1.1. Taxa de ocupação

As variações obtidas neste indicador são em grande parte influenciados pela tipologia de navios oferecida nas ligações, destacando-se assim a utilização de navios de lotação inferior em Cacilhas que originou um aumento de 4,44 pp na taxa de ocupação, e de navios com lotação superior no Seixal, que provocou a redução de 0,65pp na taxa de ocupação, ambos face ao ano anterior. Em conclusão a Transtejo registou um aumento na taxa de ocupação de 1,65pp. No caso da Soflusa, manteve-se a tipologia de navios, sendo que o aumento da taxa de ocupação de 2,24pp, face ao ano anterior, refletiu o aumento do número de passageiros transportados.

Empresa	Ligação Fluvial	Indicador de oferta	Δ 2019/2018	2019	2018	2017
TT	Montijo - Cais do Sodré	Taxa de Ocupação da Frota (PKT/LKO)	1,73 pp	18,17%	16,44%	16,52%
TT	Seixal - Cais do Sodré		-0,65 pp	17,55%	18,20%	18,79%
TT	Cacilhas - Cais do Sodré		4,44 pp	27,48%	23,04%	24,87%
TT	Trafaria - Porto Brandão - Belém		1,12 pp	8,08%	6,97%	7,31%
	Total TRANSTEJO		1,65 pp	19,55%	17,90%	18,39%
SL	Barreiro - Terreiro do Paço		2,24 pp	35,85%	33,61%	32,86%
	Total TTSL		2,04 pp	27,82%	25,78%	25,81%

Tabela 5 - Taxa de Ocupação (2017-2019)

4.1.1.2. Taxa de regularidade

A taxa de regularidade na totalidade das ligações da Transtejo, no ano de 2019, foi de 99,07%, sendo que no total global foi de 98,87%, valor justificado pelo número de viagens suprimidas.

Empresa	Ligação Fluvial	Indicador de oferta	Δ 2019/2018	2019	2018	2017	
TT	Montijo - Terreiro do Paço	Número de Viagens Realizadas	0,50%	64	12 797	12 733	12 659
		Número de Viagens Planeadas	-0,12%	-15	12 902	12 917	12 848
		Taxa de Regularidade	0,61 pp	99,19%	98,58%	98,53%	
TT	Seixal - Cais do Sodré	Número de Viagens Realizadas	0,08%	12	15 337	15 325	15 147
		Número de Viagens Planeadas	-0,17%	-27	15 528	15 555	15 458
		Taxa de Regularidade	0,25 pp	98,77%	98,52%	97,99%	
TT	Cacilhas - Cais do Sodré	Número de Viagens Realizadas	1,79%	929	52 959	52 030	52 644
		Número de Viagens Planeadas	-0,12%	-62	53 460	53 522	53 336
		Taxa de Regularidade	1,85 pp	99,06%	97,21%	98,70%	
TT	Trafaria - Porto Brandão - Belém	Número de Viagens Realizadas	3,80%	359	9 808	9 449	9 763
		Número de Viagens Planeadas	0,00%	0	9 864	9 864	9 856
		Taxa de Regularidade	3,64 pp	99,43%	95,79%	99,06%	
	Total TRANSTEJO	Número de Viagens Realizadas	1,52%	1 364	90 901	89 537	90 213
		Número de Viagens Planeadas	-0,11%	-104	91 754	91 858	91 498
		Taxa de Regularidade	1,6 pp	99,07%	97,47%	98,60%	
SL	Barreiro - Terreiro do Paço	Número de Viagens Realizadas	1,52%	634	42 370	41 736	40 758
		Número de Viagens Planeadas	1,18%	504	43 039	42 535	43 459
		Taxa de Regularidade	0,32 pp	98,45%	98,12%	93,78%	
	Total TTSL	Número de Viagens Realizadas	1,52%	1 998	133 271	131 273	130 971
		Número de Viagens Planeadas	0,30%	400	134 793	134 393	134 957
		Taxa de Regularidade	1,19 pp	98,87%	97,68%	97,05%	

Tabela 6 - Taxa de Regularidade (2017-2019)

A TTSL apresentou uma diminuição no total de supressões em relação a 2018, justificado essencialmente pela redução do número de supressões causadas por avarias.

Empresa	Indicador de oferta (Motivo de Supressão)	Δ 2019/2018	2019	2018	2017
TTSL	Assistência passageiro		17	17	
	Indisponibilidade de Frota - Avaria	-70,87%	-1 384	569	1 953
	Condições climatéricas	140,22%	129	221	92
	Passageiros - distúrbios		8	8	
	Plenário / greve com paralisação	274,12%	699	954	255
	Falta de Pessoal operacional	1857,89%	923	942	19
	Outros motivos		12	12	
	Ajustes programados	-100,00%	-378	0	378
	Total Supressões	-12,58%	-392	2 723	3 115

Tabela 7 - Supressão de carreiras (evolução 2017-2019)

Na TTSL, durante o ano de 2019, foram suprimidas um total de 2.723 viagens programadas, o que representa uma redução de supressões de 12,58% face a 2018, sendo as "avarias" o principal motivo de supressão de viagens.



Gráfico 1 - Número de supressões por motivo (2019)

No total das supressões ocorridas estão incluídas em "outros motivos" situações de força maior que impedem a empresa de cumprir com a prestação do seu serviço, nomeadamente, condições meteorológicas adversas e problemas relacionados com passageiros.

4.1.1.3. Pontualidade

A Transtejo não dispõe de mecanismos que permitam a aferição do indicador de pontualidade no destino, contudo, através do sistema de bilhética e com o fecho da sala de embarque para a partida da viagem respetiva é possível analisar de forma global se as partidas estão a ser realizadas dentro do intervalo aceitável e recuperável em viagem.

O resultado obtido dessa avaliação foi o que se apresenta em seguida:

Empresa	Indicador de oferta	Δ 2019/2018	2019	2018
Total TRANSTEJO	Taxa de Pontualidade	0,9 pp	98,60%	97,70%
	Taxa de Atrasos (> 5 minutos)	-0,9 pp	1,40%	2,30%
Total SOFLUSA	Taxa de Pontualidade	0,01 pp	99,63%	99,62%
	Taxa de Atrasos (> 5 minutos)	-0,01 pp	0,37%	0,38%
Total TTSL	Taxa de Pontualidade	0,6 pp	98,90%	98,30%
	Taxa de Atrasos (> 5 minutos)	-0,6 pp	1,10%	1,70%

Tabela 8 - Taxa de Pontualidade (2018-2019)

Os registos evidenciam que os fechos das salas de embarque foram realizados dentro do horário estipulado em 98,90% das viagens realizadas e que existiu uma melhoria face a 2018.

4.1.2. Procura

No ano em análise, a procura de passageiros transportados nas ligações servidas pela Transtejo registou um acréscimo de 9,66%, com um aumento bastante significativo na ligação de Cacilhas (+728 mil passageiros). Na Soflusa registou-se um crescimento de 8,24% (+694 mil passageiros) relativamente ao ano anterior, mantendo assim a tendência de crescimento verificada em 2017 e em 2018.

Empresa	Ligação Fluvial	Indicador da Procura	Δ 2019/2018	2019	2018	2017
TT	Montijo - Cais do Sodré	(PT)	11,16%	115 115	1 146 458	988 838
		(PKT)	11,16%	1 721 199	17 141 840	14 785 106
TT	Seixal - Cais do Sodré	(PT)	-0,31%	-3 816	1 225 489	1 152 284
		(PKT)	-0,31%	-32 421	10 411 755	10 444 176
TT	Cacilhas - Cais do Sodré	(PT)	10,88%	728 098	7 420 075	6 301 235
		(PKT)	10,88%	1 565 410	15 953 161	13 547 655
TT	Trafaria - Porto Brandão - Belém	(PT)	16,64%	60 179	421 873	361 694
		(PKT)	16,64%	214 175	1 501 446	1 287 271
Total TRANSTEJO		(PT)	9,66%	899 576	10 213 895	8 825 133
		(PKT)	8,35%	3 468 363	45 008 202	39 484 866
SL	Barreiro - Terreiro do Paço	(PT)	8,24%	694 171	9 114 520	8 420 349
		(PKT)	8,24%	6 469 676	84 947 326	78 477 651
Total TTSL		Passageiro Transportado (PT)	8,99%	1 593 747	19 328 415	16 781 042
		Passageiro.km Transportado (PKT)	8,28%	9 938 038	129 955 528	120 017 490

Tabela 9 - Indicadores de Procura (2017-2019)

Por outro lado, houve um decréscimo de Procura na ligação do Seixal, (-3 mil passageiros) face ao ano de 2018, causado pelo impacto do novo sistema tarifário que eliminou a diferença de preços face a outras alternativas de transporte, facto que teve como consequência a perda de passageiros para outros modos.

4.1.2.1. Transporte de veículos

O serviço de transporte de veículos com motor foi realizado entre as estações da Trafaria e Belém. Esta ligação é frequentemente interrompida quando as condições meteorológicas (em especial forte ondulação associada aos períodos de preia-mar) não permitem o embarque e desembarque seguro de passageiros e viaturas, em especial na estação fluvial da Trafaria.

Ainda assim, o transporte de veículos do ano de 2019, manteve-se nos níveis do ano anterior.



Gráfico 2 - Evolução do número de veículos transportados (2016 - 2019)

4.1.2.2. Procura por tipo de título

Com a simplificação do sistema tarifário e a introdução do título Navegante, em abril de 2019, culminando na eliminação dos passes mensais de valores superiores aos oferecidos pelo novo modelo de título, registou-se, na TTSL, uma transferência direta dos restantes títulos regulares (Passes mensais), um aumento de 18,12% de passageiros regulares, mas, também, uma redução de 17,32% de passageiros ocasionais.

Estes dados decorrem da análise da estrutura de procura por tarifário, apresentada na tabela seguinte:

Empresa	Indicador da Procura por tipo de título	Δ 2019/2018	2019	2018	2017	
TTSL	TÍTULOS	8,99%	1 593 747	19 328 415	17 734 668	16 781 042
	Títulos Próprios	-27,30%	-1 663 180	4 429 852	6 093 032	5 699 028
	Bilhetes	-18,94%	-515 856	2 208 242	2 724 098	2 821 496
	Bilhetes (Zapping)	-14,72%	-249 302	1 444 157	1 693 459	1 371 903
	Passes	-53,60%	-898 022	777 453	1 675 475	1 505 629
	Combinados	-69,69%	-5 146 428	2 238 538	7 384 966	6 958 894
	Intermodais	-73,22%	-2 942 474	1 076 438	4 018 912	3 897 572
	Navegante		11 356 265	11 356 265	0	0
	Outros (1)	-4,39%	-10 436	227 322	237 758	225 548

(1) Inclui validações, apoio ao cliente e gratuitos

Tabela 10 - Procura por tipo de título de transporte (2017-2019)

Na sequência do novo modelo tarifário, assinala-se uma alteração na estrutura de Procura (passageiros transportados) por título, com a captação de um maior número de passageiros regulares, conforme se demonstra no gráfico seguinte.

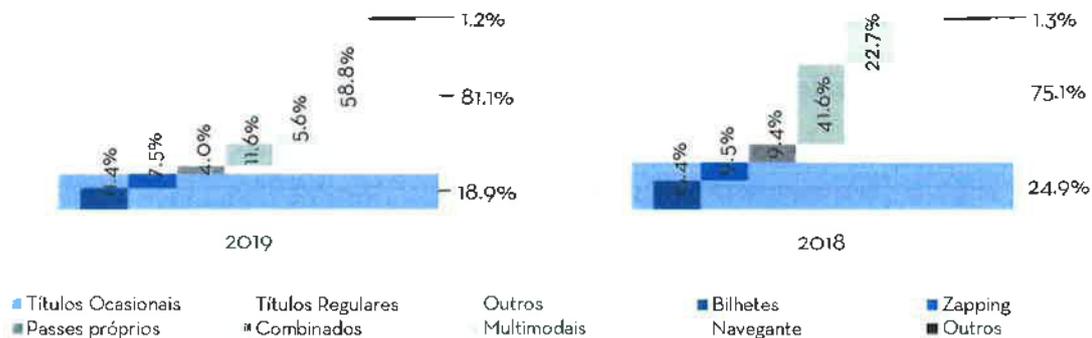


Gráfico 3 - Evolução da estrutura de passageiros transportados por tipo de título TTSL (2018-2019)

Destaca-se, na evolução da estrutura o aumento de passageiros com títulos regulares que passou a ser de 81,1%, em 2019, com destaque para o peso (58,8%) dos passageiros utilizadores do título Navegante.

A preferência dos passageiros passou, assim, a recair sobre o título Navegante, em detrimento dos restantes títulos do sistema.

4.1.2.3. Receitas Tarifárias

A receita tarifária global da Transtejo e Soflusa apresentou uma variação de - 12,5% em resultado da aplicação do novo sistema tarifário na área metropolitana de Lisboa, tendo a maior quebra sido registada na ligação do Barreiro (-26,9%).

Conforme ilustra o gráfico seguinte, face a 2018, verifica-se apenas uma variação positiva que é registada no novo título "Navegante", as receitas provenientes das restantes naturezas de títulos obtiveram quebras muito significativas, nomeadamente "Bilhetes" (-14,3%), "Zapping" (-2,6%), "Intermodais" (-82%), "Combinados" (-61,8%) e "passes próprios" (-61,9%).

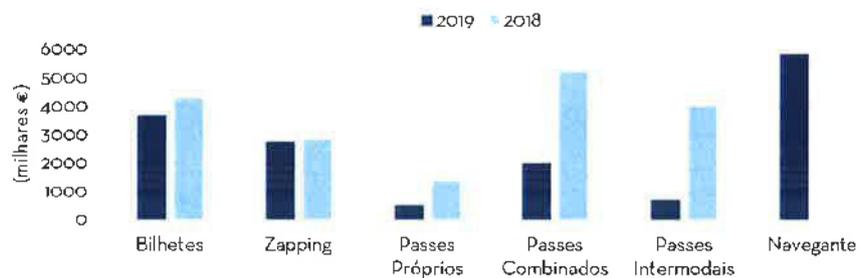


Gráfico 4 - Receitas Tarifárias por tipo de título TTSL (2018-2019)

Como se observa, a receita obtida nos bilhetes próprios, também, registou uma quebra obtendo uma variação de (-14,29%), face ao ano de 2018.

Apesar do aumento do número de passageiros transportados com a captação de passageiros mais regulares (utilizadores de passe), o mesmo efeito não se verificou na estrutura de receitas. Este facto deve-se ao preço atribuído ao novo título Navegante e na forma de repartição dessa receita pelos diversos operadores abrangidos pelo mesmo. Assim, a evolução da estrutura das receitas apresenta uma redução do peso dos títulos de utilização regular passando de 59,8% em 2018, para 58,5% em 2019.

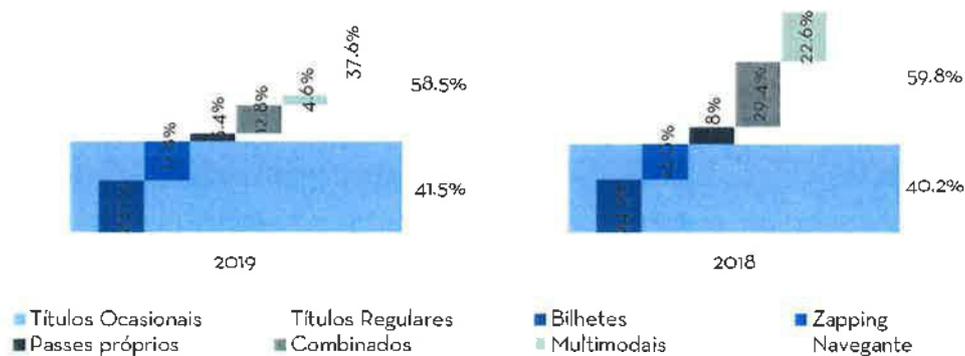


Gráfico 5 - Evolução da estrutura de receita por tipo de título TTSL (2018-2019)

A diferença obtida na estrutura de receita, em 2019, é bastante relevante e a sua análise demonstra uma maior dificuldade de liquidez e de tesouraria na empresa.

Handwritten signature and initials

4.1.3. Relacionamento com o Cliente

Em 2019, a Transtejo/Soflusa manteve em todos os terminais a disponibilidade de bilheteira presencial e de equipamentos de venda automática, bem como, disponibilizou ao passageiro a informação necessária sobre tarifário e sobre as facilidades existentes nos respetivos interfaces (com destaque para o esclarecimento e enquadramento sobre os novos títulos, “Passes Navegante” e emissão de cartões para suporte dos respetivos passes). Destaca-se, também, a igualdade na acessibilidade do transporte fluvial a todos os clientes, com a adoção de Design Universal dos Terminais e Estações da empresa, bem como, o desenvolvimento dos meios de comunicação oferecidos ao cliente.

4.1.3.1. Inovação e desenvolvimento da informação digital

Em 29.08.2018, com a implementação do novo site institucional, deu-se início a uma estratégia de comunicação digital mais atrativa, destacando-se a comunicação em tempo real da informação dos embarques, mas também a experiência de navegação melhorada, resultante de um grafismo mais apelativo e intuitivo.

Implementação da APP institucional (APP TTSL)

Com o objetivo de melhorar a experiência do passageiro do transporte fluvial, a partir de 1 de setembro 2019, foi disponibilizada uma nova aplicação móvel - App TTSL (aplicação móvel gratuita e disponível para diversos dispositivos).

As funcionalidades da nova aplicação permitem poupança de tempo e uma melhor gestão pessoal de mobilidade diária dos passageiros, através da consulta, em tempo real, das partidas e embarques do transporte fluvial, bem como, manter-se a par das principais alterações de serviço, consultar o tarifário em vigor, os horários, os serviços e as acessibilidades disponíveis nos terminais.



Implementação de rede Wi-Fi TTSL gratuita para o passageiro

Encontra-se disponível para todos passageiros o acesso a rede de Wi-Fi gratuito em todos os terminais e estações, bem como a bordo dos navios catamarã.

A solução que suporta o Wi-Fi foi desenhada e implementada pela Axians Portugal, com recurso à tecnologia Cisco, e constitui uma aposta da empresa na modernização tecnológica da sua comunicação com os passageiros. Para além do benefício imediato oferecido, esta solução gratuita permite à empresa ter acesso a informação sobre a utilização dos navios e terminais, a qual poderá ser aproveitada para identificar oportunidades de melhoria do serviço.



Otimização da Informação digital sobre partidas e embarques

Em 2018, a TTSL instalou e ativou uma nova rede de painéis digitais que, substituindo os antigos painéis analógicos, permitiu uma enorme evolução do sistema de informação, em tempo real, disponibilizado aos clientes em todos os terminais e estações fluviais, quer nos átrios, quer à entrada das salas de embarque.

A partir de agosto de 2019, os conteúdos e informações constantes nesses ecrãs foram otimizados, passando a disponibilizar: n.º de bicicletas (lotação permitida em cada navio/embarque), n.º de automóveis (lotação dos navios ferries) e % de ocupação da sala de embarque (% do limite de lotação do navio).

4.1.3.2. Campanhas e comunicações dirigidas ao passageiro

Além das comunicações relativas ao desenvolvimento da informação digital, destacam-se, ainda, no ano de 2019, as seguintes comunicações dirigidas ao passageiro:



Handwritten signature and initials.

Janeiro 2019

VIVA GO

A TTSL aderiu ao VIVA GO e divulgou no seu site ttsl.pt esta nova modalidade de pagamento de transporte público, pensada para utilizadores ocasionais.



O VIVA GO funciona em modelo pós-pago, através da associação do cartão Lisboa VIVA à conta bancária (débito direto), podendo ser associado, no mesmo cartão Lisboa VIVA, aos habituais passes ou zapping carregados.

Esta nova solução do Sistema VIVA (OTLIS), do qual fazem parte a Transtejo e a Soflusa, funciona como alternativa sempre que não existam outros contratos tarifários válidos, no tempo e no espaço pretendido.

abril 2019

Novo Sistema Tarifário

Em abril de 2019, entrou em funcionamento a maior alteração tarifária dos últimos anos e a TTSL - Transtejo Soflusa integrou essa mudança.



A enorme e diversa oferta

de títulos de transporte até a essa data em vigor - de mais de 400 passes - foi reduzida para 19 novos passes: um passe Navegante Metropolitano e 18 passes Navegante Municipal (um para cada município).

Além da redução do número de passes, esta alteração tarifária permitiu uma substancial redução no preço do transporte público na área metropolitana de Lisboa.

A partir de 1 de abril de 2019 passaram a ser utilizados os novos passes - Navegante Metropolitano, Navegante Municipal, Navegante 12 e Navegante +65.

O Navegante Metropolitano, o Navegante 12 e o Navegante +65 permitem a utilização de todos os serviços de transporte público regular de passageiros, em todos os 18 municípios da área metropolitana de Lisboa.

Já o Navegante Municipal permite a utilização de todos os serviços de transporte público regular de passageiros apenas dentro do limite geográfico de um determinado município (um dos 18 municípios da área metropolitana de Lisboa).

No serviço de transporte público fluvial TTSL - Transtejo Soflusa passaram a ser aceites e utilizados os seguintes passes do novo sistema: Navegante Metropolitano; Navegante 12; Navegante +65; Navegante

Municipal Almada (validações apenas, efetuadas exclusivamente no percurso Porto Brandão - Trafaria).

Além dos títulos acima indicados, válidos em todos os operadores de transporte de passageiros, a TTSL manteve todos os seus títulos próprios bem como os seguintes títulos combinados com a Transportes Sul do Tejo: TST / TT - AB e TST / TT - A2B.

A TTSL anunciou o novo sistema no dia 18 de março, em coordenação com a AML - Área Metropolitana de Lisboa e os outros operadores, tendo mantido, durante todo o mês de março, as atualizações informativas nomeadamente as relacionadas com os títulos de transporte válido nos diferentes operadores de transporte, com as fontes de informação oficiais e com o dia e locais a partir dos quais os novos passes estavam disponíveis para venda.

A empresa publicou e anunciou o novo Tarifário TTSL, em vigor a partir de 1 de abril, incentivando, ainda, à utilização das suas Máquinas Automáticas de Venda de Títulos ou as nossas Bilheteiras Assistidas.

Reforço da oferta da ligação fluvial do Barreiro

No dia 1 de abril, paralelamente à entrada em vigor do Novo Sistema Tarifário, o Horário Dias Úteis da ligação fluvial Barreiro - Terreiro do Paço foi reforçado com novas carreiras.

Este reforço de oferta originou um ajuste de horários, em ambos os sentidos, nos períodos 5h - 10h e 15h - 23h.

Via Verde Transportes

No dia 1 de abril de 2019, a TTSL passou a disponibilizar, em todos os seus terminais e estações, uma nova forma de validação dos bilhetes e passes TTSL, com a entrada em funcionamento dos equipamentos que reconhecem e interagem com a aplicação de telemóvel Via Verde Transportes.

Resultante da parceria TTSL / Via Verde, a aplicação Via Verde Transportes assumiu-se como uma importante evolução tecnológica.

«Acreditamos que esta nova forma de validar os títulos de transporte fluvial da TTSL é uma inovação que cria valor para os nossos passageiros, porque introduz muito maior conveniência, conforto e rapidez no acesso a um serviço público que desempenha diariamente um papel crítico na vida de dezenas de milhares de habitantes da Área Metropolitana de Lisboa.» TTSL



Após instalada gratuitamente no telemóvel e depois de ativada, permite aos equipamentos de validação da TTSL, em cada terminal e estação, fazer a sua referência por GPS, possibilitando ao passageiro escolher o destino, o título de viagem - bilhete ou o passe mensal - e validar com o simples gesto de aproximar o telemóvel aos validadores.

Na chegada ao destino, basta ao passageiro dar a viagem por terminada na aplicação, para receber a informação sobre o respetivo custo.

TTSL

7 ab
R

O valor cobrado por viagem corresponde ao atual tarifário de títulos ocasionais (bilhetes simples) e de títulos TTSL (passes próprios), mediante a opção escolhida pelo utilizador.

Todas as viagens realizadas podem ser consultadas no histórico da app.

Com o objetivo de incentivar a adesão, foi lançada uma campanha de ativação do novo serviço "Adira à app Via Verde Transportes e ganhe a sua 1.ª viagem", através da qual foi oferecida a primeira viagem a quem aderiu a esta nova aplicação, entre 2 e 8 de abril.

▪ Ligações fluviais TTSL no Google Maps

A partir de 5 de abril de 2019, as ligações fluviais da TTSL-Transtejo Soflusa passaram a estar disponíveis no Google Maps.

À semelhança de outras operadoras de transporte de passageiros, a TTSL marcou presença no Google Maps, plataforma de planeamento do percurso mais curto entre as margens do Tejo, utilizando o transporte público fluvial.

Para uma otimização do tempo e distância de viagem, o serviço Google Transit disponibiliza informação sobre as ligações Barreiro - Terreiro do Paço, Cacilhas - Cais do Sodré, Montijo - Cais do Sodré, Seixal - Cais do Sodré e Trafaria - Porto Brandão - Belém.

Maio 2019

▪ Trafaria (com) Prova

De 31 de maio a 2 de junho, o Passeio Ribeirinho da Trafaria recebeu nova edição do festival de gastronomia "Trafaria (com) Prova", ao qual a Transtejo voltou a associar-se como parceiro de mobilidade.



Numa estratégia que visou aproximar as margens do Tejo, disponibilizou carreiras extra diretas, na ligação fluvial Trafaria - Belém, durante os três dias do evento.

Julho 2019

▪ NOS Alive 2019

A Transtejo associou-se à 13.ª edição do NOS Alive, encetando uma parceria com a organização do festival e uma parceira exclusiva com a CP - Comboios de Portugal, a fim de promover a utilização do transporte público fluvial nos acessos ao recinto do evento, em Algés.

Nesse âmbito, a Transtejo lançou diversas ofertas especiais, dirigidas ao público alvo do festival (maioritariamente jovem).

Com o objetivo de potenciar a procura destas ofertas e paralelamente à divulgação das mesmas junto dos seus clientes, trabalhadores e colaboradores, quer digital quer fisicamente, nos diversos espaços e instalações TTSL, a Transtejo avançou com a inserção de 8 anúncios de imprensa (personalizados por oferta), entre 10 e 12 de julho, nos jornais diários "Correio da Manhã" e "Destak".

(Estas inserções foram realizadas ao abrigo do protocolo estabelecido com a COFINA, no âmbito do evento anual Splash Seixal, mediante o qual a Transtejo beneficiou de espaço de publicidade em algumas publicações como contrapartida do apoio à organização do referido evento, realizado junto ao Terminal fluvial do Seixal.)

Em termos de imagem e notoriedade da Transtejo, a marca TTSL foi aplicada em diversos materiais, suportes, canais e plataformas, especialmente online, enquanto parceiro de mobilidade do evento.

agosto 2019

▪ Passe Navegante Família

Dando seguimento à implementação do novo sistema tarifário, a AML - Área Metropolitana de Lisboa, lançou, em julho, o Passe NAVEGANTE Família, o qual entrou em funcionamento no mês de agosto.



Este título mensal permite que cada família pague, no máximo, o valor equivalente a 2 passes NAVEGANTE Municipal (60€) ou Metropolitano (80€).

Para usufruir do mesmo, é necessário que todos os membros do agregado familiar (requerente responsável e os outros beneficiários) sejam titulares do cartão Lisboa VIVA.

No âmbito deste lançamento, a TTSL divulgou o novo produto e apelou, junto dos seus clientes, à requisição do mesmo nos Espaços Cliente TTSL, do Cais do Sodré e do Terreiro do Paço, a partir de 22 de julho.

outubro 2019

▪ Dia Nacional da Água, 1 de outubro

A TTSL e a EPAL assinalaram no Dia Nacional da Água como uma ação de Aguadeiros EPAL, no Terminal fluvial do Cais do Sodré.

A ação, realizada durante a tarde do dia 1 de outubro, foi disponibilizada água da torneira aos milhares de passageiros do transporte público fluvial, promovendo, assim, o consumo da água da rede pública e reforçando a excelência da qualidade da água de Lisboa.

Esta iniciativa, que se junta às demais implementadas no âmbito do Protocolo de colaboração, estabelecido entre ambas as entidades, visou dar resposta à implementação de ações sustentáveis, abrangendo o uso eficiente e o incentivo ao consumo de água da torneira.

▪ Dia Mundial da Música, 1 de outubro

A TTSL e o Conservatório Regional do Artes do Montijo convidaram, uma vez mais, a uma viagem pela música e pela cultura,

Na tarde de 1 de outubro, o Terminal do Cais do Sodré e a ligação fluvial do Montijo foram palco da celebração de uma arte universal: a Música.

A rota da música iniciou-se às 16h30 na viagem Montijo > Cais do Sodré, continuou no terminal do Cais do Sodré até às 18h15 e terminou na viagem Cais do Sodré > Montijo, às 18h30.

Quer a bordo quer no espaço do terminal fluvial, os passageiros TTSL puderam desfrutar de agradáveis momentos musicais protagonizados por professores do conceituado Conservatório Regional de Artes do Montijo.

4.1.3.3. Reclamações

A TTSL registou uma redução de 26% no número total de reclamações recebidas relativamente a 2018 esta quebra deveu-se uma redução de 69% na Transtejo e ao aumento de 137% na Soflusa. A tabela seguinte apresenta o número de reclamações, classificadas pelo motivo que as originou:

Empresa	N.º de Reclamações por motivo	Δ 2019/2018	2019	2018	2017	
TTSL	Atendimento	-21%	-46	177	223	315
	Equipamentos	-40%	-23	34	57	105
	Instalações - Terminais & Estações	-42%	-39	53	92	199
	Embarcações	19%	21	130	109	159
	Horários	-30%	-524	1 252	1 776	1 528
	Suportes Lisboa Viva	10%	6	67	61	87
	Suportes Viva Viagem	-24%	-8	25	33	101
	Diversos / Outros	-31%	-68	152	220	141
Total de Reclamações		-26%	-681	1 890	2 571	2 635

Tabela 11 - Reclamações por motivos (2017-2019)

A redução verificada do número global de reclamações recebidas (-681), relativamente ao período homólogo, apresenta maior ênfase nas reclamações motivadas pelo incumprimento do horário das ligações. Este valor apresentou um expressivo aumento decorrente de várias perturbações de serviço e o aumento do número de partidas suprimidas, entre maio e agosto, originado pela falta de Mestres na Soflusa.

4.1.3.4. Serviço de apoio ao Cliente

A atividade do Espaço Cliente apresenta um significativo crescimento, destacando-se o aumento da produção média mensal de 2.850 cartões Lisboa Viva personalizados “na hora”, bem como do atendimento presencial diário médio de 170 clientes, face à média de 90 registada em 2018.

O bom resultado deveu-se à abertura, em 11 junho de 2019, de um novo Espaço Cliente, localizado no terminal fluvial do Terreiro do Paço. Este novo espaço de atendimento, à semelhança do já existente no terminal do Cais do Sodré, foi criado com o objetivo de prestar diversos serviços aos utilizadores do transporte público fluvial.



A empresa optou pelo regime de outsourcing no Serviço de Apoio ao Cliente, o que permitiu alargar o horário de atendimento praticado, bem como, melhorar o serviço pós-venda, aumentando o número diário de atendimentos e dando maior comodidade aos Clientes, com mais uma alternativa face ao Cais do Sodré.

4.1.3.5. Serviço de apoio a Grupos

A Transtejo deu continuidade à sua política de apoio a grupos, tendo promovido o transporte fluvial nas ligações da Transtejo em viagens de ida e volta com desconto de 50%. Destaca-se neste âmbito os grupos escolares e os grupos de escolas (ensino), sendo que 50% dos passageiros que efetuaram a viagem foram crianças com idade inferior a 12 anos.

Grupos
50%
Desconto

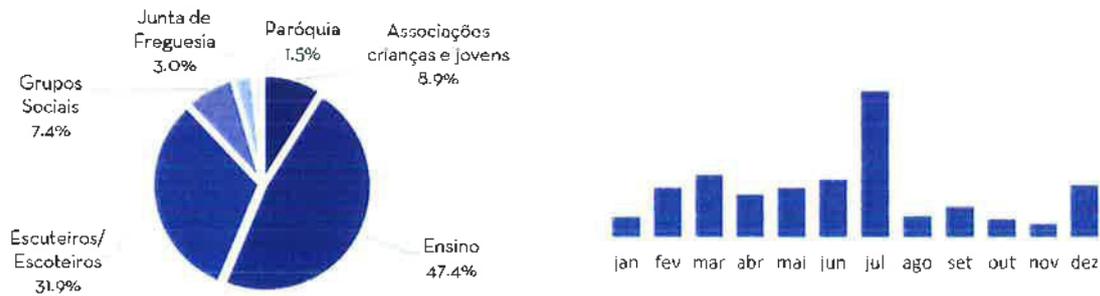


Gráfico 6 - Distribuição dos pedidos de grupos TTSL por tipo de entidade e mês do ano 2019

4.1.3.6. Fiscalização e sensibilização do passageiro do transporte fluvial

Em 2019, as ações de fiscalização e sensibilização para a correta utilização do modo de transporte fluvial incidiram mais sobre o momento da validação de títulos (embarque) e na utilização dos equipamentos de venda automática de títulos. Com a entrada em vigor do novo Regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes coletivos de passageiros⁸ foi reposta a possibilidade de pagamento voluntário imediato junto do agente de fiscalização ou no prazo de 15 dias junto dos operadores de transporte público ou por via de pagamento eletrónico.

4.2. Atividades Complementares

A Transtejo/Soflusa, além da atividade principal de prestação de serviço de transporte público, desenvolveu e em complemento outras atividades geradoras de receita, e potenciadoras da atratividade dos *interfaces* que dispõe. Estas atividades são entre outras, a concessão de espaços comerciais (bares, lojas), ao abrigo de respetivos contratos, a concessão do parque de estacionamento do Seixal e do Barreiro, ao abrigo de contratos com a Empark Portugal - Empreendimentos e Exploração de Parques e Estacionamento, S.A., bem como, o Protocolo de colaboração entre a Transtejo e a Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.

A TTSL promoveu, também, apoios e patrocínio a iniciativas de âmbito educacional, social, desportivo, artístico e cultural.

⁸ Vide Decreto-Lei n.º 117/2017, de 12 de outubro de 2017

Handwritten signature and initials

4.2.1. Receitas Não Tarifárias

A TTSL manteve a exploração de atividades não transporte, proporcionando aos seus clientes um conjunto de serviços e comodidades complementares nos terminais e a bordo dos navios, permitindo obter rendimentos suplementares, conforme se detalha na tabela seguinte:

Empresa	Atividades Acessórias (milhares de €)	Δ 2019/2018	2019	2018	2017	
TTSL	Espaços Comerciais	-13,73%	-66	417	483	474
	Espaços para Publicidade	24,50%	9	47	38	24
	Parques de Estacionamento	-4,95%	-4	86	90	98
	Protocolo Carristur	9,09%	32	386	354	428
	Total	-3,05%	-29	935	965	1 025

Tabela 12 - Rendimentos (consolidados) de Atividades Acessórias (2017-2019)

Assinala-se uma ligeira quebra do rendimento global, para a qual contribuiu a redução da rentabilização das concessões dos espaços comerciais disponíveis (-66 mil euros face ao ano anterior).

Destaca-se, contudo, a recuperação de receita ao abrigo do “Protocolo Carristur”, que, no âmbito da exploração de cruzeiros turísticos no tejo, produziu um rendimento de 386 mil euros com uma recuperação de 9% face ao ano anterior, em linha com a evolução do sector do turismo na cidade de Lisboa.

Relativamente à concessão de parques de estacionamento nos *interfaces* dos terminais do Seixal e do Barreiro, observou-se uma ligeira redução (-4 mil euros), consequência da redução da procura no terminal do Seixal face à redução de passageiros nesta ligação, devido à opção por modos alternativos de transporte.

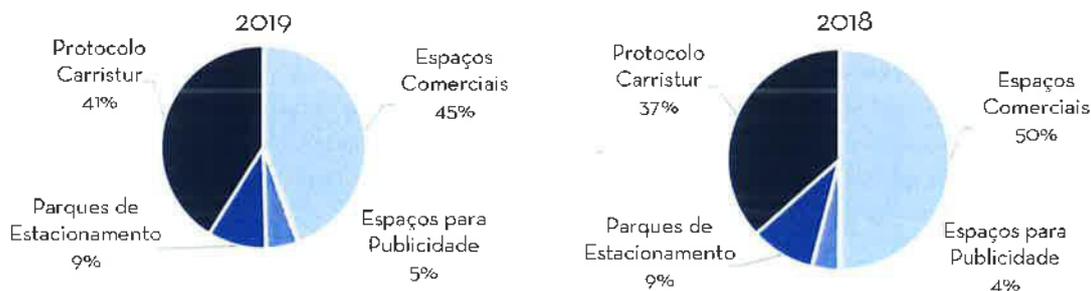


Gráfico 7 - Evolução da estrutura dos Rendimentos não tarifários TTSL (2018-2019)

5. Gestão Corporativa

5.1. Segurança e Vigilância

5.1.1. Segurança de Exploração (Safety)

No âmbito do desenvolvimento das funções de Autoridade de Segurança, definidas do Despacho N.º 1094/98 (2ª série), de 19 de janeiro, do Ministério do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território, a ação reparte-se pela elaboração, verificação, atualização e treino dos procedimentos e mecanismos de resposta a emergências na operação de transporte fluvial de passageiros.

Inclui, ainda, a definição de procedimentos de segurança, análise de ocorrências e a promoção de ações de formação, por forma a serem adotadas as melhores práticas e supridas deficiências detetadas, agindo preventivamente sobre a cadeia de erros para minimizar os acidentes em exploração.

O cumprimento do *Safety* implica desenvolver os processos necessários à garantia da prestação do serviço de transporte público em Segurança, nomeadamente no que diz respeito às operações e à circulação de pessoas e bens da Organização.

Enumeram-se as ações e medidas preventivas tomadas, no que diz respeito à verificação das boas práticas (individuais e da organização) conducentes a uma operação segura dos navios da frota e da operação dos terminais:

- a) Avaliação das ações de treino obrigatórias mensais a bordo dos navios com a realização de algumas visitas acompanhando a realização de um dos exercícios definidos nas Instruções de Emergência do Plano de Emergência Interno;
- b) Acompanhamento das vistorias e inspeções, a nado, para certificação e classificação dos navios e pontões - avaliando as competências das tripulações envolvidas e colaborando com as entidades certificadoras no sentido da correção de não conformidades;
- c) Inspeção dos meios de salvação dos navios e pontões, designadamente, jangadas pneumáticas, boias circulares, coletes de salvação, sinais pirotécnicos e outros equipamentos de emergência e socorro;
- d) Acompanhamento das ações de manutenção, teste e inspeção anual, realizadas por entidade externa certificada, aos equipamentos e meios de combate a incêndio de todas as embarcações e instalações da Empresa.
- e) Realização das vistorias regulamentares aos equipamentos de combate a incêndio de todas as instalações e embarcações da TTSL;
- f) Vistorias e testes aos equipamentos de deteção de incêndio de todas as instalações;
- g) Implementação de medidas de autoproteção em todas as instalações da Empresa, bem como a atualização do Manual de Segurança e Proteção do Ambiente e do Plano de Emergência Interno.

5.1.2. Higiene e Segurança no Trabalho

No ano de 2019, foram realizadas 23 intervenções (TT= 20; SL=3) no âmbito da segurança e saúde no trabalho, tendo a TTSL contado com a prestação de serviço externo por parte da Ecosaúde, S.A.

Ocorreram 43 acidentes de trabalho, um aumento de 4 acidentes (TT=2 e SL=2) face ao verificado em 2018.



Empresa	Indicadores Segurança no Trabalho	Δ 2019/2018		2019	2018
TTSL	Sinistralidade no trabalho				
	N.º Acidentes de trabalho	10,26%	4	43	39
	N.º Contraturas musculares e contusões dos membros superiores	-10,20%	-5	44	49
	Consequências dos acidentes de trabalho				
	Dias de trabalho perdidos devido a acidentes	-23,48%	-578	1884	2462

Tabela 13 - Indicadores de Segurança no trabalho (2018-2019)

5.1.3. Vigilância e Segurança Humana

Manteve-se em 2019, o modelo de gestão desta atividade, dando continuidade ao processo em curso nos anos anteriores, designadamente:

- Gestão do contrato e do serviço de Vigilância e Segurança Humana;
- Acompanhamento da prestação de serviços gratificados contratados com as forças policiais (Pólicia de Segurança Pública e Pólicia Marítima);
- Planeamento e reforço operacional em situações de greve, plenário, falha de navios e outros eventos de massas que requereram reforço das medidas de proteção e de controlo de acessos;
- Gestão e manutenção das centrais de alarme de intrusão, existentes nos terminais e estações.

Ao nível da formação foram desenvolvidas ações de formação no domínio da proteção e segurança, nomeadamente o Suporte Básico de Vida (5 ações, 3 formandos) e o Combate a Incêndios (4 ações, 20 formandos), Técnico Europeu de Segurança Contra Incêndio (1 ação, 2 formandos) e Técnico Responsável de Segurança Contra Incêndio (2 ações, 3 formandos).

Ao nível dos equipamentos destaca-se o acompanhamento da manutenção dos equipamentos de deteção de intrusão bem como a testes e vistorias programadas, para aferir o seu funcionamento, o acompanhamento das manutenções programadas dos equipamentos de videovigilância dos edifícios, bem como a vigilância constante destes equipamentos para aferir o seu estado de funcionamento, sendo solicitadas intervenções sempre que se detetaram problemas.

Relativamente aos equipamentos de combate a incêndio dos edifícios, bem como a respetiva sinalética dos edifícios e embarcações, foram ambos objeto de vistorias programadas, com uma periodicidade mínima trimestral, sendo que a manutenção anual foi assegurada por empresa certificada, tendo sido efetuada a gestão e acompanhada a manutenção dos equipamentos de combate a incêndio em conjunto com o prestador de serviços, foram também realizados testes trimestrais aos equipamentos de deteção automática de incêndio (SADI) de todos os edifícios, estando a sua manutenção anual a cargo de empresas certificadas.

5.1.4. Sinistralidade

Com o objetivo de melhorar as condições de exploração, estão estabelecidos procedimentos de averiguação e análise de ocorrências com a finalidade de determinar as causas, circunstâncias e consequências sobre os intervenientes envolvidos a fim de propor melhorias no sentido de reduzir os riscos associados e, eventualmente, agir sobre as medidas e mecanismos de prevenção instituídos.



7
16

Empresa	Indicadores de Sinistralidade e outras ocorrências	Δ 2019/2018	2019	2018	2017	
TTSL	I. Total de Acidentes (AT + E + AP + AV)	1,2%	1	83	82	132
	Acidentes de Trabalho (AT)	10,3%	4	43	39	48
	Emergências (E)	-100,0%	-2	0	2	3
	Acidentes com Passageiros e nos Terminais (AP)	-7,3%	-3	38	41	81
	Acidentes em viaturas transportadas (AV)	-33,3%	-1	2	3	2
	II. Incidentes Criminais	-19,8%	-17	69	86	105
	II. Outros	-19,8%	-21	85	106	119
	Embates e avarias com passageiros a bordo	-87,5%	-7	1	8	24
	Doença súbita a bordo de passageiro	22,6%	7	38	31	26
	Doença súbita em terminal fluvial	-17,9%	-7	32	39	35
	Outras Ocorrências	-50,0%	-14	14	28	34
	Total (I)+(II)+(III)	-13,5%	-37	237	274	356

Tabela 14 - Indicadores de Sinistralidade e outras ocorrências (2017-2019)

Em 2019, não se registaram ocorrências que se enquadrassem nas **Emergências** [Grau 1, 2, 3].

Contudo, no que respeita a **Acidentes com passageiros** totalizaram **38** (TT=24 e SL=14), registando-se 11 ocorrências (TT=8 e SL=3) a bordo das embarcações, nos passadiços e pontões durante o embarque ou desembarque e os restantes 27 acidentes (TT=16 SL=11) ocorreram nos terminais. Assinala-se uma redução de 7,3% face ao período homólogo.

Relativamente a outras ocorrências durante a exploração da atividade, totalizaram 85 (TT=35 SL=50), assinalando-se uma redução de 19,8% em relação ao ano de 2018.

5.2. Gestão Ambiental

Em cumprimento das obrigações legais e contribuindo para a preservação do meio ambiente e dos recursos, destacam-se as atividades desenvolvidas, com maior relevância:

- Realização da Auditoria Energética à Frota da TTSL e elaboração do Plano de Racionalização do Consumo de Energia para o triénio 2020-2022;
- Realização de uma auditoria de conformidade legal, aos requisitos aplicáveis em matérias de segurança do trabalho, ambiente e qualidade do serviço;
- Sensibilização para a utilização racional e eficiente dos consumos de água e energia através da intranet e do sítio da internet da TTSL;
- Implementação das medidas impostas na RCM n.º 141/2018 com vista à redução do consumo de plástico e outros consumíveis e à promoção da economia circular. Das medidas constantes no plano de implementação destacam-se:
 - A eliminação de consumíveis de plástico descartável, nomeadamente copos e demais palamenta de hotelaria;
 - A distribuição aos trabalhadores de canecas fabricadas com material reciclado, como forma de incentivo ao consumo dos dispensadores, em detrimento da água engarrafada.

Ainda no que diz respeito à Gestão Ambiental, procedeu-se à monitorização do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, com a realização regular de reuniões de acompanhamento dos processos definidos no Manual de Gestão.

O processo em curso permitiu ainda, durante o ano de 2019, fechar não conformidades legais transitadas e contribuir para a melhoria da eficácia e eficiência dos processos com vista ao cumprimento das obrigações legais no âmbito da preservação do meio ambiente.

5.2.1. Principais indicadores Ambientais

O combustível (Gasóleo) foi, em 2019, o principal recurso energético consumido na exploração da atividade de transporte de passageiros.

Este ano registou-se um aumento do respetivo consumo, traduzindo-se num consequente aumento das emissões de CO₂.

Empresa	Indicadores Ambientais	Δ 2019/2018	2019	2018
TTSL	Consumo energético			
	Gasóleo das embarcações (L)	3,78%	11 910 417	11 476 760
	Consumo total de energia elétrica (kWh)	13,96%	1 639 083	1 438 250
	Energia elétrica para tração (kWh)		0	0
	Energia elétrica com exceção da tração (kWh)	13,96%	1 639 083	1 438 250
	Emissões GEEs			
Emissões CO ₂ (eq.)* (10 ³ Ton)	3,78%	30	29	

* Emissões diretas. Fator de emissão do fornecedor

Tabela 15 - Principais indicadores ambientais (2018-2019)

5.3. Gestão de Recursos

5.3.1. Recursos Materiais

5.3.1.1. Caracterização da Frota de navios

A exploração da atividade foi realizada pela frota da Transtejo, que em 2019 era constituída por 7 catamarans (classe Algés/S. Julião) e 8 monocascos (classe Cacilhense + S. Jorge e Alemã (S. Paulus)) para transporte de passageiros e 2 Ferrys catamarans de passageiros e veículos (estes últimos mais recentes e a operar na ligação da Trafaria - Porto Brandão - Belém). A idade média global da frota é de 30 anos, todas as embarcações são a motor com combustão a Gasóleo.

Os catamarans da classe Algés/S. Julião estão designados para a operação nas ligações do Montijo e do Seixal em conjunto com os dois catamarans da classe Austal afretados à Soflusa. O navio S. Jorge e as embarcações da classe Cacilhense operaram geralmente na ligação de Cacilhas e os navios mistos de passageiros e viaturas, da classe Ferry, servem a ligação da Trafaria - Porto Brandão - Belém.

Os 8 navios da classe Damen operaram exclusivamente na Soflusa. As embarcações restantes, Fantasia e S. Paulus estão vocacionadas para o serviço de turismo no rio Tejo, encontrando-se o navio S. Paulus ao serviço da Carristur, no âmbito de Protocolo em vigor, referente à atividade marítimo-turística - "Cruzeiros no Tejo".

No final de 2019, a frota global da Transtejo era composta por 17 navios, com idade média de 30 anos e com a seguinte tipologia:



Classe Algés/S. Julião - 7 navios
Catamaran com capacidade para 496 passageiros
Idade média: 22 anos



Classe S. Jorge - 1 navio
Monocasco com capacidade para 996 passageiros
Idade média: 27 anos



Classe Cacilhense - 5 navios
Monocasco com capacidade para 476 passageiros
Idade média: 38 anos



Classe Alemã - 1 navio
Monocasco com capacidade para 280 passageiros
Idade média: 60 anos



Ferry catamaran - 2 navios
Ferry com capacidade para 360 passageiros e 29 veículos
Idade média: 9 anos



Ferry convencional - 1 navio
Ferry Monocasco com capacidade para 346 passageiros e 24 veículos
Idade média: 65 anos

Ilustração 4 - Frota da Transtejo, em 31-12-2019

A frota global da Soflusa era composta por 11 catamarans, com idade média de 16 anos e com a seguinte tipologia:



Classe Dâmen - 8 navios
Catamaran com capacidade para 600 passageiros
Idade média: 15 anos



Classe Austal - 2 navios
Catamaran com capacidade para 320 passageiros
Idade média: 17 anos



Navio Fantasia
Catamaran com capacidade para 150 passageiros
Idade média: 20 anos

Ilustração 5 - Frota da Soflusa, em 31-12-2019

5.3.1.2. Gestão e Manutenção da Frota

A Manutenção da Frota (navios e pontões) de cada uma das empresas é da responsabilidade interna da Direção de Manutenção (DMN), embora com modelos de Gestão diferenciados:

O modelo de gestão das atividades de manutenção da frota da Transtejo é assegurado internamente, compreendendo a coordenação das atividades de manutenção, a obtenção de certificação estatutária e de classe. A realização de grandes intervenções em motores e docagem de navios e pontões, de obrigatoriedade periódica, é efetuada por entidade externa, com recurso a concurso público (consideradas no Plano de Investimentos e no Orçamento de Exploração).

O modelo de gestão das atividades de manutenção da frota da Soflusa é assegurado por uma entidade externa (gestão técnica em regime de outsourcing), compreendendo a coordenação das atividades de manutenção, obtenção de certificação estatutária e de classe da frota. A realização de grandes beneficiações de motores (consideradas no Plano de Investimentos) assim como as docagens de navios e pontões (consideradas no Orçamento de Exploração), tal como na Transtejo, é efetuada com recurso a concurso público.

O Plano de Manutenção apresentado no PAO de 2019 foi preparado com o objetivo estratégico de continuar a recuperar o atraso nas intervenções indispensáveis para manter as condições de operacionalidade da frota de navios e pontões, assegurando que estes equipamentos se encontram em perfeitas condições técnicas, de segurança, fiabilidade e detentores de Certificados de Navegabilidade devidamente validados pelas autoridades marítimas.

5.3.1.2.1. Transtejo

No cumprimento do referido Plano de Manutenção, destacam-se as seguintes intervenções realizadas durante o ano de 2019:

euros

REAL 2019	GASTOS MANUTENÇÃO - NAVIOS				Total GASTOS
	Serviço Gestão Técnica	Estaleiros	Oficinas	Sobressalentes + Materiais	
Grandes Rubricas					
Campolide		6 884	10 813	25 438	43 135
Dafundo		38 377	145 124	29 819	213 320
Eborense				10	10
Madragoa				0	0
Seixalense			3 615	5 242	8 857
Sintrense			8 668	3 575	12 243
S. Jorge			47 390	24 107	71 497
Algés			4 506	38 778	43 283
Castelo			2 140	71 427	73 567
Chiado		221 930	1 060	45 347	268 337
S. Julião			14 837	85 591	100 428
S. Paulus				16	16
Aroeira		259 003	65 294	76 981	401 279
Carnide			14 258	30 113	44 371
Sé			295 886	15 819	311 705
Lisbonense		339 972	4 983	11 019	355 973
Almadense		1 530	12 930	24 697	39 157
Comuns à Frota				16 987	16 987
TOTAL	0	867 696	631 504	504 965	2 004 165

Tabela 16 - Gastos de Manutenção por navio da Transtejo (€)

Importa referir que, adicionalmente, acresce aos Gastos de Manutenção com Navios, o montante de 321.797€ com a manutenção dos pontões (infraestruturas flutuantes para atracação das embarcações), perfazendo 2.325.962€, registados em Conservação e reparação (frota de navios e pontões).

O quadro seguinte apresenta o impacto das avarias dos navios na operação, conduzindo à supressão de viagens programadas:

Empresa	Indicador de oferta (Motivo de Supressão)	Δ 2019/2018		2019		2018		2017	
TT	Indisponibilidade de Frota - Avaria	26,83%	437	437	60%	1 629	67%	496	41%
	Total Supressões	29,62%	726	726		2 451		1 221	

Tabela 17 - Ponderação das avarias dos navios da Transtejo nos motivos de supressão de viagens (2017-2019)

5.3.1.2.2. Soflusa

No cumprimento do referido Plano de Manutenção, destacam-se as seguintes intervenções realizadas durante o ano de 2019:

euros

RLAL 2019 Grandes rubricas	GASTOS MANUTENÇÃO - NAVIOS				Total GASTOS
	Serviço Gestão Técnica	Estaleiros	Oficinas	Sobressalentes + Materiais	
Damião de Goes	133 387		12 390		145 777
Miguel Torga	125 059				125 059
Fernando Namora	115 727				115 727
Gil Vicente	124 271				124 271
Jorge de Sena	114 731	80 213	27 132		222 076
Almeida Garret	133 816	45 504	14 725		194 045
Fernando Pessoa	129 059			201 134	330 194
Antero de Quental	129 200		13 614	201 134	343 948
Cesário Verde	117 138	111 253	19 050		247 440
Fantasia	0	115 495	4 110	183	119 788
Pedro Nunes	100 991			141 641	242 633
Rotáveis					
TOTAL	1 223 379	352 465	91 021	544 093	2 210 957

Tabela 18 - Gastos de Manutenção por navio 2019 (€)

Importa referir que, adicionalmente, acresce aos Gastos de Manutenção com Navios, o montante de 33.221€ com a manutenção dos pontões (infraestruturas flutuantes para atracação das embarcações), perfazendo 2.24.4178€ registados em Conservação e reparação (frota de navios e pontões).

O quadro seguinte apresenta o impacto das avarias dos navios na operação, conduzindo à supressão de viagens programadas:

Empresa	Indicador de oferta (Motivo de Supressão)	Δ 2019/2018		2019		2018		2017	
SL	Indisponibilidade de Frota - Avaria	-59,3%	-192	132	6,6%	324	48,8%	1 276	59,9%
	Total Supressões	200,8%	1 333	1 997		664		2 129	

Tabela 19 - Ponderação das avarias dos navios nos motivos de supressão de viagens (2017-2019)

5.3.1.3. Gestão das Infraestruturas (ILD)

A Manutenção dos terminais e estações da TTSL, interfaces essenciais à operacionalização do Serviço de Transporte Público Fluvial, é responsabilidade interna da Direção de Segurança e Infraestruturas. Estas infraestruturas são alvo de intervenções corretivas e preventivas, no sentido de garantir a segurança tanto de passageiros como de trabalhadores.

Em 2018 teve início o contrato de prestação de serviços de conservação de edifícios e manutenção das instalações da TTSL, que se prolongou durante o ano de 2019. Neste âmbito foram realizadas várias ações de manutenção preventiva e corretiva nas estações e terminais fluviais da Transtejo e nos terminais da Soflusa.

No segundo ano do contrato de manutenção, continuaram as ações corretivas e preventivas, muito embora já se tenha verificado uma diminuição da manutenção corretiva em detrimento das ações preventivas. Neste contrato, pretendeu-se dar continuidade à correção das anomalias e das não conformidades encontradas, decorrentes da falta de manutenção nos edifícios ao longo do tempo.

Muitas das patologias encontradas nos edifícios da empresa, resultam de infiltrações e irregularidades nas coberturas, tornando-se, assim, essencial a sua reabilitação e impermeabilização. Neste sentido, foram corrigidas/beneficiadas as coberturas dos terminais e estações da Transtejo no ano de 2018, tendo-se dado continuidade a estes trabalhos em 2019, destacando-se a continuação dos trabalhos de limpeza e impermeabilização da cobertura no Terminal Fluvial do Cais Sodré e a reabilitação parcial da cobertura do Terminal Fluvial do Montijo. No caso da Soflusa continuaram as intervenções de fixação das placas e nos painéis de rebordo e retirados painéis/placas que apresentavam riscos de segurança no Terminal Fluvial do Barreiro.

Com esta estratégia de beneficiação das coberturas foi possível resolver uma grande parte dos problemas encontrados no interior destes edifícios, permitindo deste modo a reparação de alguns espaços interiores cujos danos decorriam de infiltrações na cobertura.

As condições de segurança das instalações, bem como a melhoria das condições de conforto continuaram a ser uma prioridade, pelo que foram efetuadas diversas beneficiações nos terminais e estações, como são exemplo:

- a) Continuação dos trabalhos de beneficiação das não conformidades detetadas pelo Técnico Responsável pela Exploração das Instalações Elétricas 2017/2018/2019;
- b) Diagnóstico das instalações elétricas dos passadiços e pontões;
- c) Diagnóstico aos equipamentos de AVAC, elaboração de um plano de manutenção preventiva e corretiva (incluindo revisão de manutenção preventiva a todas as unidades do tipo SPLIT);
- d) Aquisição de bens e consumíveis diversos para garantir a manutenção dos espaços e dos equipamentos (geradores, sistema de AVAC, entre outros);
- e) Beneficiações diversas em portões de embarque/desembarque, grades/vedações e equipamentos de segurança;
- f) Reparação/substituição e aquisição de equipamentos AVAC (incluindo a reformulação/substituição de tubagens e condutas);
- g) Substituição de vidros;
- h) Fornecimento e aplicação de iluminação exterior em frente ao Terminal Fluvial do Seixal;
- i) Beneficiações nas redes de águas e esgotos (incluindo unidades de aquecimento de águas e manutenção/limpeza de poço bombagem de águas residuais do Terminal Fluvial do Cais Sodré);
- j) Reposição da calçada da envolvente próxima da Estação Fluvial da Trafaria;
- k) Reparação da fachada poente da Estação Fluvial da Trafaria;

- l) Beneficiações diversas para colocação de novos controlos de acesso e painéis informativos nas estações e terminais;
 - m) Beneficiações em diversos tetos falsos das Estações e Terminais;
 - n) Beneficiações/reparações em instalações sanitárias;
 - o) Beneficiações nas salas de embarque/desembarque;
 - p) Beneficiações em bilheteiras;
 - q) Aquisição de diversas UPS para as Estações e Terminais;
 - r) Beneficiações na Doca 13, incluindo a aquisição de contentor de armazenamento para atividades de carpintaria;
 - s) Execução de laje de betão para proteção de infraestruturas na Doca 13;
 - t) Aquisição e implementação de contentor para a Comissão de Trabalhadores;
 - u) Implementação de novo laboratório para o GTI - Gabinete de Tecnologias de Informação;
 - v) Reabilitação da sala de servidores de informática no Terminal Fluvial do Cais Sodré;
 - w) Substituição de estores;
 - x) Aquisição de mobiliário diverso;
- Assim como:
- y) Implementação da infraestrutura para funcionamento do SAC (Serviço de Apoio ao Cliente) no Terminal Fluvial do Terreiro do Paço;
 - z) Reparações diversas no Terminal Fluvial do Barreiro decorrentes de sinistro;
 - aa) Desmatação da zona dos depósitos de combustível Barreiro e Doca13.

Em termos de eficiência energética, deu-se continuidade ao processo de substituição de diversas luminárias por LED, prevendo-se continuar com esta boa prática nos próximos anos, adquirindo luminárias mais eficientes.

▪ Terminal fluvial de Cacilhas

Atendendo ao elevado estado de degradação do Terminal Fluvial de Cacilhas, foram, ainda, adquiridos projetos de arquitetura e das especialidades com vista à reabilitação geral deste terminal, que, entretanto, já foram realizados e entregues. Estes projetos, pretendem, assim, dotar este Terminal das condições de segurança, conforto e adequabilidade às suas funções, através da reabilitação e substituição dos materiais e elementos construtivos, identificação das patologias e consequente definição das metodologias de intervenção e escolha dos materiais e técnicas mais adequadas às funções e ao local onde se insere. Neste contexto, foi, também, concebida a reformulação e introdução de novos espaços comerciais e serviços de apoio à Transtejo, bem como espaços públicos, dotando-os de todas as infraestruturas e condições necessárias à operacionalidade do Terminal fluvial, promovendo a segurança e o conforto dos clientes. Como complemento deste projeto foi realizado o levantamento topográfico e arquitetónico deste terminal.

Considerando o aumento da procura neste terminal, foi prevista a reformulação dos espaços e sua adaptação para a mobilidade condicionada. Todos estes objetivos encontram-se observados nos projetos entretanto concluídos, entregues e prontos para o lançamento de um procedimento de empreitada de reabilitação geral do Terminal Fluvial de Cacilhas.

▪ Estação fluvial da Trafaria

Na sequência do abatimento do piso junto à Estação Fluvial da Trafaria em 2018, foi elaborado um projeto e realizada a respetiva empreitada, tendo-se verificado a necessidade de proceder ao reforço de toda a muralha desta Estação

Fluvial. Já foi feita uma entrega parcial desta obra e encontra-se em desenvolvimento a 2ª fase do Projeto de reforço da muralha, com vista ao lançamento futuro de uma empreitada.

▪ **Terminal Fluvial do Barreiro**

Considerando o elevado estado de degradação do Terminal Fluvial do Barreiro e uma vez que este terminal carece de uma intervenção profunda e geral, foram, ainda, adquiridos projetos de arquitetura e das especialidades com vista à reabilitação geral do terminal, que, entretanto, já foram realizados e entregues. Estes projetos, pretendem, assim, dotar o terminal das condições de segurança, conforto e adequabilidade às suas funções, através da reabilitação e substituição dos materiais e elementos construtivos, identificação das patologias e consequente definição das metodologias de intervenção e escolha dos materiais e técnicas mais adequadas às funções e ao local onde se insere. Neste contexto, foi, também, concebida a reformulação e introdução de novos espaços de escritórios, comerciais e de serviços, espaços públicos, incluindo novas salas de embarque, dotando os espaços de todas as infraestruturas e condições necessárias à operacionalidade do terminal fluvial, promovendo a segurança e o conforto dos utentes.

Tendo como objetivo a integração do novo Terminal Fluvial na envolvente e nas necessidades dos utentes, todos os projetos foram desenvolvidos em articulação com a Câmara Municipal do Barreiro, bem como com outras entidades/projetistas envolvidos em projetos na área circundante do terminal fluvial.

Considerando o aumento da procura neste terminal, foi também, prevista uma ampliação e adaptação do espaço para mobilidade condicionada, incluindo invisuais. Todos estes objetivos encontram-se contemplados nos projetos concluídos e prontos para o lançamento de um procedimento de empreitada de reabilitação geral do Terminal Fluvial do Barreiro.

▪ **Terminal fluvial do Terreiro do Paço**

No Terminal Fluvial do Terreiro do Paço, foram realizadas pequenas intervenções/ beneficiações, sendo de destacar as melhorias efetuadas ao nível do sistema de AVAC que apresentava bastantes anomalias.

Na sequência da cedência da Estação Sul Sueste à Associação de Turismo de Lisboa (ATL), que inclui também a cedência do parque de estacionamento e de uma sala de embarque, foram desenvolvidos em articulação com a ATL, os trabalhos necessários à separação e individualização dos dois terminais, de modo a garantir o funcionamento independente da operação da Soflusa.

Foram ainda definidas estratégias/ lógicas de intervenção e de comunicação entre estes dois terminais com a ATL.

Com a introdução dos novos tarifários houve a necessidade de aumentar o Serviço de Apoio ao Cliente (SAC), sendo implementado um SAC neste terminal. Para tal, foi alugado um stand, adquirido o respetivo mobiliário e criadas todas as infraestruturas necessárias.

▪ **Gestão da manutenção**

Ao nível da gestão da manutenção, no ano de 2019, foram redefinidas as estratégias de manutenção e de ação, e definidos planos de manutenção preventiva e corretiva, destacando-se a uniformização dos modelos e equipamentos e a substituição (progressiva) dos geradores por sistemas UPS (fonte de alimentação ininterrupta). Sendo que no Terminal Fluvial de Cacilhas foi possível substituir o gerador por um sistema UPS.

Encontra-se atualmente em desenvolvimento o estudo de soluções de compatibilização dos motores dos portões de embarque/desembarque de acordo com as necessidades de operação e da segurança. Neste sentido, os projetos que, entretanto, já foram executados, como o do Terminal Fluvial de Cacilhas e o do Terminal Fluvial do Barreiro já têm contempladas estas especificações, bem como todos os que venham a ser desenvolvidos. Ainda a respeito da

7 de 11

uniformização, ao nível da imagem dos edifícios da empresa, foram definidas e implementadas estratégias, pela escolha de materiais e/ou cores, com o objetivo de uma identificação inequívoca da empresa.

Em 2019 continuaram os trabalhos de extinção das não conformidades legais, tendo sido propostas ações de formação, com vista à aquisição de conhecimentos específicos nestas áreas, bem como desencadeados procedimentos que proporcionem a informação a respeito das habilitações legais exigíveis aos técnicos da manutenção, bem como, quais os procedimentos e a periodicidade dos mesmos na manutenção dos equipamentos. Neste âmbito, foram ainda estabelecidas e implementadas, algumas boas práticas, que muito embora não fossem um requisito legal, promovem a durabilidade/longevidade dos materiais/edifícios.

Neste contexto e de modo a garantir a eficiência, eficácia e a economia na gestão das instalações foi preparado um procedimento de manutenção integrada que incluiu, para além dos serviços de manutenção dos edifícios, os equipamentos de AVAC e a manutenção dos elevadores.

A inexistência de arquivo dos projetos e das intervenções tem provocado vários constrangimentos, pelo que tem sido promovida a organização, arquivo e cadastro dos projetos, empreitadas e intervenções de manutenção em suporte papel e digital dos processos a partir de 2018, bem como a seleção e organização de arquivo histórico (anterior a 2018) e a digitalização da documentação relevante.

A plataforma de gestão de manutenção teve início em 2018. No entanto, em 2019 foi feito o levantamento das melhorias a implementar com vista a agilizar/facilitar a comunicação, de forma a ser feito automaticamente o registo de dados/ocorrências no sistema da empresa de manutenção e no arquivo da TTSL, permitindo o cruzamento da informação.

Encontra-se, ainda, em desenvolvimento o Plano Estratégico das Infraestruturas que inclui o relatório de execução, modelo de monitorização, acervo documental, entre outros.



5.3.2. Recursos Tecnológicos

5.3.2.1. Gestão e manutenção de equipamentos de bilhética

A manutenção corretiva, preventiva e evolutiva do sistema de bilhética da Transtejo/Soflusa, foi, em 2019, assegurado por um prestador de serviço externo.

5.3.2.2. Informação ao passageiro em tempo real

A necessidade de obter informação constantemente atualizada é essencial para a tomada de decisão. Nesse sentido, e na sequência do desenvolvimento, em 2018, de mecanismos que permitem a informação em tempo real nos painéis de informação ao passageiro, em 2019, foram também desenvolvidos em Web Service, mecanismos para atualizar a informação permanentemente em diversas plataformas como o Site e APP institucionais, o Google e a Transporlis.pt.

5.3.2.3. Sistemas de Informação

Para além da atividade contínua e permanente de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas na TTSL, ao longo de 2019, foram desenvolvidas melhorias e/ou benefícios em três vertentes específicas:

- A. Implementação de melhorias funcionais**, realizadas em diversos sistemas, destacando-se as seguintes ações:
- a) Melhorias da plataforma de Gestão Documental, nomeadamente a pesquisa avançada, a possibilidade de eliminar registos e melhoria na gestão de entidades.
 - b) Melhorias do Software e de Hardware dos equipamentos do sistema de bilhética da TTSL, nomeadamente, a simplificação dos menus dos Postos Manuais de Venda.
- B. Implementação de projetos**, salientando-se os seguintes:
- a) Apoio na Implementação de novo ERP - Software Primavera (suporte à adoção do SNC-AP);
 - b) Continuação da renovação de equipamentos informáticos para postos de trabalho.
 - c) Implementação do projeto de instalação de rede Wi-Fi nos terminais e estações.
 - a) Continuação do projeto de instalação de rede Wi-Fi em todos os navios catamarã, incluindo os ferries Almadense e Lisbonense da frota da Transtejo.
 - b) Implementação de sistema de backups para os sistemas de informação TTSL.
 - c) Conclusão da implementação de novos painéis de informação ao passageiro com informação em tempo real.
 - d) Apoio na implementação de novo software de Recursos Humanos para integrar com o ERP Primavera.
 - e) Implementação do novo tarifário no sistema de bilhética da TTSL - Títulos Navegantes.
 - f) Apoio na colocação em serviço do Serviço de Apoio ao Cliente no Terreiro do Paço, disponibilizando equipamentos para a personalização de cartões e bilheteira.
- C. Estudo / análise para a implementação de novos projetos**
- a) Análise para a implementação e novo software de gestão de assiduidade (PI) para substituir o *Wintime* que apresenta já muitas limitações.

5.4. Gestão de Risco e Auditoria Interna

Durante o ano de 2019, o Gabinete de Auditoria Interna e Qualidade, continuou a assumir as funções de auditoria e de consultoria das empresas Soflusa e Transtejo.



Handwritten initials and marks in blue ink, including a large '7' and several arrows pointing to the right.

As ações de auditoria interna realizadas, em 2019, limitaram-se à validação do cumprimento dos requisitos legais em matéria de Qualidade, Ambiente e Higiene e Segurança do trabalho e à realização de auditorias energéticas aos Navios da Frota.

No âmbito da Gestão do Risco, foi elaborado o Relatório de Execução do Plano Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas relativo a 2018, que obteve aprovação do Conselho de Administração em 27 de junho de 2019, tendo o mesmo sido carregado no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF) em 19 de julho de 2019.

5.5. Gestão da Marca

A Gestão da Marca engloba além da comunicação com o Cliente, essencial no relacionamento com o mesmo, mais dois pilares essenciais. O primeiro é comunicação interna, que promove o envolvimento dos colaboradores para a boa reputação da imagem da empresa e o segundo é através de apoios e parcerias institucionais, que demonstra o envolvimento com a comunidade e a posição que a empresa pretende alcançar.

5.5.1. Apoios e parcerias institucionais

janeiro 2019

- Inicie o Ano a pedalar, 6 de janeiro

Em resposta a solicitação da FCUB - Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta, no âmbito da promoção da utilização dos modos suaves de transporte, a TTSL apoiou a realização do evento "Inicie o ano a pedalar", autorizando o transporte excepcional de 20 bicicletas (n.º máximo), por navio, em determinados períodos horários/horários das ligações fluviais do Barreiro, Cacilhas, Montijo e Seixal.



abril 2019

- Parlamento de portas abertas

A TTSL - Transtejo Softusa apoiou a divulgação online (site ttsl.pt) da iniciativa da Assembleia da República "Parlamento de portas abertas", iniciativa de comemoração dos 45 anos de Democracia em Portugal.

- Inquérito da Câmara Municipal de Almada sobre o percurso turístico entre Cacilhas e o Cristo Rei

A Transtejo autorizou a realização de inquéritos ao público, no Terminal Fluvial de Cacilhas, coordenados pela Câmara Municipal de Almada no âmbito de um estudo sobre a dinamização do percurso turístico entre Cacilhas e o Cristo Rei, nas componentes de valorização do ambiente urbano, dos recursos patrimoniais e paisagísticos e da economia local, reforçando as componentes com ligação ao turismo.

março 2019

- Meia Maratona de Lisboa

A Transtejo voltou a apoiar, logisticamente, a realização da prova desportiva anual "Meia Maratona de Lisboa", mediante o fretamento de navio para transporte dos 300 seguradoras e Juizes de partida, pelo valor de 1.000€ (HVA).

- 20.º aniversário AGENEAL

No dia 29 de março, a AGENEAL - Agência Municipal de Energia de Almada, da qual a Transtejo - Transportes Tejo, S.A. é associada, celebrou o 20.º aniversário, a bordo de um navio turístico.

A Transtejo apoiou a realização do evento através da cedência, a título gratuito, de um pontão, em Cacilhas, para o embarque e desembarque de materiais e convidados.

maio 2019

- Campanha Pirlampo Mágico 2019

A TTSL - Transtejo Softusa apoiou a divulgação online (site ttsl.pt) da campanha anual de angariação de fundos da Fenacerci - Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social.



Handwritten signature and initials in blue ink.

Em contrapartida, a Fenacerci considerou a marca TTSL no painel de entidades de apoio à iniciativa.

- **Atracações de navio turístico ao serviço da Câmara Municipal de Almada**

A Transtejo autorizou, título pago (200€), duas atracções de navio turístico, ao serviço da Câmara Municipal de Almada, num dos seus pontões do Terminal fluvial de Cacilhas.

- **Regata de Portugal**

A Transtejo apoiou a realização do evento náutico "Regata de Portugal", realizado entre 30 de maio e 2 de junho, através do aluguer, a valor reduzido, de um pontão destinado a palco do evento.

O aluguer e os trabalhos de manutenção do pontão tiveram o valor de 7000€ (+IVA), tendo ficado a cargo da organização as despesas relativas ao transporte, manobras e licenças emitidas pelas entidades competentes.

Como contrapartida, a organização comprometeu-se a inserir a marca TTSL nos diversos materiais, suportes, canais e plataformas de divulgação e promoção do evento.

- **Trafaria (com) Prova**

A Transtejo apoiou a divulgação e realização da iniciativa da Câmara Municipal de Almada, que pretende recuperar a memória da Trafaria como um local privilegiado de lazer e convívio, aproveitando e potenciando turisticamente as excecionais condições oferecidas pelo cenário natural do estuário do Tejo e das vistas sobre Lisboa ali existentes.

De 31 de maio a 2 de junho, o Passeio Ribeirinho da Trafaria recebeu nova edição do festival de gastronomia Trafaria (com) Prova, ao qual a empresa voltou a associar-se como parceiro de mobilidade.

Numa estratégia que visou aproximar as margens do Tejo, disponibilizou carreiras extra diretas, na ligação fluvial Trafaria - Belém*, durante os três dias do evento.

Junho 2019

- **Lisboa Antiga de Bicicleta - Dia Mundial da Bicicleta, 2 de junho**

Em resposta a nova solicitação da FCUB - Federação Portuguesa de Ciclismo e Utilizadores de Bicicleta, a TTSL apoiou a realização do evento "Lisboa Antiga de Bicicleta", autorizando o transporte excepcional de 20 bicicletas (n.º máximo), por navio, em determinados períodos horários/horários das ligações fluviais do Barreiro, Cacilhas, Montijo e Seixal.

- **"Libertas", by Vasco Araújo**

A Transtejo apoiou a realização de performance do Coro Libertas e autorizou a respetiva filmagem, a bordo de navio da ligação fluvial da Trafaria (sentido Porto Brandão > Belém), no dia 4 de junho, entre as 19h10 e as 19h30, momentos antes da inauguração de exposição do

artista plástico Vasco Araújo no MAAT - Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia, em Belém.

A empresa autorizou, a título gratuito, a realização do trabalho a bordo bem como a captação de sons e imagens destinadas à produção de clipe de vídeo, no âmbito da exposição.

Durante a travessia Porto Brandão > Belém, um grupo de cerca de 60 pessoas (títulos de viagem e suportes pagos pela organização) do Coro Lisboa Cantat cantou a "Va Pensiero" de Giuseppe Verdi.

Chegado a Belém, o grupo de 65 pessoas encontrou-se com outro grupo de cerca de 150 pessoas e juntos seguiram, a cantar, em loop, até às escadas do Edifício Central Tejo, onde ficaram 10 minutos a cantar.



- **Marchas Populares de Almada**

À semelhança de outros anos, a Câmara Municipal de Almada solicitou à Transtejo o apoio logístico para realização da iniciativa "Marchas Populares 2019", o qual se consubstanciou na autorização de acesso à Doca 13 e na abertura do portão e o gradeamento que ligam esta área à Lisnave, de modo a facilitar a organização das marchas realizadas no dia 23 de junho e a permitir um corredor de emergência e ou de serviço, imprescindível ao desfile popular.

- **Procissão do Mar - Festas populares de São Pedro, Montijo**

A Transtejo apoiou, uma vez mais, a realização do tradicional evento "Procissão do Mar", constante no programa das Festas populares de São Pedro, realizadas no Montijo, através do aluguer de navio catamarã à Câmara Municipal do Montijo, pelo valor de 1,200€.

O navio transportou convidados do município (embarque e desembarque em pontão do Terminal fluvial do Montijo) e efetuou o percurso completo da procissão fluvial.

Julho 2019

- **Exposição 150 da abolição da escravatura em todos os territórios portugueses na Assembleia da República**

A TTSL - Transtejo Soflusa apoiou a divulgação online (site ttsl.pt) da iniciativa da Assembleia da República sobre a temática dos 150 anos da abolição da escravatura em todos os territórios portugueses.

- **World Bike Tour 2019, 14 de julho**

Em resposta à solicitação da organização do evento *World Bike Tour*, a TTSL apoiou a realização da edição 2019, autorizando o transporte excepcional de 20 bicicletas (n.º máximo), por navio, em determinados períodos horários/horários das ligações fluviais do Barreiro, Cacilhas, Montijo e Seixal.

▪ Visita Grupo CT 148

No dia 18 de julho, a TTSL foi anfitriã da reunião regular do grupo de trabalho da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização: CT 148 - Transportes - Logística e serviços.

Na iniciativa, acolhida no Auditório Transtejo, no Cais do Sodré, foram debatidos os aspetos finais relativos à norma dos autocarros urbanos e iniciados os trabalhos relativos à elaboração de norma para o modo fluvial.

Nesse sentido, foi também realizada uma visita técnica aos navios da frota, por modo a que os 20 participantes - oriundos de vários modos e operadores de transporte e de entidades tais como AMT, ANSR, APCER, APLOG, IMT, SGS, etc - pudessem ter um maior conhecimento do modo e das suas especificidades. A ligação fluvial selecionada foi a de Cacilhas, tendo sido oferecidas 40 viagens.

▪ Summer Course 2019 - BEST Almada

A Transtejo apoiou a realização de evento incluído na iniciativa académica Summer Course* 2019 (14.ª edição), organizada pela BEST Almada - Associação de estudantes de tecnologia, sem fins lucrativos, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, através de:

- Oferta de desconto de 50% no valor de aquisição dos títulos de transporte (bilhetes simples), válidos na ligação fluvial Cacilhas - Cais do Sodré, considerando um grupo de 29 pessoas, que realizou duas viagens. O valor do apoio traduziu-se em 37,70€.

Como contrapartida deste apoio, a BEST Almada comprometeu-se com a aplicação da marca TTSL em todos materiais informativos e promocionais, tal como nas diferentes plataformas digitais/sociais do evento

setembro 2019

▪ "Jazz na Rua" no terminal fluvial do Barreiro

O terminal fluvial do Barreiro recebeu a iniciativa "Jazz na Rua", organizada pela Escola de Jazz do Barreiro, que animou os passageiros que embarcaram, com destino ao Terreiro do Paço, entre as 7h e as 9h do dia 11 de setembro.

Em contrapartida desta performance musical, que permite divulgar e promover a oferta formativa desta instituição de ensino, a Escola de Jazz do Barreiro inseriu a marca TTSL nas peças de divulgação (impressas e online) da iniciativa.

▪ Pedale Connosco, 15 de setembro

Em resposta a solicitação conjunta da FCUB - Federação Portuguesa de Ciclismo e Utilizadores de Bicicleta e da AML - Área Metropolitana de Lisboa, no âmbito das comemorações da Semana Europeia da Mobilidade, a TTSL apoiou a realização do evento "Pedale Connosco", autorizando o transporte excecional de 20 bicicletas (n.º máximo), por navio, em determinados períodos horários/horários das ligações fluviais do Barreiro, Cacilhas, Montijo e Seixal.

Em contrapartida deste apoio, a marca TTSL foi considerada na área de Apoios, nos vários materiais de divulgação e promoção da iniciativa.

▪ Semana Europeia da Mobilidade em Almada

A AGENEAL - Agência Municipal de Energia de Almada, no âmbito do seu programa de atividades da Semana Europeia da Mobilidade 2019, intitulada "Anda Connosco", solicitou, como habitual, o apoio da Transtejo na realização de várias iniciativas.

Tal apoio consubstanciou-se em:

- Oferta de 500 viagens "Cacilhas - Cais do Sodré", carregadas em 500 suportes Viva viagem (adquiridos pela AGENEAL), destinadas à iniciativa "Viagens a Troco do Lixo", agendada para 16 de setembro;

O valor da oferta foi de 650€ (IVA incluído). O valor total dos 500 suportes Viva Viagem, suportado pela AGENEAL, foi de 250€ (IVA incluído).

Os objetivos desta iniciativa, destinada à população do concelho de Almada, são o incentivo à utilização dos Transportes Públicos e à reutilização e reciclagem, através da troca materiais que podem ser reciclados, por viagens gratuitas nos transportes públicos que servem Almada.

- Divulgação da vertente digital da campanha SEM Almada 2019 "Anda Connosco", através de notícia destaque no site ttsl.pt, a partir do dia 13 de setembro;

Como contrapartida destes apoios, a AGENEAL assumiu a inserção da marca TTSL em todos os materiais, suportes e meios da campanha,

▪ Bicla Fest, 22 de setembro

Cooperando com a FCUB - Federação Portuguesa de Ciclismo e Utilizadores de Bicicleta e a AML - Área Metropolitana de Lisboa, no âmbito das comemorações da Semana Europeia da Mobilidade, a TTSL apoiou a realização do evento "Bicla Fest", autorizando o transporte excecional de 20 bicicletas (n.º máximo), por navio, em determinados períodos horários/horários das ligações fluviais do Barreiro, Cacilhas, Montijo e Seixal.

Como contrapartida da colaboração, a marca TTSL foi considerada na área de Apoios, nos vários materiais de divulgação e promoção da iniciativa.

▪ Sunset Solidário

A Transtejo apoiou, à semelhança de 2018, a realização da edição 2019 do evento de solidariedade organizado e promovido pela Associação Salvador "Sunset Solidário", com o objetivo de angariar fundos para apoio a pessoas com deficiência motora. O apoio da Transtejo traduziu-se na autorização, a título gratuito, de:

- Utilização do espaço exterior da Estação fluvial de Belém - espaço adjacente ao cais -, para check-in e receção dos convidados, com um photowall, e exposição de três automóveis do parceiro da associação, C, Santos VP;

- Atracação de navio WaterX, no pontão da Estação fluvial de Belém, para embarque e desembarque de convidados,

Além do cumprimento das regras e condições de segurança da Transtejo, a entidade organizadora foi responsável pela delimitação do espaço, pelo pedido e tratamento de todas as autorizações necessários, junto das autoridades competentes, bem como pela higiene e limpeza dos espaços e acessos utilizados.

■ Tasquinhas e Burricadas, 14.ª edição

A Transtejo apoiou a realização do evento anual de Almada "Tasquinhas e Burricadas", através da cedência, a título gratuito, do espaço de estacionamento em Cacilhas (destinado a estacionamento de viaturas de trabalhadores da empresa) entre as 24h do dia 28 de setembro (sábado) e as 20h de dia 29 de setembro (domingo), a fim de ser utilizado para realização de atividades lúdicas (os passeios de burros e a corrida) do evento.

A Câmara Municipal de Almada assumiu a responsabilidade de delimitar o espaço considerado e garantir a higiene e limpeza do espaço e acessos utilizados.

outubro 2019

■ Visita FERNAVE

Na tarde do dia 17 de outubro, a Transtejo recebeu uma comitiva de dez formandos da FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A, a qual, além de pretender conhecer um pouco mais da história, desenvolvimento e atividade da TTSL, realizou uma visita guiada ao Controlo de Tráfego, em Cacilhas, a qual incluiu a experiência das travessias na ligação fluvial em causa.

■ Festival da Bicicleta Solidária, 27 de outubro

Em resposta a solicitação da FCUB - Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta, a TTSL apoiou a realização do evento "Festival da Bicicleta Solidária", autorizando o transporte excepcional de 20 bicicletas (n.º máximo), por navio, em determinados períodos horários/horários das ligações fluviais do Barreiro, Cacilhas, Montijo e Seixal.

■ Peditório Nacional da Liga Portuguesa Contra o Cancro 2019

A Transtejo apoiou a realização da edição 2019 do Peditório Nacional da Liga Portuguesa Contra o Cancro, autorizando a presença de voluntários do Núcleo Regional do Sul da Liga Portuguesa Contra o

Cancro, no interior dos terminais fluviais do Seixal e de Cacilhas e na estação fluvial de Belém, entre 31 de outubro e 3 de novembro.



dezembro 2019

■ Venda Solidária de Natal da Cruz Vermelha Portuguesa

Em resposta à solicitação da Delegação de Foz do Tejo da Cruz Vermelha Portuguesa, a Transtejo autorizou, a título gratuito, a utilização temporária de um dos seus espaços comerciais exteriores, disponíveis no terminal fluvial do Seixal, destinada à venda solidária de Natal desta instituição, visando a angariação de fundos para suporte da sua atividade humanitária.

■ Passagem de Ano 2019/2020 em Almada

Tal como em anos anteriores, a Transtejo apoiou a Câmara Municipal de Almada na organização do evento de Passagem de Ano, realizado em Cacilhas, junto à Doca 13, através de:

- Disponibilização de corrente elétrica junto à torre;
- Permissão para estacionamento de algumas viaturas de serviço e de convidados e controlo dos veículos devidamente autorizados e credenciados por parte de vigilante ao serviço da Transtejo;
- Permissão para utilizar a porta de acesso ao recinto público do espetáculo, por parte de elementos ao serviço e por parte de convidados, mediante controlo de acesso assegurado pela organização.

■ Cedência de equipamento à AHBVSS - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Sul e Sueste

A Soflusa cedeu, a título gratuito, um motor à AHBVSS - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Sul e Sueste, para instalação numa embarcação de socorro operacional desta entidade.

A Soflusa não tinha qualquer perspetiva de utilização do equipamento em causa (integralmente amortizado), uma vez que o mesmo estava destinado a equipar uma embarcação que, entretanto, deixou de fazer parte da frota da empresa.

5.5.2. Comunicação interna e ações de endomarketing

Janeiro 2019

■ Obras de requalificação da estação e praça Sul e Sueste

A Soflusa autorizou a ação de distribuição de material informativo sobre as obras de requalificação da estação e praça Sul e Sueste, nos espaços interior e exterior



do Terminal fluvial do Terreiro do Paço.

A ação, levada a cabo pela Câmara Municipal de Lisboa, visou informar os utilizadores dos transportes públicos relativamente à intervenção em curso e às consequentes condições de mobilidade dos passageiros do transporte público fluvial.

Paralelamente, a TTSL - Transtejo Soflusa ativou, na sua plataforma online interna "Intranet", notícia sobre as obras e as alterações na mobilidade da área, destinada a informar, especificamente, a comunidade interna.

▪ **Oferta de Estágio Profissional na área de Direito**

A TTSL lançou oferta de um estágio profissional extracurricular com a duração de 12 (doze) meses, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 66/2011, de 1 de junho, destinado a recém-licenciados/as e Mestres em Direito, para aquisição de competências, ao nível profissional, de um Jurista de Empresa.



março 2019

▪ **Meia Maratona de Lisboa**

A Transtejo voltou a apoiar, logisticamente, a realização da prova desportiva anual "Meia Maratona de Lisboa", mediante o fretamento de navio para transporte dos 300 seguranças e Juizes de partida.

Como contrapartida deste apoio foram disponibilizadas 50 inscrições, destinadas a trabalhadores TTSL e respetivos familiares diretos.

No âmbito deste apoio, foi dinamizado um passatempo interno, junto de todos os trabalhadores, visando a distribuição, em igualdade de oportunidades, dos 30 dorsais Meia Maratona e dos 20 dorsais Mini Maratona disponibilizados. Esta iniciativa levou 25 trabalhadores TTSL, e respetivos familiares, ao evento.

abril 2019

▪ **Restaurante Cervejaria Trindade _Oferta especial**

Com o objetivo de aumentar a procura dos almoços aos dias úteis, o histórico restaurante Cervejaria Trindade, disponibilizou, à TTSL, 100 vouchers com a oferta "prato de menor valor, no consumo de dois pratos da sua ementa de carne ou peixe".

A oferta especial foi divulgada e dinamizada através de passatempo interno e levou dezenas de trabalhadores TTSL, até final de maio, à cervejaria mais antiga de Portugal

maio 2019

▪ **Vagas para Mestre de Tráfego Local na ligação fluvial do Barreiro**

A empresa lançou anúncio interno para encontrar candidatos a quatro (4) vagas de Mestre de Tráfego Local. Puderam concorrer à mesma, Marinheiros do Tráfego Local da Soflusa com os candidatos habilitados com a categoria marítima (cédula marítima) de Mestre do Tráfego Local e possuidores de Certificados de Operador de Radar e VHF, válidos.

junho 2019

▪ **Aqua Splash Seixal 2019**

Pelo segundo ano consecutivo, a Transtejo apoiou a realização do evento da Câmara Municipal do Seixal e do Correio da Manhã, organizado pela COFINA Eventos, junto ao Terminal fluvial do Seixal.

Para que a mesma se tornasse possível, a Transtejo cedeu, mediante protocolo com o município, parte do espaço do parque de estacionamento do Terminal Fluvial do Seixal.

No âmbito deste apoio foi concedido um desconto especial para trabalhadores TTSL (10% de desconto aos dias úteis e 20% de desconto ao fim de semana e feriados), aplicado ao preçário do evento, mediante apresentação de cartão de trabalhador no momento de compra do bilhete, na bilheteira do evento.

Julho 2019

▪ **Vaga para Chefe de Terminal do Montijo**

No âmbito do recrutamento interno, a Transtejo abriu concurso para (1) Chefe de Terminal do Montijo, destinado a trabalhadores com a categoria de Bilheteiro e Chefe de Estação.

Setembro 2019

▪ **Vaga para Mestre de Tráfego Local na ligação fluvial do Seixal**

A empresa lançou anúncio interno para encontrar candidatos uma (1) vaga de Mestre do Tráfego Local.

Puderam concorrer à mesma, Marinheiros do Tráfego Local da Transtejo com o seguinte perfil:

- Integrantes da Bolsa de Marinheiros Encartados, reconhecida pela Transtejo e autorizada pela Capitania do Porto de Lisboa;
- Habilitados com o curso de catamarã Transtejo.

outubro 2019

▪ **Newsletter #1 _ Todos a bordo da nova aplicação**

O lançamento da App TTSL, a revisão dos Acordos de Empresa e o novo Regulamento de Carreiras foram os temas da primeira Newsletter da nova marca.

▪ **Restaurante Segundo Muelle _Oferta especial**

Com o objetivo de captar novos clientes, o restaurante peruano Segundo Muelle, localizado no Cais do Sodré, disponibilizou, à TTSL, 80 vouchers com a oferta "Menu Executivo + uma cerveja sem álcool*. no consumo de um prato da ementa, com bebida".

A oferta especial foi divulgada e dinamizada através de passatempo interno e levou alguns dos trabalhadores, até final de novembro, a experimentar novas rotas gastronómicas.

novembro 2019

▪ **Newsletter #2 _ App e Wi-Fi TTSL em velocidade de cruzeiro**

A 2.ª Newsletter interna, abordou a evolução da App TTSL, no seu primeiro mês de existência, bem como o serviço Wi-Fi gratuito.

O lançamento da App TTSL, a revisão dos Acordos de Empresa e o novo Regulamento de Carreiras foram os temas da primeira Newsletter da nova marca.

O novo sistema tarifário e a mudança de paradigma dos transportes públicos proporcionada pela Passe Navegante Metropolitano e Passe

Navegante Família foi outros dos destaques desta edição, na qual foram dadas a conhecer novidades dos terminais:

- Procedimento para aquisição de novas instalações do Terminal fluvial do Barroiro;

- A instalação de novas portas de desembarque, nas saídas dos passadiços do terminal do fluvial do Cais do Sodré.

dezembro 2019

▪ Newsletter #3 - Mensagem do Conselho de Administração

A última newsletter de 2019 destacou a Mensagem de Natal e Ano Novo do Conselho de Administração da TTSL, assinalou os 44 anos da Transtejo, apresentou as Listas de Distinção por Antiguidade

(trabalhadores com 10, 20, 30 e 40 anos de serviço na Transtejo e na Soflusa).

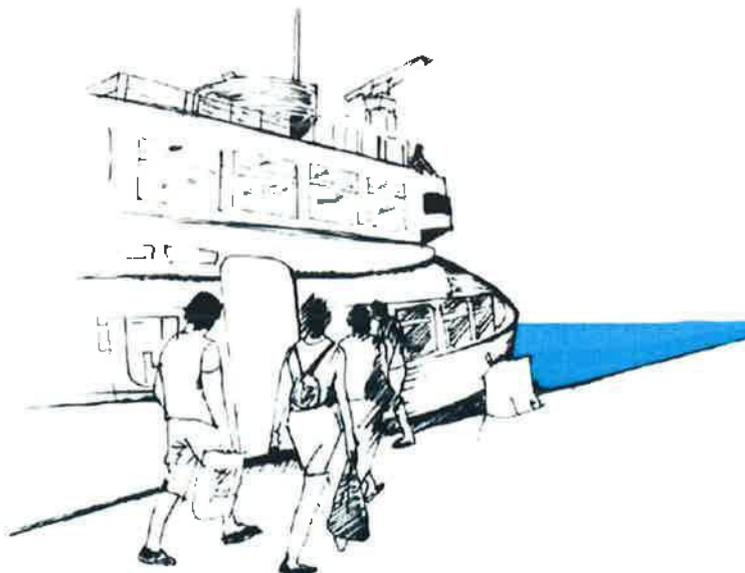
Outros temas desenvolvidos foram a formação interna no âmbito da igualdade de género e conciliação das várias dimensões da vida o Projeto de aumento da oferta de transporte de bicicletas, através do aumento da lotação da frota TTSL e a Requalificação do teto do edifício da Estação Velha, em Cacilhas.

▪ Campanha de Vacinação contra a Gripe Sazonal 2019

A iniciativa anual, que permite a vacinação gratuita dos trabalhadores que pretendam prevenir e controlar o vírus da gripe decorreu, mediante inscrição, durante a segunda quinzena de dezembro, em vários edifícios/locais da organização.

5.6. Relações Internacionais

A Transtejo, assegura a sua participação em organizações internacionais do setor da mobilidade e transporte público de passageiros, nomeadamente, na CEEP e na UITP.



6. Gestão de Recursos Humanos

6.1. Gestão do Efetivo

Na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto e, no âmbito do processo de autonomização das empresas, anteriormente sob gestão conjunta, foi necessário, ao longo de 2019, continuar o processo de recomposição de uma nova estrutura organizacional, promovendo a reorganização interna, no sentido do dimensionamento do efetivo às reais necessidades, tendo em conta o seu nível de atividade e de forma a garantir uma organização eficiente.

Destaca-se o esforço desenvolvido para otimizar os recursos da Transtejo e da Soflusa, mantendo o projeto de gestão conjunta das entidades que compõem a Organização (n.º de efetivos a 31.dez 2019 = 436 | 2018 =434).

Empresas	Indicadores de Recursos Humanos	Δ 2019/2018		2019	2018	2017
TT	Efetivo médio	0,2%	1	302	301	300
	N.º efetivos a 31.DEZ	-1,0%	-3	298	301	301
SL	Efetivo médio	0,7%	1	136	135	143
	N.º efetivos - 31.DEZ	3,8%	5	138	133	139
TTSL	Efetivo médio	0,4%	2	438	436	443
	N.º efetivos - 31.DEZ	0,5%	2	436	434	440

Tabela 20 - Gestão do Efetivo (2017-2019)

O gráfico seguinte apresenta a evolução do efetivo médio nas duas empresas ao longo dos anos:



Gráfico 8 - Evolução do n.º de efetivo médio da TTSL (2010-2019)

Quanto à movimentação de pessoas, verificaram-se na Transtejo **7 entradas** (4 contratos de trabalho por tempo indeterminado (1 deles resultante de integração no âmbito do PREVPAP) e 3 contratos de cedência de interesse público - celebrados nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro e do artigo 241º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e **10 saídas** (2 por iniciativa do trabalhador, 6 por motivo de reforma e 2 por outro motivo). Na Soflusa verificaram-se **9 entradas** (6 com contratos de trabalho por tempo indeterminado e 3 por outro motivo) e **4 saídas** (3 por motivo de reforma e 1 por outro motivo).

Empresas	Indicadores de Recursos Humanos	2019/2018	2018/2017	2017/2016
TT	Variação do nº efetivos a 31.DEZ	-3	0	4
SL	Variação do nº efetivos a 31.DEZ	5	-6	-6
TTSL	Variação do nº efetivos a 31.DEZ	2	-6	-2

Tabela 21 - Variação do número de efetivos (2017-2019)

Os quadros seguintes apresentam a caracterização do efetivo, em 31 de dezembro de 2019, por faixa etária, gênero e área de atividade.

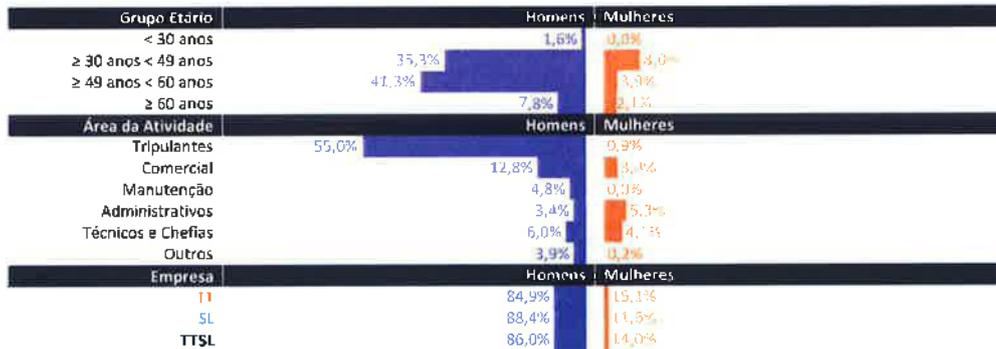


Gráfico 9 - Distribuição % do efetivo, por faixa etária, gênero e área de atividade a 31 de dezembro de 2019



Gráfico 10 - Distribuição % do efetivo de cada área de atividade, por grupo etário e gênero a 31 de dezembro de 2019

Os dados apresentados permitem extrair as seguintes conclusões:

- 77% dos efetivos estão afetos às áreas operacionais (Tripulantes (55,97%), Comerciais (16,84%) e Manutenção (4,82%));
- 55,1% dos trabalhadores têm mais de 48 anos de idade, sendo que 45,2% dos trabalhadores se encontram na faixa etária compreendida entre os 49 e os 60 anos de idade;
- Apenas 14% dos trabalhadores das TTSL são do gênero feminino.

Handwritten signature and initials

6.1.1. Princípio de Igualdade do Género

No quadro da sua política de gestão, a Transtejo/Soflusa observa os princípios de igualdade e de não discriminação entre homens e mulheres no sentido de dar o seu contributo para que a Sociedade seja mais equilibrada, justa, inclusiva e coesa.

De forma a consolidar a integração desta dimensão nas suas prioridades gestionárias, a empresa promoveu, pela primeira vez, a realização de um conjunto de ações de formação/sensibilização dirigidas a todos os seus trabalhadores no sentido de dar visibilidade às políticas públicas prosseguidas pelo Governo no que concerne às temáticas da igualdade de género e da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar, com os seguintes objetivos principais:

- Informar os trabalhadores sobre os mecanismos que produzem as situações de desigualdade e definir estratégias de mudança no contexto familiar, pessoal e profissional, promovendo a igualdade de género e de oportunidades contribuindo, dessa forma, para a inversão de trajetórias de exclusão social;
- Sensibilizar para a importância da promoção de um maior equilíbrio entre a vida profissional, pessoal e familiar, como condição para uma efetiva igualdade entre homens e mulheres e para uma cidadania plena, que permita a realização de escolhas livres em todas as esferas da vida.

Nesta conformidade, em 2019, foram ministradas dez ações que envolveram um total de 71 participantes, correspondentes a cerca de 24% do universo de trabalhadores da Transtejo, e um volume de formação de 248,5 horas.

Estão identificados os aspetos que evidenciam a persistência das desigualdades de género e o ritmo lento das evoluções ocorridas globalmente, sublinhando que: as disparidades de género na população ativa e nas taxas de emprego diminuíram apenas marginalmente; as mulheres jovens enfrentam o maior risco de desemprego; a qualidade do emprego das mulheres continua a ser um desafio; as diferenças entre homens e mulheres na distribuição das tarefas não remuneradas e nos cuidados significam que há uma maior probabilidade das mulheres trabalharem menos horas numa atividade remunerada de qualquer natureza; com as tendências atuais serão necessários 70 anos para eliminar as disparidades salariais de género, e as desigualdades no trabalho entre homens e mulheres resultam em disparidades de género no acesso à proteção social, nomeadamente nas prestações por maternidade e de velhice.

Importará, por isso, continuar a assumir a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres como um compromisso e uma prioridade estratégica e tê-la em consideração em todos os aspetos da tomada de decisão. A existência de condições que promovam a igualdade de género nas organizações e, de forma mais abrangente, a diversidade, permite que as pessoas, individualmente e integradas em equipas, se revelem mais criativas, com níveis mais elevados de motivação, de realização e de satisfação, mais produtivas e mais capazes de corresponder aos objetivos e aos desafios colocados às e pelas entidades empregadoras.

Trata-se de uma relação “win-win”: Organizações mais conscientes da importância da afirmação de uma cultura coletiva de responsabilidade social e justiça, que incorporam nas suas estratégias de gestão os princípios de igualdade e de não discriminação entre mulheres e homens, e que obtêm, por esta via, o melhor aproveitamento de todo o potencial existente nas pessoas, fazendo prevalecer o talento em detrimento de estereótipos infundados, têm trabalhadores e trabalhadoras mais produtivos/as, empenhados/as e felizes e são agentes mais fortes de desenvolvimento económico e social e, em regra, também, mais bem-sucedidas, mais sustentáveis e, de forma crescente, mais valorizadas e a merecer a preferência e a confiança de clientes e restantes “stakeholders”.

A Transtejo/Soflusa, predispôs-se, à medida que os documentos estratégicos são revistos, bem como na comunicação interna/externa, produzida, editada e distribuída, incorporar princípios de igualdade e não discriminação entre homens e mulheres, adotando linguagem inclusiva (escrita, não escrita e em imagens).



Handwritten signature and initials in blue ink.

A prossecução desta estratégia está, porém, condicionada à especificidade de grande parte das funções desempenhadas pelo efetivo da Transtejo/Soflusa, maioritariamente relacionadas com a área marítima, designadamente pelas tripulações (mestres, maquinistas e marinheiros), cuja atividade é, tradicionalmente, desempenhada por homens, e em que o número de pessoal do género feminino habilitado é, ainda, reduzido.

Tal justifica que no final de 2019, conforme evidenciado no gráfico apresentado anteriormente, do universo de 436 efetivos que integram as duas empresas, 86% (375 trabalhadores) são do género masculino e apenas 14% (61 trabalhadoras) são do género feminino.

De acordo com o n.º2, da RCM n.º18/2014, de 5 de março, que determina que as empresas do Setor Empresarial do Estado devem promover, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações, apresenta-se no quadro seguinte o valor dos Gastos de Pessoal do ano em análise, distribuídos por género, nas duas Empresas.

Empresa	Indicadores de Recursos Humanos		2019	
	Remunerações Pagas		H	M
TT	Remunerações Órgãos Sociais	53 430	149 346	202 776
	Remunerações do Pessoal	5 576 808	1 307 157	6 883 965
	Indemnizações	669	0	669
	Encargos sobre remunerações	1 252 227	323 828	1 576 055
	Outros Gastos com Pessoal (Processamento)	337 146	51 534	388 680
	Total Remunerações Pagas	7 220 279	1 831 845	9 052 124
SL	Remunerações Órgãos Sociais	324	324	648
	Remunerações do Pessoal	2 780 597	290 057	3 070 654
	Indemnizações	4 056	0	4 056
	Encargos sobre remunerações	625 246	65 917	691 162
	Outros Gastos com Pessoal (Processamento)	52 142	11 140	63 282
	Total Remunerações Pagas	3 562 345	367 438	3 929 784

Tabela 22 - Remunerações pagas por género, em 2019

6.1.2. Política Salarial

Ao setor público empresarial aplicou-se, em 2019, nos termos do n.º 8, do artigo 16.º da LOE de 2019⁹, o disposto nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, como ocorrido em 2018.

De acordo com o n.º 5 do artigo 151.º do DLEO 2019¹⁰, as empresas do setor público empresarial devem dispor de instrumentos que prevejam mecanismos de valorização remuneratória para os seus trabalhadores, estabelecendo o n.º 6 que, naquelas empresas, o disposto no instrumento de regulamento de regulamentação coletiva de trabalho prevalece sobre as normas do referido artigo.

No ano em análise e no que respeita aos gastos com pessoal, verificou-se na Transtejo um aumento total de 1,1% e na Soflusa uma redução de -3,4%

Empresa	Indicadores de Recursos Humanos	Δ 2019/2018	2019	2018	2017	
TT	Gastos com Pessoal	1,1%	99	9 052	8 953	8 417
	Massa Salarial	1,0%	66	6 971	6 905	6 536
SL	Gastos com Pessoal	-3,4%	-137	3 930	4 067	3 953
	Massa Salarial	0,4%	12	3 126	3 115	3 156

Tabela 23 - Gastos com Pessoal e Massa Salarial (2017-2019)

⁹ Vide Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro - Lei do Orçamento de Estado de 2019 (LOE)

¹⁰ Vide Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho - Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2019 (DLEO)

Estas variações refletem o impacto da aplicação plena do disposto nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, conforme determinado no artigo 16.º da LOE 2019 e no artigo 151.º do DLEO-2019, bem como do processo de revisão salarial para 2019.

- i. Manteve-se, assim, a aplicação plena dos instrumentos de regulamentação coletiva do trabalho, conforme estabelecido no artigo 16.º da Lei do OE2019 e no artigo 151.º do DLEO-2019.
- ii. Adicionalmente, decorreu um processo de revisão salarial que resultou em acordos entre a Transtejo e a Soflusa e os Sindicatos representativos dos trabalhadores, datado de 22 de julho, com efeitos em agosto de 2019.

6.2. Desenvolvimento de competências e formação

O ano de 2019 caracterizou-se pela continuidade do esforço da Transtejo e da Soflusa, face a rigidez dos seus quadros de efetivos, para manter o investimento na formação profissional como um instrumento essencial ao desenvolvimento e valorização das pessoas e da Organização.

Comparativamente com o ano anterior, na Transtejo o volume de formação registou um acréscimo de 65%, com 2.856 horas de formação. Apesar do número de participantes apresentar uma redução de 18% (-44 participantes), o número de ações verificou um acréscimo de 8% (+ 4 ações).

Indicadores de Formação	Δ 2019/2018	2019	2018	2017	
N.º Horas de Formação	65%	1130	2856	1726	1840
N.º Ações de Formação	8%	4	56	52	36
N.º Participantes em Formação	-18%	-44	206	250	151

Tabela 24 - Formação (Horas, ações e participações) na TT (2017-2019)

Relativamente à Soflusa, o volume de formação em 2019 registou um acréscimo de 825%, quando comparado com 2018, atingindo um total de 1.415 horas de formação. O número de ações de formação e o nº de participantes acompanharam, em menor parte, a variação positiva do volume de formação. Assim o nº de ações aumentou 53% e o nº de participantes também se traduziu num aumento 120%, quando comparados com o período homólogo.

Indicadores de Formação	Δ 2019/2018	2019	2018	2017	
N.º Horas de Formação	825%	1262	1415	153	477
N.º Ações de Formação	53%	10	29	19	25
N.º Participantes em Formação	120%	48	88	40	56

Tabela 25 - Formação (Horas, ações e participações) na SL (2017-2019)

Em 2019 foram realizadas ações de formação procurando abranger as diferentes áreas: qualificação de profissionais da área marítima, desenvolvimento de competências na área da segurança e saúde no trabalho, direito do trabalho, Tecnologias da informação e comunicação (TICs), contratação pública, princípios da igualdade de género, entre outras, destacando-se:

- ✓ Curso de Mestre de Catamaran
- ✓ Curso de Promoção para Maquinista Prático de 2.ª classe
- ✓ Curso de Técnico Europeu de Segurança Contra Incêndio
- ✓ Curso de Técnico Responsável de Segurança Contra Incêndio
- ✓ Atualização Científica para Técnicos de Segurança e Saúde no Trabalho
- ✓ Suporte Básico de Vida
- ✓ Combate a Incêndios
- ✓ Contratação Pública
- ✓ Igualdade de Género e Conciliação da Vida Profissional, Pessoal e Familiar

No ano 2019, tiveram início 3 estágios profissionais celebrados ao abrigo do regime instituído pelo Decreto-Lei nº 66/2011 de 01 de junho.

6.3. Indicadores de Prestação de Trabalho

6.3.1. Horário de Trabalho

No que se refere à distribuição dos trabalhadores pelo tipo de horário, a grande maioria está afeta a horário por turnos (90%), devido à natureza da atividade, sendo que os restantes trabalhadores estão afetos a horário flexível ou sujeitos a regime de isenção de horário de trabalho (IHT).

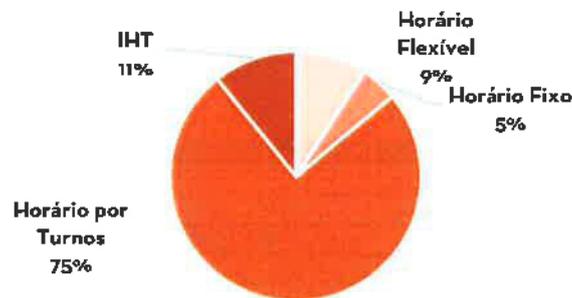


Gráfico 11 - Distribuição de efetivos, por regime de horário de trabalho a 31 de dezembro de 2019

6.3.2. Taxa de Absentismo

A taxa de absentismo sofreu um decréscimo de 1,38pp na Transtejo, por outro lado, na Soflusa a taxa de absentismo sofreu um incremento de 1,77pp face ao ano anterior, explicado pelo aumento do absentismo de longa duração, nomeadamente doença e acidentes de trabalho.

Empresa	Indicadores de Recursos Humanos	Δ 2019/2018	2019	2018	2017
TT	Taxa de Absentismo	-1,38 pp	7,7%	9,1%	8,8%
SL		1,77 pp	10,7%	8,9%	6,6%
TTSL		-0,26 pp	8,8%	9,1%	8,1%

Tabela 26 - Evolução da Taxa de Absentismo (2017-2019)

A doença e os acidentes de trabalho mantêm-se como os principais motivos de absentismo. Em conjunto, são responsáveis por 73% das ausências, tal como evidenciado no gráfico seguinte:



Gráfico 12 - Causas do absentismo - 2019

6.3.3. Horas Trabalhadas

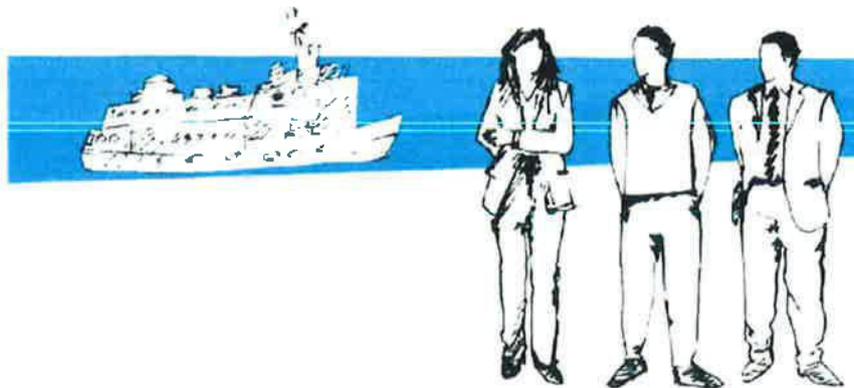
A relativa estagnação do número de horas trabalhadas encontra-se associada, entre outras variáveis, às horas trabalháveis (PMA - Potencial Máximo Anual), e ao absentismo.

Na Transtejo verificou-se uma redução do PMA em 1,3%, (das 551.939 horas trabalháveis, em 2018 passou-se para 544.635 horas em 2019) e um decréscimo das horas de ausência, em 19%, face ao período homologo. Assim a redução do absentismo foi contrariada pelo decréscimo do PMA.

Relativamente à Soflusa, verificou-se um aumento do PMA em 2,3%, (das 248.158 horas trabalháveis em 2018, passou-se para 253.772 horas em 2019) e um aumento das horas de ausência de 21,3%, quando comparados com 2018. Assim o aumento do absentismo foi contrariado pelo aumento do PMA.

Empresa	Indicadores de Recursos Humanos	Δ 2019/2018	2019	2018	2017	
TT	Horas Trabalhadas	-0,22%	-1154	521 507	522 661	519 361
SL	Horas Trabalhadas	-0,33%	-813	245 148	245 961	253 673
TTSL	Horas Trabalhadas	-0,26%	-1967	766 655	768 622	773 034

Tabela 27 - Horas Trabalhadas (2017-2019)



7. Situação Patrimonial, Económica e Financeira

7.1. A Transtejo e a Soflusa como Entidades Públicas Reclassificadas

O baixo grau de autonomia financeira e a insuficiência de meios financeiros próprios, gerados pela atividade (aferido pelo Rácio de Mercantilidade) determinou que em abril de 2013, com base nos dados de 2012, o Instituto Nacional de Estatística (INE) incluisse a Transtejo e a Soflusa na lista de entidades reclassificadas no perímetro das Administrações Públicas (Entidades Públicas Reclassificadas equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos). Desta condição, decorrem impactos relevantes para estas empresas em matéria de reporte de informação e controlo da execução orçamental, em observância de legislação específica aplicável desde o ano de 2013, com destaque para a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso¹¹, Lei de enquadramento Orçamental¹² e a Lei do Orçamento de Estado¹³ e Decreto-Lei de Execução Orçamental¹⁴ estes últimos, publicados anualmente.

No exercício de 2019, foi dada continuidade ao cumprimento das obrigações acima referidas, em linha com os processos implementados desde 2014, que visaram o desenvolvimento interno de mecanismos de monitorização da execução orçamental na ótica financeira e modelos de apuramento de informação para reporte à Entidade Coordenadora do Programa Orçamental, isto é, à Secretaria Geral do Ministério do Ambiente e da Transição Energética (SG MATE) e à Direção-Geral do Orçamento (DGO).

7.2. Adoção do SNC-AP

A Transtejo e a Soflusa, pelo segundo ano consecutivo e em cumprimento ao disposto no Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de outubro, utilizou o referencial contabilístico SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública.

O SNC-AP constitui uma aproximação ao Sistema de Normalização Contabilística em vigor nas empresas privadas, com as necessárias adaptações ao Setor Público, contemplando 3 subsistemas da contabilidade pública:

Contabilidade Orçamental

- Ótica da Despesa / Receita (Registo de todas as fases, ex: Cabimento / Compromisso / Obrigação / Pagamento)
- Destaque para a NCP 26 - Que inclui requisitos para a consolidação orçamental;
- Apresentação de uma classe de contas própria (classe O) e Classificadores Orçamentais da Despesa / Receita

¹¹ Vide Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual.

¹² Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 2/2018 de 29 de janeiro e republicada pela Lei n.º 37/2018 de 7 de agosto.), implicando obrigações de reporte à Direção-Geral do Orçamento / Ministério das Finanças:

- 1- Em 2019: No âmbito dos trabalhos de preparação do Orçamento do Estado 2020, dando cumprimento às orientações transmitidas através da Circular DGO - Série A n.º 1393, de 25 de outubro de 2019 (Instruções de preparação do OE2020);
- 2- No âmbito da execução do OE (de 2019): reportes, previstos no artigo 95.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental 2019 (DL n.º 84/2019, de 28 de junho);

¹³ Vide para o ano de 2019 a Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro - LOE 2019

¹⁴ Vide para o ano de 2019 o Decreto-lei n.º 84/2019 de 28.06.2019 o qual estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento de Estado para 2019 - DLEO 2019

Contabilidade Financeira

- Contabilidade patrimonial (Ativos, Passivos, Gastos e Rendimentos) / Adotando plano de contas nacionais, semelhante ao utilizado no setor privado (SNC / IFRS);

Contabilidade de Gestão

- Integra os modelos de Contabilidade Analítica e Investimentos (projetos);
- Destaca-se a NCP 27;
- Possibilidade de integração com o modelo de orçamentação por programas (Sistema ABC).

A adoção do SNC-AP na Transtejo e Soflusa, implicou a coexistência dos 3 subsistemas de contabilidade (Orçamental, Financeira e de Gestão) num mesmo sistema de informação, suportando toda a informação necessária para assegurar os reportes de execução orçamental, a par do apuramento de resultados e contabilização de Ativos e Passivos.

7.3. Análise sobre as Contas Individuais

7.3.1. Fluxos Financeiros

Resultados (Contas Individuais)	Var. 2019/2018		2019	2018	2017*
	Abs.	%			
Total de Rendimentos Operacionais	1 846 276	15,6	13 687 382	11 841 107	11 052 513
Prestação de Serviços	160 166	1,9	8 439 953	8 279 787	7 663 721
Subsídios à Exploração	1 433 478	110,0	2 736 655	1 303 178	1 261 532
Reversões	9 683	34,4	37 828	28 145	1 000
Outros Rendimentos e Ganhos	242 949	10,9	2 472 946	2 229 997	2 126 260
Total de Gastos Operacionais	(1 860 956)	(7,8)	22 122 387	23 983 344	20 650 866
Custo Matérias Consumidas	(259 669)	(6,8)	3 566 052	3 825 721	3 185 167
Fornecimentos e Serviços Externos	(1 660 088)	(23,2)	5 483 333	7 143 421	5 019 320
Gastos com o Pessoal	98 868	1,1	9 052 124	8 953 256	8 416 580
Gastos de Depreciação e de Amortização	124 708	5,9	2 235 664	2 110 956	2 037 734
Perdas por Imparidade	(28 877)	(100,0)	-	28 877	-
Provisões do Período	33 160	552,7	39 160	6 000	-
Outros Gastos e Perdas	(169 059)	(8,8)	1 746 054	1 915 113	1 992 066
Prejuízo da SOFLUSA (Eq. Patrimonial)	(32 990)	(4,8)	1 659 357	1 742 347	1 777 290
Outros Gastos e Perdas - Residual	(86 069)	(49,8)	86 697	172 766	214 776

* Ano de 2017 reexpresso em SNC_AP

Tabela 28 - Síntese dos Rendimentos e Gastos Operacionais (2017-2019)

O desempenho económico e financeiro da Transtejo, no ano de 2019, face a 2018, caracterizou-se essencialmente pelo seguinte:

- Globalmente, verifica-se um aumento de 15,6% (+1.846 mil €) dos **Rendimentos Operacionais**, devido essencialmente ao aumento de 110% (+1.433 mil €) em **Subsídios à exploração** e de 1,9% (+160 mil €) em **Prestação de Serviços**. Por outro lado, salienta-se um aumento de 10,9% (+243 mil €) em **Outros Rendimentos e Ganhos** devido fundamentalmente, às receitas das atividades não transporte (aluguer de navios, venda de cartões passe e atividade turística).
- Os **Gastos Operacionais** registam uma redução de 7,8% (-1.861 mil €), consequência da diminuição verificada nas seguintes rubricas:
 - 6,8% (-260 mil €), em **Custo das Matérias Consumidas**;

- ii. 23,2% (-1.660 mil €), em **Fornecimentos e Serviços Externos**;
- iii. **Perdas por Imparidade** (-29 mil€); e
- iv. 8,8% (-169 mil €) em **Outros Gastos e Perdas**, para esta variação contribuiu, essencialmente, a diminuição do prejuízo do exercício referente à participada Soflusa, (-83 mil €), refletido pelo método de equivalência patrimonial e Outros gastos e perdas - residual (-86 mil €) que contempla os gastos associados a taxas de consumo (água e eletricidade), sinistros, perdas em inventários e outros.

Em sentido inverso registou-se aumento de 1,1% (+99 mil €) em **Gastos com Pessoal** e em **Gastos de Depreciação e de Amortização** de 5,9% (+125 mil €)

- c) Têm-se mantido as dificuldades em reverter a situação de défice de exploração, associado ao elevado custo dos fatores de produção - destacando-se o Gasóleo, (principal recurso consumido na atividade de exploração), as intervenções de manutenção na frota de navios e pontões e os custos da estrutura de recursos indispensáveis à prestação do serviço. Os rendimentos diretos da prestação de um serviço público com tarifário fixado administrativamente, revelaram-se insuficientes para equilibrar a estrutura de resultados operacionais, não sendo este défice coberto por compensações financeiras adequadas.
- d) Foi mantido o Modelo de Financiamento suportado pelo apoio do Estado, através de empréstimo a Médio/Longo Prazo para cobertura das necessidades de tesouraria corrente e financiamento do plano de investimentos, assegurando também o apoio financeiro à participada Soflusa.

Em 2019, os *Cash-flows*¹⁵ gerados pela atividade de prestação de serviço público (Atividades Operacionais) mantiveram a trajetória negativa, fruto da recorrente insuficiência em gerar receitas diretas da atividade, para cobrir a despesa associada à estrutura de Gastos Operacionais, pelas razões anteriormente referidas.

DEMONSTRAÇÃO dos FLUXOS CAIXA (Contas Individuais)	Δ 2019/2018		2019	2018	2017
	Absoluto	%			
Fluxo Atividades Operacionais	1 071 763	(16,2)	(5 545 981)	(6 617 744)	(5 501 417)
Fluxo das Atividades de Investimento	5 191 940	(80,1)	(1 287 331)	(6 479 271)	(5 283 204)
Fluxo das Atividades de Financiamento	(3 217 949)	(28,1)	8 252 831	11 470 780	12 658 466
Variação de caixa e seus equivalentes	3 045 754	(187,3)	1 419 519	(1 626 235)	1 873 846
Caixa e seus equivalentes no início do período	(1 626 235)	(36,4)	2 840 083	4 466 318	2 592 472
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 419 519	50,0	4 259 602	2 840 083	4 466 318

Tabela 29 - Variação de caixa e seus equivalentes (2017-2019)

7.3.2. Modelo de Financiamento

Na sequência da reclassificação das sociedades Transtejo e Soflusa no perímetro das Administrações Públicas, foi necessário alterar o modelo de financiamento, promovendo a concentração no apoio financeiro do Estado. Em 2013 foi constituída uma operação de apoio financeiro, no montante de 118,6 M€, prestado pelo Estado Português à Transtejo (dotação orçamental, inscrita no OE2013 retificativo), tendo permitido nesse ano, a reestruturação de toda a dívida de curto prazo de ambas as empresas em financiamento de M/L Prazo, contratados junto do IGCP.

Esta operação visou o reforço do apoio financeiro concedido pela Transtejo à participada Soflusa, convertendo-o também em operação de financiamento a M/L prazo, permitindo à Soflusa amortizar todas as linhas de financiamento

¹⁵ Cash flow - estrangeirismo utilizado para designar o fluxo de caixa

contratadas na banca comercial e beneficiar das condições de remuneração do serviço da dívida contratadas pela Transtejo.

O modelo de financiamento em vigor é caracterizado pela concentração de novos financiamentos em empréstimos de M/L prazo, celebrados com o Estado (através da DGTF), destacando-se as seguintes operações:

MAPA RESUMO - CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS CELEBRADOS COM O ESTADO (DGTF) - Situação em 31-12-2019

DATA CONTRATO	DOCUMENTO DE SUPORTE	MONTANTE (euros)	FINALIDADE
2013			
28/08/2013	Despacho nº 169/13/MEF de 23 de agosto e nº182/13/MEF de 27 de agosto	5 748 000,00	Apoio tesouraria e reestrut. dívida curto prazo (B. Comercial)
11/09/2013	a) Despacho nº 1642/13-SET de 03 de setembro	40 524 999,98	Apoio tesouraria e reestrut. dívida curto prazo (B. Comercial)
11/09/2013	a) Despacho nº 1642/13-SET de 03 de setembro	10 289 499,98	Apoio tesouraria e reestrut. dívida curto prazo (B. Comercial)
11/09/2013	a) Despacho nº 1642/13-SET de 03 de setembro	1 250 000,02	Apoio tesouraria e reestrut. dívida curto prazo (B. Comercial)
11/09/2013	a) Despacho nº 1642/13-SET de 03 de setembro	1 500 000,00	Apoio tesouraria e reestrut. dívida curto prazo (B. Comercial)
		59 312 499,98	
2014			
26/02/2014	b) Despacho nº 267/14-SET de 20 de fevereiro	1 000 000,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
26/02/2014	b) Despacho nº 267/14-SET de 20 de fevereiro	471 458,68	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
26/02/2014	b) Despacho nº 267/14-SET de 20 de fevereiro	1 333 333,32	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
26/02/2014	b) Despacho nº 267/14-SET de 20 de fevereiro	1 512 275,32	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
26/02/2014	b) Despacho nº 267/14-SET de 20 de fevereiro	1 005 051,32	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
		5 322 118,64	
2015			
12/02/2015	Despacho nº 142/15-SET de 04 de fevereiro	3 686 450,84	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
27/04/2015	c) Despacho nº 492/15-SET de 10 de abril	982 516,66	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
27/04/2015	c) Despacho nº 492/15-SET de 10 de abril	2 579 115,84	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
27/04/2015	c) Despacho nº 492/15-SET de 10 de abril	2 500 000,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
		9 748 083,34	
2016			
13/07/2016	d) Despacho nº 626/16-SEATF de 06 de julho	2 267 721,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
13/07/2016	d) Despacho nº 626/16-SEATF de 06 de julho	2 000 000,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
		4 267 721,00	
2017			
27/12/2017	Despacho nº 557/19-SET de 28 de junho	2 500 001,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
		2 500 001,00	
2018			
04/07/2018	Despacho nº 518/18-SET de 3 de julho	6 000 000,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
07/11/2018	Despacho nº 837/18-SET de 29 de outubro	5 470 780,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
		11 470 780,00	
2019			
24/04/2019	Despacho nº 303/19-SET de 23 de abril	4 553 215,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
22/07/2019	e) Despachos nº 562/19-SET de 28 de junho e nº 618/19-SET de 4 de julho	2 991 672,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
30/12/2019	Despacho nº 303/19-SET de 23 de abril	2 005 650,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
		9 550 537,00	
	Capital em dívida / 31-12-2019	102 171 740,96	

- a) Empréstimo de médio e longo prazo no valor de 107.129.000 € disponibilizado por 4 tranches (montante integralmente utilizado)
- b) Empréstimo de médio e longo prazo no valor de 7.983.178 € disponibilizado por 5 tranches (montante integralmente utilizado)
- c) Empréstimo de médio e longo prazo no valor de até 11.242.162 € disponibilizado por 3 tranches (montante efetivamente utilizado = 7.273.959 €)
- d) Empréstimo de médio e longo prazo no valor de até 16.911.381 € disponibilizado por 2 tranches (montante efetivamente utilizado = 4.267.721 €)
- e) Empréstimo de médio e longo prazo no valor de 5.491.672 € disponibilizado por 2 tranches (montante efetivamente utilizado = 2.991.672 €)

Tabela 30- Resumo dos contratos de empréstimos celebrados com o Estado (DGTF) até 31.12.2019



Handwritten signatures and initials, including a large '7' and initials 'AK'.

7.3.3. Serviço da Dívida e Gestão do Risco Financeiro

A Transtejo apresenta uma estrutura financeira pouco equilibrada, uma vez que, como já referido anteriormente, não consegue gerar receita suficiente que permita cobrir a sua estrutura de custos operacionais, pelo que o Modelo de Financiamento seguido desde 2013, é suportado em apoio do Acionista Estado, para cobertura das necessidades de tesouraria corrente e financiamento do plano de investimento.

Na sequência desse modelo de financiamento, a Transtejo tem beneficiado de melhorias significativas nas condições de remuneração do serviço da dívida, comparativamente ao modelo que vigorou até 2013, considerando que os contratos de financiamento celebrados com o IGCP, através da DGTF são remunerados ao custo do financiamento da República.

Importa referir que o cumprimento do serviço da dívida associado a estes financiamentos tem sido assegurado também com o apoio do Acionista Estado, através da conversão desses créditos (referentes a juros e reembolsos) em aumento de capital em espécie.

No final de 2019, o montante em dívida ao IGCP ascendia a 102.172 mil €, tendo sido contratados nesse exercício novos financiamentos no montante de 9.550.537 €. Ainda em 2019, foi solicitado à DGTF diferimento do pagamento do serviço da dívida referente aos empréstimos contratados de médio e longo prazo, tendo sido obtida essa autorização¹⁶ e deferimento do pagamento de juros e amortizações, sem encargos financeiros adicionais, vencidos a 31 de maio para 30 de novembro de 2019.

Conforme se demonstra na tabela publicada, referente ao Capital em dívida a 31.12.2018 e 31.12.2019, verifica-se que no final de 2019, não foi possível concretizar por parte da DGTF a operação de conversão de créditos, permanecendo sem amortização os seguintes montantes:

				euros
Serviço da Dívida 2018		Juros	Amortizações	Total
30/11/2017	31/05/2018	887 898,72	11 881 133,25	12 769 031,97
31/05/2018	30/11/2018	757 359,27	11 881 133,25	12 638 492,52
				25 407 524,48
Conversão de créditos em Capital 2018				0,00
Serviço da Dívida 2019		Juros	Amortizações	Total
30/11/2018	31/05/2019	684 670,70	12 089 466,58	12 774 137,28
31/05/2019	30/11/2019	529 953,78	12 089 466,58	12 619 420,36
				25 393 557,64
Conversão de créditos em Capital 2019				0,00

Tabela 31 - Serviço da Dívida até 31.12.2019

¹⁶ Através do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, Ofício nº 1555/19-SET, de 30 de dezembro. À data da preparação deste documento é do conhecimento da empresa que foi obtido novo diferimento do serviço desta dívida, para o ano de 2020, sem encargos financeiros adicionais.

Como se pode verificar na tabela e gráfico seguinte, foi possível reduzir significativamente os encargos financeiros associados ao financiamento obtido.

	milhares de euros €								
Stock da Dívida	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Taxa de Juro Efetiva	5,42%	6,89%	5,13%	2,75%	2,34%	2,26%	0,55%	2,00%	1,84%
Juros Suportados	7 789	10 829	8 899	4 989	4 522	3 921	2 322	1 629	1 158
Stock da Dívida	143 629	157 240	173 625	181 608	193 306	156 701	81 275	92 621	102 172

Tabela 32- Stock da Dívida - Evolução

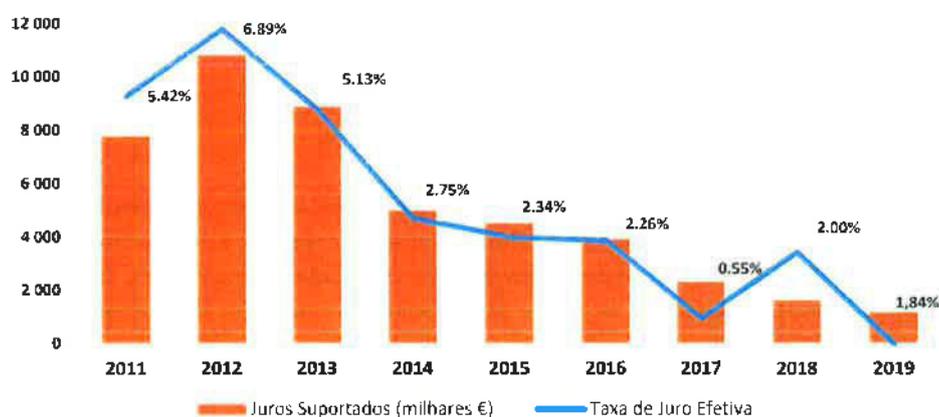


Gráfico 13 - Evolução dos Juros Suportados 2011-2019

7.3.4. Esforço Financeiro do Estado

O exercício de 2014 constituiu o último ano de vigência dos mais recentes Contratos de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros (CPSP) celebrados entre o Estado e cada uma das empresas (Transtejo e Soflusa) em 21 de setembro de 2012, no qual foram estabelecidos níveis mínimos de oferta a praticar no período 2012-2014.

No âmbito do referido CPSP, foram fixados os montantes das compensações financeiras mínimas por passageiro.km transportado, garantindo desse modo o apoio financeiro do Estado à prestação do serviço público de transporte.

Durante os exercícios de 2015 a 2019, a Transtejo e a Soflusa deram continuidade à exploração do serviço público de transporte de passageiros nas ligações de Cacilhas, Montijo, Seixal, Trafaria e Barreiro na forma anteriormente contratualizada, assegurando o mesmo nível de oferta e o respeito pelas condições de qualidade, comodidade, rapidez e segurança que estiveram subjacentes ao período de vigência dos CPSP.

Não existindo qualquer compensação previamente fixada, os montantes de Indemnizações Compensatórias transferidos para a Transtejo e para a Soflusa foram substancialmente reduzidos, sem correspondência direta com a compensação financeira unitária por passageiro.km transportado.

Nas tabelas seguintes apresenta-se o esforço financeiro realizado pelo Estado no apoio direto à Transtejo e à Soflusa durante os exercícios de 2017 a 2019:

Euros €

Rendimentos de Subsídios à Exploração (Contas Individuais)	Δ 2019/2018		2019	2018	2017
	Absoluto	%			
Indemnizações Compensatórias	1 454 703	1,3	2 549 043	1 094 340	1 094 340
Compensações tarifárias 4,18 e Sub-23	-4 989	(0,0)	106 709	111 698	76 451
Compensações tarifárias Passe Social +	-16 237	(0,2)	80 904	97 141	90 741
TOTAL	1 433 478	110,0	2 736 655	1 303 178	1 261 532

Tabela 33 - TRANSTEJO - Rendimentos de Subsídios à Exploração (2017-2019)

Relativamente aos montantes atribuídos em 2019, a sua distribuição, entre indemnização compensatória e compensações tarifárias aos títulos subsidiados, foi determinada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 156/2019, de 16 de setembro.¹⁷

7.3.5. Investimento

No ano em análise, a Transtejo realizou uma despesa de investimento (novas capitalizações) que ascendeu a 1.703 mil €, destacando-se as principais rubricas, evidenciadas no quadro seguinte:

euros

INVESTIMENTO Ótica Económica (Contas Individuais)	2019	2018	2017
Aquisição/NOVA Frota	172 338	5 403	-
Aquisição/Construção de Pontões	39 600	180 400	-
Beneficiações de Infraestruturas	87 701	104 713	22 527
Beneficiações da Frota (Navios e Pontões)	876 155	454 723	-
Segurança	57 493	391 101	83 043
Investimentos Correntes	469 794	538 612	436 283
TOTAL	1 703 082	1 674 953	541 853

Tabela 34 - Despesa de Investimento (2017-2019)

Em síntese, salientamos os projetos mais relevantes se apresentam nos pontos seguintes, merecendo especial destaque o projeto plurianual de renovação da frota de navios.

- i. **Aquisição de navios:** O Projeto Plurianual de aquisição de 10 navios elétricos (2018-2024) em fase inicial compreendendo a realização de estudos e projetos);
- ii. **Aquisição de pontões:** projeto em curso que transitou para 2019, relacionado com a aquisição dos pontões "Pacífico" e "Ártico";
- iii. **Beneficiação Navios (Grandes Intervenções):** Projeto plurianual de remotorização de navios catamaran, que visa assegurar a sua operacionalidade para o serviço, até conclusão do projeto de renovação de frota.
 - a. Salientam-se as intervenções no navio "Sé" (215 mil €), navio "Lisbonense" (337 mil €) e navio "Campolide" (74 mil €), a intervenção de reabilitação do Pontão "Ribeira" e o Projeto de adaptação de navios para transporte de bicicletas (63 mil €)

¹⁷ Vide anexo I e II da Resolução do Conselho de Ministros n.º 156/2019, de 16 de setembro, relativa à atribuição de indemnizações compensatórias às empresas prestadoras de serviço público, o valor máximo atribuído das indemnizações compensatórias e das compensações tarifárias.

- iv. **Infraestruturas de Longa Duração (ILD's)** - intervenções no terminal de Cacilhas (18 mil €) e na estação da Trafaria (70 mil €);
- v. **Segurança**, aquisição de 5 radares para os navios "Algés", "Carnide", "Aroeira", "São Julião" e "Sé" (51 mil €); e aquisição de boias de balizagem para o canal Trindade (6 mil €);
- vi. **Investimentos Correntes**: destacam-se os investimentos em **Bilhética e controlo de acessos** (equipamentos e Software) compreendendo a renovação de postos automáticos (154 mil €) e desenvolvimentos no âmbito da implementação do novo tarifário¹⁸/novos títulos no sistema de bilhética (41 mil €) e em **Sistemas e tecnologias de informação** (hardware e software) renovação postos de trabalho (38 mil €) e implementação do módulo de Recursos Humanos Primavera, sistema de gestão de escalas e desenvolvimento de aplicação para telemóvel (199 mil €).

7.3.6. Estrutura Patrimonial

euros €

SITUAÇÃO PATRIMONIAL (Contas Individuais)	Δ 2019/2018		SNC-AP	
	Absoluto	%	2019	2018
Ativo	(1 164 913)	(2,3)	50 321 587	51 486 500
Ativos não Correntes	(1 393 721)	(3,1)	43 924 015	45 310 535
Ativos Correntes	228 808	3,7	6 396 773	6 167 965
Património Líquido e Passivo	(1 164 913)	(2,3)	50 321 587	51 486 500
Património Líquido	(10 080 895)	20,3	(59 765 105)	(49 684 210)
Passivos não Correntes	(16 507 032)	(36,9)	28 270 471	44 777 503
Passivos Correntes	25 423 015	45,1	81 016 222	56 393 207

Tabela 35 - Evolução da situação Patrimonial (2018-2019)

▪ Ativo não Corrente

Esta rubrica contempla o efeito líquido das depreciações acumuladas e a contabilização dos novos investimentos efetuados no exercício, apresentando uma redução de 1.394 mil€ que decorre, essencialmente, do efeito conjugado da redução dos **Ativos Fixos Tangíveis** em 615 mil€ e do aumento do valor em dívida registado em **Acionistas/Sócios**, em 1.337 mil€ (efeito do financiamento concedido à participada Soflusa). Destaca-se, ainda, a redução da rubrica **Investimentos Financeiros**, no montante de 2.200 mil €, refletindo o impacto do prejuízo da participada Soflusa, pelo método de equivalência patrimonial.

▪ Ativo Corrente

O acréscimo de 229 mil € reflete o aumento do saldo de gerência (Caixa e Depósitos Bancários) em 1.420 mil €, associado ao fluxo financeiro de operações de financiamento contratadas junto da DGTF/IGCP. Salienta-se que do montante global de 9.551 mil€ de financiamentos obtidos, apenas em 31-12-2019 ocorreu o último desembolso, no montante de 2.005.650 €, não tendo sido possível à Transtejo otimizar este fluxo financeiro, que apenas permitiu repor o Saldo de Gerência. Contempla ainda em **Inventários** um acréscimo de 317 mil€, a redução na rubrica de **Estado e Outros Entes Públicos** de 657 mil € relativo ao valor dos reembolsos de IVA obtidos e em **Outra Contas a Receber** uma redução de 820 mil €, decorrente de regularização de sinistros, repartição da receita, diminuição das imparidades.

¹⁸ Ano de introdução do novo título Navegante e da modalidade Navegante Família




▪ Património Líquido

Agravamento do património líquido negativo em 10.081 mil€ resulta, essencialmente, dos seguintes efeitos conjugados:

- i. **Aumento dos Resultados Transitados** negativos, no montante de 13.618 mil€, decorrente da incorporação do Resultado Líquido do Exercício de 2018 (13.457.983,28€);
- ii. **A variação do Resultado Líquido negativo do período**, apresenta uma melhoria de 3.902 mil €, considerando que o prejuízo em 2018 ascendeu a 13.457.983,28 €.
- iii. **Aumento em Outras Variações no Património Líquido**, no valor de 302 mil €, decorrente do ajuste de subsídios ao investimento a reconhecer no período.

Nos termos do n.º 3, do artigo 35º, do RJSPE¹⁹, nos casos em que as empresas públicas apresentem capital próprio (Património Líquido) negativo por um período de três exercícios económicos consecutivos, como é o caso da Transtejo, o órgão de administração deve alertar o titular o Acionista²⁰, para que sejam tomadas medidas concretas destinadas a superar a situação deficitária da Empresa. Conforme nota colocada no anexo às contas deste exercício, esta medida será remetida para a Assembleia Geral de Aprovação de Contas.

▪ Passivo não Corrente

Diminuição no montante de 16 507 mil € que resulta, das seguintes operações:

Esta rubrica contempla o saldo de Financiamentos Obtidos de Médio/Longo Prazo, encontrando-se apresentada informação detalhada na nota 18.9. do Anexo às Demonstrações Financeiras. As principais variações registadas (aumento de 9.584 mil €) decorrem das seguintes operações: (i) aumento referente a novos financiamentos contratados no exercício, no montante de 9.551 mil € (ii) e o aumento da rubrica Provisões, no montante de 33 mil €, referente ao impacto líquido associado diversos processos judiciais., implicando reversão no montante de 6 mil €.

▪ Passivo Corrente

Aumento no montante de 25 423 mil € que resulta, das seguintes operações:

Esta rubrica contempla o saldo de Financiamentos Obtidos de Curto Prazo, encontrando-se apresentada informação detalhada na nota 18.9. do Anexo às Demonstrações Financeiras.

- i. Diminuição do **saldo de Fornecedores (gerais e de investimento)** no montante de 589 mil €, decorrente do esforço de liquidação de saldos devedores, em resultado das medidas de gestão de tesouraria e orçamental;
- ii. Aumento do **saldo de Outras Contas a Pagar**, no montante de 208 mil €, refletindo o montante de juros em dívida à DGTF referentes aos financiamentos contratados, vencidos em maio e novembro de 2019. Aguarda-se desenvolvimento da operação de conversão de créditos em Capital, não tendo sido possível a sua realização em 2019.

¹⁹ Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro

²⁰ Decreto-Lei nº 76-A/2006 de 29 de março

7.3.7. Resultados Globais (Contas individuais)

7.3.7.1. Evolução de Resultados

No exercício de 2019, a Transtejo apresenta um Resultado Líquido negativo de 9.556 mil€, o que representa uma melhoria do prejuízo em 29%, face ao período homólogo.

Importa referir que o exercício de 2019 foi marcado pela alteração do sistema tarifário, com a implementação do PART²¹, que veio introduzir uma enorme simplificação na oferta tarifária, consequentemente, também, alterou, o modelo de distribuição de receita dos operadores (a perda de rendimento resultante da redução do tarifário é suportada pela Área Metropolitana de Lisboa, através de uma compensação mensal calculada com base num rendimento de referência definido para cada Operador).

Para o resultado obtido contribuiu a diminuição de Gastos Operacionais no montante de 1.861 mil € (-7,8%) face a 2018 e o aumento dos Rendimentos Operacionais em 1.846 mil € (+15,6%), de acordo com o ponto 7.3.7.2 e 7.3.7.3 deste documento.

Resultados (Contas Individuais)	Δ 2019/2018		2019	2018	2017
	Absoluto	%			
Resultado Operacional	3 707 232	(30,5)	(8 435 005)	(12 142 237)	(9 598 353)
EBITDA	3 831 940	(38,2)	(6 199 341)	(10 031 281)	(7 560 619)
Resultado Financeiro	177 128	(13,7)	(1 118 527)	(1 295 655)	(2 029 417)
Resultado Líquido	3 901 970	(29,0)	(9 556 013)	(13 457 983)	(11 659 069)

Tabela 36 - Resultados (2017-2019)

O EBITDA apresentou uma melhoria em cerca de 3.832 mil€ (-38,2%), face ao ano de 2018, que resulta, essencialmente, da diminuição de gastos operacionais e do aumento dos rendimentos operacionais.

7.3.7.2. Evolução dos Rendimentos Operacionais

Da observação do gráfico seguinte, pode constatar-se evolução positiva no valor da receita proveniente do serviço público de transporte e o aumento das indemnizações compensatórias. É, porém, também evidenciado, o impacto da redução das indemnizações compensatórias desde 2014 (último ano de vigência do contrato de prestação do serviço público, celebrado com o Estado para o período 2012-2014).

²¹ PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária – Estabelecido pelo Regulamento nº 278-A de 27 de março de 2019

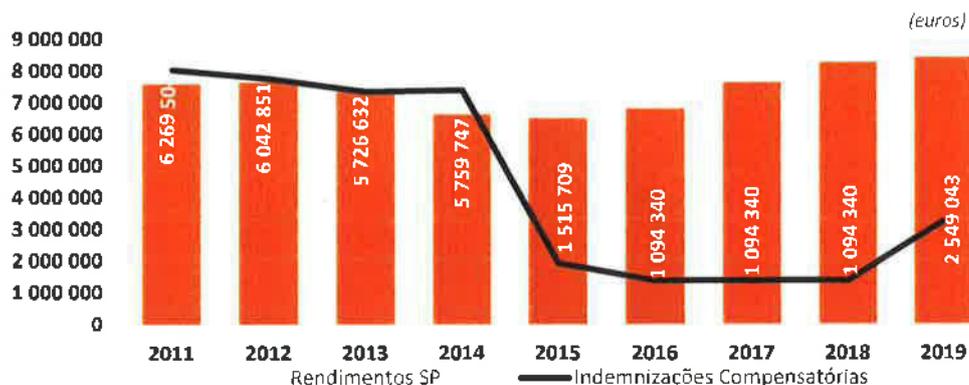


Gráfico 14 - Evolução dos Rendimentos Operacionais (2012-2019)

Na análise comparativa sobre os **Rendimentos Operacionais**, conforme detalhe apresentado na tabela seguinte, destaca-se:

- Redução das Compensações Tarifárias, referentes a títulos de transporte subsidiados pelo Estado (Passe Social +, 4,18 e Sub-23), no montante de 21 mil € (-10,2%) face a 2018;
- Aumento das Indemnizações Compensatórias, no montante de 1.455 mil €
- As atividades acessórias relativas a concessões (aluguer de espaços comerciais, parque de estacionamento e espaços para publicidade), incluindo afretamentos e vendas de suportes "Viva-viagem", tiveram uma variação positiva de 152 mil € justificada, na sua maioria, pelo aumento de receita relacionada com a Venda de Cartões para Passes e com a concessão da atividade turística (protocolo celebrado com a Carristur).

Rendimentos Operacionais (Contas Individuais)	Δ 2019/2018		2019	2018	2017
	Absoluto	%			
Rendimento do Serviço Público (Transporte Passageiros)	160 166	1,9	8 439 953	8 279 787	7 663 721
Subsídios à Exploração	1 433 478	110,0	2 736 655	1 303 178	1 261 532
Indemnizações Compensatórias	1 454 703	132,9	2 549 043	1 094 340	1 094 340
Compensações Tarifárias	(21 226)	(10,2)	187 612	208 838	167 192
Outros subsídios à exploração	-	-	0	0	0
Outros Rendimentos e Ganhos	242 949	10,9	2 472 946	2 229 997	2 126 260
Alugueres, vendas de cartões passe e Ativ. Turística	152 145	11,9	1 427 215	1 275 071	1 117 558
Rendimentos e Ganhos em Subsidiárias, Associadas (...)	126 126	96,1	257 345	131 220	70 321
Ganhos em investimentos não financeiros	(60 360)	(50,7)	58 671	119 031	2 465
Subsídios ao Investimento (afetação ao período)	49 638	8,4	641 442	591 804	651 929
Outros	(24 600)	(21,8)	88 272	112 872	283 987
Reversões	9 683	34,4	37 828	28 145	1 000
TOTAL	1 846 276	15,6	13 687 382	11 841 107	11 052 513

Tabela 37 - Rendimentos Operacionais (2017-2019)

Em 2019, os rendimentos provenientes da **prestação de serviços** representaram 61% da estrutura total de rendimentos, não obstante o aumento real da procura, houve uma diminuição de receita direta da atividade devido ao

PART, tendo esta sido compensada por subsídios atribuídos pela Área Metropolitana de Lisboa. De uma forma global, o total de Rendimentos registou uma evolução positiva de 1,9%, relativamente ao período homólogo.

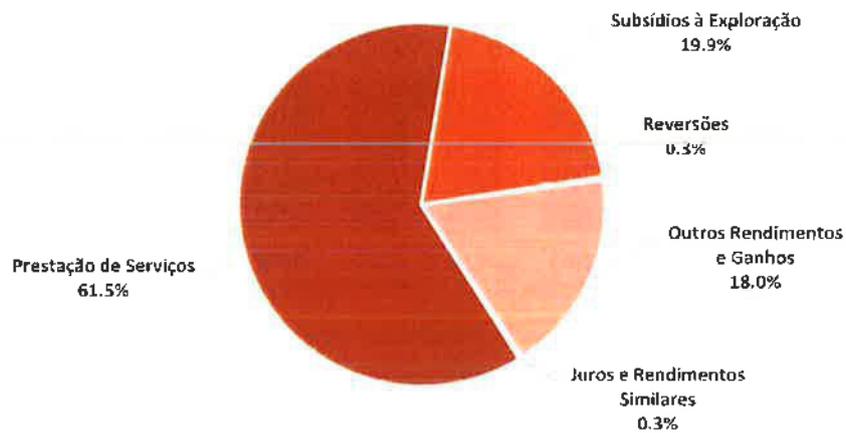


Gráfico 15 - Estrutura de Rendimentos (2019)

7.3.7.3. Evolução dos Gastos Totais por Natureza

O gráfico e tabela seguintes apresentam a estrutura de Gastos. As rubricas com maior destaque – Custo das Matérias Consumidas, Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal – representam em conjunto 78% do total de Gastos.

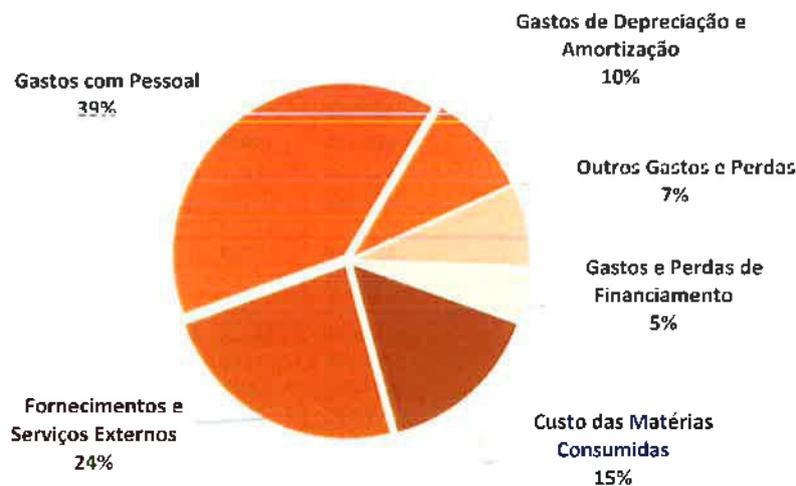


Gráfico 16 - Estrutura de Gastos (2019)

A evolução dos Gastos totais por natureza nos anos de 2017 a 2019 detalha-se no quadro seguinte. Os Gastos totais de funcionamento registaram uma diminuição no montante de 2.332 mil € (-9,1%) face a 2018.

Euros €

GASTOS (Contas Individuais)	Δ 2019/2018		2019	2018	2017
	Absoluto	%			
Custo das Matérias Consumidas	(259 669)	(6,8)	3 566 052	3 825 721	3 185 167
Fornecimentos e Serviços Externos	(1 660 088)	(23,2)	5 483 333	7 143 421	5 019 320
Gastos com Pessoal	98 868	1,1	9 052 124	8 953 256	8 416 580
Gastos de Depreciação e Amortização	124 708	5,9	2 235 664	2 110 956	2 037 734
Perdas por Imparidade	(28 877)	(100,0)	-	28 877	-
Provisões	33 160	552,7	39 160	6 000	-
Outros Gastos e Perdas	(169 059)	(8,8)	1746 054	1 915 113	1 992 066
Prejuízo da SOFLUSA (Equivalência Patrimonial)	48 230	3,0	1 659 357	1 611 127	1 706 969
Outros Gastos e Perdas - Residual	(86 069)	(49,8)	86 697	172 766	214 776
Gastos Financeiros	(471 515)	(28,9)	1 157 786	1 629 301	2 321 800
TOTAL	(2 332 471)	(9,1)	23 280 173	25 612 645	22 972 666

Tabela 38 - Síntese de Gastos (2017-2019)

Na análise dos Gastos Operacionais registados no exercício, merecem referência as seguintes rubricas:

- a) **Custo das Matérias Consumidas** (3.566 mil €) - relativamente ao período homólogo, regista-se uma diminuição nos gastos com combustível para as embarcações (-5,7%; -171 mil €).

Euros €

CMVMC (Contas Individuais)	Δ 2019/2018		2019	2018	2017
	Absoluto	%			
Consumo de Gasóleo	(171 357)	(5,7)	2 857 634	3 028 985	2 552 581
Consumo de Lubrificantes	2 724	4,3	66 421	63 697	56 313
Consumo Material de Consumo Diverso	2 768	11,9	25 976	23 208	21 557
Fardamentos	(6 808)	(100,0)	-	6 808	20 118
Consumo de Bilhetes	(22 051)	(21,3)	81 350	103 401	102 715
Consumo de Sobressalentes	(111 340)	(22,5)	384 346	495 686	378 909
Consumo Material de Reparações	46 389	44,6	150 325	103 937	52 975
TOTAL	(259 669)	(6,8)	3 566 052	3 825 721	3 185 167

Tabela 39 - Detalhe CMVMC (2017-2019)

A variação do preço do combustível constitui um fator exógeno, forte condicionante dos objetivos de redução de gastos operacionais. Como se demonstra no gráfico seguinte, os últimos dez anos foram marcados pela irregularidade do custo médio por litro.



Gráfico 17 - Evolução do custo anual médio (€/L) de Gasóleo consumido (2010-2019)

Handwritten signature and initials

No ano de 2019, constata-se uma redução do preço médio por litro (-0,03 €/L), situação conduziu a uma diminuição deste gasto, diretamente relacionado com a atividade de transporte fluvial de passageiros.

GASÓLEO	Euros; Litros			
	2019	2018	2017	2016
Gasto do consumo na operação TT	2 857 634	3 028 985	2 552 581	2 201 957
Quantidades consumidas	5 252 048 L	5 279 180 L	5 185 583 L	5 013 752 L
Custo médio por litro	0,54 €/L	0,57 €/L	0,49 €/L	0,44 €/L

Tabela 40 - Indicador de consumo de Gasóleo na Exploração (2016-2019)

Assinala-se ainda nesta rubrica uma redução no consumo de sobressalentes para navios (-111 mil €) e um aumento de consumo material de reparações (+46 mil €), situação associada ao baixo grau de execução das rotinas de manutenção da frota, com consequências nas condições de operacionalidade futuras.

- b) **Fornecimentos e Serviços Externos** (5.483 mil€) - regista-se uma diminuição de 1.660 mil€ (-23,2%) face a 2018. O gráfico apresenta a estrutura de Fornecimentos e Serviços Externos referentes a 2019 distribuído pelas principais rubricas., salientando-se os gastos de conservação e reparação da frota que representaram 35% do total:

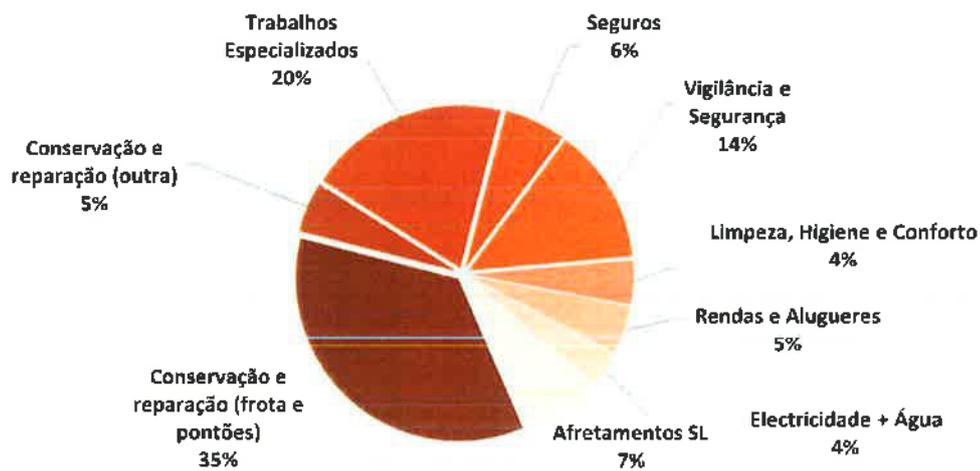


Gráfico 18 - Estrutura de FSE (2019)

A tabela seguinte apresenta a desagregação da estrutura de FSE com indicação da variação face ao período homólogo:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (Contas Individuais)	Δ 2019/2018		2019	2018	2017
	Absoluto	%			
Conservação e reparação (frota Navios e Pontões)	(1 830 737)	(50,5)	1 791 291	3 622 028	1 611 027
Conservação e reparação (outra)	65 552	34,9	253 492	187 941	142 226
Trabalhos Especializados	(74 244)	(6,8)	1 011 257	1 085 500	870 505
Seguros	81 586	36,1	307 454	225 868	232 061
Vigilância e Segurança	77 038	12,7	684 522	607 484	599 858
Combustíveis	(1 160)	(7,7)	13 972	15 132	8 261
Limpeza, Higiene e Conforto	40 347	21,8	225 499	185 152	193 774
Rendas e Alugueres	(5 816)	(2,4)	239 794	245 610	256 694
Comunicação	12 372	43,4	40 879	28 507	20 061
Publicidade	11 098	78,2	25 293	14 195	5 282
Eletricidade + Água	(269)	(0,1)	180 975	181 244	181 672
Honorários	(15 188)	(80,9)	3 584	18 772	10 909
Afretamento de Navios (SL)	(34 350)	(8,6)	367 150	401 500	634 700
Outros Afretamentos (Outros)	(20 553)	(100,0)	-	20 553	1 388
TOTAL	(1 660 088)	(23,2)	5 483 333	7 143 421	5 019 320

Tabela 41 - Detalhe de FSE (2017-2019)

- i. **Conservação e Reparação (frota)** (-50,5%) - A variação dos gastos de conservação da frota está associada ao plano de intervenções na frota de navios e pontões, contemplando os efeitos dos ciclos de manutenção preventiva dos motores principais, estando também sujeita a um conjunto de intervenções pontuais decorrentes de avarias ou situações imprevistas (intervenções inopinadas).
Merece referência o estado de envelhecimento da frota, que importa manter operacional, até ao desenvolvimento do projeto de investimento em aquisição de novas unidades, que permitirão a sua substituição.
- ii. **Trabalhos Especializados** (-6,87%) - Esta rubrica contempla diversos contratos de prestação de serviços, na sua maioria correspondentes ao recurso externo visando colmatar a insuficiência de recursos e competências internas para assegurar intervenções e trabalhos de elevada complexidade e Know-how específicos.
- iii. **Seguros** (+36,1%) - Prémios de seguros de diversos ramos, com destaque para o ramo marítimo cascos referentes aos 19 navios que compõem a frota da Transtejo.
- iv. **Limpeza, Higiene e Conforto** (+21,8%) - Gastos associados à limpeza de embarcações, das instalações e materiais de limpeza.
- v. **Vigilância e Segurança** (+12,7%) - Serviços de vigilância e segurança humana, segurança pública e privada, prestados quer nos terminais, quer a bordo das embarcações. Inclui ainda o serviço de transporte de valores e recolha de receita.
- vi. **Afretamento de Navios (à SL)** (-8,6%) - Operação intra-grupo, associada à utilização dos navios Pedro Nunes e Cesário Verde da Soflusa, por parte da Transtejo, no âmbito de contrato de aluguer;

- vii. **Rendas e Aluguers** (-2,4%) - Encargos decorrentes do arrendamento temporário de uma doca na margem sul e referentes à utilização de bens de domínio público marítimo, implicando pagamento de licença à Administração do Porto de Lisboa.
- c) **Gastos com Pessoal** (9.052 mil €) - Apresenta um aumento de 99 mil € (+1,1%) face a 2018, refletindo o aumento em 6,6% (+20 mil €) dos encargos com os prémios de seguros de saúde e acidentes de trabalho. Não obstante os incrementos salariais decorrentes da aplicação plena do disposto nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, conforme determinado no artigo 21.º da LOE 2018, bem como do processo de revisão salarial efetuado em 2018, assinalam-se reduções nas rubricas relacionadas com a massa salarial (vencimentos e outras remunerações), refletindo o efeito da redução do número de efetivos.

GASTOS COM PESSOAL (Contas Individuais)	Δ 2019/2018		2019	2018	2017
	Absoluto	%			
Remunerações dos Órgãos Sociais	(57 317)	(22,0)	202 776	260 093	263 765
Vencimentos e Outras Remunerações	131 519	2,1	6 541 961	6 410 441	6 220 842
Trabalho Extraordinário	45 923	15,5	341 984	296 061	192 318
Encargos sobre Remunerações	8 420	0,5	1 576 055	1 567 635	1 496 146
Indemnizações	(78 011)	(99,2)	669	78 679	0
Seguros (Saúde e Acidentes trabalho)	19 905	6,6	321 084	301 179	214 575
Gastos extra processamento (1)	28 429	72,6	67 596	39 168	28 933
TOTAL	98 868	1,1	9 052 124	8 953 256	8 416 580

Tabela 42 - Detalhe de Gastos com Pessoal (2017-2019)

- d) **Provisões do Período** (39,1 mil €) - aumento de 33 mil € (+552,7%) refletindo o reforço do valor provisionado em 2018, visando reconhecer o risco associado a processos judiciais relacionados com a componente remuneratória de trabalhadores marítimos.
- e) **Gastos de Depreciação e Amortização** (2.236 mil €) - Incremento de 125 mil € (+5,9%) face ao período homólogo. Este aumento está associado às amortizações dos novos investimentos efetuadas no período.
- f) **Outros Gastos e Perdas** (1.746 mil €) - Diminuição de 169 mil € (-8,8%) em relação ao ano transato. Para esta variação contribuíram as taxas associadas ao consumo de água e eletricidade, a regularização de sinistros e regularizações de Outros gastos e perdas não especificados,
- g) **Gastos e Perdas de Financiamento** (1.158 mil€) - diminuição de 472 mil€ (-28,9%) em relação ao período homólogo. Esta rubrica apresenta 2019, exclusivamente, os juros de financiamento de médio e longo prazo, debitados pelo IGCP, correspondendo ao serviço da dívida dos financiamentos obtidos.

Gastos de Financiamento (Contas Individuais)	Δ 2019/2018		2019	2018	2017
	Absoluto	%			
Juros de Financiamentos Obtidos	(471 429)	(28,9)	1 157 786	1 629 215	2 120 774
Empréstimo Obrigacionista	-	-	0	0	143 460
Outros Juros	(86)	(100,0)	0	86	1 343
Outros Gastos de Financiamento	-	-	0	0	56 222
TOTAL	(471 515)	(28,9)	1 157 786	1 629 301	2 321 800

Tabela 43 - Gastos de Financiamento (2017-2019)

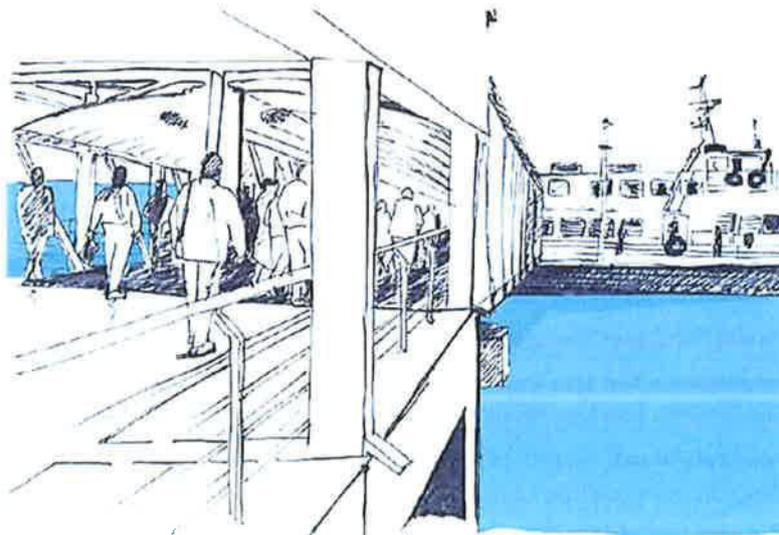


Euros €

Rubricas (Contas Individuais)	Δ 2019/2018		2019	2018	2017
	Absoluto	%			
Custo das Matérias Consumidas	(259 669)	(6,8)	3 566 052	3 825 721	3 185 167
Fornecimentos e serviços externos	(1 660 088)	(23,2)	5 483 333	7 143 421	5 019 320
Gastos com Pessoal	98 868	1,1	9 052 124	8 953 256	8 416 580
TOTAL	(1 820 889)	(9,1)	18 101 509	19 922 398	16 621 067

Tabela 44 - Plano Redução de Custos (2017-2019)

Conforme se demonstra na tabela anterior, em 2019 a Transtejo apresentou uma de redução de 9,1% face a 2018, no conjunto das rubricas de gastos operacionais que compõem o PRC - Plano de Redução de Custos.



7.4. Análise sobre as Contas Consolidadas

7.4.1. Fluxos financeiros - Resultados Operacionais

Resultados (Contas Consolidadas)	Var. 2019/2018		2019	2018	2017
	Abs.	%			
Total de Rendimentos Operacionais	2 252 520	9,3	26 386 695	24 133 075	22 771 538
Prestação de Serviços	543 161	3,0	18 467 461	17 924 300	16 659 541
Subsídios à Exploração	1 272 925	65,2	3 226 120	1 953 195	1 795 838
Reversões	67 654	240,4	95 799	28 145	4 500
Outros Rendimentos e Ganhos	368 780	8,7	4 596 216	4 227 435	4 311 660
Total de Gastos Operacionais	(1 158 304)	(3,2)	34 780 138	35 938 441	32 074 833
Custo Matérias Consumidas	(225 653)	(3,0)	7 258 361	7 484 014	6 171 811
Fornecimentos e Serviços Externos	(1 278 819)	(12,1)	9 248 755	10 527 574	7 862 147
Gastos com o Pessoal	(38 216)	(0,3)	12 981 908	13 020 124	12 369 362
Gastos de Depreciação e de Amortização	405 502	9,1	4 001 735	4 476 153	4 556 454
Perdas por Imparidade	(27 216)	(94,2)	1 661	28 877	14 797
Provisões do Período	138 708	237,1	197 208	58 500	626 326
Outros Gastos e Perdas	(132 690)	(38,7)	210 509	343 199	473 936
Resultado Operacional	3 410 824	(28,9)	(8 394 543)	(11 805 366)	(9 303 295)
EBITDA	3 816 406	(52,1)	(3 512 807)	(7 329 213)	(4 746 841)
Resultado Financeiro	471 515	(28,9)	(1 157 786)	(1 629 301)	(2 321 800)
Resultado Líquido	3 901 970	(29,0)	(9 556 013)	(13 457 983)	(11 659 069)

Tabela 45 - Contas Consolidadas - Síntese dos Rendimentos e Gastos Operacionais (2017-2018)

Em 2019, o desempenho económico e financeiro da Transtejo, na perspetiva consolidada, caracterizou-se fundamentalmente pelas seguintes variações:

- Aumento dos **Rendimentos Operacionais** (9,3%) com destaque para o crescimento verificado nos rendimentos relativos à Prestação de Serviços relacionados com o transporte de passageiros (3%). Por outro lado, salienta-se o aumento na rubrica **Subsídio à Exploração** (65,2%) devido ao aumento de Indemnizações Compensatórias, conforme analisado anteriormente neste documento.
- Relativamente aos **Gastos Operacionais** verificou-se uma diminuição (3,2%) para o qual contribuíram as seguintes rubricas:
 - Custo das Matérias Consumidas** (-3%), com origem no gasto com gasóleo e sobressalentes;
 - Fornecimento e Serviços Externos** (-12,1%), esta diminuição deve-se, essencialmente, à sub-rubrica de Conservação e Reparação da Frota (navios e pontões);
 - Gastos com Pessoal** (-0,3%), reflete os efeitos das políticas salariais adotadas pela Transtejo e pela Soflusa, conforme referido no ponto 6.1.
 - Perdas por Imparidade** (-94,2%), registam-se nesta rubrica imparidades associadas ao abate de sobressalentes sem rotação e/ou obsoletos - em 2018 esta operação ascendeu a montantes mais elevados, tendo sido quase inexpressiva em 2019.

- ♦ **Provisões do Período** (237,1%), esta rubrica contempla provisões para processos judiciais em curso. Em 2019 foram reforçadas provisões referentes a processos com maior risco para a Transtejo e Soflusa, conforme detalhe a apresentado no anexo às demonstrações financeiras;
- ♦ **Outros Gastos e Perdas** (-38,7%), para esta variação contribuíram essencialmente as taxas associadas ao consumo de água e eletricidade e a regularização de sinistros de navios.

7.4.2. Modelo de Financiamento

Desde 2013 que as empresas Transtejo e Soflusa integram o perímetro das Administrações Públicas, EPR - Entidades Públicas Reclassificadas, equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos. Na sequência desta reclassificação, por força do novo modelo de financiamento e cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado, a Transtejo e a Soflusa, deixaram de recorrer a financiamentos junto da Banca Comercial, passando essas necessidades de financiamento a ser supridas por empréstimos do Acionista, contratados junto do IGCP, em conformidade com o estipulado na legislação em vigor.

Relativamente aos principais fluxos financeiros, realizados em conformidade com as operações de Despesa e Receita reportados na execução orçamental, apresenta-se a seguinte síntese (conforme DFC):

Demonstração dos Fluxos Caixa (Contas Consolidadas)	Var. 2019/2018		2019	2018	2017
	Abs.	%			
Fluxo Atividades Operacionais	2 339 352	(30,3)	(5 389 240)	(7 728 592)	(7 564 383)
Fluxo das Atividades de Investimento	999 689	(27,9)	(2 583 129)	(3 582 818)	(1 542 535)
Fluxo das Atividades de Financiamento	(1 920 243)	(16,7)	9 550 537	11 470 780	12 635 894
Varição de caixa e seus equivalentes	1 418 798	890,3	1 578 168	159 370	3 528 977
Caixa e seus equivalentes no início do período	159 370	2,1	7 695 278	7 535 908	4 006 932
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 578 168	20,5	9 273 446	7 695 278	7 535 908

Tabela 46 - Contas Consolidadas - Variação de caixa e seus equivalentes (2017-2019)

7.4.3. Investimento

Considerando as restrições financeiras e orçamentais, o cumprimento do Plano de Investimentos das empresas Transtejo e Soflusa teve como consequência o adiamento de alguns projetos.

Em 2019, a despesa de investimento realizada ascendeu a 3.389 mil €. A tabela seguinte apresenta os investimentos mais relevantes realizados pela Transtejo e pela Soflusa.

INVESTIMENTO Ótica Económica	Contas Individuais		euros		
	TT 2019	SL 2019	2019	2018	2017
Aquisição/NOVA Frota	172 338	-	172 338	5 403	-
Aquisição/Construção de Pontões	39 600	-	39 600	180 400	-
Beneficiações de Infraestruturas	87 701	141 660	229 361	280 109	22 527
Beneficiações da Frota (Navios e Pontões)	876 155	1 304 256	2 180 411	1 992 506	682 751
Segurança	57 493	82 400	139 893	391 101	83 043
Investimentos Correntes	469 794	157 822	627 616	605 623	559 489
Total	1 703 082	1 686 138	3 389 219	3 455 143	1 347 810

Tabela 47 - Contas Consolidadas - Investimento (2017-2019)

7.4.4. Estrutura Patrimonial

SITUAÇÃO PATRIMONIAL (Contas Consolidadas)	Var. 2019/2018		2019	2018	2017
	Abs.	%			
Ativo	(1 438 601)	(2,7)	52 030 007	53 468 608	53 554 109
Ativo não Corrente	(1 298 219)	(3,2)	39 518 786	40 817 004	41 741 287
Ativo Corrente	(140 382)	(1,1)	12 511 221	12 651 604	11 812 823
Património Líquido e Passivo	(1 438 601)	(2,7)	52 030 007	53 468 608	53 554 109
Património Líquido	(10 080 895)	20,3	(59 765 105)	(49 684 210)	(34 925 985)
Passivo não Corrente	(16 405 409)	(35,9)	29 247 652	45 653 061	58 437 714
Passivo Corrente	25 047 704	43,6	82 547 461	57 499 757	30 042 380

Tabela 48 – Contas Consolidadas - Variação do Património (2018-2019)

No decorrer do ano de 2019 a posição financeira consolidada apresenta as seguintes variações:

- i. Diminuição da rubrica do **Ativo não Corrente** (-3,2%) reflete essencialmente as depreciações anuais (-4.882 mil €) e as novas capitalizações associadas ao Plano de Investimentos do Grupo (3.389 mil €);
- ii. Diminuição da rubrica **Ativo Corrente** (-1,1%) que decorre essencialmente, da variação registada nas rubricas Estado e Outros Entes Públicos (-684 mil €), em Outras Contas a receber (-1.510 mil €) e o aumento do saldo de disponibilidades (11.578 mil €);
- iii. A rubrica do Património Líquido (**Capital Próprio**) reflete, fundamentalmente, o aumento dos Resultados Transitados negativos, resultante da incorporação do Resultado Líquido do Exercício de 2018 no montante de -13.458 mil €, e o impacto do Resultado Líquido de 2019, negativo em 9.556 mil €;
- iv. A variação da rubrica **Passivo não Corrente** (-35,9%) decorre do efeito líquido da transferência para passivo corrente dos montantes endividamento com vencimento no período inferior a 12 meses, e do aumento associado aos novos Financiamentos Obtidos de Médio/Longo Prazo. Em 2019 foram contratados empréstimos no montante de 9.551 mil €;
- v. O aumento da rubrica **Passivo Corrente** resulta fundamentalmente, do aumento (i) Financiamentos Obtidos no montante de 26.091, mil € (referente à transferência de dívida, com vencimento previsto em 2020), (ii) da diminuição da Dívida a Fornecedores no montante de 576 mil €.

7.4.5. Resultados Globais (Contas consolidadas)

7.4.5.1. Evolução de Resultados

O Resultado Líquido Consolidado, apurado em 2019 foi negativo em 9.556.013 €, refletindo, uma melhoria do prejuízo de 29% face ao período homólogo.

Resultados (Contas Consolidadas)	Var. 2019/2018		2019	2018	2017
	Abs.	%			
Resultado Operacional	3 410 824	(28,9)	(8 394 543)	(11 805 366)	(9 303 295)
EBITDA	3 816 406	(52,1)	(3 512 807)	(7 329 213)	(4 746 841)
Resultado Financeiro	471 515	(28,9)	(1 157 786)	(1 629 301)	(2 321 800)
Resultado Líquido	3 901 970	(29,0)	(9 556 013)	(13 457 983)	(11 659 069)

Tabela 49 - Contas Consolidadas - Resultados (2017-2019)

Tal como já referido na análise das contas individuais da Transtejo os resultados revelam uma melhoria do Resultado Operacional e do Cash-flow Operacional, que se apresentam menos negativos face ao período homólogo.

Importa, ainda, salientar que estes resultados não são consequência de ineficiências ou de agravamento dos níveis de desempenho operacional. Traduzem sim, o esforço da Gestão em recuperar os níveis de atividade e superar os constrangimentos decorrentes da indisponibilidade de recursos (meios humanos e materiais) para assegurar a prestação de serviço público em ambas as empresas.

A melhoria do resultado financeiro reflete o efeito da alteração da estrutura de endividamento e melhores condições do serviço da dívida contratada.

7.4.5.2. Evolução dos Rendimentos Operacionais

O gráfico seguinte ilustra a evolução positiva dos rendimentos operacionais. Por outro lado, destaca-se o impacto da redução das indemnizações compensatórias, desde 2014. Contudo, assinala-se o aumento verificado em 2019 no montante 2.773 mil €.

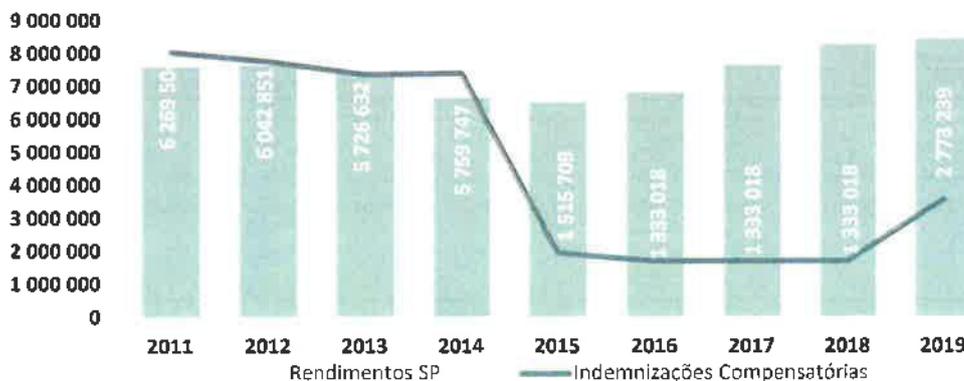


Gráfico 19 - Contas Consolidadas - Evolução dos Rendimentos Operacionais (2011-2019)

Conforme se pode verificar na tabela seguinte os rendimentos apresentam uma variação de +9,3%, face ao período homólogo, sendo de destacar os seguintes aspetos: (i) o aumento dos rendimentos do serviço público em 8,8% (ii) o aumento das Indemnizações Compensatórias em 108% (iii) aumento dos rendimentos das atividades não transporte em 8,7% (Alugueres, venda de cartões passe, atividade turística).

euros

Rendimentos Operacionais (Contas Consolidadas)	Var. 2019/2018		2019	2018	2017
	Abs.	%			
Rendimento do Serviço Público (Transporte Passageiros)	543 161	3,0	18 467 461	17 924 300	16 659 541
Subsídios à Exploração	1 272 925	65,2	3 226 120	1 953 195	1 795 838
Indemnizações Compensatórias	1 440 221	108,0	2 773 239	1 333 018	1 333 019
Compensações Tarifárias	(167 297)	(27,0)	452 880	620 177	462 819
Outros Rendimentos e Ganhos	368 780	8,7	4 596 216	4 227 435	4 243 756
Aluguers, vendas de cartões passe e Ativ. Turística	262 141	15,9	1 912 346	1 650 205	1 486 383
Rendimentos e Ganhos em Subsidiárias, Associadas (...)	233 980	1 001,4	257 345	23 365	0
Subsídios ao Investimento (afetação ao período)	49 963	2,3	2 205 204	2 155 241	2 215 366
Outros	(177 304)	(44,5)	221 319	398 624	542 007
Reversões	67 654	240,4	95 799	28 145	4 500
TOTAL	2 252 520	9,3	26 385 595	24 133 075	22 703 634

Tabela 50 - Contas Consolidadas - Rendimentos (2017-2019)

7.4.5.3. Evolução dos Gastos por Natureza

Na análise dos Gastos Operacionais registados em 2019, merecem referência as rubricas Custo das Matérias Consumidas, Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal que representam no seu conjunto 82% do total de Gastos.

euros

GASTOS (Contas Consolidadas)	Var. 2019/2018		2019	2018	2017
	Abs.	%			
Custo das Matérias Consumidas	(225 653)	(3,0)	7 258 361	7 484 014	6 171 811
Fornecimentos e Serviços Externos	(1 278 819)	(12,1)	9 248 755	10 527 574	7 862 147
Gastos com Pessoal	(38 216)	(0,3)	12 981 908	13 020 124	12 369 362
Gastos de Depreciação e Amortização	405 582	9,1	4 881 735	4 476 153	4 556 454
Perdas por Imparidade	(27 216)	(94,2)	1 661	28 877	14 797
Provisões	138 708	237,1	197 208	58 500	626 326
Outros Gastos e Perdas	(132 690)	(38,7)	210 509	343 199	406 032
Gastos Financeiros	(471 515)	(28,9)	1 157 786	1 629 301	2 321 800
TOTAL	(1 629 818)	(4,3)	35 937 924	37 567 742	34 328 729

Tabela 51 - Contas Consolidadas - Gastos (2017-2019)

- a) **Custo das Matérias Consumidas** apresenta uma variação de -3%. Para esta diminuição contribuíram as variações registadas nas rubricas Consumo de Gasóleo (-148 mil€) e Consumo de Sobressalentes (-107 mil€).

euros

CMCMV (Contas Consolidadas)	Var. 2019/2018		2019	2018	2017
	Abs.	%			
Consumo de Gasóleo	(148 305)	(2,2)	6 466 169	6 614 474	5 457 011
Consumo de Lubrificantes	11 660	10,3	124 672	113 012	105 164
Consumo Material de Consumo Diverso	2 768	11,9	25 976	23 208	21 557
Fardamentos	(6 808)	(100,0)	-	6 808	20 118
Consumo de Bilhetes	(24 161)	(19,0)	102 729	126 890	136 078
Consumo de Sobressalentes	(107 196)	(21,6)	388 490	495 686	378 909
Consumo Material de Reparações	46 389	44,6	150 325	103 937	52 975
TOTAL	(225 653)	(3,0)	7 258 361	7 484 014	6 171 811

Tabela 52 - Contas Consolidadas - CMVMC (2017-2019)

Importa referir que o preço do gasóleo é uma variável exógena, forte condicionante na prossecução dos objetivos de redução dos gastos operacionais, situação já referida na análise às contas individuais.

- b) **Fornecimentos e Serviços Externos** apresenta uma variação de -12,1% face a 2018, salientando-se nesta rubrica os gastos de Conservação e Reparação da Frota (navios e pontões) que representam 44% da estrutura de gastos de FSE.

FSE (Contas Consolidadas)	Var. 2019/2018		2019	2018	2017
	Abs.	%			
	Conservação e reparação (frota Navios e Pontões)	(1 612 890)	(28,6)	4 035 468	5 648 358
Conservação e reparação (outra)	(18 228)	(7,2)	234 254	252 482	171 769
Trabalhos Especializados	(25 892)	(1,8)	1 378 805	1 404 697	1 154 658
Seguros	70 035	11,9	658 995	588 960	659 149
Vigilância e Segurança	142 339	14,3	1 136 559	994 220	950 517
Combustíveis	(1 771)	(8,8)	18 450	20 221	14 891
Limpeza, Higiene e Conforto	59 401	17,5	399 542	340 141	343 633
Rendas e Alugueres	(94 332)	(19,0)	400 913	495 245	302 827
Comunicação	14 694	39,7	51 674	36 980	21 986
Publicidade	9 870	46,2	31 213	21 343	5 853
Eletricidade + Água	(20 519)	(7,0)	271 817	292 335	359 874
Honorários	(21 247)	(75,0)	7 078	28 325	14 214
Outros Afretamentos (Outros)	22 800 196 922	= 48,7	22 800 601 188	= 404 266	1 388 328 423
TOTAL	(1 278 819)	(12,1)	9 248 755	10 527 574	7 862 147

Tabela 53 - Contas Consolidadas - FSE (2017-2019)

Da análise comparativa dos FSE destacam-se as principais variações, face a 2018:

- Conservação e Reparação da Frota** constitui a principal natureza de Gastos Operacionais em FSE e registou uma diminuição de 28,6%. Engloba gastos referentes a estaleiros, oficinas e diversos e apoio técnico especializado à frota de navios. Em 2019 foi dada continuidade à recuperação dos níveis de operacionalidade da frota, contemplando os efeitos dos ciclos de manutenção preventiva dos motores principais, estando também sujeita a um conjunto de intervenções pontuais decorrentes de avarias ou situações imprevistas (intervenções inopinadas).

Merece referência o estado de envelhecimento da frota da Transtejo, que importa manter operacional, até ao desenvolvimento do projeto de investimento em aquisição de novas unidades, que permitirão a sua substituição.
- A rubrica **Conservação e Reparação (outra)** apresenta uma diminuição de 7,2%. Esta rubrica contempla os gastos de manutenção de instalações (infraestruturas).
- Trabalhos Especializados** regista uma variação de -1,8%. Contempla essencialmente contratos de prestação de serviços (assistência e avenças) e serviços de auditoria financeira e apoio de consultoria. Conforme já explicado, face à atual situação de insuficiência de recursos internos especializados, tem

sido necessário recorrer à subcontratação de serviços externos para assegurar trabalhos e estudos de maior complexidade;

- iv. **Rendas e Alugueres** apresenta uma variação de -19%. Reflete os gastos com o arrendamento para uso de terraplenos em áreas de domínio público marítimo (Doca 13) e a concessão por ocupação e utilização dos terminais do Terreiro do Paço e Barreiro.
 - v. **Seguros** regista um aumento de 11,9%. Destacam-se pelo maior valor envolvido, os prémios de cobertura de riscos referentes ao ramo marítimo-cascos e os seguros de responsabilidade civil (passageiros).
- c) **Gastos com Pessoal** apresentam uma variação negativa de 0,3% face a 2018. O aumento verificado deve-se essencialmente a (i) aplicação plena do disposto nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, conforme determinado no artigo 21.º da LOE 2018, e (ii) regularização no seguro de acidentes de trabalho decorrente do aumento de sinistralidade.

Salienta-se ainda, o aumento de gastos com trabalho extraordinário, associado ao aumento do número de horas trabalhadas neste regime, por necessidade de assegurar o cumprimento de horários (escalas de serviço), colmatando a inexistência de recursos. Este aspeto demonstra o quanto é urgente e necessário reforçar os quadros de pessoal operacional.

Gastos com Pessoal (Contas Consolidadas)	Var. 2019/2018		2019	2018	2017
	Abs.	%			
Remunerações dos Órgãos Sociais	(56 992)	(21,9)	203 425	260 417	263 765
Vencimentos e Outras Remunerações	117 332	1,3	9 345 685	9 228 353	9 125 959
Trabalho Extraordinário	70 526	13,1	608 913	538 387	322 997
Encargos sobre Remunerações	12 214	0,5	2 267 217	2 255 004	2 181 667
Indemnizações	(73 975)	(94,0)	4 705	78 679	65 017
Seguros (Saúde e Acidentes trabalho)	(142 313)	(24,4)	441 740	584 053	330 688
Gastos extra processamento ¹	34 992	46,5	110 222	75 230	79 269
TOTAL	(38 216)	(0,3)	12 981 908	13 020 124	12 369 362

Notas: (1) - Inclui: fardamentos, formação, assistência médica e outros

Tabela 54 - Contas Consolidadas - Gastos com Pessoal (2017-2019)

- d) **Gastos e Perdas de Financiamento** esta rubrica regista uma variação de -28,9%, refletido os juros de financiamento de médio e longo prazo, debitados pelo Estado, correspondendo ao serviço da dívida dos financiamentos obtidos.

Salienta-se ainda que no final de 2018 se venceram alguns financiamentos, com impacto na redução de encargos financeiros.

Gastos de Financiamento (Contas Consolidadas)	Var. 2018/2017		2019	2018	2017
	Abs.	%			
Juros de Financiamentos Obtidos	(471 429)	(28,9)	1 157 786	1 629 215	2 120 774
Empréstimo Obrigacionista	-	-	0	0	143 460
Outros Juros	(86)	(100,0)	0	86	1 343
Outros Gastos de Financiamento	-	-	0	0	56 222
TOTAL	(471 515)	(28,9)	1 157 786	1 629 301	2 321 800

Tabela 55 - Contas Consolidadas - Gastos de Financiamento (2017-2019)

8. Governo Societário

Nos termos do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas estão obrigadas a elaborar, anualmente, um "Relatório de boas práticas de Governo Societário", no qual deverá constar informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no Capítulo II - "Princípios de Governo Societário" do referido Decreto-Lei.

Neste sentido, a Transtejo, dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 54.º do referido diploma, bem como as orientações sobre o processo de prestação de contas de 2019, transmitidas através do Ofício-Circular da DGTF n.º 770, de 11.03.2020, elaborará um relatório de Governo Societário referente ao ano de 2019, que se encontrará publicado em documento autónomo.

Relatório do Governo Societário		Identificação		Divulgação	
		S	N	S	N
I.	Sumário Executivo	√		√	
II.	Missão, Objetivos e Políticas	√		√	
III.	Estrutura de Capital	√		√	
IV.	Participações Sociais e Obrigações legais detidas	√		√	
V.	Órgãos Sociais e Comissões	√		√	
A.	Modelo de Governo	√		√	
B.	Assembleia Geral	√		√	
C.	Administração e Supervisão	√		√	
D.	Fiscalização	√		√	
E.	Revisor Oficial de Contas	√		√	
F.	Conselho Consultivo (caso aplicável)		√		√
G.	Auditor Externo (caso aplicável)	√		√	
VI.	Organização Interna	√		√	
A.	Estatutos e comunicações	√		√	
B.	Controlo interno e gestão de riscos	√		√	
C.	Regulamentos e códigos	√		√	
D.	Deveres especiais de informação	√		√	
E.	Sítio na internet	√		√	
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	√		√	
VII.	Remunerações dos Órgãos Sociais	√		√	
A.	Competência para a determinação	√		√	
B.	Comissão de fixação de remunerações	√		√	
C.	Estrutura das remunerações	√		√	
D.	Divulgação das remunerações	√		√	
VIII.	Transações com partes relacionadas e Outras	√		√	
IX.	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental	√		√	
X.	Avaliação do Governo Societário	√		√	
XI.	Anexos do Relatório	√		√	

Tabela 56 - Grelha-resumo das boas práticas de governação

Para além da informação sobre o governo da sociedade, que consta do documento acima mencionado, a Transtejo disponibiliza esta informação no sítio eletrónico da empresa - <https://ttsl.pt/> - bem como no sítio eletrónico do setor empresarial do Estado - <http://www.dgtf.gov.pt> - mantendo-a periodicamente, atualizada.

9. Cumprimento das Orientações Legais

Dando cumprimento ao ofício-circular da DGTF - “Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2019”, de 11 de março de 2020, apresenta-se detalhe da informação solicitada, que segue o esquema do respetivo Anexo I:

1 Objetivos de gestão (artigo 38.º de RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

1.a) Objetivos de gestão

No âmbito dos Princípios de Governo Societário, o art.º 38º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, determina o conteúdo e exercício da função Acionista, integrando a definição de **orientações a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial**, e os **principais objetivos de gestão e resultados a alcançar pelos titulares dos Órgãos de Gestão, nomeados para cada triénio**.

No ano de 2019, apesar de não ter sido celebrado o Contrato de Gestão, o Conselho de Administração, atuou seguindo as orientações recebidas pelo Estado, destacando-se a Lei do Orçamento de Estado para 2019 e o Ofício circular n.º 4219 de 14.08.2018 emitida pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, transmitindo “Instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2019”.

Procurou ainda, em toda a sua atuação, seguir a estratégia definida pelo Governo, no âmbito da promoção da mobilidade sustentável e descarbonização da economia.

O quadro seguinte sistematiza um conjunto de indicadores de monitorização extraídos do PAO de 2019, permitindo monitorizar os objetivos operacionais subjacentes à estratégia de sustentabilidade da Transtejo.

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO (Perspetiva: Contas Individuais)		PAO 2019	REAL 2019	Variação	Grau de Execução	
1	Rendimentos do Serviço Público <i>Prestação de Serviços Tráfego de Passageiros</i>	10 ³ €	8 679 519	8 439 953	-239 566	97%
2	Margem do EBITDA <i>EBITDA (€) / Volume de Negócios</i>	(%)	-212,0%	-73,5%	-138,54 pp	-138,54 pp
3	Prazo Médio Pagamentos (PMP) <i>Prazo Médio Pagamentos (PMP)</i>	Dias	30	26	-4	86%
4	Consumo de combustível por LKO <i>Consumo de combustível (litras) / LKO - Lugares Km Oferecidos</i>	Litros	0,024 L	0,023 L	-0,001 L	95%
5	Gastos de Manutenção por LKO <i>Gastos de Manutenção (€) / LKO - Lugares Km Oferecidos</i>	(€)	0,024 €	0,008 €	-0,016 €	32%
6	Taxa de cobertura dos Gastos Operacionais <i>Rendimentos Operacionais (Sem IC's) (€) / Gastos Operacionais</i>	(%)	33,3%	52,8%	19,49 pp	19,49 pp
7	Gastos Operacionais por Passageiro Transportado <i>Gastos Operacionais (€) / N.º total Passageiros Transportados</i>	(€)	2,99 €	1,95 €	-1,04 €	65%
8	Taxa de Absentismo <i>Taxa de Absentismo</i>	(%)		7,7%		
9	Grau cumprimento Plano de Investimentos <i>Grau cumprimento Plano de Investimentos</i>	(%)		24,6%		25%
10	Índice Qualidade da Oferta (a aferir após desempenho)					
a)	N.º Reclamações por mil PT		0,06			6%
b)	Regularidade		99,1%			99,1%
c)	N.º acidentes com passageiros por mil PT		0,002			0,2%

Tabela 57 - Indicadores de Acompanhamento 2019

De acordo com o quadro anterior, é possível fazer as seguintes considerações relativamente aos vetores da estratégia de sustentabilidade, apoiados nos indicadores de acompanhamento:

- **Prestar um serviço público de qualidade** (Indicador 10) – ainda que não tenha sido definido objetivo para 2019 nas várias componentes deste indicador, é possível afirmar que (a) o n.º de reclamações por mil PT e o n.º de acidentes com passageiros por mil PT são reduzidas e que (b) a regularidade, determinada pela percentagem de viagens realizadas face às planeadas, foi aproximadamente de 99,07%; (vide informação adicional nos pontos 4.1.3.3 – reclamações, 5.1.4 – sinistralidade, 4.1.1.2 - Regularidade do presente relatório)
- **Promover o consumo eficiente de recursos** (Indicadores 4, 5 e 7) – os indicadores de consumo de combustível por LKO, gastos de manutenção por LKO e gastos operacionais por passageiro transportado apresentam melhorias face ao previsto;
- **Criar valor para o Acionista** (Indicadores 6 e 2) – a taxa de cobertura dos Gastos Operacionais e a margem do EBITDA apresentam variações positivas face ao previsto.

1.b) Execução do Plano de Atividades e Orçamento

O seguinte quadro, evidencia a execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2019 no que diz respeito aos princípios financeiros de referência, investimento e quadro de pessoal:

INDICADORES (Perspetiva: Contas Individuais)	PAO 2019	REAL 2019	Variação	
			Abs.	%
Rendimentos Operacionais¹	11 073 009	13 008 112	1 935 104	14,9%
72 8 679 519	8 439 953	(239 566)	-2,8%	-4,0%
75 1 261 532	2 736 655	1 475 123	53,9%	53,9%
78 1 131 958	1 831 504	699 546	38,2%	38,2%
Gastos Operacionais²	29 473 341	19 847 563	(9 625 778)	-48,5%
61 4 054 263	3 566 052	(488 210)	-13,7%	-13,7%
62 8 942 340	5 483 333	(3 459 007)	-63,1%	-63,4%
63 10 918 626	9 052 124	(1 866 501)	-20,6%	-20,6%
68 5 558 113	1 746 054	(3 812 059)	-218,3%	-218,3%
EBITDA (Ajustado)³	(18 400 332)	(6 839 451)	11 560 882	-169,0%
Resultado Operacional	(20 455 038)	(8 435 005)	12 220 033	-144,9%
Resultado Líquido	(21 806 908)	(9 556 013)	12 250 895	-128,2%
Gasóleo - Custo Total	2 887 500	2 857 634	-29 866	-1,0%
Consumo (litros)	5 250 000 L	5 252 048 L	2 048 L	0,0%
Preço médio / litro	0,55	0,54	-0,01	-1,1%
Plano de Investimentos	6 806 368	1 703 082	-5 103 286	-299,7%
Aquisição NOVA FROTA	960 000	172 338	(787 662)	-457,0%
Aquisição/Construção de Pontões	800 000	39 600	(760 400)	-1920,2%
Frota - Navios e Pontões (Material Circulante)	2 741 801	876 155	(1 865 645)	-212,9%
Infraestruturas (ILD's)	1 657 600	87 701	(1 569 899)	-1790,1%
Investimentos Correntes				
- Segurança	87 000	57 493	(29 507)	-51,3%
- Equipamento Informação ao Público	25 725	-	(25 725)	
- Bilhética e controlo de Acessos	205 691	195 583	(10 108)	-5,2%
- Outros	328 551	274 211	(54 340)	-19,8%
Quadro de Pessoal⁴				
Nº Médio de Efetivos	343	302	-41	-13,7%
Nº de trabalhadores a 31.dez	343	298	-45	-15,1%

Notas:

- 1- Exclui Subsídios ao Investimento
- 2- Exclui Amortizações, Provisões e Ajustamentos
- 3- Exclui rubricas No-Cash (referidas em 1 e 2)
- 4- Unidade: número

Tabela 58 - Indicadores de Execução PAO (2019)



Handwritten signature and initials

1.c) Grau de Execução do Orçamento

Esta análise está desenvolvida no capítulo de Demonstrações Orçamentais.

2 Gestão do risco financeiro

A divulgação revista no Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro, relativa à evolução dos gastos de financiamento e da taxa de juro anual dos últimos 5 anos, encontra-se no quadro abaixo:

Anos	2019	2018	2017	2016	2015
Encargos Financeiros (€)	1 157 786	1 629 215	2 321 800	3 921 308	4 522 000
Taxa Média de Financiamento (%)	1,84%	2,00%	0,55%	2,26%	2,34%

Tabela 59 - Execução Orçamental (2015-2019)

3 Limites de crescimento de endividamento

Nos termos definidos do n.º 2 do artigo 146º da DLEO 2018, consideram-se novos investimento com expressão material os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior e 10.000.000 e ou a 10% do orçamento anual da empresa.

Aplicação da fórmula do "limite máximo de crescimento do endividamento":

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - \text{Novos Investimentos}_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

Em que:

FR – Financiamento Remunerado

Capital – Capital Social ou Capital Estatutário realizado

Limite de crescimento do endividamento	2019	2018
Financiamento remunerado	102 171 740	92 621 203
Capital Social ou Capital Estatutário realizado	208 025 085	208 025 085
Novos investimentos com expressão material	0	
Crescimento do endividamento:	3,18%	

Tabela 60 - Passivo Remunerado (2018-2019)

4 Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

A evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, consta da tabela infra:

Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	2019	2018	Variação 19/18	
			Valor	%
Prazo (dias)	26	44	-18	-40,9%

Tabela 61 - PMP (2018-2019)

No ano em análise foram adotadas medidas criteriosas para garantir o cumprimento atempado dos prazos de pagamento. Estas medidas permitiram uma redução do PMP, conseguindo alcançar o objetivo de assegurar um Prazo Médio de Pagamentos (PMP) máximo de 60 dias, data de vencimento acordada com os fornecedores.

O quadro seguinte demonstra a posição em 31-12-2019 das contas a pagar, com evidência das dívidas vencidas e dos pagamentos em atraso "arrears", conforme definido no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.

	Dívidas não vencidas	Dívidas Vencidas de acordo com o Art.º 1º DL 65-A/2011					Total
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias	
Aquisições de Bens e Serviços	70 560	61 616	0	0	0	0	132 176
Aquisições de Capital	0	0	0	0	0	0	0
Saldo em dívida	70 560	61 616	0	0	0	0	132 176

Tabela 62 - TRANSTEJO - Atrasos nos Pagamentos a 31 de dezembro (2019)

O controlo dos Pagamentos em Atraso é um dos requisitos críticos da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)²², aplicáveis às sociedades Transtejo e Soflusa a desde janeiro de 2014, em consequência da reclassificação destas entidades no perímetro de consolidação das contas públicas, como Serviços e Fundos Autónomos.

Para efeitos do cálculo dos Fundos Disponíveis, é determinante a avaliação da condição da entidade, no âmbito da detenção ou não de pagamentos em atraso, em conformidade com o disposto na LCPA.

5 Recomendações do Acionista

No cumprimento dos deveres especiais de informação e das recomendações periodicamente remetidas pelo Acionista, a Transtejo procura reportar atempadamente toda a informação e prestar os esclarecimentos solicitados.

6 Remunerações (Apêndice 1)

6.a) Órgãos Sociais

1- Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2015-2017	Presidente	Dr. Pedro Miguel Nascimento Ventura	500	-
2015-2017	Vice-Presidente	Dra. Tânia Rodrigues do Nascimento	425	425
2015-2017	Secretário	Dr. André Bernardo de Lemos Alves	350	350
				775

Tabela 63 - Remunerações da Mesa da Assembleia Geral

²² O Art.º 3 da LCPA (Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro), estabelece como «Pagamentos em atraso» as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura.

2- Conselho de Administração

Para enquadramento da informação apresentada nos quadros seguintes, importa referir que o Conselho de Administração da Transtejo, nomeado em 31/12/2016 em regime de acumulação de funções, não auferir qualquer remuneração específica suportada pela Soflusa, sendo os seus encargos remuneratórios assumidos integralmente pela Transtejo.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2017-2019	Presidente	Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	DUE	30/12/2016	Não	n/a	n/a	1
2017-2019	Vogal	Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	DUC	30/12/2016	Não	n/a	n/a	1
2019-2019	Vogal	Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia	DUE	31/01/2019	Não	n/a	n/a	1
2017-2018	Ex. Vogal	Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão	DUE	30/12/2016	Não	n/a	n/a	1

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Tabela 64 - Identificação dos membros do Conselho de Administração

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Função	Entidade	Regime
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	Presidente	Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	Público
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	Vogal	Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	Público
Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia	Vogal	Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	Público
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro (1)	Vogal	OTLIS - A.C.E.	Público
Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia	Vogal	OTLIS - A.C.E.	Público

(1) representante até cessação de funções em 31.07.2019

Tabela 65 - Acumulação de Funções dos membros do Conselho de Administração

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	(S/N)	(A/B/C)	Vencimento mensal	Despesas Representação
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	S	C	4 578,20	1 831,28
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	S	C	3 662,56	1 465,02
Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia	S	C	3 662,56	1 465,02

Tabela 66 - Estatuto do Gestor Público

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Reduções (4)	Valor Bruto Final (5) = (3) - (4)
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	86 070,16		86 070,16	4 303,46	81 766,70
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro (6)	41 682,92	3 329,60	45 012,52	2 084,16	42 928,36
Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia	63 084,47		63 084,47	3 154,23	59 930,24
Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão (6) (7)(8)	0,00	998,88	998,88	-103,77	
			195 166,03	9 438,08	184 625,30

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+ despesas de representação (sem reduções).

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12 A/2010, de 30 de junho.

(6) o valor apresentado como variável corresponde a Dias de Férias Não Gozados

(7) € 103,77 correspondente à devolução de redução MOE

(8)- Outras regularizações derivadas das alterações à data formal de saída do Ex-Vogal, inicialmente considerado o dia 14/12/2018 (Deliberação), posteriormente considerado o dia 13/12/2018 (DUE), o que originou o desconto de Dias Entrada/Saída no valor € - 2.075,45, uma vez que no vencimento do mês de dezembro/2019 foram pagos 30 dias, originando recibos negativos nos meses de janeiro e fevereiro de 2019, e a regularização da contribuição da TSU, valor auferido de € 4.695,54 no mês de março de 2019, referente ao pagamento da Indemnização Cessação de Funções O.S., efetuado no mês de dezembro/2018.

- A regularização da contribuição da TSU, valor auferido de € 4.695,54 no mês de março de 2019, referente ao pagamento da Indemnização Cessação de Funções O.S., efetuado no mês de dezembro/2018."

Tabela 67 - Remunerações do Conselho de Administração

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	9,13	2 154,68	Segurança Social	19 503,66	389,92		Comunicações	891,31
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	9,13	1 351,24	Segurança Social	10 348,73	226,47			
Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia	9,13	1 889,91	Segurança Social	14 307,19	355,20			
Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão (1)	9,13	1 889,91	Segurança Social	14 307,19	355,20			
	36,52	5 478,00	0,00	44 159,58	971,59	0,00	0,00	891,31

(1) O valor de Subsídio de Refeição pagos em 2019 a Ex. Vogal, corresponde aos variáveis do mês de dezembro/2018.

Tabela 68 – Benefícios Sociais do Conselho de Administração

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	Grupo Alugado_E	n.a.	n.a.	Aluguer Mensal	2019-01-01	2019-12-31	640,00	6 982,52	n.a.
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	Grupo Alugado_M	n.a.	n.a.	Aluguer Mensal	2019-01-01	2019-08-31	640,00	5 264,05	n.a.
Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia	Grupo Alugado_M	n.a.	n.a.	Aluguer Mensal	2019-02-01	2019-12-31	768,75	7 540,30	n.a.

Tabela 69 – Encargos com Viaturas

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (€)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	0	0	0		0	0
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	0	0	0		0	0
Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia	0	0	0		0	0
						0

Tabela 70 – Gastos anuais associados a deslocações em serviço

3 – Fiscalização – Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2015-2017	Presidente	Maria Teresa de Figueiredo Ferreira Alves Carvalho	DUE	08/07/2015	1 281,90	2
2015-2017	Vogal Efetiva	Ana Elisabete de Assunção Militão	DUE	30/12/2016	961,42	1
2015-2017	Vogal Efetiva	Ana Paula Fernandes dos Santos	DUE	30/12/2016	961,42	1
2015-2017	Vogal Suplente	André Bernardo de Lemos Alves	DUE	30/12/2016	n.a.	1

Tabela 71 – Identificação e Estatuto remuneratório dos membros do Conselho Fiscal

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Maria Teresa de Figueiredo Ferreira Alves Carvalho	17 946,60	1 045,12	16 901,48
Ana Elisabete de Assunção Militão	13 459,88	1 988,08	11 471,80
Ana Paula Fernandes dos Santos	13 459,88	783,83	12 676,05
André Bernardo de Lemos Alves	0,00	0,00	0,00
			41 049,33

Tabela 72 – Remuneração dos membros do Conselho Fiscal (2019)

4 - Fiscalização - Revisor Oficial de Contas

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2008-...	Efetivo	Vitor Martins & Ahmad, SROC Lda. - representado por Dr. Vitor Manuel do Carmo Martins (ROC n.º 456 CMVM n.º 20160148)	100	20161423	DUE	29/08/2008	n/a	10	n/a
2015-2017	Suplente	Dr. Issuf Ahmad	779	20160412			n/a	10	10

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)
(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

Tabela 73 - Identificação do Revisor Oficial de Contas

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2019 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2019 (€)			
	Valor (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Vitor Martins & Ahmad, SROC Lda.	24 030	0	24 030	n/a	n/a	n/a	n/a

Tabela 74 - Remuneração do Revisor Oficial de Contas (2019)

6.b) Auditor Externo²³

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº OROC	Nº CMVM				
BDO & Associados, SROC, Lda.	29	20161384	09/04/2018	1	3	3

Tabela 75 - Identificação do Auditor Externo (exercício de 2018)

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2019 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2019(€)			
	Valor (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
BDO & Associados, SROC, Lda	7 988		7 988	n/a			

Tabela 76 - Remuneração do Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº OROC	Nº CMVM				
PKF & Associados, SROC	152	20161462	08/05/2020	2	0	0

Tabela 77 - Identificação do Auditor Externo (exercício de 2019)

²³ Tabelas relativas ao n.º 4 do apêndice 1 do Ofício do Ofício n.º 770, de 11 de março de 2020 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

6.c) Remunerações dos restantes trabalhadores

Dando cumprimento ao estatuído no art.º 18.º (Prorrogação de efeitos), da Secção I, Capítulo III, da Lei N.º 7-A/2016, de 30 de março (Lei do Orçamento de Estado para 2016) concretizou-se a reversão de 20% por trimestre, da norma de redução remuneratória, tendo o seu efeito sido eliminado a partir de outubro de 2016.

Rubricas (Contas Individuais)	2019	2018	2017	2016	2015
Remunerações do Pessoal* (sem Órgãos Sociais)	8 848 679	8 614 484	8 152 814	7 392 130	7 834 137
Reduções decorrentes de alterações legislativas	-	-	-	30 601	77 695

* Inclui Encargos com a Entidade Patronal / Exclui indemnizações por rescisão contratual

Tabela 78 - Remunerações do Pessoal (sem Órgãos Sociais) e reduções remuneratórias 2015-2019

7 Aplicação do disposto nos artigos 32º e 33º do EGP

7.a) Não utilização de cartões de crédito

Nada a reportar

7.b) Não reembolso de despesas de representação pessoal

Nada a reportar

8.a) Despesas associadas a comunicações

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	80,00	891.31	DSUE_31/12/2016
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	80,00	196.89	DSUE_31/12/2016
Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia	80,00	281.26	DSUE_31/01/2019
		1 369.46	

Tabela 79 - Gastos com Comunicações

8.b) Despesas associadas a viaturas de serviço

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	457.82	757.57	200.90	958.47	Valor mensal calculado com base na DSUE_31/12/2016
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	366.26	1 195.36	679.40	1 874.76	Valor mensal calculado com base na DSUE_31/12/2016
Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia	366.26	1 680.75	1 442.60	3 123.35	Valor mensal calculado com base na DSUE_31/12/2016
Eng.º José Osvaldo C. Baptista Bagarrão (a)	-----	357.01	0.00	357.01	
				6 313.59	

(a) Despesa referente ao exercício de 2018, contabilizada em 2019

Tabela 80 - Gastos com Viaturas

9 Despesas não documentadas ou confidenciais

A Transtejo cumpriu o disposto no n.º 2, do artigo 16º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 11º, do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, não tendo realizado despesas não documentadas.

10 Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

O n.º 2, da RCM n.º 018/2014, de 5 de março, determina que as empresas do sector empresarial do Estado promovam, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.

O cumprimento desta disposição encontra-se subjacente à informação divulgada no Ponto 6.1.1. - Princípio de Igualdade de Género deste relatório.

Plano Ação Igualdade Género 2018-2021, aprovado por deliberação do Conselho de Administração a 03.09.2020.

Relatório anual sobre prevenção da corrupção

As empresas Transtejo e Soflusa tem aprovado e implementado, desde 28 de Janeiro de 2010, um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), dando cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2009, onde se identificam as áreas que potencialmente podem ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos que visam a sua mitigação e prevenção, os seus impactos e a sua probabilidade de ocorrência.

Esta matéria será divulgada com maior profundidade no Relatório do Governo Societário referente ao ano de 2019.

12 Contratação Pública

Em 2019, a Transtejo, aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017²⁴, de 31 de agosto, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico.

A Empresa cumpriu ainda todas as normas aplicáveis no que respeita à contratação, designadamente as relativas à auscultação da Agência de Modernização Administrativa nas aquisições de bens e serviços abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de Maio, na redação dada pela Lei n.º 83-C/2014, de 31 de Dezembro, bem como pelo Decreto-Lei n.º 151/2015, de 6 de Agosto, bem como nos pedidos de autorização para a assunção de compromissos plurianuais exigidos pelo artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de Março e pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de Junho. Durante o exercício de 2019 houve lugar à submissão de 1 contrato a visto prévio do Tribunal de Contas, referente a aquisição de combustíveis para a frota de navios.

²⁴ Procede à nona alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e transpõe as Diretivas n.ºs 2014/23/UE, 2014/24/UE e 2014/25/UE, todas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014 e a Diretiva n.º 2014/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.

As alterações introduzidas agregam-se em três grandes grupos: (i) alterações decorrentes da transposição das diretivas; (ii) medidas de simplificação, desburocratização e flexibilização; e (iii) medidas de transparência e boa gestão pública.

Esta matéria será divulgada com maior detalhe no Relatório do Governo Societário referente ao ano em análise.

13 Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

Nesta matéria, desde 2010 que a Transtejo implementa as medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013, tendo aderido voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

Ao abrigo dos Acordos Quadro geridos pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPA), IP., foi concluído o procedimento pré-contratual relativo ao fornecimento de eletricidade, para o Grupo Transtejo (Acordo Quadro, de 17 de agosto de 2010).

14 Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

Nos termos do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, publicado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro de 2013, as “Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão – 2019” foram transmitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), através do Ofício Circular n.º 4219, de 14 de agosto de 2018, o qual estabeleceu as principais orientações e limites financeiros de referência para o exercício, em conformidade com o estabelecido no n.ºs 1 e 3 do artigo 158.º do DLEO 2019:

Resultado Líquido (1)	Resultado Líquido	Objetivo: (Empresas do SEE reclassificadas) Apresentar Resultado Líquido positivo para o triénio
Resultado Líquido (2)	Resultado Líquido	Objetivo (Empresas do SEE reclassificadas - deficitárias): Se apresentar <u>Resultado Líquido negativo</u> - Integrar anexo com memória justificativa do facto
EBIT	Resultados Antes de Juros e Impostos	Objetivo (Empresas deficitárias): Se apresentar <u>EBIT (excluindo Variações de Justo Valor, Provisões e Imparidades) negativo</u> - Integrar no anexo anterior, proposta de estratégia para reposição da viabilidade económica e financeira a curto e médio prazo
Eficiência Operacional	= [Gastos CMVMC + FSE + Pessoal (sem indemnizações)] / Volume de Negócios	Objetivo: Garantir que, o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, seja igual ou inferior, ao estimado para 2018
PRC	(a) Gastos com Pessoal (b.I) Gastos com Deslocações, Ajudas de Custo e Alojamento; (b.II) Gastos com Frota Automóvel (c) Gastos com contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria	Objetivo: Manutenção ou redução face a 2018

Tabela 81 - Medidas de otimização da estrutura de Gastos Operacionais - IPG 2019

Transtejo solicitou através do Ofício 2018/07011747, pedido de exceção do cumprimento dos limites financeiros de referência, correspondentes ao PAO 2019, tendo obtido despacho favorável do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente (Informação n.º 22073/DPCO/2018 de 29 de outubro), com indicação da remissão do mesmo, para o Senhor Secretário de Estado do Tesouro, através do Ofício n.º 4219, de 31-10-2018.

Ao longo de 2019, foi mantido o foco da gestão na aplicação de medidas de contenção de gastos de funcionamento, procurando dar cumprimento às medidas estabelecidas.

O desempenho da Transtejo, no exercício 2019 foi o seguinte:

Medidas de redução de gastos operacionais (PRC)
(Perspetiva: Contas Individuais)

PRC	2019 Exec.	2019 Orc.	2018 Exec.	2017 Exec.	2019/2018	
					Δ Absol.	Var. %
{0} EBITDA	(6 199 341)	(18 400 332)	(10 031 281)	(7 560 619)	3 831 940	-38,2%
{1} CMVMC	3 566 052	4 054 263	3 825 721	3 185 167	(259 669)	-6,8%
{2} FSE	5 483 333	8 942 340	7 143 421	5 019 320	(1 660 088)	-23,2%
{3} Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	8 807 677	10 811 892	8 632 605	9 052 124	175 072	2,0%
{3.i} Indemnizações pagas por rescisão	-	100 000	78 679	-	(78 679)	-100,0%
{3.ii} Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2019	244 447	6 733	241 971	-	2 476	1,0%
{3.iii} Impacto da aplicação do artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	-	-	-	-	-	-
{4} Gastos Operacionais ^{a)} = (1)+(2)+(3)	17 857 062	23 808 495	19 601 748	17 256 611	(1 744 685)	-8,9%
{5} Volume de negócios (VN) ^{b)}	8 439 953	8 679 519	8 279 787	7 663 721	160 166	1,9%
{6} Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	2,1	2,7	2,4	2,3	(,25)	-8,9%
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	288	5 000	3 708	448	(3 420)	-92,2%
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	20	-	500	125	(480)	-96,0%
(iii) Gastos associados à frota automóvel ^{c)}	53 270	80 012	65 339	57 077	(12 069)	-18,5%
Total = (i) + (ii) + (iii)	53 579	85 012	69 547	57 650	(15 969)	-23,0%
{7} Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	57 146	293 500	42 988	144 679	14 158	32,9%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	306	350	311	310	(5)	-1,6%
N.º Órgãos Sociais (OS)	8	10	10	9	(2)	-20,0%
N.º Cargos de Direção (CD)	9	10	10	10	(1)	-10,0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	289	330	291	291	(2)	-0,7%
N.º Trabalhadores/N.º CD	32	33	29	29	3	10,3%
N.º de viaturas	11	15	11	11	-	0,0%

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto nos artigos 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na LOE 2019.

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

2017 | Valores reexpressos em SNC-AP

Tabela 82 – Avaliação do cumprimento do PRC (2019)

A diminuição dos gastos operacionais é justificada pelo cumprimento de parte do plano de manutenção dos navios e pelo efeito conjugado da variação do preço do combustível e acréscimo do consumo de gasóleo. Merece referência o estado de envelhecimento da frota, que importa manter operacional, até ao desenvolvimento do projeto de investimento em aquisição de novas unidades, que permitirão a sua substituição.

Em relação à frota automóvel, importa referir que o número de viaturas se mantém inalterado, contudo salienta-se a elevada antiguidade do parque automóvel.

15 Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria – cumprimento do disposto n.º 7 do artigo 49.º do DLEO2019

A Transtejo deu cumprimento ao previsto no disposto no artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho, submetendo à Parpública para parecer prévio, sempre que esteve em causa procedimentos de contratação de estudos, pareceres, projetos e consultorias de natureza não intelectual e sempre que os serviços incidiram sobre o âmbito específico do disposto no n.º 2 do artigo 49.º do DLEO2019.

Em 2019 foi solicitado parecer relativamente 8 procedimentos que se enquadravam legalmente nesta necessidade.

16 Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

No cumprimento do disposto na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho²⁵, a Transtejo procedeu abertura de conta na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. (doravante IGCP)²⁶, no âmbito do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (UTE).

Conforme previsto no artigo 141.º relativo ao Princípio da Unidade de Tesouraria da LOE²⁷ e no artigo 115.º relativo à Unidade de Tesouraria do DLEO de 2019²⁸, a Transtejo procura manter as suas disponibilidades no IGCP, situação que se demonstra no quadro seguinte:

No cumprimento do disposto na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, a Transtejo procedeu abertura de conta no IGCP, no âmbito do cumprimento do Princípio de UTE.

Banca Comercial*	1º Trimestre (€)	2º Trimestre (€)	3º Trimestre (€)	4º Trimestre (€)
Depositadas no IGCP	630 491	2 135 734	6 056 453	4 003 265
Outras	1 408 348	1 167 129	1 002 383	256 337
Total	2 038 839	3 302 863	7 058 836	4 259 602
Juros auferidos**	0	0	0	0

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.
** - Identificar os juros auferidos (em termos acumulados, desde 1-1-2016) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC

Tabela 83 - Cumprimento Princípio UTE

Não obstante a Transtejo dispor de conta à Ordem junto do IGCP conforme acima indicado, a especificidade da atividade comercial da empresa compreende um conjunto de atividades e serviços que o IGCP não se encontra vocacionado para disponibilizar, nomeadamente:

- Recolha, tratamento e depósito de receita de bilheteira e máquinas de venda automática;
- Abastecimento de trocos às máquinas e bilheteiras dos terminais e estações fluviais;
- Emissão e gestão de garantias bancárias, que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;

Considerando que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função Acionista, o Conselho de Administração submeteu à apreciação da DGTF

²⁵ Vide n.º 1, do Artigo 63.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho - Aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).

²⁶ Anteriormente designada como Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P. (IGCP, I. P.)

²⁷ Vide artigo 141.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro Lei do Orçamento do Estado para 2019.

²⁸ Vide artigo 115.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, Decreto-Lei que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para o ano de 2019

e ao IGCP um pedido de dispensa, fundamentada do cumprimento integral do disposto no princípio da UTE, nos termos do n.º 3, do artigo 28.º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro (RJSPE).

Através de ofício de 6 de junho de 2018, a Transtejo solicitou ao IGCP, o reforço de dispensa da aplicação do princípio da Unidade de Tesouraria para 2018 e extensão para o ano de 2019. Por ofício n.º 11228 de 6 de julho de 2018, o IGCP comunicou o despacho de autorização para execucionamento do cumprimento da UTE, para os anos de 2018 e 2019.

17 Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

A última auditoria operacional efetuada pelo Tribunal de Contas às empresas Transtejo e Soflusa ocorreu em 2010 (Processo n.º 16/10-AUDIT), tendo sido emitido um conjunto de recomendações, que constam do Relatório de Auditoria n.º 49/2010-2ªS.

Para efeitos de acompanhamento, as empresas deram conhecimento ao Tribunal de Contas das medidas tomadas e sua adoção, dando seguimento às recomendações recebidas.

18 Informação divulgada a 31 de dezembro de 2019 no site do SEE (portal DGTF)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	2019	Vide site Transtejo e Soflusa
Caracterização da Empresa	S	16/03/2016	Vide site Transtejo e Soflusa
Função de Tutela e Acionista	S	08/11/2018	Vide site Transtejo e Soflusa
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S	16/10/2014	Vide site Transtejo e Soflusa
- Identificação dos Órgãos Sociais	S	16/10/2014	Vide site Transtejo e Soflusa
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	16/10/2014	Vide site Transtejo e Soflusa
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	16/10/2014	Vide site Transtejo e Soflusa
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	16/10/2014	Vide site Transtejo e Soflusa
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	16/10/2014	Vide site Transtejo e Soflusa
Esforço Financeiro Público	S	21/03/2017	Vide site Transtejo e Soflusa
Ficha Síntese	S	27/03/2017	Vide site Transtejo e Soflusa
Informação Financeira histórica e atual	S	2009	Vide site Transtejo e Soflusa
Princípios de Bom Governo	S	05/06/2013	Vide site Transtejo e Soflusa
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	05/06/2013	Vide site Transtejo e Soflusa
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	05/06/2013	Vide site Transtejo e Soflusa
- Outras transações	S	05/06/2013	Vide site Transtejo e Soflusa
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	05/06/2013	Vide site Transtejo e Soflusa
Económico	S	05/06/2013	Vide site Transtejo e Soflusa
Social	S	05/06/2013	Vide site Transtejo e Soflusa
Ambiental	S	05/06/2013	Vide site Transtejo e Soflusa
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	05/06/2013	Vide site Transtejo e Soflusa
- Código de ética	S	05/06/2013	Vide site Transtejo e Soflusa

Tabela 84 - Informação divulgada no SEE

APÊNDICE 2

Cumprimento das Orientações legais - 2019	Cumprimen to	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/N.A.		
Objetivos de Gestão			
Indicadores de Acompanhamento definidos para 2019	S		9-1.a)
Metas a Atingir constantes no PAO 2019	S		9-1.b)
Princípios Financeiros de Referência	S		9-1.b)
Investimento	S	Variação de -300%	9-1.b)
Gastos com pessoal	S	Variação de -21%	9-1.b)
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	Receita = 73% Despesa = 60.6%	9-1.c)
Gestão do Risco Financeiro	N.A.	Taxa média de financiamento = 1,84%	9-2.
Limites de Crescimento do Endividamento	N	Variação Endividamento = 3,18%	9-3.
Evolução do PMP a fornecedores	S	Variação do PMP = -18 dias relativamente a 2018	9-4.
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	Total de 'Arrears' em 31 de dezembro = 132 176,33 €	9-4.
Recomendações do Acionista na última aprovação de contas (Última Assembleia-Geral de aprovação de contas ocorrida em 28 de julho de 2021 - aprovação de contas do exercício de 2018)	S		9-5.
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão	S		9-6.a)
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2019 (se aplicável)	S		9-6.a)
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2019 (se aplicável)	S		9-6.a)
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2019 (se aplicável)	N.A.		9-6.b)
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		9-7.
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		9-7.
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	Tabela 79 - Gastos com Comunicações	9-7.
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	Tabela 80 - Gastos com Viaturas	9-7.
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		9-8.
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S		9-9.
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção Pública	S	Divulgação no Relatório do Governo Societário de 2019	9-10.
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		9-11. / 9-12.
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S		9-11. / 9-12.
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	1 contrato valor = 7.603.456,00€	
Auditorias do Tribunal de Contas^(b)			
Recomendações	S	A última auditoria operacional às empresas Transtejo e Soflusa ocorreu em 2010 (Processo n.º 16/10-AUDIT)	9-15.
Parque Automóvel			
N.º de Viaturas	S	Variação (em n.º) 0 Viaturas	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	N	Despacho de exceção	9-13.
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artigo 49.º do DLEO 2019)	S		
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)	S		9-14.
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	94% disponibilidades e aplicações junto no IGCP em 31 de dezembro	9-14.
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	N.A.	Ofício IGCP n.º 11321, 09 julho.2018 - Dispensa do cumprimento 2018 e 2019	9-14.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.		

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

Tabela 85 - Resumo do Cumprimento das Orientações Legais (2019)

10. Notas Finais

10.1. Agradecimentos

O Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento pela colaboração prestada pelas entidades que supervisionam a atividade que constitui o objeto social da Transtejo, particularmente à Direção Geral dos Recursos Marítimos, ao ex-Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos e à Capitania do Porto de Lisboa.

Agradece finalmente, a colaboração de todos os que ao longo do exercício contribuíram com o seu desempenho na prossecução do objetivo principal da Empresa, a prestação de um serviço público cada vez mais eficiente e de melhor qualidade.

10.2. Proposta de aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício 2019, no montante negativo de 9.556.013,37 € (nove milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, treze euros e setenta e trinta e sete cêntimos), seja transferido para Resultados Transitados.

10.3. Eventos Subsequentes

A preparação destes documentos de prestação de contas, reportados ao ano 2019, decorre num contexto de Pandemia, provocado pelo surto de Covid-19, assim classificado pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020.

Esta situação, que alastrou também a Portugal (embora com efeitos mais tardios relativamente a outros países da UE), mereceu medidas imediatas, tendo sido declarado o 1º Estado de Emergência, em 18 de março de 2020 (Decreto do Presidente da República nº 14-A/2020), que foi objeto de regulamentação pelo Decreto do Governo nº 2-A/2020 de 20 de março.

Desde então e até ao momento, tem persistido a situação pandémica, marcada por medidas de retoma da normalidade, recuos e reforços das medidas de confinamento, em função das sucessivas vagas e necessidade de controlo do surto, que têm caracterizado a evolução da situação de calamidade pública. Todas as ações têm sido enquadradas pela intervenção do Governo, através da implementação de medidas orientadas para a contenção dos impactos sociais e económicos decorrentes do surto epidémico, promovendo o apoio às empresas, aos trabalhadores e à sociedade em geral. Tais medidas têm sido acompanhadas de enquadramento legislativo, com destaque para Resoluções do Conselho de Ministros e Decretos da Assembleia da República, contando com sucessivas declarações de Estado de Emergência.

Este surto tem revelado um impacto social e económico muito significativo, gerando um elevado grau de incerteza para as empresas, pelo que importa salvaguardar que as implicações no relato financeiro possam ser significativas, com efeitos que dependem da realidade de cada entidade. Nestas relevantes circunstâncias, na preparação das demonstrações financeiras de 2019, assumindo o pressuposto da

continuidade, a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) recomenda a inclusão nos documentos de prestação de contas, de uma referência sobre eventuais impactos, após a data do balanço, decorrentes desta situação.

Face ao exposto e cumprindo a recomendação da CNC, cumpre-nos apresentar o seguinte enquadramento:

Ao nível dos transportes públicos de passageiros e salientando o impacto direto na atividade da Transtejo, foram determinadas medidas essenciais para garantir os serviços indispensáveis à mobilidade e liberdade de circulação das pessoas, destacando-se o Despacho do Ministro do Ambiente e da Ação Climática n.º 3547-A/2020, de 22 de março, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 57 -B, 1.º suplemento, através do qual foram fixados limiares de oferta de serviço público e condições de operação a cumprir pelos operadores de transporte, que se têm mantido ao longo de todo o período de pandemia, com as necessárias adaptações em função da evolução da situação.

Salienta-se que para fazer face à situação pandémica, o Governo foi promovendo, através de legislação específica, a implementação de medidas orientadas para a contenção dos impactos sociais e económicos, nomeadamente, prestando apoio às empresas, aos trabalhadores e à sociedade em geral.

O serviço de transporte público prestado pela Transtejo foi considerado no supramencionado Despacho do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, como sendo um serviço essencial e indispensável à mobilidade e liberdade de circulação das pessoas, devendo a empresa assegurar esse mesmo serviço adotando as medidas excecionais de proteção da saúde pública emanadas pela Direção-Geral da Saúde. O Estado, reconhecendo os impactos na oferta e na procura da situação e das medidas²⁹ adotadas nos transportes, nos termos do artigo 3.º da Decreto-Lei n.º 14 -C/2020, de 7 de abril, determinou que as verbas disponíveis em Orçamento de Estado para o **Programa de Apoio à Redução Tarifária** nos transportes públicos³⁰ (**PART**) pudessem ser pagos de acordo com o histórico, de forma a que esses montantes apoiassem as empresas para fazer face à sua falta de liquidez.

Por outro lado, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020 de 6 de junho veio aprovar o **Programa de Estabilização Económica e Social (PEES)**, no qual se incluem investimentos no âmbito da promoção da mobilidade sustentável³¹, encontrando-se previsto o financiamento de projetos a desenvolver pela Transtejo e pela Soflusa.

No caso muito concreto da Transtejo, assiste-se a uma significativa redução da atividade económica e ameaça dos impactos financeiros, decorrentes da atual situação, provocados pela redução de receitas diretas de exploração e aumento de custos decorrentes da adoção de medidas de prevenção e mitigação da pandemia. Não obstante, merece destaque o cumprimento da atividade de transporte fluvial,

²⁹ Incluem-se como medidas excecionais as imposições de limitação e ajustamentos à operação de transporte público de passageiros, designadamente, redução de níveis de utilização, as limitações à venda e validação de títulos de transportes e forma de acesso aos veículos, com vista a garantir a segurança de utilizadores e trabalhadores, mantendo-se os serviços de transporte mínimos essenciais para assegurar a mobilidade dos cidadãos.

³⁰ Despacho n.º 1234-A/2019 Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes públicos (PART).

³¹ Vide na Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020 publicada a 6 de junho, o anexo relativo ao Programa de Estabilização Económica e Social (PEES), ponto 2.5.4.2 – Obras na área das florestas, rede hidrográfica e mobilidade sustentável.

assegurando um serviço público essencial à comunidade, encontrando enquadramento no conjunto de medidas de apoio financeiro anunciadas pelo Decreto-Lei nº 14-C/2020 de 07 de abril e materializadas através da atribuição de compensações financeiras.

Embora não seja possível apurar a totalidade dos efeitos diretos e indiretos, atuais ou potenciais, do presente contexto que se vive a nível mundial, é nossa convicção que os desenvolvimentos futuros da atual situação, não constituirão impactos financeiros com materialidade relevante que impliquem alteração aos documentos de prestação de contas agora apresentados, considerando que os efeitos materialmente relevantes incidem, exclusivamente, nos períodos posteriores ao do relato financeiro objeto deste relatório.

Lisboa, 21 de outubro de 2021

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira
(Presidente)



Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva
(Vogal)



Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia
(Vogal)



TRANSTEJO - Transportes Tejo, S.A.

Exercício de 2019 - Contas Individuais

Demonstrações Financeiras
& Anexo às Demonstrações Financeiras

7 11



Balanço Individual em 31 de dezembro de 2019

Rubricas	Notas	Datas	
		31.12.2019	31.12.2018
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	24 800 984,42	25 535 188,67
Ativos intangíveis	3	436 057,59	233 973,06
Investimentos Financeiros	23.2	12 555 654,68	14 755 838,25
Accionistas/sócios/associados	18.2.g)	6 127 723,10	4 790 757,91
Outros ativos financeiros		4 394,78	2 777,46
Total Ativo Não Corrente		43 924 814,57	45 318 535,35
Ativo Corrente			
Inventários	10	1 198 756,40	881 680,19
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.2.h)	26 640,00	-
Clientes, contribuintes e utentes	18.2.a)	77 459,09	106 906,36
Estado e outros entes públicos	18.2.f)	443 488,20	1 100 538,07
Outras contas a receber	18.2.b)	384 183,86	1 204 327,12
Diferimentos	18.2.e)	6 643,02	34 429,89
Caixa e depósitos	1.2.e)	4 259 602,05	2 840 083,15
Total Ativo Corrente		6 396 772,63	6 167 964,78
Total do ATIVO		50 321 587,20	51 486 500,13
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	18.15	208 025 085,00	208 025 085,00
Resultados transitados	18.18	(265 788 808,26)	(252 170 537,33)
Ajustamentos em ativos financeiros	18.18	(2 005 478,29)	(1 338 525,85)
Outras variações no património líquido	18.18	9 560 109,91	9 257 751,88
Resultado líquido do período		(9 556 013,37)	(13 457 983,28)
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		(59 765 105,01)	(49 684 209,58)
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	15	130 660,00	97 500,00
Financiamentos obtidos	7/18.9	28 139 810,50	44 680 002,82
Total Passivo Não Corrente		28 270 470,50	44 777 502,82
Passivo Corrente			
Fornecedores	18.2.c)	127 231,35	518 211,41
Estado e outros entes públicos	18.2.f)	261 101,18	380 684,71
Financiamentos obtidos	7/18.9	74 031 929,49	47 941 200,17
Fornecedores de Investimentos		8 732,07	206 369,64
Outras contas a pagar	18.2.d)	7 134 562,06	6 926 493,37
Diferimentos	18.2.e)	252 665,56	420 248,59
Total Passivo Corrente		81 816 221,71	56 393 206,89
TOTAL DO PASSIVO		110 086 692,21	101 170 709,71
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		50 321 587,20	51 486 500,13

O Conselho de Administração:

O Contabilista Certificado:

Dr. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

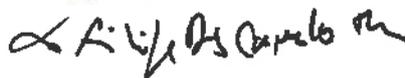
Dr. Gonçalo Maria R. C. de Almeida e Vasconcelos

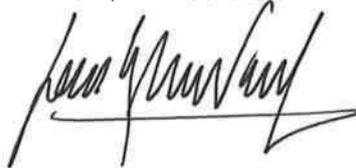


Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva



Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Mala





Demonstração dos Resultados por Natureza Individual período findo em 31 de dezembro de 2019

Rendimentos e Gastos	Notas	Período	
		31.12.2019	31.12.2018
Prestações de serviços e concessões	13	8 439 952,96	8 279 786,80
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	2 736 655,40	1 303 177,77
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		(1 402 011,22)	(1 611 126,88)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(3 566 052,24)	(3 825 721,28)
Fornecimentos e serviços externos	23.3	(5 483 332,72)	(7 143 420,95)
Gastos com pessoal	23.4	(9 052 124,23)	(8 953 255,83)
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	10	31 827,83	28 144,65
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-	(28 876,76)
Provisões (aumentos/reduções)	15	(33 160,00)	(6 000,00)
Outros rendimentos	13/14	2 215 600,57	2 098 777,45
Outros Gastos	23.5	(86 697,12)	(172 766,16)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		(6 199 340,77)	(10 031 281,19)
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5	(2 235 664,17)	(2 110 955,77)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		(8 435 004,94)	(12 142 236,96)
Juros e rendimentos similares obtidos	23.6	39 259,38	333 645,92
Juros e gastos similares suportados	7	(1 157 786,33)	(1 629 300,99)
Resultado antes de imposto		(9 553 531,89)	(13 437 892,03)
Imposto sobre o rendimento	18.2.f)	(2 481,48)	(20 091,25)
Resultado líquido do Período		(9 556 013,37)	(13 457 983,28)

O Conselho de Administração:

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira



Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

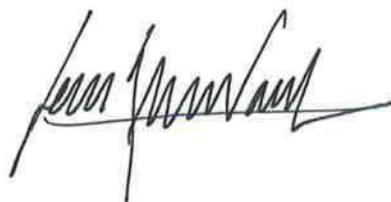


Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia



O Contabilista Certificado:

Dr. Gonçalo Maria R. C. de Almeida e Vasconcelos



Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido em 31 de dezembro de 2019

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património líquido da entidade-mãe					Total
		Capital/Património Realizado	Resultados Transítados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	
Posição no início do Período (1)		208 025 085,00	(252 170 537,33)	(1 338 525,85)	9 257 751,88	(13 457 983,28)	(49 684 209,58)
Alterações no Período							-
Transferências e subsídios de capital	14.1				302 358,03		302 358,03
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	18.19		(13 618 270,93)	(666 952,44)		13 457 983,28	(827 240,09)
	(2)		(13 618 270,93)	(666 952,44)	302 358,03	13 457 983,28	(524 882,06)
Resultado Líquido do Período (3)						(9 556 013,37)	(9 556 013,37)
Resultado integral (4)=(2)+(3)			(13 618 270,93)	(666 952,44)	302 358,03	3 901 969,91	(10 080 895,43)
Operações com detentores de Capital no Período							-
Outras operações							-
	(5)						-
Posição no fim do Período (6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)		208 025 085,00	(265 788 808,26)	(2 005 478,29)	9 560 109,91	(9 556 013,37)	(59 765 105,01)

O Conselho de Administração:

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira



Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva



Eng. Luis Filipe Dias Carvalho Maia



O Contabilista Certificado:

Dr. Gonçalo Maria Ramos Chaves de Almeida e Vasconcelos



Demonstração Individual de Fluxos de Caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2019

Rubricas	Notas	Período	
		2019	2018
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		11 028 275,74	11 787 962,96
Pagamentos a fornecedores		(11 670 874,18)	(13 174 770,09)
Pagamentos ao pessoal		(8 722 706,60)	(8 379 697,81)
Caixa Gerada de Operações:		(9 315 255,02)	(9 766 524,94)
Doutros recebimento/pagamentos		3 769 273,82	3 148 781,07
Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)		(5 545 981,20)	(6 617 743,87)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos Fixos tangíveis			86 976,39
Ativos Intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros		65 609,95	70 320,43
Subsídios ao investimento		917 160,00	
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(2 034 764,44)	(1 731 967,58)
Ativos Intangíveis		(435 110,59)	(188 180,89)
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			(35 160,47)
Doutros ativos			(4 703 055,00)
Fluxos de caixa das actividades de investimento (b)		(1 287 331,06)	(6 479 270,73)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		9 550 537,00	11 470 780,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Doutros Operações de Financiamento		1 202 294,19	
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Doutros operações de financiamento		(2 500 000,00)	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (c)		8 252 831,19	11 470 780,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		1 419 518,91	(1 626 234,60)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.2 e)	2 840 083,15	4 466 317,75
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.2 c)	4 259 602,06	2 840 083,15
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 840 083,15	4 466 317,75
- Equivalentes a caixa no início do período			
Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		2 840 083,15	4 466 317,75
De execução orçamental			
De operações de tesouraria		(43 999,60)	
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4 259 602,06	2 840 083,15
- Equivalentes a caixa no fim do período			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		4 259 602,06	2 840 083,15
De execução orçamental		4 316 038,17	2 834 082,75
De operações de tesouraria		(56 436,11)	(43 999,60)

O Conselho de Administração:

O Contabilista Certificado:

Dra. Marina Inês da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. Gonçalo Maria R. C. de Almeida e Vasconcelos

Nauro Ferreira
Mr. José Ricardo Figueiredo Henriques da Silva

[Assinatura]
Eng. Luis Filipe Dias Carvalho Maia

[Assinatura]
Luis Filipe Dias Carvalho Maia

[Assinatura]

Anexo às demonstrações financeiras individuais 2019

1 Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 Identificação a entidade e período de relato

A Transtejo - Transportes Tejo, S.A. (referida neste documento como "Transtejo" ou "Empresa"), com sede na Rua da Cintura do Porto de Lisboa, Terminal Fluvial do Cais do Sodré, Concelho de Lisboa, Freguesia de Misericórdia, foi constituída em 17 de dezembro de 1975 como empresa pública, tendo sido transformada em sociedade anónima em 21 de julho de 1992. A principal atividade comercial desempenhada pela sociedade corresponde à exploração de transportes fluviais, sendo que, acessoriamente, poderá explorar quaisquer outras atividades turísticas, comerciais ou industriais, conexas, complementares, ou atividades que no seu todo, ou em parte, sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a realização da atividade principal atrás referida, designadamente atividades marítimo - turísticas.

Consequentemente, apesar de não dispor da concessão oficialmente atribuída, a Transtejo explora quatro das cinco carreiras fluviais existentes entre as margens norte e sul do Rio Tejo, sendo a quinta ligação (Terreiro do Paço - Barreiro) assegurada pela sua subsidiária Soflusa.

A Empresa presta serviços de transporte fluvial de passageiros, nos quais se incluem as quatro ligações fluviais referidas (Cacilhas - Cais do Sodré, Seixal - Cais do Sodré, Montijo - Cais do Sodré e Belém - Porto Brandão - Trafaria). A Transtejo exerce ainda uma atividade acessória de exploração de espaços comerciais (espaços publicitários, parques estacionamento, entre outros).

A Transtejo é detida integralmente pelo Estado Português, representado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), entidade responsável pela realização das intervenções financeiras do Estado, acompanhamento de assuntos respeitantes às políticas financeiras da Administração Pública, assegurar a gestão integrada do património estatal, e ainda intervir em operações patrimoniais do sector público.

A Transtejo é uma sociedade de capitais públicos que age sob a tutela do Estado Português, em articulação com a rede de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa. A Empresa rege-se pelos seus Estatutos, pelas normas reguladoras de sociedades anónimas, por disposições do Governo Central relacionadas com o sector dos transportes públicos e com a própria Empresa (disciplina estatutária da Transtejo).

A Transtejo é uma Entidade Pública Reclassificada (EPR), equiparada a Serviços e Fundos Autónomos (SFA) desde 2013. O código da classificação orgânica é o 5871 e está sob a tutela do Ministério do Ambiente.

Com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014, o regime jurídico e financeiro do organismo encontra-se subordinado ao cumprimento da seguinte legislação:

- a) Lei do Orçamento de Estado aplicável a cada ano (no caso concreto do ano em análise, Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro - Lei do Orçamento de Estado de 2019);
- b) Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 2/2018 de 29 de janeiro e republicada pela Lei n.º 37/2018 de 7 de agosto, alterada pela Lei n.º

- 41/2014 de 10 de julho), implicando obrigações de reporte à Direção-Geral do Orçamento / Ministério das Finanças;
- c) Cumprimento das orientações transmitidas através das Circulares DGO para preparação das Propostas Orçamentais para o OE (em 2018, no âmbito dos trabalhos de preparação do Orçamento do Estado 2019, foi aplicada a Circular n.º 1390, de 08 de agosto de 2018);
 - d) No âmbito da execução do OE2019: reportes, previstos no artigo 120.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DL n.º 84/2019, de 28 de junho);
 - e) Aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), a partir de janeiro de 2014.

Participação financeira da Transtejo na Soflusa (subsidiária)

A constituição do Grupo Transtejo ocorreu em dezembro de 2007, desencadeada pela aquisição do capital da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., constituída por escritura pública de 11 de novembro de 1992, com o objeto social de exploração de transportes fluviais de passageiros, bem como o exercício de quaisquer outras atividades comerciais ou industriais, conexas ou complementares, suscetíveis de facilitar ou favorecer a realização da atividade principal.

A Soflusa foi constituída pela CP - Caminhos-de-ferro Portugueses, E.P., ao abrigo das disposições dos seus Estatutos - que incluíam a concessão da ligação Lisboa-Barreiro, com o objetivo de articular a rede ferroviária entre as duas margens do Rio Tejo - com o objetivo de explorar aquela ligação.

Em dezembro de 2009, com a publicação dos novos estatutos da C.P. - Comboios de Portugal, E.P.E., foi extinta a base legal na qual lhe era concedida a concessão da exploração da ligação Lisboa - Barreiro, não tendo até ao momento sido, a mesma, formalmente atribuída à Transtejo.

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

As presentes demonstrações financeiras são comparáveis com exercício anterior.

c) Reclassificação de itens nas demonstrações financeiras

No exercício de 2019, não se verificaram reclassificações nas demonstrações financeiras.

d) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não existiam saldos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

e) Valores de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era como segue:

Conta PCM	Natureza	31.dez.2019	31.dez.2018
111	Caixa/Máquinas Automáticas	63 688,10	59 438,00
118	Caixa Pequena	162,50	412,50
121	Depósitos à ordem no Tesouro	4 003 264,95	2 562 304,77
1221	Banco BPI, S.A.	154 054,79	185 347,42
1222	Novo Banco, S.A.	38 431,72	32 564,58
1223	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	-	15,88
	Equivalentes de caixa	-	-
	Descobertos bancários	-	-
	Total	4 259 602,06	2 840 083,15

2 Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras Individuais foram preparadas de acordo com a NCP 1 e são apresentadas em Euros, correspondendo à moeda funcional da Transtejo, dado que a maior parte das suas transações são efetuadas nesta moeda tratando-se, também, da moeda do seu ambiente económico.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relacionadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os leitores destas Demonstrações Financeiras.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância de os ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Transtejo continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

i) Investimentos em subsidiárias

Empresas subsidiárias são todas aquelas entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) nas quais a Transtejo tem poder de decisão sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se a Transtejo detém o controlo sobre uma entidade.

Os investimentos em subsidiárias são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Os dividendos recebidos das subsidiárias são registados como um rendimento do exercício, quando deliberados pela Assembleia Geral.

Adicionalmente, sempre que as responsabilidades assumidas pela Empresa ultrapassem o custo de aquisição, além da perda de imparidade registada para o investimento financeiro, é registado

adicionalmente uma provisão pelo montante das responsabilidades que ultrapassam a perda de imparidade reconhecida.

ii) Investimentos em empreendimentos conjuntos

Os interesses em empreendimentos conjuntos da Transtejo correspondem a entidades conjuntamente controladas, ou seja, empreendimentos que envolvem o estabelecimento de uma sociedade, parceria, ou outra entidade em que cada empreendedor (incluindo a Transtejo) tem um interesse.

A Transtejo tem um interesse numa Entidade conjuntamente controlada quando tenha acordado contratualmente partilhar o controlo sobre uma atividade económica ou entidade, e apenas existe quando as decisões financeiras e operacionais estratégicas relacionadas com essa atividade ou entidade têm de ser tomadas por unanimidade de todos os investidores na Entidade. O interesse neste tipo de entidades está suportado por Acordos parassociais assinados com os restantes investidores.

A classificação como Entidade conjuntamente controlada cessa quando a Transtejo passa a controlar a Entidade, o que pode ocorrer quando: i) a Transtejo adquire a quota-parte dos outros investidores e o acordo parassocial cesse; ou ii) quando a Transtejo adquire o direito incondicional de comprar (opção de compra) a participação dos restantes investidores, mesmo que não tenha exercido esse direito, mas o possa fazer a todo o tempo.

Nas demonstrações financeiras individuais, os interesses em Entidades conjuntamente controladas são mensurados ao custo de aquisição deduzido de perdas de imparidade. Os dividendos distribuídos pelas Entidades conjuntamente controladas são reconhecidos como ganhos do período em que são atribuídos.

Adicionalmente, sempre que as responsabilidades assumidas pela Empresa ultrapassem o custo de aquisição, além da perda de imparidade registada para o investimento financeiro, é registado adicionalmente uma provisão pelo montante das responsabilidades que ultrapassam a perda de imparidade reconhecida.

iii) Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Transtejo, estão mensurados na moeda do ambiente económico em que esta opera (moeda funcional), o Euro. As demonstrações financeiras e as respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Euro (moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza.

Ganhos ou perdas cambiais, relativos a empréstimos, caixa e/ou equivalentes de caixa são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza como “Juros e gastos similares suportados” ou “Juros e rendimentos similares obtidos”. Todos os outros ganhos ou perdas cambiais são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza como outros rendimentos ou gastos operacionais.

No período, não se registaram transações, nem existem saldos em moeda diferente do Euro.

Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2019	2018
USD	1,1234	1,4500
GBP	0,8508	0,8945

Fonte: cotações do Banco de Portugal à data de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

iv) Ativos fixos tangíveis

O tratamento contabilístico dos ativos fixos tangíveis foi efetuado de acordo com o disposto na NCP 5 – *Ativos Fixos Tangíveis*, estando estes valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Sempre que as partes integrantes de dado ativo fixo tangível possuam ritmos de desgaste funcional diferentes, e caso estas sejam materialmente significativas quando comparadas com o *main item* (componente principal), a Transtejo efetua a depreciação do ativo por componentes (navio e acondicionamentos), em função das suas vidas úteis esperadas.

As despesas subseqüentes incorridas com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidas no valor do ativo. Tais despesas poderão ser registadas como um ativo independente apenas se se confirmar como sendo provável que os benefícios económicos associados à posse do ativo sejam benéficos para a Empresa, e caso estes possam ser mensurados com fiabilidade.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que estes são incursos.

Os dispêndios a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 3 a 50 anos
Embarcações	Entre 16 a 22 anos
Equipamento básico - Outros	Entre 3 a 22 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Ferramentas e utensílios	Entre 4 a 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 12 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 3 a 12 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza.

v) Ativos intangíveis

O tratamento contabilístico dos ativos intangíveis é efetuado de acordo com o disposto na NCP 3 - Ativos Intangíveis.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando:

- i) sejam identificáveis;
- ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros;
- iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como gastos quando incorridos sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do período em que são incursos.

O custo dos ativos intangíveis adquiridos compreende:

- i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos;
- ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Transtejo valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A Transtejo determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. Os ativos intangíveis registados na demonstração da posição financeira da Transtejo referem-se a software informático (licenças), o qual é amortizado segundo a vida útil estabelecida, a qual não excede 3 anos e a projetos de desenvolvimento (no âmbito da renovação da frota).

vi) Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objeto de testes de imparidade anuais. A Transtejo não tem reconhecido ativos com vida útil indefinida.

Relativamente aos ativos não financeiros com vida útil definida, os testes de imparidade são efetuados sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras individuais não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Transtejo avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se assim for, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa). O valor de uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A determinação da existência de imparidade é efetuada para cada ativo individualmente quando gerem fluxos de caixa separados ou de forma agregada ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

vii) Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- a) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;



- b) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
- c) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a Transtejo tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
- d) Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

A Empresa reavalia esta classificação a cada data de relato.

viii) Inventários

Os inventários na Transtejo são tratados de acordo com o disposto na *NCP 10 - Inventários*. São reconhecidos como inventários os materiais de consumo (peças, sobressalentes e consumíveis) a utilizar na manutenção dos ativos fixos tangíveis e o inventário de combustíveis e lubrificantes, principal matéria-prima de exploração.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, sendo valorizados subsequentemente ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

ix) Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados por natureza, em "Imparidade de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas por imparidade estimadas, correspondendo o valor líquido das contas a receber, aproximadamente ao seu justo valor.

x) Caixa e depósitos bancários

O caixa e depósitos bancários incluem caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e outros instrumentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidade no curto prazo. Sempre que existam, os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica

“Financiamentos obtidos”, e não são considerados na elaboração da demonstração de fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Transtejo não dispunha de qualquer montante registado como descoberto bancário.

xi) Capital social

O capital corresponde à quantia de capital estatutário da Empresa, estando totalmente titulado em ações ordinárias. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

xii) Passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os “Financiamentos obtidos”, “Fornecedores” e “Outras contas a pagar”. Os saldos classificados em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são reconhecidos ao custo amortizado, sendo que usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

xiii) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subseqüentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados por natureza ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Transtejo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

xiv) Gastos com financiamentos

Os gastos com financiamentos incluem juros e outros gastos incorridos pela Empresa ao contrair financiamentos bancários. Estes incluem:

- Juros incorridos com descobertos bancários;
- Juros de empréstimos a curto, médio e longo prazo;
- Amortização de descontos ou prémios derivados da emissão ou re-pagamento de empréstimos;
- Amortização de gastos auxiliares incorridos com a contratação de empréstimos;
- Diferenças de câmbio que surjam no âmbito de empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que tais valores sejam encarados como custos adicionais aos juros incorridos.

Os gastos com financiamentos são reconhecidos como gastos do exercício no período em que incorrem, exceto se associados à construção ou aquisição de um ativo qualificável, caso em que são obrigatoriamente capitalizados.

A capitalização de gastos com financiamentos começa quando o investimento num ativo está a decorrer e existem custos efetivos suportados com os financiamentos, e cessa quando todas as atividades necessárias para preparar um ativo qualificável para o seu uso pretendido, ou venda, são completadas.

xv) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados por natureza, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no património líquido. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras individuais.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

A Transtejo não reconhece ativos por impostos diferidos devido à existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização dos ativos por impostos diferidos, na medida que respeitam, essencialmente, a prejuízos a reportar. Em 31 de dezembro de 2019, não existem situações geradoras de passivos por impostos diferidos.

xvi) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Transtejo tem:

- i) uma obrigação presente legal contratual ou construtiva resultante de eventos passados;
- ii) para a qual é mais provável que não seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e
- iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Transtejo divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando: a Transtejo tem uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de eventos passados; seja provável que um ex-fluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação; e o montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As provisões para reestruturação compreendem compensações para terminação de contratos de colaboradores. Não são reconhecidas provisões para fazer face a perdas operacionais futuras.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para liquidar a obrigação é determinada ao se considerar a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de um ex-fluxo que respeite a um item incluído na mesma classe de obrigações seja reduzido.

Os ativos contingentes são ativos “possíveis” gerados por acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controlo da Transtejo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras separadas, mas divulgados nas notas anexas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

xvii) Subsídios e apoios do Governo

A Transtejo reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis (fundo perdido) são, no âmbito da “NCP14 – Rendimentos de transações sem contraprestação”, reconhecidos na rubrica “Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciáveis” no momento em que se cumprem as condições, sendo subsequentemente creditados na demonstração de resultados por natureza à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos que foram financiados e na respetiva proporção.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração de Resultados por Natureza no mesmo exercício em que os gastos associados são incursos e registados (contrapartidas das obrigações contratuais assumidas em termos de exploração, de transporte e de tarifas).

A Transtejo regista como resultados do exercício os valores das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado, decorrentes das obrigações contratuais assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. Adicionalmente são reconhecidos subsídios à exploração referentes às compensações a atribuir ao transporte fluvial, relativas às modalidades de passes “4_18@”, “Sub_23” e “Social +”.



 7


Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

xviii) Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente aos quais a Transtejo detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de "Financiamentos obtidos". Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração de resultados por natureza, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Transtejo não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Transtejo tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração de resultados por natureza numa base linear, durante o período da locação.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Transtejo não dispunha de qualquer ativo fixo em regime de locação financeira.

xix) Fornecedores e outras contas a pagar

As rubricas de "Fornecedores" e "Outras contas a pagar", correntes, não vencem juros e são registados pelo seu valor nominal, que corresponde, aproximadamente ao seu justo valor. Quando os saldos a pagar sejam exigíveis para além de 12 meses ou da data de pagamento normal do negócio, a Transtejo terá de registar os passivos pelo valor presente.

As rubricas de "Outras contas a pagar" não correntes são valorizadas ao valor nominal da dívida acrescido dos juros a pagar decorridos.

xx) Especialização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, caso se qualifiquem como tal.

xxi) Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da Transtejo. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da Transtejo refere-se à prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros. A contraprestação recebida pela Transtejo resulta das seguintes transações:

- i) venda de bilhetes nas estações;
- ii) venda de passes exclusivos Transtejo, passes combinados com outros operadores de transportes (ex.: CP, ML e TCB) ou Navegante (Metropolitano ou Municipal).

Para os diversos tipos de títulos de transporte:

- i) O rédito é reconhecido quando os bilhetes são utilizados;
- ii) O rédito da venda de passes exclusivos Transtejo é reconhecido no mês a que respeita a venda/carregamento do título de transporte. Já o rédito da venda de passes combinados é reconhecido de acordo com a repartição da receita mensal, efetuada pela AML - Área Metropolitana de Lisboa, de acordo com as quotas fixadas para os diversos operadores de transportes da área da Grande Lisboa. Esta entidade é responsável pela regulação do setor dos transportes, nos termos do disposto na Lei nº 25/2015 de 09 de junho (RJSTPT - Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros).

O rédito da prestação de serviços é reconhecido quando:

- i) o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e
- ii) seja provável que benefícios económicos fluam para a Transtejo. Assim, o rédito é reconhecido na demonstração de resultados por natureza no período em que os serviços são prestados, de acordo com o princípio da especialização do período.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

xxii) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCP1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, através do recurso ao método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração de fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (a) atividades operacionais; (b) atividades de financiamento; e (c) atividades de investimento.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são fundamentalmente provenientes das transações que constituem a principal fonte de geração de recursos financeiros da entidade. São exemplos de fluxos de caixa de atividades operacionais:

- (a) Recebimentos de impostos, contribuições, taxas e multas;
- (b) Recebimentos pela venda de bens e prestação de serviços;
- (c) Recebimentos de subsídios ou transferências e outras dotações ou autorizações orçamentais atribuídas pelo Governo central ou outras entidades do setor público;
- (d) Recebimentos de royalties, honorários, comissões e outros rendimentos;

- (e) Pagamentos a outras entidades do setor público para financiar as suas operações (não incluindo empréstimos);
- (f) Pagamentos a fornecedores de bens e serviços;
- (g) Pagamentos ao pessoal;
- (h) Recebimentos e pagamentos de uma entidade seguradora relativos a prémios e indemnizações, anuidades e outros benefícios da apólice;
- (i) Pagamentos de impostos sobre a propriedade ou sobre o rendimento (quando apropriado) em relação às atividades operacionais;
- (j) Recebimentos ou pagamentos relativos a contratos celebrados para negociação ou comercialização;
- (k) Recebimentos ou pagamentos de operações descontinuadas;
- (l) Recebimentos ou pagamentos relativos à resolução de litígios.

A divulgação separada de fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento é importante porque tais fluxos representam a extensão das saídas de caixa no sentido de obter recursos que se espera contribuam para a prestação futura de serviços da entidade. Apenas as saídas de caixa que resultem num ativo reconhecido no balanço são elegíveis para se classificarem como atividades de investimento. São exemplos de fluxos de caixa provenientes da atividade de investimento:

- (a) Pagamentos para adquirir ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos de longo prazo. Estes pagamentos incluem os relativos a custos de desenvolvimento capitalizados e trabalhos para a própria entidade;
- (b) Recebimentos provenientes da venda de ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos de longo prazo;
- (c) Pagamentos para adquirir instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e interesses em Diário da República, 1.ª série – N.º 178 – 11 de setembro de 2015, empreendimentos conjuntos (que não sejam pagamentos relativos a instrumentos considerados equivalentes de caixa ou instrumentos financeiros detidos para negociação);
- (d) Recebimentos provenientes da venda de instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e de interesses em empreendimentos conjuntos (que não sejam recebimentos relativos a instrumentos considerados equivalentes de caixa ou instrumentos financeiros detidos para negociação);
- (e) Adiantamentos e empréstimos feitos a outras entidades (que não sejam adiantamentos e empréstimos feitos por uma instituição financeira pública);
- (f) Recebimentos provenientes do reembolso de adiantamentos e empréstimos feitos a outras entidades (que não sejam adiantamentos e empréstimos de uma instituição financeira pública);
- (g) Pagamentos relativos a contratos de futuros, contratos forward, contratos de opção e contratos swap, exceto quando os contratos forem detidos para negociação, ou os pagamentos forem classificados como atividades de financiamento; e
- (h) Recebimentos provenientes de contratos de futuros, contratos forward, contratos de opção e contratos swap, exceto quando os contratos forem detidos para negociação, ou os recebimentos forem classificados como atividades de financiamento.

A divulgação separada dos fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento é importante porque é útil para estimar os fluxos de caixa futuros a pagar a financiadores de capital à entidade. São exemplos de fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento:

- (a) Recebimentos provenientes da emissão de títulos de dívida, empréstimos, livranças, obrigações, hipotecas e outros empréstimos de curto ou longo prazo;
- (b) Reembolsos de empréstimos obtidos; e
- (c) Pagamentos efetuados por um locatário relativos à redução do passivo em aberto de uma locação financeira, incluindo juros.

xxiii) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do exercício. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informações sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados nas notas às demonstrações financeiras, se materiais.

xxiv) Segmentos operacionais

A Transtejo identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja, o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades da empresa e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual resulta a identificação de um único segmento operacional, materialmente relevante, o transporte fluvial de passageiros.

2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras individuais da Transtejo são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expetativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

- **Provisões:** A Transtejo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

A Transtejo utiliza a avaliação dos processos judiciais pelos seus advogados para determinar o reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências.

- **Depreciações:** A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração de resultados por natureza de cada exercício. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.
- **Imparidade das contas a receber:** O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica dos outros devedores e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela Gestão, dos riscos de cobrança existentes à data do fecho das demonstrações financeiras, os quais podem vir a divergir do risco efetivo a incorrer.
- **Perdas por Imparidade:** A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Transtejo, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Transtejo.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Transtejo, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

2.5. Aplicação inicial de uma NCP

Na Transtejo não se verifica a aplicação inicial de uma NCP, que tenha efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou possa ter efeito em períodos futuros.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidade, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

1) Fatores do risco financeiro

As atividades da Transtejo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro como:

- a) riscos de mercado;
- b) risco de crédito; e
- c) risco de liquidez.

O Conselho de Administração é responsável pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Transtejo, sendo a evolução dos mercados analisada de acordo com as mesmas.

Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos a que a Transtejo está sujeita, para definir limites de risco, os controlos adequados para monitorizar a evolução desses riscos e o cumprimento das políticas de gestão de risco implementadas. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para que se mantenham eficazes face à realidade dos mercados e à atividade desenvolvida pela Transtejo.

A gestão do risco é conduzida centralmente pela Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo com base em políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo identifica, avalia e remete à aprovação do Conselho de Administração, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição com vista à minimização dos riscos financeiros da Transtejo, no contexto do Grupo Transtejo.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro e a eventual utilização de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados.

a) Risco de mercado:

- Risco de taxa de câmbio: A atividade operacional da Transtejo desenvolve-se em Portugal e a maioria das suas transações são mantidas na moeda funcional da Empresa, o Euro. O risco de taxa de câmbio é pouco expressivo para a realidade da Transtejo, não existindo qualquer política de cobertura para este tipo de risco.
- Risco de taxa de juro: O risco associado à flutuação da taxa de juro tem como principal impacto nas contas da Transtejo associado ao custo do serviço da dívida contratada com instituições financeiras nacionais e internacionais.

O objetivo da gestão do risco de taxa de juro é a redução da flutuação dos custos financeiros, permitindo a obtenção de um resultado líquido mais estabilizado.

b) Risco de crédito:

O risco de crédito da Transtejo é reduzido uma vez que parte significativa do rédito dos serviços prestados aos clientes é recebida antecipadamente ou na data da prestação do serviço. No caso dos passes navegantes, os valores mensais a receber/a pagar são monitorizados pelo regulador dos transportes, a AML – Área Metropolitana de Lisboa, não existindo riscos de crédito significativos a considerar.

No que se refere aos saldos de “Outras contas a receber” estes resultam maioritariamente de transações pontuais, contudo existem saldos a receber das atividades imobiliárias para os quais o risco de crédito é mais significativo. A política de cobertura de risco definida pela Transtejo passa pela exigência da prestação de garantias e cauções no início do contrato e uma monitorização das atividades dos arrendatários.

c) Risco de liquidez:

O Risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da empresa, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável e a previsão atempada das necessidades de tesouraria em conjunto com uma adequada gestão das cobranças.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo, que tem como objetivo manter um nível mínimo de tesouraria para fazer face às necessidades financeiras da Transtejo no curto, médio e longo prazo, através da disponibilidade e flexibilidade de financiamento com facilidades de crédito não utilizadas, assim como outras fontes de financiamento. As necessidades pontuais de tesouraria são cobertas pelo controlo das contas a receber e pelo suporte financeiro do Estado Português e do seu acionista.

ii) Gestão do risco de capital

O objetivo da Transtejo em relação à gestão de capital alheio, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma utilização prudente de dívida.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como: i) as necessidades de investimento em ativos tangíveis; ii) as tarifas definidas para a prestação de serviços; iii) as participações do Estado e iv) as necessidades de financiamento da exploração.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas

Não existem alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores

Não existem erros materialmente relevantes de períodos anteriores.

3 Ativos Intangíveis

3.1. Ativos intangíveis gerados internamente e outros

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data do relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.



 7
 RF

b) Método de amortização

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes.

c) Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projectos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	1 850 779,25	1 774 589,21		76 180,04	2 080 691,48	1 858 423,19		222 268,29
Propriedade industrial e intelectual								
Doutos								
Ativos intangíveis em curso	157 793,02			157 793,02	213 789,30			213 789,30
Total	2 008 572,27	1 774 589,21		233 973,06	2 294 480,78	1 858 423,19		436 057,59

d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de depreciações e amortizações respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos na demonstração dos resultados por natureza.

e) Quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada Inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões e perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)-(10)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projectos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	76 180,04	46 488,41	183 431,82				(83 823,98)			222 268,29
Propriedade industrial e intelectual										
Doutos										
Ativos intangíveis em curso	157 793,02	739 478,10	(181 491,82)							213 789,30
Total	233 973,06	285 966,51					(83 823,98)			436 057,59

i) Ativos Intangíveis - Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ocorreram as seguintes adições:



7
 R

Rubricas	Adições									Total
	Interesse	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou penhora a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural (soedw)										
Projectos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	183.431,82	46.480,44								229.912,23
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Níveis intangíveis em curso	(183.431,82)	230.428,10								55.996,28
Total		285.908,54								285.908,54

O aumento registado em ativos intangíveis, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de 285.908,51€, respeita, essencialmente, à implementação e licenças do software Primavera (113.131,82€), à aquisição do software mobile (70.300,00€), ao novo tarifário de bilhética (23.738,00€) e às transferências dos ativos em curso para ativos intangíveis, no valor líquido de 183.431,82€.

O valor em ativos intangíveis em curso, corresponde a projetos de consultoria referentes ao projeto de renovação da frota (93.008,10€) e à aquisição de software diverso (146.420,00€).

ii) Ativos Intangíveis - Diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não ocorreram diminuições nos Ativos Intangíveis.

3.2. Outras divulgações de ativos intangíveis

a) Ativos intangíveis materialmente relevantes

A Transtejo, em 31 de dezembro de 2019, não detinha ativos intangíveis que, individualmente, se apresentem como materialmente relevantes para as demonstrações financeiras.

b) Ativos intangíveis adquiridos através de transações sem contraprestação e inicialmente reconhecidos pelo justo valor

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Transtejo não detinha ativos intangíveis adquiridos através de transações sem contraprestação.

c) Ativos intangíveis de titularidade restringida e ativos intangíveis dados como garantia de passivos

Em 31 de dezembro de 2019 a Transtejo não tinha passivos garantidos por ativos intangíveis.

d) Compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis

Em 2019 foram assumidos compromissos no montante de 263.893,60€, para a aquisição de ativos intangíveis e transitaram de 2018 compromissos no montante de 122.693,01€ para a aquisição de ativos intangíveis. Durante o ano de 2019 libertaram-se verbas destes compromissos no valor de 27.480,79€, por terem sido comprometidos em excesso.

A quantidade total de compromissos assumidos em 2019 para a aquisição de Ativos Intangíveis ascendeu a 359,105,82€.

e) Ativos intangíveis mensurados após reconhecimento que tenham sofrido revalorizações

No exercício de 2019 não existiu revalorização de ativos intangíveis.

3.3. Ativos intangíveis revalorizados

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

3.4. Gastos de pesquisa e desenvolvimento

No exercício de 2019, a Transtejo efetuou diversos estudos e utilizou serviços de assessoria jurídica, para o desenvolvimento do projeto da renovação da frota da Transtejo, no montante de 93.008,10€.

3.5. Outras divulgações

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

4 Acordos de concessão de serviços: concedente

Norma não aplicável.

5 Ativos fixos tangíveis

5.1. Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2017 encontram-se registados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização em conformidade com o período de vida útil máximo dado, constante no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida estimada.

As vidas úteis e métodos de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

d) Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
Outros Ativos Tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	44 996,79	-	-	44 996,79	44 996,79	-	-	44 996,79
Edifícios e outras construções	16 018 104,64	8 148 944,65	-	7 869 159,99	16 090 829,46	8 443 284,16	-	7 647 545,30
Equipamento básico	72 846 872,77	56 580 049,88	-	16 266 822,89	74 460 287,85	58 293 523,48	-	16 166 764,37
Equipamento de transporte	157 377,40	157 377,40	-	-	157 377,40	157 377,40	-	-
Equipamento Administrativo	1 387 163,15	1 157 116,81	-	230 046,34	1 668 259,31	1 238 073,79	-	430 185,52
Outros	1 029 549,93	631 949,79	-	397 600,14	898 904,65	694 556,64	-	204 348,01
Ativos fixos tangíveis em curso	726 562,52	-	-	726 562,52	307 144,43	-	-	307 144,43
	92 210 627,20	66 675 438,53	-	25 535 188,67	93 627 799,89	68 826 815,47	-	24 800 984,42
Total	92 210 627,20	66 675 438,53	-	25 535 188,67	93 627 799,89	68 826 815,47	-	24 800 984,42

e) Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada (inicial)	Variações								Quantia escriturada (final)
		Adições	Transferências internas à entidade	Reavaliações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças Cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)-(6)-(7)-(8)-(9)-(10)
Outros Ativos Tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	44 996,79	-	-	-	-	-	-	-	-	44 996,79
Edifícios e outras construções	7 869 159,99	71 974,00	-	-	-	-	(794 339,51)	-	-	7 647 545,30
Equipamento básico	16 266 822,89	3 347,32	-	-	-	-	(1 733 287,58)	-	-	16 166 764,37
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento Administrativo	230 046,34	25 675,70	-	-	-	-	(61 606,25)	-	-	430 185,52
Outros	397 600,14	79 675,73	-	-	-	-	(62 616,85)	-	-	204 348,01
Ativos fixos tangíveis em curso	726 562,52	1 327 392,05	-	-	-	-	-	-	-	307 144,43
	25 535 188,67	1 417 635,94	-	-	-	-	(2 151 840,19)	-	-	24 800 984,42
Total	25 535 188,67	1 417 635,94	-	-	-	-	(2 151 840,19)	-	-	24 800 984,42

i) Ativos Fixos Tangíveis - Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ocorreram as seguintes adições:

Rubricas	Adições										Total
	Internas	Compras	Cessão	Transferência ou troca	Depreciação	Doação, herança, legado ou período a favor do Estado	Aplicação em pagamento	Locação financeira	Fusão, Cisão, reestruturação	Outras	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)
Outros Ativos Tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	23 584,00	-	-	-	-	-	-	-	-	23 584,00
Equipamento básico	-	1 347,32	-	-	-	-	-	-	-	-	1 347,32
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento Administrativo	-	25 675,70	-	-	-	-	-	-	-	-	25 675,70
Outros	-	79 675,73	-	-	-	-	-	-	-	-	79 675,73
Ativos Fixos Tangíveis em curso	-	1 327 392,05	-	-	-	-	-	-	-	-	1 327 392,05
	-	1 417 635,94	-	-	-	-	-	-	-	-	1 417 635,94
Total	-	1 417 635,94	-	-	-	-	-	-	-	-	1 417 635,94

O aumento registado em Ativos Fixos Tangíveis no exercício de 2019, no montante de 3.161.600,32€, resultou da capitalização de ativos que se encontravam em curso em períodos anteriores (1.744.427,63€),

tais como a reabilitação da estação fluvial da Trafaria (52.917,27€), reparação de pontões (506.323,00€), a revisão geral de motores a diesel (713.327,25€), a adaptação dos navios para lotação do transporte de bicicletas (60.125,00€), a compra de ar condicionados e renovação de posto (139.717,70€) a aquisição de cinco radares (50.975,00€), aquisição de equipamento informático (181.942,73€) e substituição de sistemas de climatização (39.099,68€).

ii) Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2019, não ocorreram diminuições nos Ativos Tangíveis.

5.2. Outras divulgações de ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis de titularidade restringida e ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

b) Quantia de dispêndios reconhecidos na quantia escriturada do ativo durante a sua construção

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

c) Quantia de compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis

Em 2019 foram assumidos compromissos no montante de 976.065,86€ para a aquisição de ativos fixos tangíveis e transitaram de 2018 e anos anteriores compromissos no montante de 1.190.094,33€. Durante o ano libertaram-se verbas destes compromissos no valor de 99.256,50€, por terem sido comprometidos em excesso.

A quantidade total de compromissos assumidos em 2019 para a aquisição de Ativos Fixos Tangíveis ascendeu a 2.146.903,69€.

d) Quantia da compensação por terceiros em imparidade, relativa a bens ativos fixos tangíveis, perdidos ou cedidos

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

5.3. Depreciações de ativos fixos tangíveis

Rubricas	Depreciações do período	
	Reconhecidas nos resultados	Incluídas nos custos de outros ativos
Outras Ativos fixos Tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	294 339,51	-
Equipamento básico	1 733 287,58	-
Equipamento de transporte	-	-
Equipamento Administrativo	61 606,25	-
Outros	62 606,85	-
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-
	2 151 840,19	-
Total	2 151 840,19	-

5.4. Alterações de estimativas contabilísticas

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

5.5. Ativos fixos tangíveis revalorizados

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

5.6. Outras divulgações

a) Ativos fixos tangíveis temporariamente sem uso

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

b) Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda estejam em uso

A 31 de dezembro de 2019 a Transtejo tinha os seguintes montantes em ativos fixos tangíveis totalmente depreciados e ainda em uso:

Descrição	
Edifícios	702 645,05
Estações Fluviais e Cais Embarque	2 113 396,02
Pontões, Passadiços e Flutuadores	6 700 589,73
Embarcações	38 664 509,36
Acessórios Utensílios de Navegação	228 616,08
Máquinas e Acessórios	2 726 728,04
Ferramentas e Utensílios	177 210,94
Veículos	157 377,40
Equipamento Informático e de telecomunicações	851 635,53
Equipamento de escritório e de reprografia	62 105,87
Mobiliário de escritório e de arquivo	219 218,04
Equipamento do Serviço Medicina do Trabalho	13 655,20
Equipamento de decoração e conforto, de utilização comum	611 430,43
	53 229 117,69

c) Ativos fixos retirados de uso ativo e detidos para alienação

No ano de 2019 não se verificaram quaisquer alienações de ativos fixos

6 Locações

Norma não aplicável.

7 Custos de empréstimos obtidos

a) Política contabilística adotada nos custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

b) Os custos de empréstimos incorridos no exercício de 2019 foram os seguintes:

Instituição	Data do Contrato	Data do início do TC	Prazo do Contrato	Capital		Taxa de juro		Movimentos de nos empréstimos			Movimentos do ano			Encargos vendidos e não pagos		Saldo em 1 de Janeiro	Saldo a 31 de Dezembro
				Embutido	LIBRADO	Fixado	Alíquota	Acumulação	Entrada	Total	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros		
Direção Geral do Tesouro e Finanças	26/06/2013	n/a	7 anos	1.195.000,00	5.740.000,00	2,27%	2,30%	2.740.000,00	1.155.979,40	6.902.272,40	76.443,06	36.264,90	3.032.000,00	100.040,00	5.740.000,00	5.740.000,00	
	13/09/2013	n/a	7 anos	21.050.000,00	10.525.000,00	2,20%	2,20%	10.260.000,00	9.132.060,19	10.117.669,77	118.195,57	118.417,52	17.000.000,00	1.110.145,54	10.525.000,00	10.525.000,00	
	06/07/2013	n/a	7 anos	10.100.000,00	0.288.500,00	2,39%	2,37%	10.288.500,00	9.323.331,99	12.111.531,99	120.071,15	120.071,15	0.559.000,00	32.743,44	10.288.500,00	10.288.500,00	
	06/11/2013	n/a	7 anos	2.500.000,00	1.250.000,00	1,87%	1,87%	1.250.000,00	1.097.709,41	1.437.709,41	13.137,62	13.137,62	533.533,34	34.123,47	1.250.000,00	1.250.000,00	
	09/02/2013	n/a	7 anos	1.000.000,00	1.500.000,00	1,58%	1,60%	1.500.000,00	713.176,75	1.713.176,75	15.417,75	15.417,75	1.000.000,00	40.427,50	1.500.000,00	1.500.000,00	
	07/03/2013	n/a	7 anos	1.500.000,00	1.000.000,00	2,15%	2,15%	1.000.000,00	1.051.118,18	695.811,34	15.142,00	15.142,00	1.000.000,00	51.108,46	1.000.000,00	1.000.000,00	
	26/02/2013	n/a	7 anos	107.100,00	471.458,67	2,00%	2,00%	471.458,67	235.729,14	21.420,80	9.186,88	9.186,88	235.729,14	21.420,80	471.458,67	471.458,67	
	15/04/2014	n/a	7 anos	2.000.000,00	1.144.154,55	2,54%	2,54%	1.144.154,55	790.571,13	867.223,80	13.110,80	13.110,80	2.000.000,00	15.825,28	1.144.154,55	1.144.154,55	
	15/07/2014	n/a	7 anos	2.355.415,00	1.512.275,33	2,73%	2,73%	1.512.275,33	1.043.371,67	1.843.571,67	18.171,85	18.171,85	2.355.415,00	17.353,30	1.512.275,33	1.512.275,33	
	23/10/2014	n/a	7 anos	1.000.000,00	1.000.000,00	1,15%	1,15%	1.000.000,00	57.124,11	1.000.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000.000,00	1.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	
	15/02/2015	n/a	7 anos	4.422.165,00	1.685.450,61	1,41%	1,41%	1.685.450,61	215.869,67	997.313,83	23.256,10	23.256,10	4.422.165,00	88.913,74	1.685.450,61	1.685.450,61	
	16/05/2015	n/a	7 anos	1.170.000,00	982.518,67	1,17%	1,17%	982.518,67	41.780,98	1.074.000,00	2.535,56	2.535,56	1.170.000,00	18.348,88	982.518,67	982.518,67	
	13/09/2015	n/a	7 anos	2.094.939,00	2.279.115,83	1,05%	1,05%	2.279.115,83	125.802,94	639.845,11	26.877,41	26.877,41	1.293.646,32	61.002,02	2.279.115,83	2.279.115,83	
	13/01/2015	n/a	7 anos	3.000.000,00	3.000.000,00	1,25%	1,25%	3.000.000,00	115.375,56	6.211.556,56	18.144,38	18.144,38	3.000.000,00	60.110,57	3.000.000,00	3.000.000,00	
	15/07/2016	n/a	7 anos	2.267.721,00	2.267.721,00	2,00%	2,00%	2.267.721,00	102.458,13	102.458,13	15.119,74	15.119,74	151.901,00	29.045,78	2.267.721,00	2.267.721,00	
	17/01/2017	n/a	7 anos	3.000.000,00	3.000.000,00	4,31%	4,31%	3.000.000,00	100.000,00	100.000,00	14.200,00	14.200,00	3.000.000,00	75.100,00	3.000.000,00	3.000.000,00	
	18/12/2017	n/a	7 anos	1.500.000,00	2.000.000,00	2,14%	2,14%	2.000.000,00	17.392,20	1.889,00	11.716,47	11.716,47	1.500.000,00	16.514,11	2.000.000,00	2.000.000,00	
	06/07/2018	n/a	7 anos	3.000.000,00	3.000.000,00	0,75%	0,75%	3.000.000,00	22.327,47	2.527,47	49.991,17	49.991,17	3.000.000,00	68.327,50	3.000.000,00	3.000.000,00	
	06/11/2018	n/a	7 anos	5.470.780,00	5.470.780,00	0,85%	0,85%	5.470.780,00	67.013,11	67.013,11	46.145,71	46.145,71	5.470.780,00	52.342,74	5.470.780,00	5.470.780,00	
	10/04/2019	n/a	7 anos	4.914.677,00	4.914.677,00	0,16%	0,16%	4.914.677,00	0,00	0,00	5.109,55	5.109,55	4.914.677,00	9.109,55	4.914.677,00	4.914.677,00	
28/04/2019	n/a	7 anos	1.494.677,00	1.494.677,00	0,75%	0,75%	1.494.677,00	0,00	0,00	1.208,39	1.208,39	1.494.677,00	1.208,39	1.494.677,00	1.494.677,00		
18/09/2019	n/a	7 anos	1.300.000,00	1.300.000,00	0,25%	0,25%	1.300.000,00	0,00	0,00	1.043,33	1.043,33	1.300.000,00	1.043,33	1.300.000,00	1.300.000,00		
31/12/2019	n/a	7 anos	2.005.650,00	2.005.650,00	0,25%	0,25%	2.005.650,00	0,00	0,00	1.134	1.134	2.005.650,00	1.134	2.005.650,00	2.005.650,00		
				18.084.810,00	103.171.754,98			65.933.156,00	13.669.559,59	10.880.919,53		1.134.186,42	1.134.186,42	47.941.248,85	17.784.200,00	103.171.754,98	

Desde 2013 a Transtejo tem vindo a aplicar um modelo de financiamento com recurso à contratação de empréstimos de médio e longo prazo junto do Estado Português, representado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Recorrendo à dotação orçamental inscrita no OE2013 retificativo, foi possível reestruturar toda a dívida de curto prazo contratada na banca comercial, contraindo para o efeito, uma operação de financiamento no montante de 118.625.000,00€, a reembolsar em 12 prestações semestrais de igual montante, com início em 31 de maio de 2014 e termo em 30 de novembro de 2019.

Este modelo de financiamento, possibilitado pela condição de Entidade Pública Reconstituída, tem-se mantido em vigor, tendo em 2014 sido celebrado novo contrato de financiamento a 7 anos, com as mesmas condições, no montante de 7.983.178,00€, destinando-se a cobrir necessidades de tesouraria corrente.

Em 2015, no âmbito do mesmo modelo de financiamento, o stock de dívida contratada foi reforçado em 11.697.700,00€.



Handwritten signatures and initials:
 JMS
 F
 de K

Em 2016, através de Despacho nº626/16-SEATF de 06 de julho, foi autorizado novo reforço do stock de dívida contratada, tendo ocorrido 2 novos desembolsos, totalizando 4.267.721€.

Também em 2016 ocorreu uma operação de conversão em capital, dos créditos referentes ao serviço da dívida dos exercícios de 2015 e 2016 (aumento de capital em espécie no montante de 46.543.955,38€, contemplado os juros vencidos no montante de 5.671.759,04€ e amortizações no montante de 40.872.196,34€.

Em 2017, através de Despacho do Secretário de Estado do Tesouro de 22 de dezembro, foi autorizada a concessão de um empréstimo de médio e longo prazo para reforço da dívida contratada, no montante de 2.500.000€.

Ainda em 2017 ocorreu uma operação de conversão em capital, dos créditos referentes ao serviço da dívida do exercício de 2017 (aumento de capital em espécie no montante de 25.242.161,23€ (nota 21)), contemplado os juros vencidos no montante de 2.191.181,55€ e amortizações no montante de 23.050.979,68€.

No final de 2017, em consequência das operações acima descritas, o montante em dívida ao Estado ascendia a 81.150.422,99€.

Em 2018, através de Despacho do Secretário de Estado do Tesouro, foram autorizadas as concessões de dois empréstimos de médio e longo prazo para fazer face às necessidades de financiamento decorrentes da atividade operacional, nos montantes de 6.000.000€ em julho de 2018 e de 5.470.780€ em outubro de 2018.

Em 30 de Abril de 2019 foi atribuído pelo IGCP um empréstimo no valor de 4.553.215€, pelo prazo de 7 anos, no Despacho do Senhor Secretário do Estado do Tesouro nº 303/19 – SET, de 23 de abril.

Em 23 de julho de 2019 foi atribuído pelo IGCP um empréstimo no valor de 1.491.672,00€, pelo prazo de 7 anos, no Despacho do Senhor Secretário do Estado do Tesouro nº 562/19 – SET, de 28 de junho e nº 618/19-SET, de 4 de julho.

Em 19 de Setembro de 2019 foi atribuído pelo IGCP um empréstimo no valor de 1.500.000,00€, pelo prazo de 7 anos, no Despacho do Senhor Secretário do Estado do Tesouro nº 562/19 – SET, de 28 de junho e nº 618/19-SET, de 4 de julho.

Em 31 de dezembro de 2019 foi atribuído pelo IGCP um empréstimo no valor de 2.005.650,00€, pelo prazo de 7 anos, pelo Despacho do Senhor Secretário do Estado do Tesouro nº 1513/19 – SET, de 27 de dezembro.

Ainda em 2019, foi solicitado à Direção Geral de Tesouro e Finanças um diferimento do pagamento do serviço da dívida referente aos empréstimos contratados junto do IGCP. Nesse âmbito, foi diferido o pagamento de juros e amortizações vencidos em 31 de maio e em 30 de novembro de 2019, sem encargos financeiros adicionais.

Face a todas estas situações, no final de 2019, o montante em dívida ao Estado ascendia a 102.171.740€.

O detalhe destes empréstimos de acordo com o prazo de reembolso é apresentado na Nota 18.9.

Todos os empréstimos estão negociados em euros.

8 Propriedades de Investimento

Norma não aplicável.

9 Imparidade de ativos

As imparidades para clientes de cobrança duvidosa são avaliadas anualmente tendo em conta a avaliação dos riscos de cobrança dos respetivos saldos.

Ativos Financeiros	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Modelo Utilizado	
					Justo Valor	Valor de Uso
Dívidas de Clientes	Gerador de caixa	168 348,42	90 889,33	77 459,09		Fluxos de Caixa
TOTAL		168 348,42	90 889,33	77 459,09		

O montante de 90.889,33€ diz respeito, essencialmente, às entidades:

	Saldo 31/12/2018	Reforços	Reversões	Saldo 31/12/2019
Turisbuilding, Act Marítimo-Turísticas, S.A.	30 302,16	-	-	30 302,16
João Lagos Sports - Gestão de Eventos, S.A.	24 197,60	-	-	24 197,60
Calado & Brito	13 607,09	-	(13 607,09)	-
Bússola Perfeita, Unipessoal Lda	11 936,15	-	-	11 936,15
Outros	24 565,60	-	(112,18)	24 453,42
	104 608,60	-	(13 719,27)	90 889,33

A antiguidade dos saldos vencidos com imparidade é superior a 24 meses.

10 Inventários

a) Política contabilística e método de custeio usado

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo.

O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e a mão de obra direta, incluindo ainda gastos de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Transtejo adota o sistema do custo médio ponderado como fórmula de custeio dos seus inventários.

b) Quantia de inventários registada

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os inventários da Empresa detalham-se conforme se segue:

Descrição	Quantia escriturada Inicial	Compras líquidas	Consumos / Gastos	Perdas por imparidade	Reversão de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	Quantia escriturada final
Mercadorias								
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	881 680,19	4 433 975,44	3 566 052,24	582 674,82	31 827,83			1 198 756,40
Produtos acabados e intermédios								
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos								
Produtos e trabalhos em curso								
Total	881 680,19	4 433 975,44	3 566 052,24	582 674,82	31 827,83	-	-	1 198 756,40

O valor dos inventários reconhecidos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, apresenta a seguinte decomposição:

	2019	2018
Gasóleo	112 812,43	100 675,12
Lubrificantes	26 385,77	15 210,51
Materiais de consumo	39 165,20	30 212,90
Fardamentos	24 600,20	23 165,50
Bilhetes	14 437,30	26 343,80
Sobresselentes	1 375 657,19	1 156 395,27
Materiais para reparações	188 373,13	144 179,74
Subtotal	1 781 431,22	1 496 182,84
Imparidades de inventários	(582 674,82)	(614 502,65)
Total inventários	1 198 756,40	881 680,19

A totalidade de itens registados em inventários encontra-se contabilizada pelo valor de realização líquido. O valor dos inventários reconhecidos em 2019, como gasto e incluído na rubrica "custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 3.566.052,24€ (em 2018: 3.825.721,28€), dos quais 2.857.634,35€ correspondem a consumos de combustíveis (2018: 3.028.984,93€).

c) Quantia de inventários registada pelo justo valor menos custos de venda

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

d) Quantia de inventários reconhecida como gasto no período

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas é como segue:

Descrição	2019	2018
Combustíveis	2 857 634,35	3 028 984,93
Consumo de lubrificantes	66 420,88	63 697,27
Materiais de consumo	25 975,78	73 207,61
Fardamento	-	6 807,81
Consumo de sobresselentes	384 345,99	495 685,71
Consumo mat. Reparções	150 325,34	103 936,74
Consumo de bilhetes	81 349,90	103 401,21
Total	3 566 052,24	3 825 721,28

O montante de maior relevância corresponde aos consumos de combustível (gasóleo) realizado pelas embarcações na atividade de exploração. O decréscimo registado no custo deste consumo deve-se, principalmente, à redução do preço médio do gasóleo consumido (0,03€/L), passando de 0,57€/L, em 2018, para 0,54€/L, em 2019.

O apuramento do custo das matérias consumidas nos exercícios de 2019 e 2018 foi determinado como segue:

	2019	2018
Existências iniciais	881 680,19	814 934,02
Compras de materiais diversos	4 465 803,27	4 506 970,10
Regularização de existências	(582 674,82)	(614 502,65)
Existências finais	(1 198 756,40)	(881 680,19)
Gastos do exercício	3 566 052,24	3 825 721,28

e) Quantia de redução de inventários reconhecida como gasto no período

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

f) Quantia das perdas por imparidade e das reversões de inventários reconhecidas como um gasto do período

A evolução das perdas por imparidade acumuladas e das reversões de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é detalhada como se segue:

Imparidades	Saldo inicial 31.12.2018	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final 31.12.2019
Mercadorias					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	614 502,65	-	(31 827,83)	-	582 674,82
Produtos acabados e intermédios					
Produtos e trabalhos em curso					
Total	614 502,65	-	(31 827,83)	-	582 674,82

A imparidade de inventário acumulada corresponde aos sobressalentes da frota sem rotação e/ou obsoletos.

No exercício de 2019 foram efetuadas contagens físicas aos diversos armazéns, originando a reversão de imparidades.

g) Circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é reconhecida quando existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existam ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como "imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

No exercício findo em 31 de dezembro ocorreram movimentos de reversão de ajustamento de inventários no valor de 31.827,83€.

h) Quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantias a passivos

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.








11 Agricultura

Norma não aplicável.

12 Contratos de construção

Norma não aplicável.

13 Rendimentos de transações com contraprestação

a) Política contabilística e métodos adotados

VENDAS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados:

- i) Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- ii) Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- iii) Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- iv) Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- v) Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de concretização da prestação de serviços à data do balanço.

JUROS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

b) Quantia de cada categoria de Rendimentos

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, têm a seguinte decomposição:

Rendimento	31.12.2019	31.12.2018
Prestação de Serviços	8 439 952,96	8 279 786,80
Venda de bens	-	-
Outros rendimentos	1 482 357,83	1 454 685,45
Juros	39 259,38	333 645,92
Total	9 961 570,17	10 068 118,17

O montante de Prestações de serviços reconhecidos tem o seguinte detalhe:

Descrição		2019	2018
Tráfego de passageiros			
Apoio PART	i)	266 381,48	-
Bilhetes	ii)	2 106 152,99	2 503 860,88
Intermodais	iii)	380 393,15	1 479 756,17
Passes próprios	iv)	397 434,63	857 999,11
Combinados	v)	458 593,25	1 558 954,42
Zapping	vi)	1 517 394,06	1 707 441,66
Bilhete 24h	vii)	120 589,85	103 089,01
Outros		-	922,64
Navegante Metropolitano	i)	3 117 326,50	-
Navegante Municipal	i)	6 940,10	-
Tráfego de veículos			
Aluguer de embarcações	ix)	7 200,00	1 550,00
Outros		1 152,14	726,39
Total prestações de serviços		8 439 952,96	8 279 786,80

- i) **Apoio PART/Navegante Metropolitano/Navegante Municipal:** Através do Regulamento nº 278 - A/2019 - Regulamento Metropolitano das Regras Gerais para a implementação do sistema tarifário na área Metropolitana de Lisboa, entrou em vigor o novo passe Navegante (Metropolitano e Municipal) substituindo todos os passes multimodais com valor superior a 40€. No âmbito deste programa PART, foi estabelecido um modelo de compensação financeira, visando assegurar o nível de receitas reais dos meses de abril a dezembro de 2018.
- ii) **Bilhetes:** rendimentos de títulos de transporte para viagens ocasionais (carregamentos de cartões Viva Viagens e em máquinas de venda automática).
- iii) **Intermodais:** rendimentos de passes de transporte que podem ser utilizados em diversos operadores de transporte público. Em 2019, a redução registada deve-se à criação do passe Navegante (Municipal e Metropolitano).
- iv) **Passes próprios:** passes mensais exclusivos para carreiras Transtejo.
- v) **Combinados:** sistema de passes que permitem a realização de viagens entre um conjunto limitado de operadores de transporte.
- vi) **Zapping:** sistema de aquisição de viagens que permite aos passageiros ocasionais utilizar os serviços da Transtejo, Carris e Metro Lisboa mediante carregamento de valores em suporte Viva Viagens.
- vii) **Bilhete 24h:** rendimentos de títulos de transporte válidos por um dia para um número ilimitado de viagens.
- viii) **Tráfego de veículos:** serviço de transporte de veículos em ferryboats na ligação Belém-Trafaria-Porto Brandão.
- ix) **Aluguer de embarcações:** alugueres pontuais de embarcações a terceiros.

O montante reconhecido em Outros Rendimentos diz respeito a rendimentos suplementares e tem o seguinte detalhe:

Descrição	2019	2018
Outros rendimentos		
Aluguer de espaços e outros	293 673,10	315 680,64
Cedências	50 691,40	62 812,99
Concessão/protocolo	584 064,85	498 865,32
Cartões para passes e outros	539 241,48	460 524,89
Ganhos em alienações		83 437,20
Outros	14 687,00	33 364,41
	1 482 357,83	1 454 685,45

A rubrica “Outros rendimentos” decompõe-se essencialmente em: rendimentos referentes ao aluguer de espaços nas suas instalações (terminais, parques de estacionamento e administrativas), à venda de cartões para carregamento de títulos de transporte e a concessão da atividade de passeios turísticos, efetuados diariamente no Tejo.

c) Rendimentos provenientes da troca de bens ou serviços

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

14 Rendimentos de transações sem contraprestação

14.1. Divulgação das classes de rendimentos sem contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados:

Rendimentos	31.12.2019	31.12.2018
Subsídios obtidos	2 736 655,40	1 303 177,77
Indemnizações Compensatórias	2 549 043,04	1 094 339,62
Compensação 4/18 e Sub 23	106 708,56	111 697,56
Compensação Passe Social +	80 903,80	97 140,59
Outros Rendimentos	733 242,74	644 092,00

O valor na rubrica de “Outros Rendimentos” inclui o valor de imputação de subsídios para investimentos, conforme quadro seguinte:

Quantias dos subsídios reconhecidos na demonstração de resultados e no balanço		Período de 2019			Período de 2018		
		Demonstração de Resultados	Balanço		Demonstração de Resultados	Balanço	
		Impostas em vários rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em gastos do período	Quantias reconhecidas no capital	Impostas em vários rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em gastos do período	Quantias reconhecidas no capital
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	DGTT Novo Interface Setúal	79 807,68	79 807,68	2 154 806,94	79 807,68	2 234 614,62
		Feder PIDDAC - C. Sexualinho	96 927,24	96 927,24	3 190 570,23	96 927,24	3 287 447,47
		PIDDAC - Ferries Navos	398 818,92	398 818,92	4 287 008,68	398 818,92	4 785 827,60
		PIDDAC - T. F. Cacilhas I	-	-	-	16 250,00	-
		SGMAMB - Remor Campolide	15 302,00	15 302,00	220 555,96	-	225 857,96
		SGMAMB - Remor Sé	21 859,37	21 859,37	408 333,13	-	430 192,50
		SGMAMB - Implement. Wi-Fi	3 544,14	3 544,14	135 405,40	-	198 949,54
		FA - Transporte Bicicletas	650,26	650,26	88 149,74	-	-
		SGMAMB - Renovação MNAV	1 603,39	1 603,39	169 758,57	-	-
		SGMAMB - Hcp. Ponto Alborã	10 698,15	10 698,15	194 706,34	-	-
		SGMAMB - Aplicação Telemóvel	1 430,56	1 430,56	61 934,44	-	-
		SGMAMB - MPPs Navio Lisboanense	8 733,33	8 733,33	335 010,65	-	-
		SGMAMB - Carros Meduteiras Lisboanense	2 066,93	2 066,93	69 077,64	-	-
Total	641 441,97	641 441,97	11 465 247,72	591 803,84	591 803,84	11 162 889,69	

O saldo por utilizar em 31 de dezembro de 2019 dos subsídios ao investimento é de 11.465.247,72€ (11.162.889,69€ em 2018), os quais são reconhecidos em rendimentos, à medida que são contabilizadas as amortizações e depreciações dos bens subsidiados.

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos em exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 têm a seguinte decomposição no balanço:

Balanço	Ano 2019	Ano 2018
Ativos Sujeitos a restrições		
Contas a Receber de transações sem contraprestação	33 080,33	41 645,69
Adiantamento de recebimentos de transações sem contraprestação		
Passivos relacionados com ativos transferidos sujeitos a condições		
Passivos relativos a empréstimos bonificados sujeitos às condições dos activos transferidos		
Passivos perdoados		

O valor indicado corresponde a um valor a receber de subsídios à exploração referente a valores que transitaram de compensações de 4_18 e sub23 e Social+, conforme informação recebida por parte da Secretaria Geral do Ministério do Ambiente.

14.2. Outras divulgações

a) Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de rendimentos provenientes de transações sem contraprestação

O valor mais significativo registado nesta rubrica, em 2019, corresponde às indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado Português como contrapartida das obrigações assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. As verbas atribuídas, registadas nesta conta pelo seu valor líquido de IVA, correspondem ao montante atribuído à Transtejo pela Entidade Coordenadora do Programa Orçamental (Secretaria Geral do Ministério do Ambiente). Este montante, inscrito no Orçamento de Estado de cada um dos anos em referência. Em 2019 aprovado

pela Lei nº 71/2018 de dezembro, foi fixado por distribuição de *plafond*, de acordo com a RCM nº156/2019 e RCM nº 150/2018 respetivamente.

À data da preparação desta informação, encontra-se em apreciação pelo Tribunal de Contas, para obtenção de visto prévio, o novo contrato de prestação de serviços público, no qual se encontra estabelecido o modelo de compensação financeira.

Estes diplomas suportaram, também, a distribuição das compensações recebidas, entre indemnizações compensatórias e compensações tarifárias.

b) Bases em que foi mensurado o justo valor dos recursos que fluíram para a entidade

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

c) Para as principais classes de réditos de impostos que a entidade não tenha podido mensurar com fiabilidade durante o período em que o acontecimento tributável ocorra, informação acerca da natureza desses impostos

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

d) A natureza e tipo das principais classes de legados, ofertas e doações, evidenciando separadamente as principais classes de bens em espécie recebidos

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

14.3. Serviços em espécie recebidos, incluindo os não reconhecidos

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

15 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1. Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verificam cumulativamente as seguintes situações:

- i) Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii) Seja provável que um ex-fluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- iii) Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro em 2019 e 2018, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

Provisões	Saldo inicial 31.12.2018	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final 31.12.2019
Impostos					
Contribuições					
Juros de mora					
Garantias a clientes					
Processos judiciais em curso	56 000,00	39 100,00	-	(6 000,00)	89 100,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	-	-	-	-	-
Matérias ambientais	41 500,00	60,00	-	-	41 560,00
Contratos onerosos					
Reestruturação					
Outras Provisões					
Total	97 500,00	39 160,00	-	(6 000,00)	130 660,00

Em 2019 as provisões foram reforçadas em 39.160€ e dizem maioritariamente respeito a diversos processos judiciais interpostos por trabalhadores ao serviço da Empresa.

15.2. Breve descrição da natureza das obrigações e momento esperado de quaisquer ex-fluxo de benefícios económicos esperados ou de potencial de serviço

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

15.3. Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2019 a Transtejo não tinha qualquer passivo contingente a reportar. Porém, salienta-se o risco de encargos futuros associados aos processos judiciais referidos no ponto anterior, para os quais se encontra constituída provisão.

15.4. Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2019 a Transtejo não tinha quaisquer ativos contingentes a reportar.

16 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

A Transtejo reconhece as transações em moeda estrangeira às taxas de câmbio das datas das referidas transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas para as taxas de câmbio da data de fecho.

Os itens não monetários mensurados ao custo histórico por uma moeda estrangeira mantêm o valor transposto à data da transação, não sendo atualizados. Os itens não monetários mensurados ao justo valor numa moeda estrangeira são atualizados para as taxas de câmbio à data em que os justos valores foram determinados.

16.1. Diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

As diferenças de câmbio resultantes de transposições atrás referidas são reconhecidas nos resultados do período em que ocorreram.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não existiam diferenças de câmbio registadas.

16.2. Moeda de apresentação

A moeda de apresentação é o Euro

17 Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão de 21 de outubro de 2021 pelo Conselho de Administração.

A aprovação deste documento de prestação de contas, decorre num contexto de pandemia internacional, qualificada pela Organização Mundial de Saúde, devido à situação de emergência de saúde pública, ocasionada pelo surto da doença Covid-19, provocada pelo novo Coronavírus.

De uma forma particular e à semelhança dos outros países da União Europeia, foi decretado pelo Presidente da República, em 18 de março de 2020, o estado de emergência (Decreto do Presidente da República nº 14-A/2020), que foi objeto de regulamentação pelo Decreto do Governo nº 2-A/2020 de 20 de março, tendo o mesmo sido sucessivamente renovado, com fundamento na evolução da situação de calamidade pública. Todas as ações foram sendo enquadradas pela intervenção do Governo, através da implementação de medidas orientadas para a contenção dos impactos sociais e económicos decorrentes do surto epidémico, promovendo o apoio às empresas, aos trabalhadores e à sociedade em geral. Todas as medidas foram acompanhadas de enquadramento legislativo, com destaque para sucessivas Resoluções do Conselho de Ministros e Decretos da Assembleia da República.

Ao nível dos transportes públicos de passageiros e salientando o impacto direto na atividade da Transtejo, foram determinadas medidas essenciais para garantir os serviços indispensáveis à mobilidade e liberdade de circulação das pessoas, destacando-se o Despacho do Senhor Ministro do Ambiente nº 3547-A/2020 de 22 de março, através do qual foram fixados limiares de oferta de serviço público e condições de operação a cumprir pelos operadores de transporte.

Pelo exposto, assiste-se a uma significativa redução da atividade económica e ameaça dos impactos financeiros, decorrentes da atual situação, ainda não totalmente conhecidos e avaliados, mas antevendo-se, essencialmente, provocados pela redução de receitas diretas de exploração e aumento de custos decorrentes da adoção de medidas de prevenção e mitigação da pandemia. Não obstante, merece destaque o cumprimento da atividade da Transtejo, assegurando um serviço público essencial à comunidade, pelo que encontra enquadramento no conjunto de medidas de apoio financeiro anunciadas pelo Decreto-Lei nº 14-C/2020 de 07 de abril.

Embora não sendo possível apurar a totalidade dos efeitos diretos e indiretos, atuais ou potenciais, do presente contexto que se vive a nível mundial, é nossa convicção que os desenvolvimentos futuros da atual situação, não constituirão impactos financeiros com materialidade relevante que implique alteração aos documentos de prestação de contas agora apresentados.

Apesar destas circunstâncias negativas não se prevê qualquer incumprimento de obrigações legais e fiscais por parte da Transtejo. Deste modo, a Transtejo considera que este evento não implica ajustamentos às Demonstrações financeiras apresentadas a 31.12.2019.

No âmbito da referência aos acontecimentos após a data de relato, cumpre ainda salientar os desenvolvimentos decorrentes da aplicação do Decreto-Lei n.º 121/2019, de 22 de agosto, que

estabelece o regime aplicável às empresas locais de natureza metropolitana de mobilidade e transportes nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

An abrigo do mencionado Decreto-Lei, foi determinada a constituição e registo comercial da TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T, S.A com efeitos a 17 de fevereiro de 2021, e a dissolução do agrupamento complementar de empresas OTLIS, ACE e a transmissão do seu património para a AML.

Salienta-se que em 23 de dezembro de 2020, o Tribunal de Contas já tinha emitido visto à constituição da TML em sede de processo de fiscalização prévia.

Por força do artigo 12.º do referido Decreto-Lei, na data de constituição e registo comercial da TML, era suposto que a OTLIS fosse dissolvida e liquidada mediante transmissão global do respetivo património para a TML, com efeito imediato após a dissolução. Para o efeito a AML solicitou a consultores especializados a elaboração de um estudo de avaliação do património da OTLIS, bem como a uma ação de auditoria à OTLIS, tendo em vista retratar fielmente a sua situação contabilística, financeira e fiscal;

Nessa sequência, o Conselho Metropolitano de Lisboa aprovou, através da Deliberação adotada sobre a Proposta n.º 235/CEML/2020, os termos de referência para o acordo relativo à contrapartida devida pela transmissão para a TML do património da OTLIS, pelo que foi acordado e reciprocamente aceite o acordo de princípio relativo à Contrapartida a pagar pela transmissão global do património da OTLIS, regendo-se pela legislação aplicável e por uma cláusula única, através da qual as partes acordaram que o valor da Contrapartida a pagar pela transmissão do património da OTLIS é de €5.594.051,00 (cinco milhões, quinhentos e noventa e quatro mil e cinquenta e um euros), nos termos do artigo 12.º, n.º 3, do Decreto-Lei.

A regulação do modo, termos e prazo de pagamento da Contrapartida, consolidando as negociações ocorridas, foi objeto de acordo celebrado entre os Membros da OTLIS e a TML, tendo através da sua Cláusula 1ª, ficado estabelecida a obrigação da TML de proceder ao pagamento por transferência bancária dos montantes devidos a cada um dos operadores (€799.150,14, correspondendo a 1/7 do valor global da contrapartida). Salienta-se que à data da preparação desta informação, a referida operação de transferência ainda não se encontrava concretizada.

No final do mês de julho de 2021, foi dado a conhecer ao Conselho de Administração o Despacho nº 650/2021 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro de 21-07-2021, homologando o Relatório nº 62/2021 da IGF referente à Auditoria de Seguimento ao Grupo Transtejo, sobre o cumprimento das recomendações formuladas no relatório nº 1786/2016. Este Despacho foi dirigido ao Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática e a Senhor Secretário de Estado da Mobilidade.

A Auditoria em apreço incidiu sobre a verificação do cumprimento pela Transtejo e Soflusa, do contrato de prestação de serviço público, celebrado com o Estado Português, vigente entre 2012 a 2014. Recomenda a IGF, que seja promovida a articulação entre o Grupo Transtejo e o Acionista, no sentido da adoção do mecanismo que se mostre mais adequado, atendendo às dificuldades financeiras das empresas, para a resolução de alegada pendência relativa à regularização de compensações financeiras recebidas em excesso, no montante de 730.331,36 € (acrescido de IVA).

À data da preparação destes documentos de prestação de contas, este assunto encontra-se em apreciação, tendo sido estabelecidos, conforme sugerido, contactos com o acionista no sentido de desencadear a articulação necessária à sua resolução, salvaguardando os impactos financeiros e orçamentais.

Após o encerramento do período, e até à data da elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas e nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

18 Instrumentos financeiros

18.1. Políticas contabilísticas e bases de mensuração

Os ativos e passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidos pela Transtejo quando esta se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, cujos retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo casos de risco de crédito), são mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas. São também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos.

Os demais instrumentos são mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados e os custos de transação na mensuração inicial destes ativos ou passivos financeiros.

As políticas de mensuração de instrumentos financeiros não são alteradas enquanto os mesmos permanecerem na posse da Transtejo.

18.2. Quantia escriturada dos ativos financeiros e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as categorias de ativos e passivos financeiros estão detalhadas conforme segue:

	Notas	31/12/2019			31/12/2018		
		Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia líquida	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia líquida
Ativos Financeiros							
Caixa e equivalentes a caixa							
Caixa		63 850,60	-	63 850,60	59 850,50	-	59 850,50
Depósitos bancários		4 195 751,46	-	4 195 751,46	2 780 232,65	-	2 780 232,65
		4 259 602,06		4 259 602,06	2 840 083,15		2 840 083,15
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado:							
Acionistas/sócios	g)	6 127 723,10	-	6 127 723,10	4 790 757,91	-	4 790 757,91
Ativos correntes							
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis							
Clientes	a)	168 348,12	(90 889,33)	77 458,79	211 514,06	(104 600,60)	106 913,46
Estado e Outros Entes Públicos	f)	443 488,20	-	443 488,20	1 100 538,07	-	1 100 538,07
Acionistas/sócios							
Outras contas a receber	b)	488 153,06	(103 969,20)	384 183,86	1 294 577,08	(90 249,96)	1 204 327,12
Diferimentos	e)	6 643,02	-	6 643,02	34 429,89	-	34 429,89
		7 260 995,00	(194 858,53)	7 066 136,47	7 431 817,91	(194 858,56)	7 236 959,35
		11 520 597,06	(194 858,53)	11 325 738,53	10 271 901,06	(194 858,56)	10 077 042,50
Passivos Financeiros							
Passivos financeiros ao custo amortizado							
Passivos não correntes							
Financiamentos bancários							
		28 139 810,50	-	28 139 810,50	44 680 002,82	-	44 680 002,82
		28 139 810,50		28 139 810,50	44 680 002,82		44 680 002,82
Passivos correntes							
Fornecedores							
	c)	127 231,35	-	127 231,35	518 211,41	-	518 211,41
Financiamentos bancários							
		74 031 929,49	-	74 031 929,49	47 941 200,17	-	47 941 200,17
Estado e Outros Entes Públicos							
	f)	261 101,18	-	261 101,18	380 684,71	-	380 684,71
Fornecedores de Investimento							
		8 732,07	-	8 732,07	206 369,64	-	206 369,64
Outras contas a pagar							
	d)	7 134 562,06	-	7 134 562,06	6 926 492,37	-	6 926 492,37
Diferimentos							
	e)	252 665,56	-	252 665,56	420 248,59	-	420 248,59
Acionistas/sócios							
		81 816 221,71		81 816 221,71	56 393 206,89		56 393 206,89
		109 956 032,21		109 956 032,21	101 073 209,71		101 073 209,71

a) Clientes: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de terceiros relacionados com protocolos celebrados com entidades públicas (concessão de viagens, repartição de receitas de passes intermodais, etc.).

b) Outras Contas a receber: A decomposição da rubrica de “Outras contas a receber”, é como segue:

Descrição	Obs.	2019	2018
Outros devedores	i)	217 571,34	732 419,59
Pessoal	ii)	40 259,42	82 987,61
Perdas de imparidade		(103 969,20)	(90 249,93)
Outros Devedores		153 861,56	725 157,27
Rendimentos a reconhecer no período		68 684,63	69 541,51
Soflusa - Soc. Fluvial transportes, S.A.		0,01	288 669,32
Indemnizações compensatórias		22 043,07	41 645,69
Otlis - Operadores Trans. Região Lisboa		35 755,15	12 207,94
Operadores Repartição		4 627,98	15 976,59
Indemnizações a receber de seguradoras		900,00	10 675,00
Sinistros em regularização		61 283,00	-
Outros		5 206,97	-
Acréscimos de rendimentos		198 500,81	438 716,05
Gastos a reconhecer		31 821,49	40 453,80
Gastos diferidos		31 821,49	40 453,80
Total		384 183,86	1 204 327,12

i) **Outros devedores:** Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os saldos da rubrica de Outros devedores apresentam a seguinte decomposição:

		2019			2018		
		Valor bruto	Imparidade	Total	Valor bruto	Imparidade	Total
Caistejo - Actividades Hoteleiras, Lda.	a)	61 904,48	(61 904,48)	-	61 904,48	(61 904,48)	-
Manuel Rui Azinhais Nabeiro, Lda.	b)	20 825,00	(20 825,00)	-	20 825,00	(20 825,00)	-
Cristina de Jesus Vaz da Costa	c)	1 523,04	(1 523,04)	-	1 523,04	(1 523,04)	-
Outros	d)	133 318,82	(19 716,68)	113 602,14	648 167,07	(5 997,41)	642 169,66
Total		217 571,34	(103 969,20)	113 602,14	732 419,59	(90 249,93)	642 169,66

- O saldo a receber refere-se a rendas por ocupação de espaço de restauração a bordo dos catamarãs da Empresa e em terminais, encontrando-se registada uma perda por imparidade correspondente à sua totalidade. Durante o primeiro semestre de 2012 a Empresa rescindiu o contrato com este concessionário, encontrando-se em curso processo judicial associado a este contrato;
- Foi constituída uma perda por imparidade na totalidade do saldo referente a um débito datado de 2005, relacionado com a comercialização, pelo concessionário Actual em regime de exclusividade dos cafés marca DELTA;
- Foi constituída uma perda por imparidade na totalidade do saldo referente a débitos de 2013 relacionados com a licença de ocupação de espaços por este concessionário;
- Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica “Outros” compreende, essencialmente, saldos a receber da MOP-Multimédia Outdoors Portugal (18.265,78€); Carristur-Inovação Transp. Urb. Reg. Unip Lda (11.817,91€); Eurest-Soc Europeia de Restaurantes, Lda (14.525,25€); Calado e Brito (13.607,09€); EMPARK PORTUGAL (14.642,84€). Este saldo tem contrapartida nos diferimentos passivos.

- ii) **Pessoal:** Esta rubrica é constituída, essencialmente, por adiantamentos de valores aos colaboradores, a título de posterior regularização por parte da Segurança Social e da Companhia de Seguros (subsídios de doença e sinistros).
- iii) **Acréscimo de rendimentos:** Especialização dos gastos correspondentes aos consumos de água, luz, aluguer de instalações, sinistros e receitas dos terminais.

c) Fornecedores: Os saldos mais significativos são como segue:

Descrição entidade	2019	2018
Lusitânia	38 922,60	10 041,88
Operandus	21 466,98	1 564,39
OTUS	15 009,59	16 211,49
Faster Ways	3 444,00	-
Fórum Selecção	2 659,05	-
HR - Aluguer Automóveis	1 671,50	1 739,20
Companhia Carris Ferro Lisboa	-	271 983,18
Petrogal	-	105 257,57
Cecílio & Carlos Sanfins, Lda.	-	41 364,90
Outras entidades	44 057,63	70 048,80
Total	127 231,35	518 211,41

d) Outras contas a pagar:

Descrição	Nota	2019	2018
Credores diversos	i)	2 734 970,48	2 754 967,25
Outros credores		2 734 970,48	2 754 967,25
Juros a pagar	ii)	2 911 794,60	1 754 008,27
Remunerações a pagar	iii)	1 142 841,16	1 212 617,63
Outros	iv)	344 955,82	1 204 899,22
Acréscimo de gastos		4 399 591,58	4 171 525,12
Total		7 134 562,06	6 926 492,37

- i) **Credores Diversos:** Os saldos mais significativos referem-se a valores em aberto para com a DGTF (2.650.239,56€), montante a regularizar no âmbito do acordo celebrado em 2014 entre o Estado Português, Metropolitano de Lisboa, E.P.E, e Transtejo, referente à transmissão de titularidade do Terminal Fluvial do Cais do Sodré, apurado pela diferença entre o valor do imóvel relevado no referido acordo apurado pelo custo histórico (13.575.239,56€) e a avaliação do mesmo apurada em 2015, no valor de (10.925.000,00€), que, conforme estabelecido no âmbito da referida operação, deveria ter sido objeto de regularização no momento da primeira operação de aumento de capital da Transtejo a regularizar pelo Estado em 2015. A Transtejo já solicitou à DGTF a reapreciação desta pendência, sobre a qual se aguardam desenvolvimentos;

- ii) Juros a pagar: especialização dos encargos financeiros devidos pelos contratos de empréstimo com a DGTF;
- iii) Remunerações a pagar: especialização de encargos de colaboradores, por conta de direitos adquiridos e reconhecidos durante o ano. A estimativa respeita a gastos com férias, encargos sociais e abonos variáveis, como sejam subsídios de refeição, prémio de assiduidade, entre outros);
- iv) Outros: diz respeito, à repartição de receita com outros operadores de transporte (27.501,01€); à anulação de receita com a Soflusa (250.915,06€).

e) Diferimentos: Especialização das receitas de carregamentos de passes intermodais, passes próprios, combinados e zapping, obtidas em dezembro, referentes a janeiro do ano seguinte.

f) Estado e Outros Entes Públicos:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os saldos da rubrica de Estado e outros entes públicos apresentam a seguinte decomposição:

	2019		2018	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
IRC - Imposto s/ rendimento das pessoas coletivas	71 911,28		71 911,28	-
Imposto a recuperar	38 426,21		36 125,65	+
Imposto a pagar		2 481,48	-	20 091,25
IRS - Imposto s/ rendimento das pessoas singulares		85 201,60	-	174 192,62
IVA - Imposto s/ valor acrescentado	333 150,71		992 501,14	-
Contribuições p/ segurança social		169 978,93	-	183 364,34
Outras tributações		3 439,17	-	3 036,50
Total	443 488,20	261 101,18	1 100 538,07	380 684,71

O saldo devedor de IRC em 2019 corresponde ao montante do PEC dos exercícios de 2014 (15.662,08€), 2015 (14.117,74€), 2016 (13.867,02€), 2017 (12.450,40€) e 2018 (15.814,04€).

Em 31 de dezembro de 2019, o valor de IVA a receber ascendia a 333.150,71€, cujo reembolso, no montante de 255.000€ foi solicitado em dezembro de 2019 (100.000€), janeiro de 2020 (75.000€) e fevereiro de 2020 (80.000€), valor que foi integralmente recebido nos meses subsequentes.

Os valores credores identificados correspondem a saldos de natureza corrente para com os Centros Regionais de Segurança Social (contribuições do pessoal e da entidade empregadora para a Segurança Social) e ainda retenções de Impostos Sobre o Rendimento sobre entidades terceiras.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

Imposto sobre o rendimento corrente

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os montantes a receber e a pagar relativos a IRC têm a seguinte composição:

	2019	2018
Imposto a recuperar	38 426,21	36 125,65
Imposto a pagar	(2 481,48)	(20 091,25)
Total	35 944,73	16 034,40
Estimativa de imposto a pagar	(2 481,48)	(20 091,25)
Retenções na fonte de terceiros	38 426,21	36 125,65
Total	35 944,73	16 034,40

O montante relativo à estimativa de imposto corrente sobre o rendimento foi registado por contrapartida das seguintes rubricas:

	2019	2018
Tributação Autónoma	(2 481,48)	(20 091,25)
	(2 481,48)	(20 091,25)

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Empresa encontra-se sujeita, adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Prejuízos fiscais	2019	2018	Ano Limite de Utilização
Gerados no exercício de 2019	7 876 290,35		2024
Gerados no exercício de 2018	11 402 663,99	11 402 663,99	2023
Gerados no exercício de 2017	8 823 829,36	8 823 829,36	2022
Gerados no exercício de 2016	8 469 030,28	8 469 030,28	2028
Gerados no exercício de 2015	7 079 386,83	7 079 386,83	2027
	43 651 200,81	35 774 910,46	

A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa de 21% sobre a matéria coletável, acrescida de Derrama Municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, perfazendo uma taxa agregada de 22,5%.

Nos termos do artigo 87º - A do Código do IRC, os lucros tributáveis que excedam os 1,5 milhões de Euros são sujeitos a Derrama Estadual à taxa de 3%, 5% para entidades com um lucro tributável entre 7.500.000€ e 35.000.000€ e 9% para entidades com um lucro tributável superior a 35.000.000€. Em resultado das modificações introduzidas pela lei nº 82 - B/2014 de 31 de dezembro, que alterou: (i) o artigo 87º do Código do IRC e (ii) o art.º 52 do Código do IRC, a partir de 2015 inclusive, a taxa de IRC passou para 21%; a dedução dos prejuízos fiscais foi limitada a 70% do lucro tributável, sendo estendido para 12 anos o período de reporte de prejuízos fiscais apurados a partir de 2014. A lei nº 7-A/2016 de 30/3 alterou a redação do nº1 do artº 52º do CIRC, com efeito aos prejuízos apurados em 2017, a dedução do prejuízo apurado no ano de 2017 poderá ser utilizada apenas em 5 anos.

Em 31 de dezembro de 2019 existia uma diferença temporária relativa a prejuízos a reportar no valor de 43.651.200,81€ (2018: 35.774.910,46€). A Empresa não reconhece os ativos por impostos diferidos, em

virtude da existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização de tais prejuízos a reportar.

Nos exercícios de 2019 e 2018, a reconciliação entre as taxas nominal e efetiva de imposto, é como segue:

	2019	2018
Resultado antes de imposto	(9 553 531,89)	(13 437 892,03)
Taxa nominal de imposto até 15.000€	17,00%	17,00%
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
Imposto esperado	-	-
Diferenças temporárias e permanentes		
Lucro tributável ACE	257 345,49	131 219,90
Anulação MEP Soflusa	1 659 356,71	1 742 346,78
Provisões Não dedutíveis	-	-
Estim. IRC e insufic. estimativa imposto	2 481,48	20 091,25
Perdas por imparidade em inventários	-	5 775,54
Donativos não previstos	-	-
Diferença entre mais e menos valias fiscais	-	41 718,60
Limitação dedução gastos de financiamento		295 569,11
Anulação MEP OTLIS	(257 345,49)	(131 219,90)
Reversão provisões tributadas	-	(28 144,65)
Mais valias contabilísticas	-	(83 437,20)
Outras deduções	15 403,35	41 308,61
Total dos acertos	1 677 241,54	2 035 228,04
Lucro tributável	-	-
Prejuízos fiscais	(7 876 290,35)	(11 402 663,99)
Materia colectável	(7 876 290,35)	(11 402 663,99)
Colecta + Derrama		
Ajustamentos à colecta - tributação autónoma	2 481,48	20 091,25
Ajustamentos à colecta - derrama municipal	-	-
Impostos sobre o rendimento do período	2 481,48	20 091,25
Taxa efectiva de imposto	-0,03%	-0,15%
Imposto corrente	2 481,48	20 091,25
Imposto diferido	-	-
	2 481,48	20 091,25

g) Acionistas/Sócios: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos reconhecidos nesta rubrica referem-se ao empréstimo concedido pela Transtejo à sua subsidiária Soflusa para apoio de tesouraria. Trata-se de uma operação financeira de médio-longo prazo, vencendo juros à taxa nominal

média de 0,61%, tendo por base o custo do financiamento obtido pela Transtejo junto do acionista Estado.

h) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis: Valor por receber do fundo ambiental no montante de 26.640,00€, referente aos protocolos celebrados para adaptação para transporte de bicicletas.

18.3. Bases de determinação do justo valor

Nada a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

18.4. Instrumentos de capital próprio cuja mensuração do justo valor deixou de ser fiável

Nada a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

18.5. Ativos financeiros transferidos que não se qualificaram como desreconhecimento

Nada a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

18.6. Ativos financeiros dados em garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes

Nada a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

18.7. Situações de incumprimento para empréstimos obtidos reconhecidos à data do balanço

Nada a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

18.8. Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo obtidos que impliquem pagamento acelerado

Nada a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

18.9. Dívidas superiores a 5 anos e dívidas cobertas por garantias reais

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros da Transtejo por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela correspondem a fluxos de caixa contratuais não descontados:

31 de dezembro de 2019	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos obtidos não correntes				
Empréstimos Obtidos	74 031 929,49	23 044 501,50	5 095 309,00	102 171 739,99
Outros passivos não correntes				-
Financiamento obtidos correntes				
Fornecedores	127 231,35			127 231,35
Outras contas a pagar	7 134 562,06			7 134 562,06
Diferimentos	252 665,56			252 665,56
	81 546 388,46	23 044 501,50	5 095 309,00	109 686 198,96



[Handwritten signatures and initials]

31 de dezembro de 2018	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos obtidos não correntes				
Empréstimos Obtidos	47 941 200,17	42 768 206,15	1 911 796,67	92 621 202,99
Outros passivos não correntes	-	-	-	-
Financiamento obtidos correntes				
Fornecedores	518 211,41	-	-	518 211,41
Outras contas a pagar	6 926 492,37	-	-	6 926 492,37
Diferimentos	420 248,59	-	-	420 248,59
	55 806 152,54	42 768 206,15	1 911 796,67	100 486 155,36

O valor indicado como empréstimos obtidos a menos de 1 ano, corresponde ao montante de amortização prevista para 2019 (26.090.729,32€). Inclui, ainda, o montante de 47.941.200,17€ transitado de 2018, que no âmbito do modelo de apoio financeiro do Estado, deveria de igual modo ser amortizado através de operação de conversão de créditos. Através do ofício da DGTF com referência SAI_DGTF/2019 de 30 de dezembro de 2019, foi transmitido o Despacho nº 1555/19-SET, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, aprovando diferimento de pagamento destes montantes (Dívidas vencidas) para 31 de maio de 2020, sem custos adicionais.

Nenhuma das dívidas em 31 de dezembro de 2019 e 2018, constantes da tabela anterior se encontra coberta por garantias reais.

18.10. Rendimentos e gastos de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Transtejo não dispunha de quaisquer instrumentos financeiros geradores de ganhos ou perdas a reportar.

18.11. Contabilidade de cobertura

Não aplicável na Transtejo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

18.12. Cobertura de risco de taxa de juro fixa

Não aplicável na Transtejo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

18.13. Cobertura do risco de taxa de juro variável

Não aplicável na Transtejo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

18.14. Instrumentos de capital próprio

Não aplicável na Transtejo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

18.15. Ações representativas do capital

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social da Transtejo, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 41.605.017 ações, respetivamente com o valor nominal de 5€ cada.

O detalhe do capital social em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

2019		2018	
Número de ações	Capital Social	Número de ações	Capital Social
41 605 017	208 025 085	41 605 017	208 025 085

A Transtejo não possui quaisquer ações próprias em carteira à data de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

18.16. Reconciliação do número de ações em circulação

Não aplicável na Transtejo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

18.17. Aumentos de capital realizados no período

Em 2019 não existiram aumentos de capital.

18.18. Outros instrumentos de capital próprio emitidos

Outras componentes do Património Líquido são as seguintes:

	Resultados Transitados	Ajustamentos	Outras Variações Capital Próprio
1 de Janeiro de 2018	(252 170 537,33)	(1 338 525,85)	9 257 751,88
Reserva de cobertura	-	-	-
Ajustamentos em Ativos Financeiros	-	-	-
Outros Ajustamentos	-	-	-
Aplicação de Resultado 2017	-	-	-
31 de dezembro de 2018	(252 170 537,33)	(1 338 525,85)	9 257 751,88
Ajustamentos em Ativos Financeiros	-	(666 952,44)	-
Outros Ajustamentos	(160 287,65)	-	302 358,03
Aplicação de Resultado 2018	(13 457 983,28)	-	-
31 de dezembro de 2019	(265 788 808,26)	(2 005 478,29)	9 560 109,91

Património Líquido (Capital Próprio)

Em 31 de dezembro de 2019, o Património Líquido da Empresa encontra-se negativo em resultado da sucessiva acumulação de resultados líquidos negativos, facto que a coloca na situação prevista no art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 35º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro. Assim, nos termos do mesmo artigo, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 76-A/2006 de 29 de março, o Conselho de Administração, irá alertar o Acionista para que sejam tomadas as medidas necessárias.

18.19. Riscos relativos a instrumentos financeiros

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

18.20. Outras situações

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

18.21. Participações de capital em entidades que sejam subsidiárias, associadas ou entidades conjuntamente controladas

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

18.22. Investimentos financeiros inscritos por uma quantia acima do seu justo valor

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

19 Benefícios dos empregados

Norma não aplicável.

20 Divulgações de partes relacionadas

20.1. Divulgação de controlo

Subsidiária: Soflusa, Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.

20.2. Transações entre partes relacionadas

a) Natureza do relacionamento entre partes relacionadas

Partes Relacionadas	Sede	Percentagem de Participação	
		31.12.2019	31.12.2018
Empresa-mãe:			
Entidades conjuntamente controladas			
OTLIS, ACE	Rua 1ª de Maio, 103 1300-472 Lisboa	14,28%	14,28%
Subsidiárias			
SOFLUSA - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	Terminal Fluvial do Cais do Sodré Rua cintura do Porto de Lisboa 1249-249 Lisboa	100%	100%
Associadas:			
Outras Entidades:			

b) Transações que ocorreram entre partes relacionadas

Transações	31 de dezembro de 2019				31 de dezembro de 2018			
	Compra ou venda de ativos	Compra ou venda de bens	Prestação de serviços	Outras	Compra ou venda de ativos	Compra ou venda de bens	Prestação de serviços	Outras
Entidades com controlo conjunto								
Otlis, A.C.E.	-	196 563,28	366 680,84	33 528,00	-	120 352,00	134 452,04	74 780,02
Subsidiárias								
Soflusa	-	-	1 342 493,41	-	-	-	333 645,92	401 500,00
Outras partes relacionadas								
APL - Administração do Porto de Lisboa	-	-	-	126 801,54	-	-	-	126 709,59
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-	-	183,78	415 903,17	-	-	-	887 626,91
CP - Comboios de Portugal, F.P.E.	-	-	-	17 172,99	-	-	-	252 181,67
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-	-	-	328 180,01	-	-	-	383 657,95
	-	196 563,28	1 709 358,04	921 594,71	-	120 352,00	468 097,96	1 126 451,14

c) Quantias ou proporções de itens em saldo

Saldos	30 de dezembro de 2019		31 de dezembro de 2018	
	Saldos Ativos	Saldos Passivos	Saldos Ativos	Saldos Passivos
Entidades com controlo conjunto				
Otis, A.C.E.	21 343,80	15 009,59	7 728,03	16 641,99
Subsidiárias				
Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	6 127 723,10	-	4 790 757,91	-
Outras Partes relacionadas				
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-	-	2 268,68	271 983,18
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	1 126,47	-	62 091,12	-
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	34 414,54	-	44 513,65	-

21 Relato por segmentos

A Transtejo detém apenas um segmento operacional, o qual consiste na exploração da travessia fluvial de passageiros entre as margens norte e sul do rio Tejo. Consequentemente a Transtejo não preparou informação financeira específica para reporte.

22 Interesses em outras entidades

Norma não aplicável.

23 Outras divulgações

23.1. Informação sobre o regime da prestação do serviço público

a) Contrato de serviço público

Apesar da relevância social do serviço prestado pela Transtejo, em 31 de dezembro de 2019, este não se encontrava contratualizado. Em setembro de 2012, foi celebrado entre o Estado Português e a Empresa um Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros, a vigorar pelo prazo de 3 anos (2012-2014), através do qual foram definidas as condições de prestação por parte da Empresa, dos serviços públicos do transporte fluvial de passageiros, entre as duas margens do rio Tejo, nas ligações de Lisboa a Cacilhas, Seixal, Montijo, Porto Brandão e Trafaria.

À data da preparação destes documentos de prestação de contas, são conhecidos os seguintes desenvolvimentos relativamente ao novo contrato de serviço público celebrado entre a Transtejo e o Estado Português: Assinatura em 07 de outubro de 2020, tendo obtido visto prévio do Tribunal de Contas em 24 de fevereiro de 2021.

Este contrato, tem subjacente a subcontratação pela Transtejo à Soflusa, da exploração da ligação fluvial Lisboa – Barreiro. Tratando-se de um contrato plurianual (a celebrar pelo período de 5 anos), carece de Portaria de Extensão de Encargos, pelo que já foi desencadeado esse pedido junto da Tutela. Nessa sequência, o referido subcontrato será ainda submetido a visto prévio do Tribunal de Contas.

Conforme determinado, o CSP celebrado entre a Transtejo e o Estado Português, entrou em vigor no dia seguinte à obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas, tendo ocorrido a transferência das compensações financeiras devidas pela prestação do serviço público, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2021.

Como forma de enquadramento, destacam-se, nas obrigações do serviço público subjacentes ao CSP:

- Assegurar a oferta do número de circulações anuais, de acordo com a especificação definida o no contrato;
- Praticar, nos termos da legislação em vigor, preços de transporte controlados administrativamente, nos termos da legislação em vigor;
- Assegurar o transporte das pessoas e entidades com direito de transporte gratuito ou a preços bonificados, nos termos da legislação em vigor.

Contempla ainda a determinação do montante das compensações financeiras a atribuir pelo cumprimento das obrigações de serviço público (OSP) – componente variável, em função dos níveis de oferta aferidos em navios-km, e uma compensação fixa anual, pela disponibilização de infraestruturas em condições de segurança e qualidade e operacionalidade estabelecidas (DI).

23.2. Investimentos Financeiros

Considerando a materialidade do saldo apresentado nesta rubrica do Ativo, assim como a significativa variação do saldo apresentado em 31 de dezembro de 2019 face ao período homólogo de 2018, apresenta-se a seguinte nota explicativa.

O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2019, no montante de 12.555.654,68€ reflete:

1. Operações associadas à participação financeira na sociedade Soflusa, totalizando o montante líquido de 12.028.991,39€ (2018 - 14.420.910,50€), refletindo uma redução de 2.391.919,11€ em função das variações da Equivalência Patrimonial da SOFLUSA 1.659.356,71€ e dos subsídios ao investimento no valor líquido de 732.562,40€.
2. Impacto positivo, no montante de 191.735,54€ corresponde ao reconhecimento dos resultados positivos da participação financeira na Otlis, ACE

23.3. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos, referente aos exercícios de 2019 e 2018, é como segue:

		2019	2018
Conservação e reparação	i)	2 044 782,81	3 817 145,66
Trabalhos especializados	ii)	1 011 256,52	1 085 500,34
Vigilância e Segurança	iii)	684 521,93	607 484,42
Fretamento de navios	iv)	346 500,00	401 500,00
Seguros	v)	307 454,17	225 868,34
Rendas e alugueres	vi)	239 793,97	245 609,52
Limpeza, Higiene e conforto	vii)	225 498,78	185 151,55
Eletricidade	viii)	159 683,97	156 523,71
Outros		463 840,57	418 637,41
Fornecimentos e serviços externos		5 483 332,72	7 143 420,95

- i) **Conservação e reparação:** constitui a principal natureza de gastos operacionais em fornecimentos e serviços externos. Refere-se a gastos com reparações dos navios e pontões da frota realizadas em estaleiros, no valor de 1.975.865,52€ (3.622.027,62€ em 2018). Esses trabalhos incluem manutenção de motores, sistemas de propulsão e pintura de cascos, entre outros. Nesta rubrica estão ainda incluídos trabalhos de manutenção de instalações por montantes menos relevantes;
- ii) **Trabalhos especializados:** serviços especializados de apoio à manutenção (vistorias e emissão de certificações estatutárias e de classe dos navios e pontões), recurso a serviços de mão de obra especializada para manobras de amarração nas operações de atracação, serviços de auditoria financeira e outros apoios de consultadoria;
- iii) **Vigilância e segurança:** encargos suportados pela Transtejo com os serviços de vigilância e segurança humana, segurança pública e privada, prestados quer nos terminais, quer a bordo das embarcações. Inclui ainda o serviço de transporte de valores e recolha de receita;
- iv) **Fretamento de navios:** encargos suportados pela Transtejo com os contratos de afretamento de duas embarcações à Soflusa (“Cesário Verde” e “Pedro Nunes”);
- v) **Seguros:** esta rubrica inclui prémios de seguro de diversos ramos, sendo que o prémio de maior relevo se refere à cobertura de riscos relacionados com as 19 embarcações que compõem a frota da Transtejo (ramo marítimo-cascos);
- vi) **Rendas e alugueres:** esta rubrica refere-se aos gastos suportados com o arrendamento temporário de uma doca na margem sul (Doca 13) e com a licença da APL para o uso de terraços em áreas de domínio público marítimo;
- vii) **Limpeza, higiene e conforto:** gastos do exercício associados à limpeza das instalações, embarcações e equipamentos da Empresa;







viii) **Eletricidade:** consumos nas instalações da Empresa (Edifícios administrativos e Terminais).
 Estes gastos refletem o efeito do aumento de tarifas.

23.4. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2019 e 2018, foram como segue:

	2019	2018
Remunerações		
Orgãos sociais	225 787,31	260 092,91
Pessoal	6 851 125,45	6 706 502,09
Sub-total	7 076 912,76	6 966 595,00
Encargos sobre remunerações	1 575 889,73	1 567 635,10
Seguros acidentes de trabalho	201 955,32	181 645,11
Custos ação social	165,36	2 362,01
Indemnizações	668,54	78 679,40
Outros gastos com pessoal	196 532,52	156 339,21
Sub-total	1 975 211,47	1 986 660,83
Gastos com o pessoal	9 052 124,23	8 953 255,83

Em 2019, o aumento ocorrido na rubrica Gastos com Pessoal é justificado, essencialmente, por um aumento das rubricas de remunerações ao pessoal, existindo, no entanto, variações (aumentos e diminuições) menos relevantes em todas as restantes rubricas dos gastos com o pessoal.

O número de efetivos em 31 dezembro de 2019 foi de 298 e em 2018 foi de 301.

23.5. Outros gastos operacionais

O detalhe da rubrica de “Outros Gastos”, referente aos exercícios de 2019 e 2018, é como segue:

	2019	2018
Outros gastos		
Impostos	36 185,24	35 339,89
Perdas em investimentos não financeiros	18 780,00	25 125,00
Outros gastos	31 731,88	112 301,27
	86 697,12	172 766,16

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica “Outros gastos” compreende, essencialmente, as taxas associadas aos consumos de água e de eletricidade (30.956,51€), gastos com sinistros de navios (18.780,00€), gastos com outros impostos, quotizações e outras penalidades (18.689,71€) e outros gastos não especificados.

23.6. Rendimentos financeiros

O detalhe dos rendimentos financeiros dos exercícios de 2019 e 2018 é como segue:

	2019	2018
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	39 259,38	333 645,92
	39 259,38	333 645,92

Juros obtidos - referem-se essencialmente a juros obtidos no âmbito do empréstimo de tesouraria de corrente concedido à subsidiária Soflusa à taxa de 0,61%.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira
(Presidente)

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Gonçalo Maria R. C. de Almeida e Vasconcelos

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva
(Vogal)

Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia
(Vogal)



Transtejo - Transportes Tejo, S.A.

Exercício de 2019 - Contas Individuais

Demonstrações Orçamentais
& Anexo às Demonstrações Orçamentais



Demonstração do Desempenho Orçamental

Rubrica	Recebimentos	Fontes de Financiamento (n)					n-1	
		RP	RG	UE	EMPR	Fundos Alheios		Total
Saldo de gerência anterior								
Operações orçamentais (1)		2 738 567,57	144 353,07	0,00	1 162,11	0,00	2 884 082,75	4 466 317,75
Restituição do saldo por Orçamentais								
Operações de tesouraria (A)								
Receita corrente		12 040 615,34	2 933 333,00	0,00	0,00	0,00	14 973 948,34	14 536 956,44
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistema de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	65 609,95	0,00	0,00	0,00	0,00	65 609,95	35 160,42
R5	Transferências Correntes	62 160,00	2 933 333,00	0,00	0,00	0,00	2 995 493,00	1 337 224,00
R51	Administrações Públicas	62 160,00	2 933 333,00	0,00	0,00	0,00	2 995 493,00	0,00
R511	Administração central - Estado	0,00	2 933 333,00	0,00	0,00	0,00	2 933 333,00	1 337 224,00
R512	Administração Central - Outras entidades	62 160,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62 160,00	0,00
R513	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R514	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R515	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R52	Exterior - EU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R53	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	8 377 407,24	0,00	0,00	0,00	0,00	8 377 407,24	10 526 310,70
R7	Outras receitas correntes	3 535 438,15	0,00	0,00	0,00	0,00	3 535 438,15	2 638 261,32
Receita de capital		12 286,96	855 000,00	0,00	0,00	0,00	867 286,96	855 000,00
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	855 000,00
R9	Transferências de Capital	0,00	855 000,00	0,00	0,00	0,00	855 000,00	0,00
R91	Administrações Públicas	0,00	855 000,00	0,00	0,00	0,00	855 000,00	0,00
R911	Administração Central - Estado	0,00	855 000,00	0,00	0,00	0,00	855 000,00	0,00
R912	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R913	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R914	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R915	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R92	Exterior - EU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R93	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	12 286,96	0,00	0,00	0,00	0,00	12 286,96	0,00
Receita efetiva (2)		12 052 902,30	3 788 333,00	0,00	0,00	0,00	15 841 235,30	15 391 956,44
Receita não efetiva (3)		0,00	0,00	0,00	9 550 537,00	0,00	9 550 537,00	11 470 780,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	9 550 537,00	0,00	9 550 537,00	11 470 780,00
Soma (4) = (1)+(2)+(3)		14 791 469,87	3 922 686,07	0,00	9 551 699,11	0,00	28 275 855,05	31 329 054,19
Operações de tesouraria (B)						6 973,28	67 973,28	43 999,60

O Conselho de Administração:

Maria João da Fonseca Lopes Ferreira

Dra. Maria João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figueiroa Henriques da Silva

Dr. José Ricardo Figueiroa Henriques da Silva

Fng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

Fng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

Rubrica	Pagamentos	Fontes de Financiamento (n)					Total	n-1
		RP	RG	UE	EMPR	Fundos Alheios		
	Despesa corrente	12 109 036,78	1 319 990,18	0,00	6 957 570,52	0,00	20 386 597,48	21 893 949,02
D1	Despesas com o pessoal	5 102 641,74	1 319 990,18	0,00	2 281 247,33	0,00	8 703 879,25	8 473 205,15
D11	Remunerações certas e permanentes	4 128 381,55	1 319 990,18	0,00	0,00	0,00	5 448 371,73	5 253 449,14
D12	Abonos variáveis ou eventuais	808 469,87	0,00	0,00	816 391,93	0,00	1 624 861,80	1 655 031,12
D13	Segurança Social	165 790,32	0,00	0,00	1 464 855,40	0,00	1 630 645,72	1 564 724,89
O2	Aquisição de bens e serviços	6 896 661,53	0,00	0,00	4 676 323,19	0,00	11 572 984,72	13 154 810,07
O3	Juros e outros encargos	2 101,81	0,00	0,00	0,00	0,00	2 101,81	407,25
D4	Transferências correntes	26 456,61	0,00	0,00	0,00	0,00	26 456,61	7 595,63
D41	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D411	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D412	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D413	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D414	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D415	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D42	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D43	Famílias	26 456,61	0,00	0,00	0,00	0,00	26 456,61	7 595,63
D44	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	81 175,09	0,00	0,00	0,00	0,00	81 175,09	247 930,92
	Despesa de capital	701 533,00	1 573 980,59	0,00	0,00	0,00	2 275 513,59	1 857 967,42
D7	Investimento	701 533,00	1 573 980,59	0,00	0,00	0,00	2 275 513,59	1 857 967,42
D8	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D81	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D811	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D812	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D813	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D814	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D815	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D82	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D83	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D84	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa efetiva (5)	12 810 569,78	2 893 970,77	0,00	6 957 570,52	0,00	22 662 111,07	23 741 916,44
	Despesa não efetiva (6)	0,00	0,00	0,00	1 297 705,81	0,00	1 297 705,81	4 703 055,00
D10	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	1 297 705,81	0,00	1 297 705,81	4 703 055,00
D11	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Soma (7) = (5)+(6)	12 810 569,78	2 893 970,77	0,00	8 255 276,33	0,00	23 959 816,88	28 444 971,44
	Operações de tesouraria (C)	0,00	0,00	0,00	0,00	80 409,79	80 409,79	212 477,63
	Saldo para a garantia seguinte							
	Operações orçamentais (8) = (4)-(7)	1 980 900,09	1 038 715,30	0,00	1 296 422,78	0,00	4 316 038,17	2 884 082,75
	Operações de tesouraria (D) = (A)+(B)-(C)	0,00	0,00	0,00	0,00	-12 436,51	-12 436,51	-168 478,03
	Saldo global (2)-(5)	-757 667,18	894 362,23	0,00	-6 957 570,52	0,00	-6 820 875,77	-8 349 960,00
	Despesa primária	12 808 467,97	2 893 970,77	0,00	6 957 570,52	0,00	22 660 009,26	23 741 916,44
	Saldo corrente	-68 421,44	1 613 342,82	0,00	-6 957 570,52	0,00	-5 412 649,14	-7 346 992,58
	Saldo de capital	-689 246,04	-718 980,59	0,00	0,00	0,00	-1 408 226,63	-1 002 967,42
	Saldo primário	-755 565,67	894 362,23	0,00	-6 957 570,52	0,00	-6 818 773,96	-8 349 552,75
	Receta total (1)+(2)+(3)	14 791 469,87	3 932 686,07	0,00	9 551 699,11	0,00	28 275 855,05	31 329 054,19
	Despesa total (5)+(6)	12 810 569,78	2 893 970,77	0,00	8 255 276,33	0,00	23 959 816,88	28 444 971,44

O Conselho de Administração:

Marina Ferreira

Dra Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

Eng. Luis Filipe Dias Carvalho Maia



Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Classificações orçamentais detalhadas	Previsões corrigidas	Previsões por liquidação	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas líquidas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Recabimentos diferidos	Receitas por cobrar no final do período
							Empenhos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		
Receita corrente	32 940 145,00	0,00	236 632,60	17 093 449,78	2 085 915,88	17 195 615,81	2 283 827,47	2 283 827,47	154 907,75	14 756 880,59	14 911 788,34	0,00	332 998,16
41 Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.1 Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.2 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42 Contribuições para o sistema de proteção social e transição de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43 Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44 Rendimentos de Propriedade	65 609,00	0,00	0,00	131 218,91	65 609,96	65 609,95	0,00	0,00	0,00	65 609,95	65 609,95	0,00	0,00
45 Transferências correntes	3 200 000,00	0,00	0,00	2 933 333,00	0,00	2 933 333,00	0,00	0,00	0,00	2 933 333,00	2 933 333,00	0,00	0,00
45.1 Administrações Públicas	3 200 000,00	0,00	0,00	2 933 333,00	0,00	2 933 333,00	0,00	0,00	0,00	2 933 333,00	2 933 333,00	0,00	0,00
45.1.1 Administração Central - Estado	1 200 000,00	0,00	0,00	2 933 333,00	0,00	2 933 333,00	0,00	0,00	0,00	2 933 333,00	2 933 333,00	0,00	0,00
45.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45.2 Exterior - EU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46 Venda de bens e serviços	10 924 536,00	0,00	175 107,74	10 684 694,83	1 975 389,55	10 619 005,11	2 241 597,87	2 241 597,87	129 555,97	9 506 963,21	8 377 407,24	0,00	256 979,90
47 Outras receitas correntes	6 750 000,00	0,00	311 769,34	3 344 007,44	44 306,37	3 577 667,75	42 229,60	42 229,60	284 463,77	3 750 974,49	3 535 438,15	0,00	76 078,26
Receita de capital	1 736 653,00	0,00	0,00	917 160,00	0,00	917 160,00	0,00	0,00	0,00	917 160,00	917 160,00	0,00	0,00
48 Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49 Transferências de capital	1 736 653,00	0,00	0,00	917 160,00	0,00	917 160,00	0,00	0,00	0,00	917 160,00	917 160,00	0,00	0,00
49.1 Administrações Públicas	1 736 653,00	0,00	0,00	917 160,00	0,00	917 160,00	0,00	0,00	0,00	917 160,00	917 160,00	0,00	0,00
49.1.1 Administração Central - Estado	855 300,00	0,00	0,00	855 000,00	0,00	855 000,00	0,00	0,00	0,00	855 000,00	855 000,00	0,00	0,00
49.1.2 Administração Central - Outras entidades	861 353,00	0,00	0,00	62 160,00	0,00	62 160,00	0,00	0,00	0,00	62 160,00	62 160,00	0,00	0,00
49.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49.2 Exterior - EU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49.4 Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49.5 Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita efetiva (2)	24 676 198,00	0,00	236 632,60	18 019 609,78	2 085 915,88	18 132 775,81	2 283 827,47	2 283 827,47	154 907,75	15 674 640,59	15 828 948,34	0,00	332 998,16
Receita não efetiva (3)	17 050 065,00	0,00	0,00	12 446 906,71	0,00	12 446 906,71	0,00	0,00	0,00	12 446 906,71	12 446 906,71	0,00	0,00
41.2 Receita com juros financeiros	0,00	0,00	0,00	9 636 627,17	0,00	9 636 627,17	0,00	0,00	0,00	9 636 627,17	9 636 627,17	0,00	0,00
41.3 Receita com passivos financeiros	18 238 620,00	0,00	0,00	2 810 284,54	0,00	2 810 284,54	0,00	0,00	0,00	2 810 284,54	2 810 284,54	0,00	0,00
Saldo da gestão anterior - operações orçamentais	2 810 409,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	41 726 263,00	0,00	236 632,60	30 457 516,49	2 085 915,88	30 559 682,52	2 283 827,47	2 283 827,47	154 907,75	28 120 947,33	28 275 855,05	0,00	332 998,16

O Conselho de Administração:

Marina Ferreira

Dra Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

Eng. Luis Filipe Dias Carvalho Maia

Eng. Luis Filipe Dias Carvalho Maia

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Classificação e subpartida de rubrica	Despesa por pagar de períodos anteriores	Despesas comprometidas	Créditos	Despesas	Despesas Diagonais	Cálculos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas	Aplicações orçamentais			Despesas Pagas Liquidadas			Compromissos a transferir	Obrigações por pagar
										pagamentos		pagamentos		pagamentos			
										(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)		
Despesa Corrente	403 370,00	23 338 601,00	8 270 390,00	3 680 000,00	1 486 743,29	23 478 237,06	21 618 435,60	30 849 474,13	0,00	0,00	0,00	683 900,06	18 782 597,42	38 386 597,48	775 154,37	455 878,65	
01 Despesa com pessoal	298 488,19	9 248 175,00	0,00	0,00	217 162,13	9 033 012,87	9 032 012,87	9 033 005,33	0,00	0,00	0,00	297 181,88	8 806 697,87	8 708 879,25	7,54	338 136,08	
01.1 Remunerações correntes e extraordinárias	135 287,52	3 560 875,17	0,00	0,00	1 017,14	3 659 891,67	3 659 891,67	3 659 794,09	0,00	0,00	0,00	135 263,36	3 513 108,87	3 448 311,13	7,24	211 422,36	
01.2 Abonos vacacionais e similares	70 056,85	1 829 698,85	0,00	0,00	144 251,42	1 829 698,85	1 829 698,85	1 829 698,41	0,00	0,00	0,00	70 056,85	1 558 654,97	1 629 361,80	0,00	8,61	
01.3 Segurança Social	12 143,82	1 858 601,00	0,00	0,00	1 151,57	1 399 502,85	1 399 502,85	1 399 502,83	0,00	0,00	0,00	12 143,82	1 634 383,99	1 634 383,99	0,00	118 696,11	
02 Aquisição de bens e serviços	306 881,81	8 429 596,00	8 240 619,00	3 620 000,00	470 576,16	11 019 201,68	12 162 868,85	11 708 715,29	0,00	0,00	0,00	306 718,39	11 266 266,14	11 572 984,73	761 134,55	118 752,17	
02.1 Bens e valores materiais	0,00	1 000 000,00	7 384,00	0,00	3 280,21	97 543,67	2 101,81	2 101,81	0,00	0,00	0,00	0,00	2 101,81	2 101,81	0,00	0,00	
02.2 Transferências correntes	0,00	51 171,00	0,00	0,00	497 816,77	0,00	16 456,61	16 456,61	0,00	0,00	0,00	0,00	16 456,61	16 456,61	0,00	0,00	
02.3 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02.6 Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02.7 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02.8 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
03 Outros recursos correntes	0,00	902 354,29	22 097,00	0,00	106,76	16 879,14	15 184,16	81 127,05	0,00	0,00	0,00	0,00	81 127,05	81 127,05	14 009,37	0,00	
Despesa de Capital	206 388,64	5 576 846,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 308 099,51	2 284 245,66	0,00	0,00	0,00	206 388,64	3 089 143,95	3 275 513,59	221 767,95	8 732,07	
07 Investimentos	206 388,64	5 576 846,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 308 099,51	2 284 245,66	0,00	0,00	0,00	206 388,64	3 089 143,95	3 275 513,59	221 767,95	8 732,07	
08 Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
08.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
08.2 Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
08.3 Administração Local - (0400) 00000000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
08.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
09 Outros recursos de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
09.1 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
09.2 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa a efetuar	609 758,67	28 915 447,00	8 270 390,00	3 680 000,00	1 486 743,29	23 478 237,06	24 926 535,11	33 133 719,79	0,00	0,00	0,00	890 288,70	21 871 741,37	44 008 111,07	996 922,32	464 610,72	
Despesa não efetuada	0,00	4 632 330,00	0,00	0,00	2 152 329,00	2 500 000,00	2 500 000,00	1 397 765,81	0,00	0,00	0,00	0,00	1 297 705,81	1 297 705,81	1 202 294,19	0,00	
010 Despesa com ativos financeiros	0,00	4 632 330,00	0,00	0,00	2 152 329,00	2 500 000,00	2 500 000,00	1 397 765,81	0,00	0,00	0,00	0,00	1 297 705,81	1 297 705,81	1 202 294,19	0,00	
011 Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	609 758,67	33 547 777,00	8 270 390,00	3 680 000,00	3 643 132,29	26 978 237,06	27 426 535,11	34 531 485,60	0,00	0,00	0,00	890 288,70	23 169 447,18	45 283 626,66	2 199 200,41	464 610,72	

O Conselho de Administração:

Marina Ferreira

Dra Marina João da Fonseca Lopes Ferrelra

Dr. José Ricardo Figueira Henriques da Silva

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia



Demonstração da Execução dos Encargos Plurianuais de Investimento e Funcionamento

Encargos plurianuais de investimento

Objetivo (1)	Número do Projeto SCEP (2)	Portaria Extensão Encargos (3)	Designação do Projeto (4)	Económica (5)	FF (6)	Datas		Valor Contrato IVA (8)	Anos Anteriores (10)	Escalaamento					Modificação (+/-) (18)=[12]+(13)-(14)-(15)-(16)-(17)	
						Início (7)	Fim (8)			Ano t-1 (13)	Ano t-2 (14)	Ano t-3 (15)	Ano t-4 (16)	Gastos (17)		
Investimento Bens	24/2019	n.a.	Forma, acento e instalação de portas de balneagem para sinalizar o Canal da Trindade	07.03.20.00	513	33/11/2019	23/02/2021	20.042,85 €		8.027,14 €	0,00 €	14.025,71 €				8.027,14 €

Encargos plurianuais de funcionamento

Objetivo (1)	Número do Projeto SCEP (2)	Portaria Extensão Encargos (3)	Designação do Projeto (4)	Económica (5)	FF (6)	Datas		Valor Contrato IVA (8)	Anos Anteriores (10)	Escalaamento					Modificação (+/-) (18)=[12]+(13)-(14)-(15)-(16)-(17)	
						Início (7)	Fim (8)			Ano t-1 (13)	Ano t-2 (14)	Ano t-3 (15)	Ano t-4 (16)	Gastos (17)		
Funcionamento Serviços	07/2019	n.a.	Aquisição de pacotes de dados para o wi fi nos navios IT	02.02.09.00	513	03/03/2019	28/02/2021	9.979,32 €		3.367,25 €	2.189,66 €	1.122,41 €				-1.167,59 €
Funcionamento Serviços	01/2019	Portaria nº 249 de 17 de abril de 2019	Aquisição de Serviços de Reparação e Diagnóstico de sistemas "chirado"	02.02.03.MF	513	11/09/2018	14/02/2019	399.627,00 €	1.139.888,10 €	272.973,36 €	272.973,36 €					0,00 €
Funcionamento Serviços	04/2019	n.a.	Aquisição de serviços de assessoria de comunicação	02.02.17.CO	513	01/05/2019	29/02/2020	10.921,40 €		9.102,00 €	9.102,00 €					0,00 €
Funcionamento Serviços	07/2019	n.a.	Aquisição de serviços jurídicos e de contencioso	02.02.14.B0	7:3	01/05/2019	30/04/2022	17.527,50 €		3.895,00 €	1.664,89 €	5.842,50 €	1.947,5			-2.230,11 €
Funcionamento Serviços	08/2019	n.a.	Aquisição de serviços de segurança e higiene no trabalho	02.02.20.60	513	01/01/2019	31/12/2021	14.040,48 €		4.680,13 €	14.040,45 €	4.680,15 €				9.360,30 €
Funcionamento Serviços	09/2019	n.a.	Aquisição de serviços de apoio ao Cliente em regime de outsourcing	02.02.20.60	513	01/05/2019	30/04/2020	130.700,00 €		73.800,00 €	49.425,55 €	35.900,00 €				24.374,45 €
Funcionamento Serviços	10/2019	n.a.	Aquisição de Serviços de Contabilidade Certificado	02.02.20.60	7:3	01/05/2019	31/05/2021	48.431,25 €		15.498,00 €	15.498,00 €	23.247,00 €				0,00 €
Funcionamento Bens	11/2019	Portaria nº 424/2019 de 20 de agosto	Aquisição de combustíveis para o grupo Transstejo	07.01.07.C1	513	19/09/2019	21/05/2022	8.591.905,28 €		898.886,05 €	827.160,50 €	3.124.325,19 €	1444360,85			-76.725,55 €
Funcionamento Bens	20/2019	n.a.	Aquisição de serviços jurídicos e de contencioso para a Trindade	02.02.20.60	513	04/11/2019	03/01/2021	24.364,06 €		12.117,00 €	12.117,00 €	6.088,50 €				0,00 €
Funcionamento Bens	21/2019	Portaria nº 546/2019 de 28 de outubro	Aquisição de Lubrificantes para a Transstejo	02.01.02.CO	513	01/01/2019	31/12/2023	38.857,48 €		56.081,43 €	85.443,27 €	71.408,50 €	74002,84	75334,37		634,16 €
Funcionamento Serviços	25/2019	n.a.	Aquisição de serviços para manutenção preventiva e evolução do sistema de bilhética - Pte. 173/2019 BQ/TT	02.02.20.60	513	03/04/2019	02/08/2020	90.357,47 €		37.648,35 €	0,00 €	52.708,32 €				-37.648,35 €
Funcionamento Serviços	34/2019	Portaria nº 18/2019 de 02 de fevereiro	Aquisição de serviços de emissão de navios e apoio ao embarque dos passageiros para a Trindade	02.02.20.60	513	21/05/2019	22/02/2022	1.015.964,00 €		254.256,64 €	223.108,51 €	381.384,97 €				-31.148,13 €
Funcionamento Serviços	39/2019	Portaria nº 352/2019 de 16 de janeiro 2019	Aquisição de serviços de vigilância e segurança	07.03.18.V5	513	01/04/2020	30/06/2021	1.001.176,76 €		0,00 €	0,00 €	691.260,00 €				0,00 €



Handwritten initials and marks in blue ink.

Síntese do Desempenho Orçamental - Notas Explicativas

Execução Orçamental da RECEITA

- Conforme apresentado na Demonstração Orçamental da Receita, a **Receita Liquidada** em 2019 ascendeu ao montante global de 30.457.516 €, representando um grau de execução de 73% relativamente ao montante do orçamento, que apresentava uma previsão de 41.726.263 €.
- A **Receita Cobrada Líquida** ascendeu a 28.275.855 €, tendo transitado por cobrar, no final do período, o montante de 332.998€
- Conforme detalhe apresentado na Demonstração do Desempenho Orçamental, a **Receita Cobrada Líquida** teve proveniência das seguintes Fontes de Financiamento:
 - a) **Saldo de Gerência transitado = 2.884.083 €**
 - b) **Receita efetiva = 15.841.235€**
 - RP - Receita Própria corrente = 12.052.902 € - Receitas da prestação de serviços de transporte, receitas de atividades acessórias e reembolsos de impostos.
 - RG - Transferências correntes = 3.788.333 € - Transferências efetuadas pela Entidade Coordenadora do Programa Orçamental, referentes a subsídios à exploração (Indemnizações compensatórias e compensações tarifárias);
 - c) **Receita não efetiva = 9.550.537 €**
 - Empréstimos - 9.550.537 € - Operação de financiamento - empréstimo de M/L Prazo, obtido junto do IGCP-Agência da Tesouraria e da Dívida Pública.

Execução Orçamental da DESPESA

- Conforme apresentado na Demonstração Orçamental da Despesa, a **Despesa Líquida** de 2019 ascendeu ao montante global de 23.959.817 €, representando um grau de execução de 60.6% relativamente ao orçamento aprovado, que apresentava uma dotação de 39.557.660 €.
- Os **Compromissos** assumidos ascenderam a 26.624.635 €, tendo transitado por pagar, no final do período, o montante de 2.199.209 €

Saldo Global

A execução orçamental da Transtejo apresenta uma despesa efetiva de 22.662.111 € e receita efetiva de 15.841.235 €, pelo que o Saldo Global (Receita Efetiva - Despesa Efetiva) se apresenta negativo, no montante de 6.820.876 €.



D
L
RF

Anexo às Demonstrações Orçamentais

I. Alterações orçamentais da receita

Rubricas	Tipo	Receita				Previsões corrigidas	Observações
		Previsões iniciais	Alterações orçamentais		Créditos especiais		
			Inscrições/ reforços	Diminuições/ anulações			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)
Receita corrente		22 874 536,00	65 609,00	0,00	0,00	22 940 145,00	
R4 Rendimentos de Propriedade		0,00	65 609,00	0,00	0,00	65 609,00	
R5 Transferências correntes		3 200 000,00	0,00	0,00	0,00	3 200 000,00	
R5.1 Administrações Públicas		3 200 000,00	0,00	0,00	0,00	3 200 000,00	
R5.1.1 Administração Central - Estado	P	3 200 000,00	0,00	0,00	0,00	3 200 000,00	
R6 Venda de bens e serviços		10 924 536,00	0,00	0,00	0,00	10 924 536,00	
R7 Outras receitas correntes		8 750 000,00	0,00	0,00	0,00	8 750 000,00	
Receita de capital		15 889 623,00	12 287,00	0,00	0,00	15 901 910,00	
R9 Transferências de capital		1 736 053,00	0,00	0,00	0,00	1 736 053,00	
R9.1 Administrações Públicas		1 736 053,00	0,00	0,00	0,00	1 736 053,00	
R9.1.1 Administração Central - Estado	P	1 736 053,00	0,00	0,00	0,00	1 736 053,00	
R13 Receita com passivos financeiros		14 153 570,00	12 287,00	0,00	0,00	14 165 857,00	
Outras receitas		0,00	3 028 562,00	144 354,00	0,00	2 884 208,00	
Saldo da gerência anterior - operações orçamentais		0,00	3 028 562,00	144 354,00	0,00	2 884 208,00	
Total		38 764 159,00	3 105 458,00	144 354,00	0,00	41 725 263,00	

II. Alterações orçamentais da despesa

Rubricas	Tipo	Despesa				Dotações corrigidas	Observações
		Dotações Iniciais	Alterações orçamentais		Créditos especiais		
			Inscrições/ reforços	Diminuições/ anulações			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)
Despesa Corrente		28 524 042,00	15 660 510,35	14 845 951,35	0,00	29 338 601,00	
D1 Despesas com o pessoal		8 429 726,00	1 743 263,17	923 814,17	0,00	9 249 175,00	
D1.1 Remunerações certas e permanentes		5 100 123,00	1 171 762,17	611 010,00	0,00	5 660 875,17	
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais		1 714 778,00	371 828,00	246 944,17	0,00	1 839 661,83	
D1.3 Segurança Social		1 614 825,00	199 673,00	65 860,00	0,00	1 748 638,00	
D2 Aquisição de bens e serviços	P	18 662 031,00	13 214 198,66	13 246 630,66	0,00	18 629 599,00	
D3 Juros e outros encargos		500 000,00	527 915,23	527 915,23	0,00	500 000,00	
D4 Transferências correntes		32 286,00	27 087,00	0,00	0,00	59 373,00	
D4.3 Famílias		32 286,00	27 087,00	0,00	0,00	59 373,00	
D6 Outras despesas correntes		899 999,00	148 046,29	147 591,29	0,00	900 454,00	
Despesa de Capital		10 214 189,00	3 818 736,56	3 813 846,56	0,00	10 219 059,00	
D7 Investimento	P	5 521 776,00	3 818 736,56	3 813 846,56	0,00	5 526 666,00	
D10 Despesa com ativos financeiros		4 692 393,00	0,00	0,00	0,00	4 692 393,00	
Total		38 738 211,00	19 479 246,91	18 659 797,91	0,00	39 557 660,00	

III. Operações de tesouraria

Código das Contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
071	Recebimentos por operações de tesouraria		246 539,97	10 088,66	236 451,31
0711	Intermediação de fundos		0,00	0,00	0,00
0712	Cobrança de receita por conta de outrem		0,00	0,00	0,00
07122	Receita não Fiscal		0,00	0,00	0,00
0713	Constituição e reforço de cauções e garantias		34 302,87	10 056,72	24 246,15
0714	Cobrança de recursos próprios comunitários		0,00	0,00	0,00
0716	Retenções - Transição para o SNC-AP		0,00	0,00	0,00
0719	Outras Receitas de operações tesouraria		212 237,10	31,94	212 205,16
072	Pagamentos por operações de tesouraria		183,34	293 070,76	-292 887,42
0721	Intermediação de fundos		0,00	0,00	0,00
0722	Entrega de receita por conta de outrem		0,00	0,00	0,00
07222	Receita não fiscal		0,00	0,00	0,00
0723	Devolução de cauções e garantias		0,00	1 650,00	-1 650,00
0724	Entrega de recursos próprios comunitários		0,00	0,00	0,00
0726	Retenções - Transição para o SNC-AP		0,00	0,00	0,00
0729	Outras despesas de operações de tesouraria		183,34	291 420,76	-291 237,42
	Total		236 451,31	292 887,42	-56 436,11

As operações de tesouraria correspondem a fluxos financeiros associados a pagamentos e recebimentos relacionados com operações extraorçamentais, destacando-se recebimentos de cauções e garantias bancárias e pagamentos de prémios de seguro de saúde referentes à inclusão de familiares de trabalhadores no contrato do Grupo de Empresas.

Demonstrações Orçamentais Individuais 31/12/2019 (Montantes expressos em Euros)

Descrição	Conta de				31/12/2019				31/12/2018				31/12/2017			
	Conta	Valor da Conta	Princ. Contabiliz.	N.º de Tributos de Conta	Data	Valor da Conta	Princ. Contabiliz.	N.º de Tributos de Conta	Data	Valor da Conta	Princ. Contabiliz.	N.º de Tributos de Conta	Data	Valor da Conta	Princ. Contabiliz.	N.º de Tributos de Conta
Ativo não corrente	10050201	15.755.000,00	15.755.000,00	0,00	19/11/2019	15.755.000,00	15.755.000,00	0,00	19/11/2019	15.755.000,00	15.755.000,00	0,00	19/11/2019	15.755.000,00	15.755.000,00	0,00
Ativo não corrente	10050202	12.250.000,00	12.250.000,00	0,00	09/02/2019	12.250.000,00	12.250.000,00	0,00	09/02/2019	12.250.000,00	12.250.000,00	0,00	09/02/2019	12.250.000,00	12.250.000,00	0,00
Ativo não corrente	10050203	24.587.000,00	24.587.000,00	0,00	20/12/2019	24.587.000,00	24.587.000,00	0,00	20/12/2019	24.587.000,00	24.587.000,00	0,00	20/12/2019	24.587.000,00	24.587.000,00	0,00
Ativo não corrente	10050204	21.130.000,00	21.130.000,00	0,00	13/07/2019	21.130.000,00	21.130.000,00	0,00	13/07/2019	21.130.000,00	21.130.000,00	0,00	13/07/2019	21.130.000,00	21.130.000,00	0,00
Ativo não corrente	10050205	29.000.000,00	29.000.000,00	0,00	13/12/2019	29.000.000,00	29.000.000,00	0,00	13/12/2019	29.000.000,00	29.000.000,00	0,00	13/12/2019	29.000.000,00	29.000.000,00	0,00
Ativo não corrente	10050206	113.100.000,00	113.100.000,00	0,00	26/12/2019	113.100.000,00	113.100.000,00	0,00	26/12/2019	113.100.000,00	113.100.000,00	0,00	26/12/2019	113.100.000,00	113.100.000,00	0,00
Ativo não corrente	10050207	34.650.000,00	34.650.000,00	0,00	27/12/2019	34.650.000,00	34.650.000,00	0,00	27/12/2019	34.650.000,00	34.650.000,00	0,00	27/12/2019	34.650.000,00	34.650.000,00	0,00



Handwritten signature and initials.

Adjudicações por tipo de procedimento

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento														Total		
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Adjudicações por tipo de procedimento				Ajuste direto		Consulta Prévia		Contratação Escalada		Número dos contratos (15)	Valor (16)	
	Número dos contratos (1)	Preço contratual (2)	Número dos contratos (3)	Preço contratual (4)	Número dos contratos (5)	Preço contratual (6)	Número dos contratos (7)	Preço contratual (8)	Número dos contratos (9)	Preço contratual (10)	Número dos contratos (11)	Preço contratual (12)	Número dos contratos (13)	Preço contratual (14)			
Empreitada de obras públicas																	
Aquisição de serviços	4	10 073 574,28 €							13	2 535 724,06 €	4	1 49 155,95 €	33	2 702 725,82 €	54	15 461 180,11 €	
Locação ou aquisição de bens móveis																	
Concessão de obras públicas																	
Concessão de serviços públicos																	
Societate																	
Outros								4		125 763,91 €			10	824 032,32 €	14	949 796,23 €	

V. Transferências e subsídios

Transferências e subsídios - Despesa

Nada a reportar referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Transferências e subsídios - Receita

Tipo de receita	Depósitos legais (1)	Finalidade (2)	Entidade Financiadora (3)	Receita Prevista (4)	Receita Recebida (5)	Receita Prevista e não recebida (6)-(4)-(5)	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício (7)	Observações (8)
Transferências Correntes				3 200 000,00	2 933 333,00	266 667,00		
0603034253 Indemnizações Compensatórias	Resolução Conselho de Ministros nº 91-A-2020		Secretaria Geral do Ministério do Ambiente	3 200 000,00	2 933 333,00	266 667,00		
Total Transferências correntes				3 200 000,00	2 933 333,00	266 667,00		
Transferências de Capital				855 000,00	855 000,00	0,00		
100303 Estado		Investimento em embarcações	Secretaria Geral do Ministério da Ambiente	855 000,00	855 000,00	0,00		
Total Transferências capital				855 000,00	855 000,00	0,00		
Total				4 055 000,00	3 788 333,00	266 667,00		

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marina João

Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

(Presidente)

Dr. José Ricardo

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

(Vogal)

Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia

Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia

(Vogal)



TRANSTEJO – Transportes Tejo, S.A.

Exercício de 2019 – Contas Consolidadas

Demonstrações Financeiras
& Anexo às Demonstrações Financeiras

Balanco Consolidado em 31 de dezembro de 2019

Rubricas	Notas	Datas	
		31.12.2019	31.12.2018
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	38 440 385,00	40 213 707,34
Ativos intangíveis	3	546 861,07	265 591,88
Investimentos financeiros		526 663,29	334 927,75
Accionistas/sócios/associados		-	-
Doutros ativos financeiros		4 876,50	2 777,46
Total Ativo Não Corrente		39 518 785,86	40 817 004,43
Ativo Corrente			
Inventários	10	1 325 943,45	1 034 968,55
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.2.g)	196 000,00	-
Clientes, contribuintes e utentes	9, 18.2.a)	144 551,83	138 080,50
Estado e outros entes públicos	18.2.f)	958 884,50	1 642 686,60
Outras contas a receber	18.2.b), 14	596 179,90	2 106 159,57
Diferimentos	18.2.e)	16 215,30	34 429,89
Caixa e depósitos	1.2.d)	9 273 446,30	7 695 278,34
Total Ativo Corrente		12 511 221,28	12 651 603,55
Total do ATIVO		52 030 007,14	53 468 607,98
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	18.15	208 025 085,00	208 025 085,00
Resultados transitados	18.18	(275 755 578,65)	(262 137 307,72)
Ajustamentos em ativos financeiros	18.18	290 521,51	224 911,55
Outras variações no património líquido	18.18	17 230 880,50	17 661 084,87
Resultado líquido do período		(9 556 013,37)	(13 457 983,28)
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		(59 765 105,01)	(49 684 209,58)
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	15	1 107 841,12	973 058,18
Financiamentos obtidos	7, 18.9	28 139 810,50	44 680 002,82
Total Passivo Não Corrente		29 247 651,62	45 653 061,00
Passivo Corrente			
Fornecedores	18.2.c)	181 428,85	757 068,44
Estado e outros entes públicos	18.2.f)	379 550,80	495 865,92
Financiamentos obtidos	7, 18.9	74 031 929,49	47 941 200,17
Fornecedores de investimentos		33 811,77	206 369,64
Outras contas a pagar	18.2.d)	7 490 429,03	7 544 856,59
Diferimentos	18.2.e)	430 310,59	554 395,80
Total Passivo Corrente		82 547 460,53	57 499 756,56
TOTAL DO PASSIVO		111 795 112,15	103 152 817,56
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		52 030 007,14	53 468 607,98

O Conselho de Administração:

O Contabilista Certificado:


 Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira


 Dr. Gonçalo Maria R. C. de Almeida e Vasconcelos


 Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva


 Eng. Luis Filipe Dias Carvalho Maia

**Demonstração dos Resultados por Natureza Consolidada
período findo em 31 de dezembro de 2019**

Rendimentos e Gastos	Notas	Período	
		31.12.2019	31.12.2018
Prestações de serviços e concessões	13	18 467 460,85	17 924 299,88
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	3 226 119,76	1 953 195,23
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		257 345,49	131 219,90
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(7 258 361,21)	(7 484 014,04)
Fornecimentos e serviços externos	23.1	(9 248 755,16)	(10 527 574,46)
Gastos com pessoal	23.2	(12 981 907,74)	(13 020 123,98)
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	10	31 702,99	28 144,65
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	9,79	(28 876,76)
Provisões (aumentos/reduções)	15	(134 782,94)	(58 500,00)
Outros rendimentos	13/14	4 338 870,05	4 096 215,40
Outros Gastos	23.3	(210 509,06)	(343 199,05)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		(3 512 807,18)	(7 329 213,23)
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5	(4 881 735,44)	(4 476 153,09)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		(8 394 542,62)	(11 805 366,32)
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	7	(1 157 786,33)	(1 629 300,99)
Resultado antes de imposto		(9 552 328,95)	(13 434 667,31)
Imposto sobre o rendimento	18.2.f)	(3 684,42)	(23 315,97)
Resultado líquido do Período		(9 556 013,37)	(13 457 983,28)
Resultado líquido do Período atribuível a: (2)			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			

O Conselho de Administração:

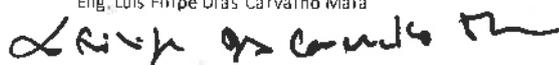
Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira



Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva



Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia



O Contabilista Certificado:

Dr. Gonçalo Maria R. C. de Almeida e Vasconcelos



Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido em 31 de dezembro de 2019

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe						Total
		Capital/Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	
Posição no início do Período (1)		208 025 085,00	-	(262 137 307,72)	224 911,55	17 661 064,87	(13 457 983,28)	(49 684 209,58)
Alterações no Período		-	-	-	-	-	-	-
Transferências e subsídios de capital	18.18	-	-	-	-	(430 204,37)	-	(430 204,37)
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	18.18	-	-	(13 618 270,93)	65 609,96	-	13 457 983,28	(94 677,69)
	(2)	-	-	(13 618 270,93)	65 609,96	(430 204,37)	13 457 983,28	(524 882,06)
Resultado Líquido do Período (3)		-	-	-	-	-	(9 556 013,37)	(9 556 013,37)
Resultado integral (4)=(2)+(3)		-	-	(13 618 270,93)	65 609,96	(430 204,37)	3 901 969,91	(10 080 895,43)
Operações com detentores de Capital no Período		-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital/património		-	-	-	-	-	-	-
	(5)	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do Período (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		208 025 085,00	-	(275 755 578,65)	290 521,51	17 230 860,50	(9 556 013,37)	(59 765 105,01)

O Conselho de Administração:

O Contabilista Certificado:

Dra. Mariana João da Fonseca Lopes Ferreira

Mariana Ferreira

Dr. José Ricardo Figueiredo Henriques da Silva

José Ricardo

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

Luís Filipe Dias Carvalho Maia

Dr. Gonçalo Maria R. C. de Almeida e Rasconcelos

Gonçalo Maria R. C. de Almeida e Rasconcelos

Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2019

Rubricas	Notas	Período	
		2019	2018
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		23 335 465,16	22 037 174,23
Pagamentos a fornecedores		(21 476 852,38)	(22 116 446,83)
Pagamentos ao pessoal		(12 512 249,76)	(12 095 328,88)
	Caixa Gerente de Operações	(10 653 636,98)	(12 174 201,48)
Outros recebimentos/pagamentos		5 264 397,40	4 445 809,53
	Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	(5 389 239,56)	(7 728 591,97)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	86 978,33
Investimentos financeiros		65 609,95	70 370,89
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		1 579 000,00	-
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(3 971 791,71)	(3 538 570,03)
Ativos intangíveis		(233 947,70)	(100 986,28)
Propriedades de investimento		-	-
Investimentos financeiros		-	(35 160,42)
Outros ativos		2 500 000,00	-
	Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	(85 129,46)	(3 582 618,18)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		9 550 537,00	11 470 780,00
Realização de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Outras Operações de Financiamento		1 202 294,19	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1 202 294,19)	-
Outros gastos similares		-	-
Outras operações de financiamento		(2 500 000,00)	-
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	7 050 537,00	11 470 780,00
	Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	1 578 167,98	159 369,85
Elimin das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		7 695 278,34	7 535 908,49
Caixa e seus equivalentes no fim do período		9 273 446,30	7 695 278,34
CONCiliaÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES FIM DO PERÍODO			
Caixa e seus equivalentes no início do período		7 695 278,34	7 535 908,49
- Equivalentes a caixa no início do período		-	-
- Variações cambiais de caixa no início do período		-	-
- Saldo da gerência anterior		7 695 278,34	7 535 908,49
De execução orçamental			
De operações de tesouraria		-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período		9 273 446,30	7 695 278,34
- Equivalentes a caixa no fim do período		-	-
- Variações cambiais de caixa no fim do período		-	-
- Saldo para a gerência seguinte		9 273 446,30	7 695 278,34
De execução orçamental			
De operações de tesouraria		(60 125,37)	-

O Conselho de Administração:

O Contabilista Certificado:

Dra. Mariana João da Fonseca Lopes Ferreira

Mariana Lopes Ferreira
Dr. José Ricardo Figueira Henriques de Silva

José Ricardo Figueira Henriques de Silva

Eng.ª Irene Filipa Carlos Carvalho Maia

Irene Filipa Carlos Carvalho Maia

Dr. José Ricardo Figueira Henriques de Silva

Dr. José Ricardo Figueira Henriques de Silva

Dr. José Ricardo Figueira Henriques de Silva

Dr. José Maria B. C. de Almeida e Vasconcelos

Dr. José Maria B. C. de Almeida e Vasconcelos

Dr. José Maria B. C. de Almeida e Vasconcelos

Dr. José Maria B. C. de Almeida e Vasconcelos

Dr. José Maria B. C. de Almeida e Vasconcelos

Dr. José Maria B. C. de Almeida e Vasconcelos

Dr. José Maria B. C. de Almeida e Vasconcelos

Dr. José Maria B. C. de Almeida e Vasconcelos

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 2019

1 Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 Identificação a entidade e período de relato

O Grupo Transtejo (“Grupo”) é constituído pela Transtejo - Transportes Tejo, S.A. (“Transtejo” ou “Empresa”) e Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. (“Soflusa”).

Denominação Social	Sede	Percentagem efectiva do capital	
		2019	2018
Transtejo - Transportes Tejo, S.A.	Lisboa	Empresa-mãe	
Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	Lisboa	100,00	100,00

A Transtejo é uma sociedade de capitais públicos, com sede em Lisboa, criada em 17 de dezembro de 1975 como empresa pública e transformada em sociedade anónima em 21 de julho de 1992. A Empresa tem como atividade principal a exploração de transportes fluviais de passageiros, podendo, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis e comerciais, industriais e financeiras relacionadas, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com aquele objeto ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização. Na prossecução deste objetivo, o Grupo, embora não dispondo de concessão oficialmente atribuída, explora as cinco carreiras fluviais existentes entre as margens do rio Tejo.

O Grupo detém, presentemente, uma área de negócio principal: prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros. O Grupo exerce ainda uma atividade acessória de exploração de espaços comerciais (espaços publicitários, parques de estacionamento, entre outros).

A Transtejo é detida integralmente pelo Estado Português, representado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), entidade responsável pela realização das intervenções financeiras do Estado Português, acompanhamento de assuntos respeitantes às políticas financeiras da Administração Pública, assegurar a gestão integrada do património estatal, e ainda intervir em operações patrimoniais do setor público.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

A Transtejo age sob a tutela do Estado Português, em articulação com a rede de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa. A Empresa rege-se pelos seus Estatutos, pelas normas reguladoras de sociedades anónimas, por disposições do Governo Central relacionadas com o sector dos transportes públicos e com a própria Empresa (disciplina estatutária da Transtejo).

A Transtejo e a sua participada Soflusa são Entidade Pública Reclassificada (EPR), equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos (SFA) desde 2013, encontrando-se sob tutela do Ministério do Ambiente. Os códigos da classificação orgânica são o 5871 (Transtejo) e o 5872 (Soflusa).

Considerando a condição de EPR com autonomia de reporte e execução orçamental junto da DGO, estas sociedades divulgam informação referente ao desempenho orçamental de 2019 (Demonstrações Orçamentais e Anexo) apenas nos documentos de prestação de contas individuais.

Com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014, o regime jurídico e financeiro deste organismo encontra-se subordinado ao cumprimento da seguinte legislação:

- a) Lei do Orçamento de Estado aplicável a cada ano (no caso concreto do ano em análise, Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro - Lei do Orçamento de Estado de 2019);
- b) Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 2/2018 de 29 de janeiro e republicada pela Lei n.º 37/2018 de 7 de agosto, alterada pela Lei n.º 41/2014 de 10 de julho), implicando obrigações de reporte à Direção-Geral do Orçamento / Ministério das Finanças;
- c) Cumprimento das orientações transmitidas através das Circulares DGO para preparação das Propostas Orçamentais para o OE (em 2018, no âmbito dos trabalhos de preparação do Orçamento do Estado 2019, foi aplicada a Circular n.º 1390, de 08 de agosto de 2018);
- d) No âmbito da execução do OE2019: reportes, previstos no artigo 95.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DL n.º 84/2019, de 28 de junho);
- e) Aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), a partir de janeiro de 2014.

Participação financeira da Transtejo na Soflusa

A constituição do Grupo Transtejo ocorreu em dezembro de 2001, desencadeada pela aquisição da totalidade do capital da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., constituída por escritura pública de 11 de novembro de 1992, com o objeto social de exploração de transportes fluviais de passageiros, bem como o exercício de quaisquer outras atividades comerciais ou industriais, conexas ou complementares, suscetíveis de facilitar ou favorecer a realização da atividade principal, tendo iniciado a atividade em junho de 1993.

A Soflusa foi constituída pela CP - Caminhos-de-ferro Portugueses, E.P., ao abrigo das disposições dos seus Estatutos - que incluíam a concessão da ligação Lisboa-Barreiro, com o objetivo de articular a rede ferroviária entre as duas margens do Rio Tejo - com o objetivo de explorar aquela ligação.

Em dezembro de 2009, com a publicação dos novos estatutos da CP - Comboios de Portugal, E.P.E., foi extinta a base legal na qual lhe era concedida a concessão da exploração da ligação Lisboa - Barreiro, não tendo até ao momento sido, a mesma, formalmente atribuída à Transtejo.

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.



[Handwritten signatures and initials]

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

As presentes demonstrações financeiras são comparáveis com exercício anterior.

c) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não existiam saldos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

d) Valores de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era como segue:

Conta PCM	Natureza	31.dez.2019	31.dez.2018
111	Caixa/Máquinas Automáticas	97 131,35	83 639,80
118	Caixa Pequena	300,00	700,00
121	Depósitos à ordem no Tesouro	8 752 245,20	6 583 684,91
1221	Banco BPI, S.A.	385 338,03	994 673,17
1222	Novo Banco, S.A.	38 431,72	32 564,58
1223	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	-	15,88
	Equivalentes de caixa	-	-
	Descobertos bancários	-	-
	Total	9 273 446,30	7 695 278,34

2 Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas de acordo com a NCP 1 e são apresentadas em Euros, correspondendo à moeda funcional do Grupo, dado que a maior parte das suas transações são efetuadas nesta moeda tratando-se, também, da moeda do seu ambiente económico.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de

reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância de os ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, o Grupo Transtejo continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

i) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e das entidades por si controladas (as suas subsidiárias). Entende-se existir controlo quando a Empresa tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.



[Handwritten signatures and initials]

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral, desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e até ao momento em que esse controlo cessa.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos na demonstração consolidada dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

Todas as transações e saldos entre subsidiárias e entre a Empresa e suas subsidiárias, assim como os rendimentos e gastos resultantes das referidas transações e saldos são integralmente anulados no processo de consolidação. Ganhos ou perdas não realizados são também eliminados, sendo estas últimas consideradas como um indicador de imparidade para o ativo transferido.

ii) Investimentos financeiros em empresas subsidiárias

Empresas subsidiárias são todas aquelas entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) nas quais a Transtejo tem poder de decisão sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se a Transtejo detém o controlo sobre uma entidade.

Os investimentos em subsidiárias são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Os dividendos recebidos das subsidiárias são registados como um rendimento do exercício, quando deliberados pela Assembleia Geral.

Adicionalmente, sempre que as responsabilidades assumidas pela Empresa ultrapassem o custo de aquisição, além da perda de imparidade registada para o investimento financeiro, é registado adicionalmente uma provisão pelo montante das responsabilidades que ultrapassam a perda de imparidade reconhecida.

iii) Investimentos em empreendimentos conjuntos

Os interesses do Grupo em entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. A quota-parte do Grupo nos ganhos ou perdas do empreendimento conjunto é reconhecida na demonstração do rendimento integral consolidado e a quota-parte nos movimentos de reservas do empreendimento conjunto é reconhecida em reservas. Transações e ganhos ainda não realizados entre o Grupo e os empreendimentos conjuntos são eliminados tendo em conta o interesse do Grupo.

As políticas contabilísticas das entidades em empreendimento conjunto são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Quando os interesses em empreendimentos conjuntos são imateriais, o Grupo Transtejo regista-os ao custo de aquisição, tendo em conta qualquer potencial de imparidade.

iv) Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, estão mensurados na moeda do ambiente económico em que esta opera (moeda funcional), o Euro. As demonstrações financeiras consolidadas e as respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Euro (moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza.

Ganhos ou perdas cambiais, relativos a empréstimos, caixa e/ou equivalentes de caixa são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza como “Juros e gastos similares suportados” ou “Juros e rendimentos similares obtidos”. Todos os outros ganhos ou perdas cambiais são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza como outros rendimentos ou gastos operacionais.

No período, não se registaram transações, nem existem saldos em moeda diferente do Euro.

Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2019	2018
USD	1,1234	1,4500
GBP	0,8508	0,8945

Fonte: cotações do Banco de Portugal à data de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

v) Ativos fixos tangíveis

O tratamento contabilístico dos ativos fixos tangíveis foi efetuado de acordo com o disposto na NCP 5 - *Ativos Fixos Tangíveis*, estando estes valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Sempre que as partes integrantes de dado ativo fixo tangível possuam ritmos de desgaste funcional diferentes, e caso estas sejam materialmente significativas quando comparadas com o *main item*

(componente principal), o Grupo efetua a depreciação do ativo por componentes (navio e acondicionamentos), em função das suas vidas úteis esperadas.

As despesas subsequentes incorridas com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidas no valor do ativo. Tais despesas poderão ser registadas como um ativo independente apenas se se confirmar como sendo provável que os benefícios económicos associados à posse do ativo sejam benéficos para a Empresa, e caso estes possam ser mensurados com fiabilidade.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que estes são incursos.

Os dispêndios a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	Entre 3 a 50 anos
Embarcações	Entre 16 a 22 anos
Recondicionamento motores embarcações	Entre 5 a 7 anos
Equipamento básico - Outros	Entre 3 a 22 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Ferramentas e utensílios	Entre 4 a 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 12 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 3 a 12 anos

As embarcações de uma das empresas do Grupo (Soflusa SA) e duas unidades da frota Transtejo (novos ferries adquiridos em 2011) encontram-se componentizadas, estando separado do custo de aquisição da embarcação o montante correspondente ao acondicionamento dos motores principais, o qual é amortizado entre cinco e sete anos, período estimado da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que se encontrem concluídos e na condição de uso pretendido pela gestão.

Aos ativos fixos tangíveis que demorem mais do que 12 meses a ficar na sua condição de uso, são adicionados durante o período de construção, os custos de financiamento específico ou geral incorrido na quota-parte do investimento em ativos que não tenha sido subsidiada.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último, calculado com base no valor atual dos

fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza.

vi) Ativos intangíveis

O tratamento contabilístico dos ativos intangíveis é efetuado de acordo com o disposto na NCP 3 – Ativos Intangíveis.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando:

- i) sejam identificáveis;
- ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros;
- iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como gastos quando incorridos sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do período em que são incursos.

O custo dos ativos intangíveis adquiridos compreende:

- i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos;
- ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

O Grupo valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

O Grupo determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. Os ativos intangíveis registados na demonstração da posição financeira da Transtejo referem-se a software informático (licenças), o qual é amortizado segundo a vida útil estabelecida, a qual não excede 3 anos.

vii) Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objeto de testes de imparidade anuais. O Grupo não tem reconhecido ativos com vida útil indefinida.

Relativamente aos ativos não financeiros com vida útil definida, os testes de imparidade são efetuados sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras individuais não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Grupo avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se assim for, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa). O valor de uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A determinação da existência de imparidade é efetuada para cada ativo individualmente quando gerem fluxos de caixa separados ou de forma agregada ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

viii) Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- a) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
- b) Empréstimos concedidos e contas a receber - inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
- c) Investimentos detidos até à maturidade - incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a Transtejo tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
- d) Ativos financeiros disponíveis para venda - incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Ativos disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital próprio. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

Relativamente aos ativos financeiros disponíveis para venda não cotados correspondentes a instrumentos de capital, estes são valorizados ao custo quando não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

O justo valor de ativos financeiros cotados é baseado em preços de mercado ("bid"). Se não existir um mercado ativo, o Grupo estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transações recentes, desde que a condições de mercado, a comparação com instrumentos substancialmente semelhantes, e o cálculo de fluxos de caixa descontados quando existe informação disponível, fazendo o máximo uso de informação de mercado em detrimento da informação interna da Transtejo visada.

Empréstimos concedidos e contas a receber são classificados na demonstração da posição financeira consolidada como "Clientes" e "Outros créditos a receber", e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa de juro efetiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento por imparidade das contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que o Grupo não irá receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem.

Na identificação de situações de imparidade nas rubricas de empréstimos concedidos e contas a receber, são utilizados diversos indicadores, tais como:

- Análise de incumprimento;
- Incumprimento há mais de 6 meses;
- Dificuldades financeiras do devedor;
- Probabilidade de falência do devedor.

O Grupo avalia, a cada data de relato, se existe evidência objetiva de que os ativos financeiros sofreram perda de valor. No caso de participações de capital classificadas como disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor (+ 20%) abaixo do seu custo é considerado como um indicador de que o ativo financeiro está em situação de imparidade. Se existir evidência de perda de valor para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada - calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse ativo financeiro reconhecida previamente em resultados - é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração dos resultados consolidados. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são reversíveis na demonstração consolidada do rendimento integral.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

ix) Inventários

O Grupo reconhece como inventários as matérias de consumo (ex.: combustível, lubrificantes), materiais para reparações e peças sobressalentes a consumir pelo Grupo em intervenções de manutenção às embarcações.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor estimado de realização.

x) Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados por natureza, em "Imparidade de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas por imparidade estimadas, correspondendo o valor líquido das contas a receber, aproximadamente ao seu justo valor.

xi) Caixa e depósitos bancários

O caixa e depósitos bancários incluem caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e outros instrumentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidade no curto prazo. Sempre que existam, os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e não são considerados na elaboração da demonstração de fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo não dispunha de qualquer montante registado como descoberto bancário.

xii) Capital social

O capital corresponde à quantia de capital estatutário da Empresa, estando totalmente titulado em ações ordinárias. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

xiii) Passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem os “Financiamentos obtidos”, “Fornecedores” e “Outras contas a pagar”. Os saldos classificados em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são reconhecidos ao custo amortizado, sendo que usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

xiv) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao custo, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração do rendimento integral ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Transtejo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

xv) Gastos com financiamentos

Os gastos com financiamentos incluem juros e outros gastos incorridos pelo Grupo ao contrair financiamentos bancários. Estes incluem:

- Juros incorridos com descobertos bancários;
- Juros de empréstimos a curto, médio e longo prazo;
- Amortização de descontos ou prémios derivados da emissão ou re-pagamento de empréstimos;
- Amortização de gastos auxiliares incorridos com a contratação de empréstimos;
- Diferenças de câmbio que surjam no âmbito de empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que tais valores sejam encarados como custos adicionais aos juros incorridos.

Os gastos com financiamentos são reconhecidos como gastos do exercício no período em que incorrem, exceto se associados à construção ou aquisição de um ativo qualificável, caso em que são obrigatoriamente capitalizados.

A capitalização de gastos com financiamentos começa quando o investimento num ativo está a decorrer e existem custos efetivos suportados com os financiamentos, e cessa quando todas as atividades necessárias para preparar um ativo qualificável para o seu uso pretendido, ou venda, são completadas.

xvi) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados por natureza, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no

património líquido. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras individuais.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

O Grupo não reconhece ativos por impostos diferidos devido à existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização dos ativos por impostos diferidos, na medida que respeitam, essencialmente, a prejuízos a reportar.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não existem situações geradoras de passivos por impostos diferidos.

xvii) Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem:

- i) uma obrigação presente legal contratual ou construtiva resultante de eventos passados;
- ii) para a qual é mais provável que não seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e
- iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Grupo divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando: a Transtejo tem uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de eventos passados; seja provável que um ex-fluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação; e o montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As provisões para reestruturação compreendem compensações para terminação de contratos de colaboradores. Não são reconhecidas provisões para fazer face a perdas operacionais futuras.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para liquidar a obrigação é determinada ao se considerar a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de um ex-fluxo que respeite a um item incluído na mesma classe de obrigações seja reduzida.

Os ativos contingentes são ativos "possíveis" gerados por acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras separadas, mas divulgados nas notas anexas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

xviii) Subsídios e apoios do Governo

O Grupo reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis (fundo perdido) são, no âmbito da "NCP14 - Rendimentos de transações sem contraprestação", reconhecidos na rubrica "Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables", no momento em que se cumprem as condições, sendo subsequentemente creditados na demonstração de resultados por natureza à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos que foram financiados e na respetiva proporção.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração de Resultados por Natureza no mesmo exercício em que os gastos associados são incursos e registados (contrapartidas das obrigações contratuais assumidas em termos de exploração, de transporte e de tarifas).

O Grupo regista como resultados do exercício os valores das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado, decorrentes das obrigações contratuais assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. Adicionalmente são reconhecidos subsídios à exploração referentes às compensações a atribuir ao transporte fluvial, relativas às modalidades de passes "4_18@", "Sub_23" e "Social *".

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

xix) Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente aos quais o Grupo detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais

situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de "Financiamentos obtidos". Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração de resultados por natureza, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando o Grupo não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando o Grupo tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração de resultados por natureza numa base linear, durante o período da locação.

xx) Fornecedores e outras contas a pagar

As rubricas de "Fornecedores" e "Outras contas a pagar", correntes, não vencem juros e são registados pelo seu valor nominal, que corresponde, aproximadamente ao seu justo valor. Quando os saldos a pagar sejam exigíveis para além de 12 meses ou da data de pagamento normal do negócio, o Grupo terá de registar os passivos pelo valor presente.

As rubricas de "Outras contas a pagar" não correntes são valorizadas ao valor nominal da dívida acrescido dos juros a pagar decorridos.

xxi) Especialização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, caso se qualifiquem como tal.

xxii) Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade do Grupo. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito do Grupo refere-se à prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros. A contraprestação recebida pela prestação destes serviços resulta das seguintes transações:

- i) venda de bilhetes nas estações;
- ii) venda de passes exclusivos Transtejo, passes combinados com outros operadores de transportes (ex.: CP, ML e TCB) ou Navegante (Metropolitano ou Municipal).

Para os diversos tipos de títulos de transporte:

- i) O rédito é reconhecido quando os bilhetes são utilizados;



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- ii) O rédito da venda de passes exclusivos Transtejo é reconhecido no mês a que respeita a venda/carregamento do título de transporte. Já o rédito da venda de passes combinados é reconhecido de acordo com a repartição da receita mensal, efetuada pela AML - Área Metropolitana de Lisboa, de acordo com as quotas fixadas para os diversos operadores de transportes da área da Grande Lisboa. Esta entidade é responsável pela regulação do setor dos transportes, nos termos do disposto na Lei nº 25/2015 de 09 de junho (RJSTPT - Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros).

O rédito da prestação de serviços é reconhecido quando:

- i) o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e
- ii) seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo. Assim, o rédito é reconhecido na demonstração de resultados por natureza no período em que os serviços são prestados, de acordo com o princípio da especialização do período.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

xxiii) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCP1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, através do recurso ao método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração de fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (a) atividades operacionais; (b) atividades de financiamento; e (c) atividades de investimento.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são fundamentalmente provenientes das transações que constituem a principal fonte de geração de recursos financeiros da entidade. São exemplos de fluxos de caixa de atividades operacionais:

- (a) Recebimentos de impostos, contribuições, taxas e multas;
- (b) Recebimentos pela venda de bens e prestação de serviços;
- (c) Recebimentos de subsídios ou transferências e outras dotações ou autorizações orçamentais atribuídas pelo Governo central ou outras entidades do setor público;
- (d) Recebimentos de royalties, honorários, comissões e outros rendimentos;
- (e) Pagamentos a outras entidades do setor público para financiar as suas operações (não incluindo empréstimos);
- (f) Pagamentos a fornecedores de bens e serviços;
- (g) Pagamentos ao pessoal;
- (h) Recebimentos e pagamentos de uma entidade seguradora relativos a prémios e indemnizações, anuidades e outros benefícios da apólice;
- (i) Pagamentos de impostos sobre a propriedade ou sobre o rendimento (quando apropriado) em relação às atividades operacionais;
- (j) Recebimentos ou pagamentos relativos a contratos celebrados para negociação ou comercialização;
- (k) Recebimentos ou pagamentos de operações descontinuadas;
- (l) Recebimentos ou pagamentos relativos à resolução de litígios.

A divulgação separada de fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento é importante porque tais fluxos representam a extensão das saídas de caixa no sentido de obter recursos que se espera contribuam para a prestação futura de serviços da entidade. Apenas as saídas de caixa que resultem num ativo reconhecido no balanço são elegíveis para se classificarem como atividades de investimento. São exemplos de fluxos de caixa provenientes da atividade de investimento:

- (a) Pagamentos para adquirir ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos de longo prazo. Estes pagamentos incluem os relativos a custos de desenvolvimento capitalizados e trabalhos para a própria entidade;
- (b) Recebimentos provenientes da venda de ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos de longo prazo;
- (c) Pagamentos para adquirir instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e interesses em Diário da República, 1.ª série – N.º 178 – 11 de setembro de 2015 7611 empreendimentos conjuntos (que não sejam pagamentos relativos a instrumentos considerados equivalentes de caixa ou instrumentos financeiros detidos para negociação);
- (d) Recebimentos provenientes da venda de instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e de interesses em empreendimentos conjuntos (que não sejam recebimentos relativos a instrumentos considerados equivalentes de caixa ou instrumentos financeiros detidos para negociação);
- (e) Adiantamentos e empréstimos feitos a outras entidades (que não sejam adiantamentos e empréstimos feitos por uma instituição financeira pública);
- (f) Recebimentos provenientes do reembolso de adiantamentos e empréstimos feitos a outras entidades (que não sejam adiantamentos e empréstimos de uma instituição financeira pública);
- (g) Pagamentos relativos a contratos de futuros, contratos forward, contratos de opção e contratos swap, exceto quando os contratos forem detidos para negociação, ou os pagamentos forem classificados como atividades de financiamento; e
- (h) Recebimentos provenientes de contratos de futuros, contratos forward, contratos de opção e contratos swap, exceto quando os contratos forem detidos para negociação, ou os recebimentos forem classificados como atividades de financiamento.

A divulgação separada dos fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento é importante porque é útil para estimar os fluxos de caixa futuros a pagar a financiadores de capital à entidade. São exemplos de fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento:

- (a) Recebimentos provenientes da emissão de títulos de dívida, empréstimos, livranças, obrigações, hipotecas e outros empréstimos de curto ou longo prazo;
- (b) Reembolsos de empréstimos obtidos; e
- (c) Pagamentos efetuados por um locatário relativos à redução do passivo em aberto de uma locação financeira, incluindo juros.

xxiv) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício. Os eventos após a data do balanço que proporcionem

informações sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

xxv) Segmentos operacionais

O Grupo identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja, o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades da empresa e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual resulta a identificação de um único segmento operacional, materialmente relevante, o transporte fluvial de passageiros.

2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Transtejo são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expetativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

- **Provisões:** O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

O Grupo utiliza a avaliação dos processos judiciais pelos seus advogados para determinar o reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências.

- **Depreciações:** A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração de resultados por natureza consolidada de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.






- **Imparidade das contas a receber:** O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica dos outros devedores e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela Gestão, dos riscos de cobrança existentes à data do fecho das demonstrações financeiras, os quais podem vir a divergir do risco efetivo a incorrer.
- **Perdas por Imparidade:** A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao Grupo.

No entanto, tendo em conta a estrutura acionista do Grupo e a natureza dos serviços prestados, a determinação da existência de imparidade não é expectável.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Grupo, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

2.5. Aplicação inicial de uma NCP

No Grupo não se verifica a aplicação inicial de uma NCP, que tenha efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou possa ter efeito em períodos futuros.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidade, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

i) Fatores do risco financeiro

As atividades do Grupo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro como:

- riscos de mercado;
- risco de crédito; e
- risco de liquidez.

O Conselho de Administração é responsável pela definição e controlo das políticas de gestão de risco do Grupo, sendo a evolução dos mercados analisada de acordo com as mesmas.

Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos a que o Grupo está sujeito, para definir limites de risco, os controlos adequados para monitorizar a evolução desses riscos e o cumprimento das políticas de gestão de risco implementadas. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para que se mantenham eficazes face à realidade dos mercados e à atividade desenvolvida pelo Grupo.

A gestão do risco é conduzida centralmente pela Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo com base em políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo identifica, avalia e remete à aprovação do Conselho de Administração, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição com vista à minimização dos riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro e a eventual utilização de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados.

Risco de mercado

- Risco de taxa de câmbio: A atividade operacional do Grupo desenvolve-se em Portugal e a maioria das suas transações são mantidas na moeda funcional do Grupo, o Euro. O risco de taxa de câmbio é pouco expressivo para a realidade do Grupo, não existindo qualquer política de cobertura para este tipo de risco.
- Risco de taxa de juro: O risco associado à flutuação da taxa de juro tem como principal impacto nas contas do Grupo o custo do serviço da dívida contratada com instituições financeiras nacionais e internacionais.

O objetivo da gestão do risco de taxa de juro é a redução da flutuação dos custos financeiros, permitindo a obtenção de um resultado líquido mais estabilizado.

Risco de crédito:

O risco de crédito do Grupo é reduzido uma vez que parte significativa do rédito dos serviços prestados aos clientes é recebida antecipadamente ou na data da prestação do serviço. No caso dos passes intermodais, os valores mensais a receber/a pagar são monitorizados pelo regulador dos transportes, a AML - Área Metropolitana de Lisboa, não existindo riscos de crédito significativos a considerar.

No que se refere aos saldos de "Outras contas a receber" estes resultam maioritariamente de transações pontuais, contudo existem saldos a receber das atividades imobiliárias para os quais o risco de crédito é mais significativo. A política de cobertura de risco definida pelo Grupo passa pela exigência da prestação de garantias e cauções no início do contrato e uma monitorização das atividades dos arrendatários.

Risco de liquidez:

O Risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da empresa, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável e a previsão atempada das necessidades de tesouraria em conjunto com uma adequada gestão das cobranças.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo, que tem como objetivo manter um nível mínimo de tesouraria para fazer face às necessidades financeiras da Transtejo no curto, médio e longo prazo, através da disponibilidade e flexibilidade de financiamento com facilidades de crédito não utilizadas, assim como outras fontes de financiamento. As necessidades pontuais de tesouraria são cobertas pelo controlo das contas a receber e pelo suporte financeiro do Estado Português e do seu acionista.

ii) Gestão do risco de capital

O objetivo da Transtejo em relação à gestão de capital alheio, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma utilização prudente de dívida.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como: i) as necessidades de investimento em ativos tangíveis; ii) as tarifas definidas para a prestação de serviços; iii) as participações do Estado e iv) as necessidades de financiamento da exploração.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas

Não existem alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores

Não existem erros materialmente relevantes de períodos anteriores.

3 Ativos Intangíveis

3.1. Ativos intangíveis gerados internamente e outros

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data do relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

b) Método de amortização

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes.

c) Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Início do período				Fim do período			
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projectos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	2 113 182,33	2 005 683,47		107 798,86	2 446 694,23	2 113 622,46		333 071,77
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso	157 793,02			157 793,02	213 789,30			213 789,30
Total	2 271 275,35	2 005 683,47		265 591,88	2 660 483,53	2 113 622,46		546 861,07

d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de depreciações e amortizações respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos na demonstração dos resultados por natureza.

e) Quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões e perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)-(10)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projectos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	107 798,86	70 542,41	262 669,49				(107 938,99)			333 071,77
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso	(57 793,02)	318 665,77	(262 669,49)							213 789,30
Total	265 591,88	389 208,18					(107 938,99)			546 861,07

i) Ativos Intangíveis - Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ocorreram as seguintes adições:

Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou período a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fixação, ciclo, reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projectos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	262 669,49	70 542,41		0,00						333 211,90
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso	(262 669,49)	318 665,77								55 996,28
Total		389 208,18								389 208,18



7 16

O aumento registado em ativos intangíveis, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de 389.208,18€, respeita, essencialmente, à implementação e licenças do software Primavera (113.131,82€), à aquisição do software mobile (70.300,00€), ao novo tarifário de bilhética (23.738,00€), ao upgrade das máquinas automáticas de venda de bilhetes (75.262,67€) e às transferências dos ativos em curso para ativos intangíveis, no valor líquido de 262.669,49€.

O valor em ativos intangíveis em curso, corresponde a projetos de consultoria referentes ao projeto de renovação da frota (93.008,10€) e à aquisição de software diverso (146.420,00€).

ii) Ativos Intangíveis - Diminuições

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2019, não ocorreram diminuições nos Ativos Tangíveis.

3.2. Outras divulgações de ativos intangíveis

a) Ativos intangíveis materialmente relevantes

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo não detinha ativos intangíveis que, individualmente, se apresentem como materialmente relevantes para as demonstrações financeiras.

b) Ativos intangíveis adquiridos através de transações sem contraprestação e inicialmente reconhecidos pelo justo valor

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o Grupo não detinha ativos intangíveis adquiridos através de transações sem contraprestação.

c) Ativos intangíveis de titularidade restringida e ativos intangíveis dados como garantia de passivos

Em 31 de dezembro de 2019 o Grupo não detinha passivos garantidos por ativos intangíveis.

d) Compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis

Em 2019 foram assumidos compromissos no montante de 298.379,11€, para a aquisição de ativos intangíveis e transitaram de 2018 compromissos no montante de 122.693,01€ para a aquisição de ativos intangíveis. Durante o ano de 2019 libertaram-se verbas destes compromissos no valor de 27.480,79€, por terem sido comprometidos em excesso.

A quantidade total de compromissos assumidos em 2019 para a aquisição de Ativos Intangíveis ascendeu a 393.591,99€.

e) Ativos intangíveis mensurados após reconhecimento que tenham sofrido revalorizações

No exercício de 2019 não existiu revalorização de ativos intangíveis.

3.3. Ativos intangíveis revalorizados

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

3.4. Gastos de pesquisa e desenvolvimento

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

3.5. Outras divulgações

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

4 Acordos de concessão de serviços: concedente

Norma não aplicável.

5 Ativos fixos tangíveis

5.1. Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2017 encontram-se registados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização em conformidade com o período de vida útil máximo dado, constante no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida estimada.

As vidas úteis e métodos de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

c) Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
(2)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
Outros Ativos Tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	44.996,79	-	-	44.996,79	44.996,79	-	-	44.996,79
Edifícios e outras construções	16.307.588,59	8.359.590,37	-	7.947.998,22	16.456.913,11	8.660.263,28	-	7.796.650,13
Equipamento básico	130.069.027,26	99.703.439,42	-	30.365.587,84	132.575.087,43	104.021.930,06	-	28.553.156,77
Equipamento de transporte	247.398,65	247.398,65	-	-	247.398,65	247.398,65	-	-
Equipamento Administrativo	1.473.343,06	1.243.296,72	-	230.046,34	1.829.319,64	1.326.695,68	-	502.633,96
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.047.006,55	648.980,25	-	398.026,30	921.074,28	711.760,34	-	209.313,94
Ativos fixos tangíveis em curso	1.227.051,85	-	-	1.227.051,85	1.341.633,41	-	-	1.341.633,41
	150.416.412,75	110.202.705,41	-	40.213.707,34	153.416.473,61	114.976.038,61	-	38.440.385,00
Total	150.416.412,75	110.202.705,41	-	40.213.707,34	153.416.473,61	114.976.038,61	-	38.440.385,00

d) Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada (final)
		Adições	Transferências intrínsecas à entidade	Reavaliações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças Cambial	Liquidações	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)-(7)-(8)-(9)-(10)
Outros Ativos Tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	44.996,79	-	-	-	-	-	-	-	-	44.996,79
Edifícios e outras construções	7.947.998,22	98.194,00	51.130,82	-	-	-	(308.672,91)	-	-	7.789.650,13
Equipamento básico	30.365.587,84	895.954,41	1.675.441,74	-	-	-	(4.338.305,22)	-	-	28.553.156,77
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento Administrativo	230.046,34	130.556,12	226.059,73	-	-	-	(610.512,73)	-	-	502.633,96
Outros	398.026,30	14.738,04	(168.271,25)	-	-	-	(61.780,09)	-	-	209.313,94
Ativos fixos tangíveis em curso	1.227.051,85	2.759.598,30	(2.645.016,74)	-	-	-	-	-	-	1.341.633,41
	40.213.707,34	3.898.678,81	(898.105,20)	-	-	-	(4.773.796,45)	-	-	38.440.385,00
Total	40.213.707,34	3.898.678,81	(898.105,20)	-	-	-	(4.773.796,45)	-	-	38.440.385,00

i) Ativos Fixos Tangíveis - Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ocorreram as seguintes adições:

Rubricas	Adições										
	Internas	Compras	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou ordem a favor do Estado	Dado em pagamento	Locação financeira	Fusão, Cisão, reestruturação	Outros	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)
Outros Ativos Tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	154.717,44	23.194,00	-	(38.566,45)	-	-	-	-	-	-	149.334,99
Equipamento básico	1.267.038,07	113.649,92	-	105.706,16	-	-	-	-	-	-	1.486.394,15
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento Administrativo	218.602,42	67.072,13	-	55.951,24	-	-	-	-	-	-	341.625,79
Outros	4.638,94	31.079,70	-	(182.570,34)	-	-	-	-	-	-	(148.811,70)
Ativos fixos tangíveis em curso	(2.645.016,74)	2.759.598,30	-	-	-	-	-	-	-	-	114.581,56
	-	3.000.474,11	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000.474,11
Total	-	3.000.474,11	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000.474,11

O aumento registado em Ativos Fixos Tangíveis, no montante de 5.645.490,85€, deveu-se à conclusão de diversos projetos que se encontravam em curso (2.645.016,74€), tais como a construção da paragem do Terminal do Barreiro (65.000€), a reabilitação da estação fluvial da Trafaria (52.917,27€), a reparação de pontões (506.323,00€), a capitalização da revisão das caixas redutoras e motores do navio Fantasia (70.000€), a aquisição e revisão de duas caixas redutoras para o navio Almeida Garrett (94.879,28€), a revisão geral de motores a diesel e caixas redutoras (1.218.250,46€), a adaptação dos navios para lotação do transporte de bicicletas (93.484,28€), aquisição de treze radares (132.535,00€) no valor unitário de 10.195€; à implementação de Wi-Fi nos terminais e navios (48.483,93€); aquisição de equipamento informático (181.942,73€) e substituição de sistemas de climatização (39.099,68€).

ii) Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2019, não ocorreram diminuições nos Ativos Tangíveis.

5.2. Outras divulgações de ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis de titularidade restringida e ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

b) Quantia de dispêndios reconhecidos na quantia escriturada do ativo durante a sua construção

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

c) Quantia de compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis

Em 2019 foram assumidos compromissos no montante de 3.310.187,69€ para a aquisição de ativos fixos tangíveis e transitaram de 2018 e anos anteriores compromissos no montante de 1.270.094,33€. Durante o ano libertaram-se verbas destes compromissos no valor de 99.256,50€, por terem sido comprometidos em excesso.

A quantidade total de compromissos assumidos em 2019 para a aquisição de Ativos Fixos Tangíveis ascendeu a 4.481.025,52€.

d) Quantia da compensação por terceiros em imparidade, relativa a bens ativos fixos tangíveis, perdidos ou cedidos

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

5.3. Depreciações de ativos fixos tangíveis

Rubricas	Depreciações do período	
	Reconhecidas nos resultados	Incluídas nos custos de outros ativos
Outros Ativos fixos Tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	308 672,91	-
Equipamento básico	4 338 305,22	-
Equipamento de transporte	-	-
Equipamento Administrativo	64 038,23	-
Equipamentos biológicos	-	-
Outros	62 780,09	-
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-
	4 773 796,45	-
Total	4 773 796,45	-

5.4. Alterações de estimativas contabilísticas

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

5.5. Ativos fixos tangíveis revalorizados

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

5.6. Outras divulgações

a) Ativos fixos tangíveis temporariamente sem uso

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

b) Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda estejam em uso

A 31 de dezembro de 2019 o Grupo tinha os seguintes montantes em ativos fixos tangíveis totalmente depreciados e ainda em uso:

Descrição	Consolidado
Edifícios	912 628,26
Estações Fluviais e Cais Embarque	2 113 396,02
Pontões, Passadiços e Flutuadores	6 805 432,02
Embarcações	46 771 452,43
Acessórios Utensílios de Navegação	251 925,95
Máquinas e Acessórios	2 943 380,68
Ferramentas e Utensílios	191 595,04
Veículos	247 398,65
Equipamento informático e de telecomunicações	869 520,65
Equipamento de escritório e de reprografia	62 225,18
Mobiliário de escritório e de arquivo	287 393,52
Equipamento do Serviço Medicina do Trabalho	13 655,20
Equipamento de decoração e conforto, de utilização comum	623 658,04
Utensílios de decoração e conforto	1 211,06
Equipamento e dispositivos de iluminação	9,67
Equipamento de ar condicionado e de circulação de ar	2 476,19
Equipamento de aquecimento de ambiente e aquecedores de água domésticos	852,09
	62 098 210,65

c) Ativos fixos retirados de uso ativo e detidos para alienação

No ano de 2019 não se verificaram quaisquer alienações de ativos fixos

6 Locações

Norma não aplicável.

7 Custos de empréstimos obtidos

a) Política contabilística adotada nos custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a venda estejam concluídas.

b) Os custos de empréstimos incorridos no exercício de 2019 foram os seguintes:

Entidade	Data do contrato	Data do vício de FC	Prazo do Contrato	Capital		Taxa de Juro		Movimentos de anos anteriores		Movimentos do ano		Encargos vencidos e não pagos		Saldo em 1. de janeiro	Saldo em 31 de dezembro	
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros				
Direção-Geral de Gestão Financeira	18/08/2013	1/1/14	7 anos	13 408 303,00	5 788 000,00	2,17%	2,17%	5 664 000,00	1 155 479,38	6 819 479,38	75 564,95	76 320,46	2 832 000,00	439 043,66	5 378 000,00	5 788 000,00
	15/09/2013	1/1/14	7 anos	81 710 000,00	27 125 000,00	2,30%	2,30%	26 211 000,00	9 113 567,18	35 324 567,18	57 426,51	58 196,51	1 700 000,00	1 700 000,00	26 211 000,00	27 125 000,00
	08/10/2013	1/1/14	7 anos	20 578 000,00	10 189 500,00	2,18%	2,18%	10 289 500,00	1 932 331,99	12 221 831,99	125 071,15	12 346,72	1 000 000,00	1 000 000,00	10 189 500,00	10 189 500,00
	26/11/2013	1/1/14	7 anos	2 500 000,00	1 250 000,00	1,87%	1,87%	1 250 000,00	247 701,91	1 497 701,91	11 142,64	11 142,64	1 000 000,00	1 000 000,00	1 250 000,00	1 250 000,00
	27/11/2013	1/1/14	7 anos	1 500 000,00	1 000 000,00	1,69%	1,69%	1 000 000,00	131 171,21	1 131 171,21	15 931,25	15 931,25	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00
	27/12/2013	1/1/14	7 anos	1 500 000,00	1 000 000,00	3,19%	3,19%	1 000 000,00	33 831,18	1 033 831,18	2 532,30	2 532,30	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00
	28/12/2013	1/1/14	7 anos	721 189,25	471 158,67	2,89%	2,89%	471 158,67	88 741,17	559 899,84	2 168,08	2 168,08	1 000 000,00	1 000 000,00	471 158,67	471 158,67
	15/04/2014	1/1/14	7 anos	2 200 000,00	2 200 000,00	2,05%	2,05%	2 200 000,00	336 551,43	2 536 551,43	21 013,00	21 013,00	1 000 000,00	1 000 000,00	2 200 000,00	2 200 000,00
	24/04/2014	1/1/14	7 anos	2 288 413,33	2 288 413,33	2,16%	2,16%	2 288 413,33	224 179,38	2 512 592,71	28 172,25	28 172,25	1 000 000,00	1 000 000,00	2 288 413,33	2 288 413,33
	17/05/2014	1/1/14	7 anos	1 500 000,00	1 000 000,00	1,72%	1,72%	1 000 000,00	87 416,12	1 087 416,12	1 588,64	1 588,64	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00
	16/05/2015	1/1/14	7 anos	1 423 741,00	1 000 000,00	1,75%	1,75%	1 000 000,00	137 790,17	1 137 790,17	32 156,46	32 156,46	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00
	15/05/2015	1/1/14	7 anos	1 279 420,00	822 016,67	1,76%	1,76%	822 016,67	48 736,08	870 752,75	7 191,08	7 191,08	1 000 000,00	1 000 000,00	822 016,67	822 016,67
	15/09/2015	1/1/14	7 anos	3 094 970,00	2 379 115,63	1,90%	1,90%	2 379 115,63	133 800,24	2 512 915,87	25 877,41	25 877,41	1 000 000,00	1 000 000,00	2 379 115,63	2 379 115,63
	11/11/2015	1/1/14	7 anos	4 000 000,00	2 400 000,00	1,61%	1,61%	2 400 000,00	133 275,56	2 533 275,56	28 145,28	28 145,28	1 000 000,00	1 000 000,00	2 400 000,00	2 400 000,00
	13/07/2016	1/1/14	7 anos	2 267 471,00	2 267 471,00	2,00%	2,00%	2 267 471,00	202 458,13	2 469 929,13	35 719,23	35 719,23	1 000 000,00	1 000 000,00	2 267 471,00	2 267 471,00
	23/09/2016	1/1/14	7 anos	2 000 000,00	2 000 000,00	2,25%	2,25%	2 000 000,00	10 050,96	2 010 050,96	41 260,63	41 260,63	1 000 000,00	1 000 000,00	2 000 000,00	2 000 000,00
	13/12/2017	1/1/14	7 anos	2 500 000,00	2 500 000,00	0,55%	0,55%	2 500 000,00	13 880,00	2 513 880,00	11 226,67	11 226,67	1 000 000,00	1 000 000,00	2 500 000,00	2 500 000,00
	09/01/2018	1/1/14	7 anos	5 000 000,00	5 000 000,00	0,16%	0,16%	5 000 000,00	12 524,17	5 012 524,17	45 929,17	45 929,17	1 000 000,00	1 000 000,00	5 000 000,00	5 000 000,00
	09/01/2018	1/1/14	7 anos	1 477 000,00	1 477 000,00	0,83%	0,83%	1 477 000,00	5 709,51	1 482 709,51	48 025,21	48 025,21	1 000 000,00	1 000 000,00	1 477 000,00	1 477 000,00
	13/04/2019	1/1/14	7 anos	4 582 215,00	4 582 215,00	0,30%	0,30%	4 582 215,00	3 309,00	4 585 524,00	9 899,53	9 899,53	1 000 000,00	1 000 000,00	4 582 215,00	4 582 215,00
13/07/2019	1/1/14	7 anos	1 491 872,00	1 491 872,00	0,35%	0,35%	1 491 872,00	2 239,00	1 494 111,00	1 708,15	1 708,15	1 000 000,00	1 000 000,00	1 491 872,00	1 491 872,00	
19/09/2019	1/1/14	7 anos	1 503 000,00	1 503 000,00	0,15%	0,15%	1 503 000,00	3 743,50	1 506 743,50	1 083,33	1 083,33	1 000 000,00	1 000 000,00	1 503 000,00	1 503 000,00	
11/12/2019	1/1/14	7 anos	7 000 000,00	7 000 000,00	0,15%	0,15%	7 000 000,00	10 500,00	7 010 500,00	11 531,00	11 531,00	1 000 000,00	1 000 000,00	7 000 000,00	7 000 000,00	
				180 094 918,00	102 171 739,99			63 923 176,00	13 046 339,54	76 969 515,54	1 147 786,35	1 147 786,35	47 941 139,04	2 284 105,00	62 678 410,54	102 171 739,99

Desde 2013 a Transtejo tem vindo a aplicar um modelo de financiamento com recurso à contratação de empréstimos de médio e longo prazo junto do Estado Português, representado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Recorrendo à dotação orçamental inscrita no OE2013 retificativo, foi possível reestruturar toda a dívida de curto prazo contratada na banca comercial, contraindo para o efeito, uma operação de financiamento no montante de 118.625.000,00€, a reembolsar em 12 prestações semestrais de igual montante, com início em 31 de maio de 2014 e termo em 30 de novembro de 2019.

Este modelo de financiamento, possibilitado pela condição de Entidade Pública Reclassificada, tem-se mantido em vigor, tendo em 2014 sido celebrado novo contrato de financiamento a 7 anos, com as mesmas condições, no montante de 7.983.178,00€, destinando-se a cobrir necessidades de tesouraria corrente.



[Handwritten signatures and initials]

Em 2015, no âmbito do mesmo modelo de financiamento, o stock de dívida contratada foi reforçado em 11.697.700,00€.

Em 2016, através de Despacho nº626/16-SEATF de 06 de julho, foi autorizado novo reforço do stock de dívida contratada, tendo ocorrido 2 novos desembolsos, totalizando 4.267.721€.

Também em 2016 ocorreu uma operação de conversão em capital, dos créditos referentes ao serviço da dívida dos exercícios de 2015 e 2016 (aumento de capital em espécie no montante de 46.543.955,38€, contemplado os juros vencidos no montante de 5.671.759,04€ e amortizações no montante de 40.872.196,34€.

Em 2017, através de Despacho do Secretário de Estado do Tesouro de 22 de dezembro, foi autorizada a concessão de um empréstimo de médio e longo prazo para reforço da dívida contratada, no montante de 2.500.000€.

Ainda em 2017 ocorreu uma operação de conversão em capital, dos créditos referentes ao serviço da dívida do exercício de 2017 (aumento de capital em espécie no montante de 25.242.161,23€ (nota 21)), contemplado os juros vencidos no montante de 2.191.181,55€ e amortizações no montante de 23.050.979,68€.

No final de 2017, em consequência das operações acima descritas, o montante em dívida ao Estado ascendia a 81.150.422,99€.

Em 2018, através dos Despachos do Secretário de Estado do Tesouro nº518/18 - SET, de 3 de julho, e nº837/18 - SET, de 29 de outubro, foram autorizadas as concessões de dois empréstimos de médio e longo prazo para fazer face às necessidades de financiamento decorrentes da atividade operacional, nos montantes de 6.000.000€ em julho de 2018 e de 5.470.780€ em outubro de 2018, respetivamente.

Em 30 de Abril de 2019 foi atribuído pelo IGCP um empréstimo no valor de 4.553.215€, pelo prazo de 7 anos, no Despacho do Senhor Secretário do Estado do Tesouro nº 303/19 - SET, de 23 de abril.

Em 23 de julho de 2019 foi atribuído pelo IGCP um empréstimo no valor de 1.491.672,00€, pelo prazo de 7 anos, no Despacho do Senhor Secretário do Estado do Tesouro nº 562/19 - SET, de 28 de junho e nº 618/19-SET, de 4 de julho.

Em 19 de Setembro de 2019 foi atribuído pelo IGCP um empréstimo no valor de 1.500.000,00€, pelo prazo de 7 anos, no Despacho do Senhor Secretário do Estado do Tesouro nº 562/19 - SET, de 28 de junho e nº 618/19-SET, de 4 de julho.

Em 31 de dezembro de 2019 foi atribuído pelo IGCP um empréstimo no valor de 2.005.650,00€, pelo prazo de 7 anos, pelo Despacho do Senhor Secretário do Estado do Tesouro nº 1513/19 - SET, de 27 de dezembro.

Ainda em 2019, foi solicitado à Direção Geral de Tesouro e Finanças um diferimento do pagamento do serviço da dívida referente aos empréstimos contratados junto do IGCP. Nesse âmbito, foi diferido o pagamento de juros e amortizações vencidos em 31 de maio e em 30 de novembro de 2019, sem encargos financeiros adicionais.

Face a todas estas situações, no final de 2019, o montante em dívida ao Estado ascendia a 102.171.740€.

O detalhe destes empréstimos de acordo com o prazo de reembolso é apresentado na Nota 18.9.

Todos os empréstimos estão negociados em euros.

8 Propriedades de Investimento

Norma não aplicável.

9 Imparidade de ativos

As imparidades para clientes de cobrança duvidosa são avaliadas anualmente tendo em conta a avaliação dos riscos de cobrança dos respetivos saldos.

Ativos Financeiros	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Modelo Utilizado	
					Justo Valor	Valor de Uso
Dividas de Clientes	Gerador de caixa	352 858,58	275 399,49	77 459,09	-	Fluxos de Caixa
TOTAL		352 858,58	275 399,49	77 459,09		

O montante em imparidade, 275.399,49€, diz respeito, essencialmente, às entidades:

	Saldo 31/12/2018	Reforços	Reversões	Saldo 31/12/2019
Turisbuilding, Act Marítimo-Turísticas, S.A.	30 302,16	-	-	30 302,16
João Lagos Sports - Gestão de Eventos, S.A.	24 197,60	-	-	24 197,60
Bússola Perfeita, Unipessoal Lda	11 936,15	-	-	11 936,15
S. Energia	200,00	-	-	200,00
Damen Shipyards	183 019,18	-	-	183 019,18
Navalria - Docas Constr. Reparações Navais, S.A.	1 290,98	-	-	1 290,98
Outros	24 453,42	-	-	24 453,42
	275 399,49	-	-	275 399,49

A dívida ajustada em 31 de dezembro de 2019 respeita, essencialmente, ao montante de direitos aduaneiros de duas embarcações construídas pela sociedade holandesa Damen Shipyards, cuja regularização se encontra pendente de decisão por parte da Comissão Europeia (183.019,18 €) e às entidades: Turisbuilding (30.302,16€) e João Lagos (24.197,60€).

A antiguidade dos saldos vencidos com imparidade é superior a 24 meses.

10 Inventários

a) Política contabilística e método de custeio usado

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo.

O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os

direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e a mão de obra direta, incluindo ainda gastos de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

O Grupo adota o sistema do custo médio ponderado como fórmula de custeio dos seus inventários.

b) Quantia de inventários registada

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os inventários detalham-se conforme se segue:

Descrição	Quantia escriturada Inicial	Compras líquidas	Consumos / Gastos	Perdas por imparidade	Reversão de perdas por imparidade	Outras reduções de Inventários	Outras aumentos de inventários	Quantia escriturada final
Mercadorias								
Matéria-primas, subsidiárias e de consumo	1 034 968,65	10 564 356,54	7 258 361,21	582 674,82	31 827,83	2 464 173,54	-	1 325 943,45
Produtos acabados e intermédios								
Subprodutos, desperdícios, resíduos e rejeitos								
Produtos e trabalhos em curso								
Total	1 034 968,65	10 564 356,54	7 258 361,21	582 674,82	31 827,83	2 464 173,54	-	1 325 943,45

O valor dos inventários reconhecidos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, apresenta a seguinte decomposição:

	2019	2018
Combustíveis	156 568,48	152 131,22
Lubrificantes	33 123,79	26 084,59
Materiais de consumo	39 165,20	30 212,90
Fardamentos	24 600,20	23 165,50
Bilhetes	14 437,30	26 343,80
Sobresselentes	1 699 606,60	1 494 609,98
Materiais para reparações	188 373,13	144 179,74
Subtotal	2 155 874,70	1 896 727,73
Imparidades de inventários	(829 931,25)	(861 759,08)
Total inventários	1 325 943,45	1 034 968,65

A totalidade de itens registados em inventários encontra-se contabilizada pelo valor de realização líquido.

O valor dos inventários reconhecidos em 2019, como gasto e incluído na rubrica "custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 7.258.361,21€ (em 2018: 7.484.014,04€), dos quais 6.466.169,29€ correspondem a consumos de combustíveis (2018: 6.614.474,49€).

c) Quantia de inventários registada pelo justo valor menos custos de venda

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

d) Quantia de inventários reconhecida como gasto no período

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas é como segue:

Descrição	2019	2018
Combustíveis	6 466 169,29	6 614 474,49
Consumo de lubrificantes	124 671,98	113 011,87
Materiais de consumo	25 975,78	23 207,61
Fardamento	-	6 807,81
Consumo de sobressalentes	388 489,72	495 685,71
Consumo mat. Reparações	150 325,34	103 936,74
Consumo de bilhetes	102 729,10	126 889,61
Total	7 258 361,21	7 484 014,04

O montante de maior relevância corresponde aos consumos de combustível (gasóleo) realizado pelas embarcações na atividade de exploração. O decréscimo registado no custo deste consumo deve-se, principalmente, à redução do preço médio do gasóleo consumido (0,03€/L), passando de 0,57€/L, em 2018, para 0,54€/L, em 2019.

O apuramento do custo das matérias consumidas nos exercícios de 2019 e 2018 foi determinado como segue:

	2019	2018
Existências iniciais	1 034 968,65	965 728,50
Compras de materiais diversos	10 596 184,37	8 235 874,90
Regularização de existências	(3 046 848,36)	(682 620,71)
Existências finais	(1 325 943,45)	(1 034 968,65)
Gastos do exercício	7 258 361,21	7 484 014,04

e) Quantia de redução de inventários reconhecida como gasto no período

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

f) Quantia das perdas por imparidade e das reversões de inventários reconhecidas como um gasto do período

A evolução das perdas por imparidade acumuladas e das reversões de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é detalhada como se segue:

Imparidades	Saldo inicial 31.12.2018	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final 31.12.2019
Mercadorias					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	861 759,08	-	(31 827,83)	-	829 931,25
Produtos acabados e intermédios					
Produtos e trabalhos em curso					
Total	861 759,08	-	(31 827,83)	-	829 931,25

A imparidade de inventário acumulada corresponde aos sobressalentes da frota sem rotação e/ou obsoletos.

No exercício de 2019 foram efetuadas contagens físicas aos diversos armazéns, originando a reversão de imparidades.

g) Circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é reconhecida quando existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existam ou diminuam. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como “imparidade de inventários (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

h) Quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantias a passivos

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

11 Agricultura

Norma não aplicável.

12 Contratos de construção

Norma não aplicável.

13 Rendimentos de transações com contraprestação

a) Política contabilística e métodos adotados

VENDAS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados:

- i) Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- ii) Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- iii) Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- iv) Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- v) Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de concretização da prestação de serviços à data do balanço.

JUROS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

b) Quantia de cada categoria de Rendimentos

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, têm a seguinte decomposição:

Rendimento	31.12.2019	31.12.2018
Prestação de Serviços	18 467 460,85	17 924 299,88
Venda de bens	-	-
Outros rendimentos	1 973 650,08	1 868 942,44
Juros	-	-
Total	20 441 110,93	19 793 242,32

O montante de Prestações de serviços reconhecidos tem o seguinte detalhe:

Descrição	2019	2018
Tráfego de passageiros		
Apoio PART	i) 1 973 624,38	-
Bilhetes	ii) 3 376 870,98	4 134 313,08
Intermodais	iii) 1 036 815,78	4 032 941,67
Passes próprios	iv) 643 587,99	1 387 106,80
Combinados	v) 1 476 890,94	5 355 238,18
Zapping	vi) 2 453 070,28	2 842 608,22
Bilhete 24h	vii) 120 589,85	103 089,01
Navegante Metropolitano	i) 7 223 022,84	-
Navegante Municipal	l) 93 754,90	-
Tráfego de veículos	viii) 65 394,81	65 486,52
Aluguer de embarcações	ix) 2 200,00	1 550,00
Outros	1 638,10	1 966,40
Total prestações de serviços	18 467 460,85	17 924 299,88

- i) **Bilhetes:** rendimentos de títulos de transporte para viagens ocasionais (carregamentos de cartões Viva Viagens e em máquinas de venda automática).
- ii) **Intermodais; Navegante Metropolitano e Navegante Municipal:** rendimentos de passes de transporte que podem ser utilizados em diversos operadores de transporte público.
- iii) **Passes próprios:** passes mensais exclusivos para carreiras Transtejo/Soflusa.
- iv) **Combinados:** sistema de passes que permitem a realização de viagens entre um conjunto limitado de operadores de transporte.
- v) **Zapping:** sistema de aquisição de viagens que permite aos passageiros ocasionais utilizar os serviços da Transtejo, Soflusa, Carris e Metro mediante carregamento de valores em suporte Viva Viagens.
- vi) **Bilhete 24h:** rendimentos de títulos de transporte válidos por um dia para um número ilimitado de viagens.

vii) **Tráfego de veículos:** serviço de transporte de veículos em ferryboats na ligação Belém-Trafaria-Porto Brandão.

viii) **Aluguer de embarcações:** alugueres pontuais de embarcações a terceiros.

O montante reconhecido em Outros Rendimentos diz respeito a rendimentos suplementares e tem o seguinte detalhe:

Descrição	2019	2018
Outros rendimentos		
Aluguer de espaços e outros	591 682,95	604 070,37
Cedências	60 356,23	83 983,36
Concessão/protocolo	584 064,85	498 865,32
Cartões para passes e outros	711 245,65	540 519,20
Ganhos em alienações	-	83 437,20
Outros	26 300,40	58 066,99
	1 973 650,08	1 868 942,44

A rubrica "Outros rendimentos" decompõe-se essencialmente em: rendimentos referentes ao aluguer de espaços nas suas instalações (terminais, parques de estacionamento e administrativas), à venda de cartões para carregamento de títulos de transporte e a concessão da atividade de passeios turísticos, efetuados diariamente no Tejo.

c) Rendimentos provenientes da troca de bens ou serviços

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

14 Rendimentos de transações sem contraprestação

14.1. Divulgação das classes de rendimentos sem contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados:

Rendimentos	31.12.2019	31.12.2018
Subsídios obtidos	3 226 119,76	1 953 195,23
Indemnizações Compensatórias	2 773 239,47	1 333 018,01
Compensação 4/18 e Sub 23	267 547,28	311 983,91
Compensação Passe Social +	185 333,01	308 193,31
Outros Rendimentos	2 365 219,97	2 227 272,96

O valor na rubrica "Outros Rendimentos" inclui o valor de imputação de subsídios para investimentos, conforme quadro seguinte:

Quantias dos subsídios reconhecidos na demonstração de resultados e no balanço		Período de 2019			Período de 2018		
		Demonstração de Resultados	Balanço		Demonstração de Resultados	Balanço	
			Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em gastos do período		Quantias reconhecidas no capital	Imputadas em outros rendimentos e ganhos
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos						
	DGTT Nova Interface Seixal	79 807,68	79 807,68	2 154 806,04	79 807,68	79 807,68	2 234 614,67
	Feder PIDDAC - C. Spixalinho	96 927,24	96 927,24	3 190 520,23	96 927,24	96 927,24	3 287 447,47
	PIDDAC - Ferries Novos	398 818,92	398 818,92	4 387 508,68	398 818,92	398 818,92	4 785 827,60
	PIDDAC - T. P. Carilhas I	-	-	-	16 750,00	16 750,00	-
	SGMAMB - Remot. Campolide	15 302,00	15 302,00	210 555,96	-	-	225 857,96
	SGMAMB - Remot. Sé	21 854,37	21 854,37	406 333,13	-	-	430 192,50
	SGMAMB - Impliment. WI-FI	3 544,14	3 544,14	195 405,40	-	-	198 949,54
	FA - Transporte Bicicletas	650,26	650,26	88 149,74	-	-	-
	SGMAMB - Renovação MAVE	1 603,39	1 603,39	169 758,57	-	-	-
	SGMAMB - Rep. Pontão Ribeira	10 698,15	10 698,15	194 706,34	-	-	-
	SGMAMB - Aplicação Incentivos	1 430,56	1 430,56	61 914,44	-	-	-
	SGMAMB - MPPS Navio Lisboense	8 733,33	8 733,33	335 010,65	-	-	-
	SGMAMB - Calvas Redutoras Lisboense	2 066,93	2 066,93	69 077,64	-	-	-
	Damão de Gons (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	195 707,52	195 707,52	750 684,18	195 707,52	195 707,52	946 391,70
	Miguel Torga (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	197 615,76	197 615,76	856 843,47	197 615,76	197 615,76	1 054 459,23
	Fernando Namora (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	197 842,20	197 842,20	857 864,26	197 842,20	197 842,20	1 055 703,46
	Gil Virente (LUL II - 50% / PIDDAC - 31%)	197 864,04	197 864,04	857 254,93	197 864,04	197 864,04	1 055 017,06
	Lurje Sarna (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	192 604,68	192 604,68	855 589,53	192 604,68	192 604,68	1 028 194,23
	Almeida Garrett (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	192 746,64	192 746,64	835 331,59	192 746,64	192 746,64	1 028 079,23
Fernando Pessoa (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	192 828,60	192 828,60	915 201,30	192 828,60	192 828,60	1 108 119,90	
Metro Quental (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	196 227,96	196 227,96	930 540,32	196 227,96	196 227,96	1 126 768,28	
FA - Transporte Bicicletas	325,00	325,00	30 875,00	-	-	-	
FA - Aumento de Lotação	0,00	0,00	809 000,00	-	-	-	
Total	2 205 204,37	2 205 204,37	19 136 018,31	2 155 241,24	2 155 241,24	19 566 232,68	

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos em exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 têm a seguinte decomposição no balanço:

Balanço	Ano 2019	Ano 2018
Activos Sujeitos a restrições		
Contas a Receber de transações sem contraprestação	104 295,16	157 358,43
Adiantamento de recebimentos de transações sem contraprestação		
Passivos relacionados com ativos transferidos sujeitos a condições		
Passivos relativos a empréstimos bonificados sujeitos às condições dos ativos transferidos		
Passivos perdoados		

O valor indicado corresponde a um valor a receber de subsídios à exploração referente a valores que transitaram de compensações de 4_L18 e sub23 e Social+, conforme informação recebida por parte da Secretaria Geral do Ministério do Ambiente.

14.2. Outras divulgações

a) Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de rendimentos provenientes de transações sem contraprestação

O valor mais significativo registado nesta rubrica, em 2019, corresponde às indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado Português como contrapartida das obrigações assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. As verbas atribuídas, registadas nesta conta pelo seu valor líquido de IVA, correspondem ao montante atribuído à Transtejo e à sua participada Soflusa pela Entidade Coordenadora do Programa Orçamental (Secretaria Geral do Ministério do

Ambiente). Este montante, inscrito no Orçamento de Estado de cada um dos anos em referência. Em 2019 aprovado pela Lei nº 71/2018 de dezembro, foi fixado por distribuição de *plafond*, de acordo com a RCM nº156/2019 e RCM nº 150/2018 respetivamente.

À data da preparação destes documentos de prestação de contas, são conhecidos os seguintes desenvolvimentos relativamente ao novo contrato de serviço público celebrado entre a Transtejo e o Estado Português: Assinatura em 07 de outubro de 2020, tendo obtido visto prévio do Tribunal de Contas em 24 de fevereiro de 2021.

Este contrato, tem subjacente a subcontratação pela Transtejo à Soflusa, da exploração da ligação fluvial Lisboa – Barreiro. Tratando-se de um contrato plurianual (a celebrar pelo período de 5 anos), carece de Portaria de Extensão de Encargos, tendo a mesma sido aprovada em 15 de junho de 2021 (Portaria 230-A/ 2021). Nesta sequência, encontrando-se fixados e aprovada a repartição dos encargos plurianuais a assumir pela Transtejo, SA, ao abrigo do Contrato de subcontratação à Soflusa, SA, do Serviço Público de Transporte Fluvial de Passageiros, será celebrado o Contrato de Subcontratação do Serviço Público de Transporte Fluvial de Passageiros entre a Transtejo, S.A. e a Soflusa, S.A.: O referido subcontrato será ainda submetido a visto prévio do Tribunal de Contas.

Conforme determinado, o CSP celebrado entre a Transtejo e o Estado Português, entrou em vigor no dia seguinte à obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas, tendo ocorrido a transferência das compensações financeiras devidas pela prestação do serviço público, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2021.

Como forma de enquadramento, destacam-se, nas obrigações do serviço público subjacentes ao CSP:

- Assegurar a oferta do número de circulações anuais, de acordo com a especificação definida o no contrato;
- Praticar, nos termos da legislação em vigor, preços de transporte controlados administrativamente, nos termos da legislação em vigor;
- Assegurar o transporte das pessoas e entidades com direito de transporte gratuito ou a preços bonificados, nos termos da legislação em vigor.

Contempla ainda a determinação do montante das compensações financeiras a atribuir pelo cumprimento das obrigações de serviço público (OSP) – componente variável, em função dos níveis de oferta aferidos em navios-km, e uma compensação fixa anual, pela disponibilização de infraestruturas em condições de segurança e qualidade e operacionalidade estabelecidas (DI).

b) Bases em que foi mensurado o justo valor dos recursos que fluíram para a entidade

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

c) Para as principais classes de réditos de impostos que a entidade não tenha podido mensurar com fiabilidade durante o período em que o acontecimento tributável ocorra, informação acerca da natureza desses impostos

Nada a reportar nos exercícios em apreço.



[Handwritten signatures and initials]

d) A natureza e tipo das principais classes de legados, ofertas e doações, evidenciando separadamente as principais classes de bens em espécie recebidos

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

14.3. Serviços em espécie recebidos, incluindo os não reconhecidos

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

15 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1. Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verificam cumulativamente as seguintes situações:

- i) Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii) Seja provável que um ex-fluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- iii) Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro em 2019 e 2018, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

Provisões	Saldo inicial 31.12.2018	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final 31.12.2019
Impostos		81,96			81,96
Contribuições					
Juros de mora					
Garantias a clientes					
Processos judiciais em curso	880 058,18	197 065,99	(30 000,01)	(6 000,00)	1 041 124,16
Acidentes de trabalho e doenças profissionais					
Matérias ambientais	93 000,00	60,00	(26 425,00)		66 635,00
Contratos onerosos					
Reestruturação					
Outras Provisões					
Total	973 058,18	197 207,95	(56 425,01)	(6 000,00)	1 107 841,12

Em 2019, foram revertidas provisões no total de 56.425,01€. Este montante é referente às provisões que estavam constituídas para o Sindicato dos transportes Fluviais, Costeiros e da Marinha Mercante, com uma redução de 30.000,01€ e a provisão para Matérias Ambientais com uma redução de 26.425,00€.

Em 2019 foram reforçadas as provisões para processos judiciais em curso no montante total de 197.125,99€, respeitante às ações intentadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Fluviais, Costeiros e da Marinha Mercante (30.600,00€) e por trabalhadores ao serviço das empresas (166.465,99€), que vêm reclamar o pagamento dos valores referentes a diferenças salariais.

15.2. Breve descrição da natureza das obrigações e momento esperado de quaisquer ex-fluxo de benefícios económicos esperados ou de potencial de serviço

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

15.3. Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2019 o Grupo não tinha qualquer passivo contingente a reportar. Porém, salienta-se o risco de encargos futuros associados aos processos judiciais referidos no ponto anterior, para os quais se encontra constituída provisão.

15.4. Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2019 o Grupo não tinha quaisquer ativos contingentes a reportar.

16 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

O Grupo reconhece as transações em moeda estrangeira às taxas de câmbio das datas das referidas transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas para as taxas de câmbio da data de fecho.

Os itens não monetários mensurados ao custo histórico por uma moeda estrangeira mantêm o valor transposto à data da transação, não sendo atualizados. Os itens não monetários mensurados ao justo valor numa moeda estrangeira são atualizados para as taxas de câmbio à data em que os justos valores foram determinados.

16.1. Diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

As diferenças de câmbio resultantes de transposições atrás referidas são reconhecidas nos resultados do período em que ocorram.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não existiam diferenças de câmbio registadas.

16.2. Moeda de apresentação

A moeda de apresentação é o Euro

17 Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão de 21 de outubro de 2021 pelo Conselho de Administração.

A aprovação deste documento de prestação de contas, decorre num contexto de pandemia internacional, qualificada pela Organização Mundial de Saúde, devido à situação de emergência de saúde pública, ocasionada pelo surto da doença Covid-19, provocada pelo novo Coronavírus.

De uma forma particular e à semelhança dos outros países da União Europeia, foi decretado pelo Presidente da República, em 18 de março de 2020, o estado de emergência (Decreto do Presidente da República nº 14-A/2020), que foi objeto de regulamentação pelo Decreto do Governo nº 2-A/2020 de 20 de março, tendo o mesmo sido sucessivamente renovado, com fundamento na evolução da situação de calamidade pública. Todas as ações foram sendo enquadradas pela intervenção do Governo, através da implementação de medidas orientadas para a contenção dos impactos sociais e económicos decorrentes do surto epidémico, promovendo o apoio às empresas, aos trabalhadores e à sociedade em geral. Todas as medidas foram acompanhadas de enquadramento legislativo, com destaque para sucessivas Resoluções do Conselho de Ministros e Decretos da Assembleia da República.

Ao nível dos transportes públicos de passageiros e salientando o impacto direto na atividade da Transtejo, foram determinadas medidas essenciais para garantir os serviços indispensáveis à mobilidade e liberdade de circulação das pessoas, destacando-se o Despacho do Senhor Ministro do Ambiente nº 3547-A/2020 de 22 de março, através do qual foram fixados limiares de oferta de serviço público e condições de operação a cumprir pelos operadores de transporte.

Pelo exposto, assiste-se a uma significativa redução da atividade económica e ameaça dos impactos financeiros, decorrentes da atual situação, ainda não totalmente conhecidos e avaliados, mas antevendo-se, essencialmente, provocados pela redução de receitas diretas de exploração e aumento de custos decorrentes da adoção de medidas de prevenção e mitigação da pandemia. Não obstante, merece destaque o cumprimento da atividade da Transtejo, assegurando um serviço público essencial à comunidade, pelo que encontra enquadramento no conjunto de medidas de apoio financeiro anunciadas pelo Decreto-Lei nº 14-C/2020 de 07 de abril.

Embora não sendo possível apurar a totalidade dos efeitos diretos e indiretos, atuais ou potenciais, do presente contexto que se vive a nível mundial, é nossa convicção que os desenvolvimentos futuros da atual situação, não constituirão impactos financeiros com materialidade relevante que implique alteração aos documentos de prestação de contas agora apresentados.

Apesar destas circunstâncias negativas não se prevê qualquer incumprimento de obrigações legais e fiscais por parte da Transtejo. Deste modo, a Transtejo considera que este evento não implica ajustamentos às Demonstrações financeiras apresentadas a 31.12.2019.

No âmbito da referência aos acontecimentos após a data de relato, cumpre ainda salientar os desenvolvimentos decorrentes da aplicação do Decreto-Lei n.º 121/2019, de 22 de agosto, que estabelece o regime aplicável às empresas locais de natureza metropolitana de mobilidade e transportes nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Ao abrigo do mencionado Decreto-Lei, foi determinada a constituição e registo comercial da TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T, S.A com efeitos a 17 de fevereiro de 2021, e a dissolução do agrupamento complementar de empresas OTLIS, ACE e a transmissão do seu património para a AML.

Salienta-se que em 23 de dezembro de 2020, o Tribunal de Contas já tinha emitido vislo à constituição da TML em sede de processo de fiscalização prévia.

Por força do artigo 12.º do referido Decreto-Lei, na data de constituição e registo comercial da TML, era suposto que a OTLIS fosse dissolvida e liquidada mediante transmissão global do respetivo património para a TML, com efeito imediato após a dissolução. Para o efeito a AML solicitou a consultores especializados a elaboração de um estudo de avaliação do património da OTLIS, bem como a uma ação de auditoria à OTLIS, tendo em vista retratar fielmente a sua situação contabilística, financeira e fiscal;

Nessa sequência, o Conselho Metropolitano de Lisboa aprovou, através da Deliberação adotada sobre a Proposta n.º 235/CEML/2020, os termos de referência para o acordo relativo à contrapartida devida pela transmissão para a TML do património da OTLIS, pelo que foi acordado e reciprocamente aceite o acordo de princípio relativo à Contrapartida a pagar pela transmissão global do património da OTLIS, regendo-se pela legislação aplicável e por uma cláusula única, através da qual as partes acordaram que

o valor da Contrapartida a pagar pela transmissão do património da OTLIS é de €5.594.051,00 (cinco milhões, quinhentos e noventa e quatro mil e cinquenta e um euros), nos termos do artigo 12.º, n.º 3, do Decreto-Lei.

A regulação do modo, termos e prazo de pagamento da Contrapartida, consolidando as negociações ocorridas, foi objeto de acordo celebrado entre os Membros da OTLIS e a TML, tendo através da sua Cláusula 1ª, ficado estabelecida a obrigação da TML de proceder ao pagamento por transferência bancária dos montantes devidos a cada um dos operadores (€799.150,14, correspondendo a 1/7 do valor global da contrapartida). Salienta-se que à data da preparação desta informação, a referida operação de transferência ainda não se encontrava concretizada.

No final do mês de julho de 2021, foi dado a conhecer ao Conselho de Administração o Despacho nº 650/2021 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro de 21-07-2021, homologando o Relatório nº 62/2021 da IGF referente à Auditoria de Seguimento ao Grupo Transtejo, sobre o cumprimento das recomendações formuladas no relatório nº 1786/2016. Este Despacho foi dirigido ao Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática e a Senhor Secretário de Estado da Mobilidade.

A Auditoria em apreço incidiu sobre a verificação do cumprimento pela Transtejo e Soflusa, do contrato de prestação de serviço público, celebrado com o Estado Português, vigente entre 2012 a 2014. Recomenda a IGF, que seja promovida a articulação entre o Grupo Transtejo e o Acionista, no sentido da adoção do mecanismo que se mostre mais adequado, atendendo às dificuldades financeiras das empresas, para a resolução de alegada pendência relativa à regularização de compensações financeiras recebidas em excesso, no montante de 730.331,36 € (acrescido de IVA).

À data da preparação destes documentos de prestação de contas, este assunto encontra-se em apreciação, tendo sido estabelecidos, conforme sugerido, contactos com o acionista no sentido de desencadear a articulação necessária à sua resolução, salvaguardando os impactos financeiros e orçamentais.

Após o encerramento do período, e até à data da elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas e nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

18 Instrumentos financeiros

18.1. Políticas contabilísticas e bases de mensuração

Os ativos e passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidos pelo Grupo quando este se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, cujos retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo casos de risco de crédito), são mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas. São também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os contratos

para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos.

Os demais instrumentos são mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados e os custos de transação na mensuração inicial destes ativos ou passivos financeiros.

As políticas de mensuração de instrumentos financeiros não são alteradas enquanto os mesmos permanecerem na posse do Grupo.

10.2. Quantia escriturada dos ativos financeiros e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as categorias de ativos e passivos financeiros estão detalhadas conforme segue:

	Notas	31/12/2019			31/12/2018		
		Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia líquida	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia líquida
Ativos Financeiros							
Caixa e equivalentes a caixa							
Caixa		97 431,35	-	97 431,35	84 339,80	-	84 339,80
Depósitos bancários		9 176 014,95	-	9 176 014,95	7 610 938,54	-	7 610 938,54
		9 273 446,30		9 273 446,30	7 695 278,34		7 695 278,34
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado:							
Acionistas/sócios							
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	g)	196 000,00	-	196 000,00	-	-	-
Ativos correntes							
Clientes	a)	235 441,16	(90 889,33)	144 551,83	428 745,40	(290 664,90)	138 080,50
Estado e Outros Entes Públicos	fl	958 884,50	-	958 884,50	1 642 686,60	-	1 642 686,60
Acionistas/sócios							
Outras contas a receber	b)	701 685,45	(105 505,55)	596 179,90	2 196 409,53	(90 249,96)	2 106 159,57
Diferimentos	e)	16 215,30	-	16 215,30	34 429,89	-	34 429,89
		2 108 226,41	(196 394,88)	1 911 831,53	4 302 271,42	(380 914,86)	3 921 356,56
		11 381 672,71	(196 394,88)	11 185 277,83	11 997 549,76	(380 914,86)	11 616 634,90
Passivos Financeiros							
Passivos financeiros ao custo amortizado							
Passivos não correntes							
Financiamentos bancários		28 139 810,50	-	28 139 810,50	44 680 002,82	-	44 680 002,82
		28 139 810,50		28 139 810,50	44 680 002,82		44 680 002,82
Passivos correntes							
Fornecedores	c)	181 428,85	-	181 428,85	757 068,44	-	757 068,44
Financiamentos bancários		74 031 929,49	-	74 031 929,49	47 941 200,17	-	47 941 200,17
Estado e Outros Entes Públicos	f)	379 550,80	-	379 550,80	495 865,92	-	495 865,92
Fornecedores de Investimento		33 811,77	-	33 811,77	206 369,64	-	206 369,64
Outras contas a pagar	d)	7 490 429,03	-	7 490 429,03	7 544 856,59	-	7 544 856,59
Diferimentos	e)	430 310,59	-	430 310,59	554 395,80	-	554 395,80
Acionistas/sócios							
		82 547 460,53		82 547 460,53	57 499 756,56		57 499 756,56
		110 687 271,03		110 687 271,03	102 179 759,38		102 179 759,38

a) Clientes: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de terceiros relacionados com protocolos celebrados com entidades públicas (concessão de viagens, repartição de receitas de passes intermodais, etc.).

b) Outras Contas a receber: A decomposição da rubrica de “Outras contas a receber”, é como segue:

Descrição	Obs.	2019	2018
Outros devedores	i)	261 891,27	774 656,96
Pessoal	ii)	40 259,42	82 987,61
Perdas de imparidade		(105 505,55)	(90 249,93)
Outros Devedores		196 645,14	767 394,64
Rendimentos a reconhecer no período		68 684,63	69 541,51
Indemnizações compensatórias		93 257,90	157 358,43
Otlis - Operadores Trans. Região Lisboa		35 755,15	12 207,94
Operadores Repartição		21 593,68	929 780,82
Indemnizações a receber de seguradoras		900,00	10 675,00
Sinistros em regularização		136 367,43	100 150,56
Outros		11 154,48	18 596,87
Acréscimos de rendimentos		367 713,27	1 298 311,13
Gastos a reconhecer		31 821,49	40 453,80
Gastos diferidos		31 821,49	40 453,80
Total		596 179,90	2 106 159,57

i) Outros devedores: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os saldos da rubrica de Outros devedores apresentam a seguinte decomposição:

		2019			2018		
		Valor bruto	Imparidade	Total	Valor bruto	Imparidade	Total
Caistejo - Actividades Hoteleiras, Lda.	a)	61 904,48	(61 904,48)	-	61 904,48	(61 904,48)	-
Manuel Rui Azinhais Nabeiro, Lda.	b)	20 825,00	(20 825,00)	-	20 825,00	(20 825,00)	-
Cristina de Jesus Vaz da Costa	c)	1 523,04	(1 523,04)	-	1 523,04	(1 523,04)	-
Outros	d)	177 638,75	(21 253,03)	156 385,72	690 404,44	(5 997,41)	684 407,03
Total		261 891,27	(105 505,55)	156 385,72	774 656,96	(90 249,93)	684 407,03

- a) O saldo a receber refere-se a rendas por ocupação de espaço de restauração a bordo dos catamarãs da Empresa e em terminais, encontrando-se registada uma perda por imparidade correspondente à sua totalidade. Durante o primeiro semestre de 2012 a Empresa rescindiu o contrato com este concessionário, encontrando-se em curso processo judicial associado a este contrato;
- b) Foi constituída uma perda por imparidade na totalidade do saldo referente a um débito datado de 2005, relacionado com a comercialização, pelo concessionário Actual em regime de exclusividade dos cafés marca DELTA;
- c) Foi constituída uma perda por imparidade na totalidade do saldo referente a débitos de 2013 relacionados com a licença de ocupação de espaços por este concessionário;
- a) Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica “Outros” compreende, essencialmente, saldos a receber da MOP - Multimédia Outdoors Portugal (18.265,78€); Carristur - Inovação Transp. Urb. Reg. Unip Lda (11.817,91€); Eurest - Soc Europeia de Restaurantes, Lda (14.525,25€);

Calado e Brito (13.607,09€); EMPARK PORTUGAL (14.642,84€). Este saldo tem contrapartida nos diferimentos passivos.

- ii) Pessoal: Esta rubrica é constituída, essencialmente, por adiantamentos de valores aos colaboradores, a título de posterior regularização por parte da Segurança Social e da Companhia de Seguros (subsídios de doença e sinistros).

c) Fornecedores: Os saldos mais significativos são como segue:

Descrição entidade	2019	2018
Lusitânia	38 922,60	-
Operandus, Lda.	36 777,00	-
OTLIS	22 546,96	16 211,49
Companhia Carris Ferro Lisboa	13 308,34	271 983,18
Soc. Consultores marítimos, Lda	12 942,18	108 510,91
Galp Power, S.A.	4 463,04	-
Faster Ways	3 444,00	-
Fórum Seleção	2 659,05	-
HR - Aluguer Automóveis	1 671,50	1 739,20
Capitania do Porto de Lisboa	-	1 424,94
Cecílio & Carlos Sanfins, Lda.	-	41 364,90
Informantem, SA.	-	159,90
Petrogal	-	198 637,20
Prosegur - Log. Trat. Val. Portugal, Unipessoal, L	-	3 692,92
Rinave-Reg. Internacional Naval, SA.	-	4 385,74
Rodoviária de Lisboa	-	25 585,19
Serv. Mun. Transportes Coletivos do Barreiro	-	-
TNOLEN, Lda.	-	460,02
Transportes Sul do Tejo, SA	-	-
Triângulo d'Idelas, Lda.	-	1 142,31
Outras entidades	44 694,18	81 770,54
Total	181 428,85	757 068,44

d) Outras contas a pagar:

Descrição	Nota	2019	2018
Credores diversos	i)	2 762 812,50	2 770 788,13
Outros credores		2 762 812,50	2 770 788,13
Juros a pagar	ii)	2 911 794,60	1 754 008,27
Remunerações a pagar	iii)	1 646 202,89	1 756 632,57
Outros	iv)	169 619,04	1 263 427,62
Acréscimo de gastos		4 727 616,53	4 774 068,46
Total		7 490 429,03	7 544 856,59

- i) Credores Diversos: Os saldos mais significativos referem-se a valores em aberto para com a DGTF (2.650.239,56€), montante a regularizar no âmbito do acordo celebrado em 2014 entre o Estado Português, Metropolitano de Lisboa, E.P.E, e Transtejo, referente à transmissão de titularidade do Terminal Fluvial do Cais do Sodré, apurado pela diferença entre o valor do imóvel relevado no

referido acordo apurado pelo custo histórico (13.575.239,56€) e a avaliação do mesmo apurada em 2015, no valor de (10.925.000,00€), que, conforme estabelecido no âmbito da referida operação, deveria ter sido objeto de regularização no momento da primeira operação de aumento de capital da Transtejo a regularizar pelo Estado em 2015.

A Transtejo já solicitou à DGTF a reapreciação desta pendência, sobre a qual se aguardam desenvolvimentos;

- ii) Juros a pagar – especialização dos encargos financeiros devidos pelos contratos de empréstimo com a DGTF;
- iii) Remunerações a pagar – especialização de encargos de colaboradores, por conta de direitos adquiridos e reconhecidos durante o ano. A estimativa respeita a gastos com férias, encargos sociais e abonos variáveis, como sejam subsídios de refeição, prémio de assiduidade, entre outros;
- iv) Outros – diz respeito, à repartição de receita com outros operadores de transporte e à especialização de licenças de ocupação.

e) Diferimentos: Especialização das receitas de carregamentos de passes intermodais, passes próprios, combinados e zapping, obtidas em dezembro, referentes a janeiro do ano seguinte.

f) Estado e Outros Entes Públicos:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os saldos da rubrica de Estado e outros entes públicos apresentam a seguinte decomposição:

	2019		2018	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
IRC - Imposto s/ rendimento das pessoas coletivas	122 746,89	-	122 746,89	-
Retenções na fonte de prediais	-	3 107,05	-	-
Imposto a recuperar	53 891,35	-	48 746,05	-
Imposto a pagar	-	3 684,42	-	23 315,97
IRS - Imposto s/ rendimento das pessoas singulares	-	120 653,66	-	212 574,12
IVA - Imposto s/ valor acrescentado	782 246,26	-	1 471 193,66	-
Contribuições p/ segurança social	-	248 020,20	-	256 293,03
Outras tributações	-	4 085,47	-	3 682,80
Total	958 884,50	379 550,80	1 642 686,60	495 865,92

Em 31 de dezembro de 2019, o valor de IVA a receber ascendia a 782.246,26€, cujo reembolso, no montante de 610.000,00€ foi solicitado em novembro de 2019 (100.000,00€), em dezembro de 2019 (180.000,00€) em janeiro de 2020 (150.000,00€) e fevereiro de 2020 (180.000,00€), valor que foi recebido na totalidade entre janeiro e abril de 2020.

Os valores credores identificados correspondem a saldos de natureza corrente para com os Centros Regionais de Segurança Social (contribuições do pessoal e da entidade empregadora para a Segurança Social) e ainda retenções de Impostos Sobre o Rendimento sobre entidades terceiras.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.



[Handwritten signatures and initials]

Imposto sobre o rendimento corrente

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os montantes a receber e a pagar relativos a IRC têm a seguinte composição:

	2019	2018
Imposto a recuperar	53 891,35	48 746,05
Imposto a pagar	(3 684,42)	(23 315,97)
Total	50 206,93	25 430,08
Estimativa de imposto a pagar	(3 684,42)	(23 315,97)
Retenções na fonte de terceiros	53 891,35	48 746,05
Total	50 206,93	25 430,08

O montante relativo à estimativa de imposto corrente sobre o rendimento foi registado por contrapartida das seguintes rubricas:

	2019	2018
Tributação Autónoma	(3 684,42)	(23 315,97)
	(3 684,42)	(23 315,97)

As Empresas são tributadas individualmente em sede de IRC não sendo aplicado o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social até 2013), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais das Empresas dos anos de 2015 a 2019 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração das Empresas entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas as Empresas encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Prejuízos fiscais	2019	2018
Gerados no exercício de 2019	9 531 429,09	-
Gerados no exercício de 2018	13 242 727,47	13 242 727,47
Gerados no exercício de 2017	10 020 870,21	10 020 870,21
Gerados no exercício de 2016	9 916 048,72	9 916 048,72
Gerados no exercício de 2015	7 088 014,40	7 088 014,40
	49 799 089,89	40 267 660,80

As Empresas não reconhecem ativos impostos diferidos, em virtude da existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização de tais prejuízos a reportar.

As empresas encontram-se sujeitas ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa de 21% sobre a matéria coletável, acrescida de Derrama Municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, perfazendo uma taxa agregada de 22,5%.

Nos termos do artigo 87º - A do Código do IRC, os lucros tributáveis que excedam os 1,5 milhões de Euros são sujeitos a Derrama Estadual à taxa de 3%, 5% para entidades com um lucro tributável entre 7.500.000€ e 35.000.000€ e 9% para entidades com um lucro tributável superior a 35.000.000€. Em resultado das modificações introduzidas pela lei nº 82 - B/2014 de 31 de dezembro, que alterou: (i) o artigo 87º do Código do IRC e (ii) o art.º 52 do Código do IRC, a partir de 2015 inclusive, a taxa de IRC passou para 21%; a dedução dos prejuízos fiscais foi limitada a 70% do lucro tributável, sendo estendido para 12 anos o período de reporte de prejuízos fiscais apurados a partir de 2014. A lei nº 7-A/2016 de 30/3 alterou a redação do nº1 do art.º 52º do CIRC, com efeito aos prejuízos apurados em 2017, a dedução do prejuízo apurado no ano de 2017 poderá ser utilizada apenas em 5 anos.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas as Empresas encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Em 31 de dezembro de 2019 existia uma diferença temporária relativa a prejuízos a reportar no valor de 49.799.089,89€ (2018: 40.267.660,80€). A Empresa não reconhece os ativos por impostos diferidos, em virtude da existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização de tais prejuízos a reportar.

g) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis: Valor por receber do fundo ambiental, referente aos protocolos celebrados para adaptação para transporte de bicicletas e aumento da lotação.

18.3. Bases de determinação do justo valor

Nada a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

18.4. Instrumentos de capital próprio cuja mensuração do justo valor deixou de ser fiável

Nada a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

18.5. Ativos financeiros transferidos que não se qualificaram como desreconhecimento

Nada a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

18.6. Ativos financeiros dados em garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes

Nada a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

18.7. Situações de incumprimento para empréstimos obtidos reconhecidos à data do balanço

Nada a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

18.8. Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo obtidos que impliquem pagamento acelerado

Nada a reportar referente aos exercícios de 2019 e 2018.

18.9. Dívidas superiores a 5 anos e dívidas cobertas por garantias reais

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros da Transtejo por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela correspondem a fluxos de caixa contratuais não descontados:

31 de dezembro de 2019	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos obtidos não correntes				
Empréstimos Obtidos	74 031 929,49	23 044 501,50	5 095 309,00	102 171 739,99
Outros passivos não correntes	-	-	-	-
Financiamento obtidos correntes				
Fornecedores	181 428,85	-	-	181 428,85
Outras contas a pagar	7 490 429,03	-	-	7 490 429,03
Diferimentos	430 310,59	-	-	430 310,59
	82 134 097,96	23 044 501,50	5 095 309,00	110 273 908,46
<hr/>				
31 de dezembro de 2018	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos obtidos não correntes				
Empréstimos Obtidos	47 941 200,17	42 768 206,15	1 911 796,67	92 621 202,99
Outros passivos não correntes	-	-	-	-
Financiamento obtidos correntes				
Fornecedores	757 068,44	-	-	757 068,44
Outras contas a pagar	7 544 856,59	-	-	7 544 856,59
Diferimentos	554 395,80	-	-	554 395,80
	56 797 521,00	42 768 206,15	1 911 796,67	101 477 523,82

O valor indicado como empréstimos obtidos a menos de 1 ano, corresponde ao montante de amortização prevista para 2019 (26 090 779,32€). Inclui, ainda, o montante de 47 941 200,17€ transitado de 2018, que no âmbito do modelo de apoio financeiro do Estado, deveria de igual modo ser amortizado através de operação de conversão de créditos. Através do ofício da DGTF com referência SAI_DGTF/2019 de 30 de dezembro de 2019, foi transmitido o Despacho nº 1555/19-SET, do Sr. Secretário de Estado do Tesouro, aprovando diferimento de pagamento destes montantes (Dívidas vencidas) para 31 de maio de 2020, sem custos adicionais.

Nenhuma das dívidas em 31 de dezembro de 2019 e 2018, constantes da tabela anterior se encontra coberta por garantias reais.

18.10. Rendimentos e gastos de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Grupo não dispunha de quaisquer instrumentos financeiros geradores de ganhos ou perdas a reportar.

18.11. Contabilidade de cobertura

Não aplicável no Grupo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

18.12. Cobertura de risco de taxa de juro fixa

Não aplicável no Grupo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

18.13. Cobertura do risco de taxa de juro variável

Não aplicável no Grupo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

18.14. Instrumentos de capital próprio

Não aplicável no Grupo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

18.15. Ações representativas do capital

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social no Grupo, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 41.605.017 ações e 41.605.017 ações, respetivamente com o valor nominal de 5€ cada.

O detalhe do capital social em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

2019		2018	
Número de ações	Capital Social	Número de ações	Capital Social
41 605 017	208 025 085	41 605 017	208 025 085

As ações representativas do capital são detidas integralmente pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

18.16. Reconciliação do número de ações em circulação

Não aplicável no Grupo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

18.17. Aumentos de capital realizados no período

Em 2019 não existiram aumentos de capital.

18.18. Outros instrumentos de capital próprio emitidos

Outras componentes do Património Líquido são as seguintes:

	Resultados Transitados	Ajustamentos	Outras Variações Capital Próprio
1 de janeiro de 2018	(250 443 077,84)	189 751,13	18 961 326,11
Reserva de Cobertura	-	-	-
Ajustamentos em Ativos Financeiros	-	-	-
Ajustamentos de Transição	(11 694 229,88)	35 160,02	(1 300 241,24)
Aplicação de Resultado 2017	-	-	-
31 de dezembro de 2018	(262 137 307,72)	224 911,15	17 661 084,87
Ajustamentos em Ativos Financeiros	-	-	-
Outros Ajustamentos	(160 287,65)	65 610,36	(430 204,37)
Aplicação de Resultado 2018	(13 457 983,28)	-	-
31 de dezembro de 2019	(275 755 578,65)	290 521,51	17 230 880,50

Património Líquido (Capital Próprio)

Em 31 de dezembro de 2019, o Património Líquido da Empresa encontra-se negativo no montante de 59.765.105,01€ em resultado da sucessiva acumulação de resultados líquidos negativos, facto que a coloca na situação prevista no art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 35º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro. Assim, nos termos do mesmo artigo, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 76-A/2006 de 29 de março, o Conselho de Administração, irá alertar o Acionista para que sejam tomadas as medidas necessárias.

Os ajustamentos de transição dizem respeito à alteração do referencial contabilístico em que os subsídios ao investimento foram reclassificados de Diferimentos, no Passivo, para Outras Variações no Capital Próprio.

18.19. Riscos relativos a instrumentos financeiros

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

18.20. Outras situações

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

18.21. Participações de capital em entidades que sejam subsidiárias, associadas ou entidades conjuntamente controladas

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

18.22. Investimentos financeiros inscritos por uma quantia acima do seu justo valor

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

19 Benefícios dos empregados

Norma não aplicável.

20 Divulgações de partes relacionadas

20.1. Divulgação de controlo

Em 31 de dezembro de 2019, a Transtejo é detida pela Direção Geral do Tesouro e de Finanças a 100%, sendo esta entidade o único acionista da Empresa.

20.2. Transações entre partes relacionadas

a) Natureza do relacionamento entre partes relacionadas

Partes relacionadas	Sede	Porcentagem de Participação	
		31.12.2019	31.12.2018
Empresa-mãe:			
Entidades conjuntamente controladas:			
OTLIS, ACF	Rua 14 de Maio, 103 1300-472 Lisboa	14,28%	14,28%
Subsidiárias:			
Associadas:			
Outras entidades:			

b) Transações que ocorreram entre partes relacionadas

Transações	31 de dezembro de 2019				31 de dezembro de 2018			
	Compra ou venda de ativos	Compra ou venda de bens	Prestação de serviços	Outras	Compra ou venda de ativos	Compra ou venda de bens	Prestação de serviços	Outras
Entidades com controlo conjunto								
Ottis, A.C.E.		196 563,28	2 243 375,16	136 786,67		120 352,00	1 767 171,02	133 962,34
Outras partes relacionadas								
APL - Administração do Porto de Lisboa				126 801,54				126 709,59
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.			375 895,40	416 984,95			1 139 588,16	887 709,01
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.			305,82	190 895,66			313 105,51	266 671,96
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.			352 303,32	328 189,01			245 475,92	383 652,95
		196 563,28	2 971 879,70	1 199 657,83		120 352,00	3 465 340,62	1 798 705,85

c) Quantias ou proporções de itens em saldo

Saldo	31 de dezembro de 2019		31 de dezembro de 2018	
	Saldo Ativos	Saldo Passivos	Saldo Ativos	Saldo Passivos
Empresa-mãe				
Entidades com controlo conjunto				
Ottis, A.C.E.	59 676,11	27 015,82	25 947,26	16 641,99
Subsidiárias				
Outras Partes relacionadas				
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	5 997,37	13 308,34	6 935,46	271 983,18
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	1 143,86		62 928,85	
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	34 414,54		44 513,65	

21 Relato por segmentos

O Grupo identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja, o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades da empresa e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual resulta a identificação de um único segmento operacional, o transporte fluvial de passageiros, materialmente relevante.

22 Interesses em outras entidades

Norma não aplicável.

23 Outras divulgações

23.1. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos, referente aos exercícios de 2019 e 2018, é como segue:

		2019	2018
Conservação e reparação	i)	4 393 956,38	5 909 959,97
Trabalhos especializados	ii)	1 378 804,55	1 404 697,02
Vigilância e Segurança	iii)	1 136 559,05	994 220,39
Seguros	iv)	658 995,05	588 960,36
Rendas e alugueres	v)	400 913,35	495 245,08
Limpeza, Higiene e conforto	vi)	399 542,14	340 140,97
Eletricidade	vii)	235 947,23	254 139,12
Outros		644 037,41	540 211,55
Fornecimentos e serviços externos		9 248 755,16	10 527 574,46

Conservação e reparação: constitui a principal natureza de gastos operacionais em fornecimentos e serviços externos. Refere-se a gastos com reparações em estaleiros dos navios e pontões da frota realizadas em estaleiro. Esses trabalhos incluem manutenção de motores, sistemas de propulsão e pintura de cascos, entre outros. Nesta rubrica estão ainda incluídos trabalhos de manutenção de instalações por montantes menos relevantes;

Trabalhos especializados: serviços especializados de apoio à manutenção (vistorias e emissão de certificações estatutárias e de classe dos navios e pontões), recurso a serviços de mão de obra especializada para manobras de amarração nas operações de atracação, serviços de auditoria financeira e outros apoios de consultadoria;

Vigilância e segurança: encargos suportados pelo Grupo com os serviços de segurança pública e privada, prestados quer nos terminais, quer a bordo das embarcações. Inclui ainda o serviço de transporte de valores e recolha de receita;

Seguros: esta rubrica inclui prémios de seguro de diversos ramos, sendo que o prémio mais preponderante se refere à cobertura de riscos relacionados com as 30 embarcações que compõem a frota do Grupo (ramo marítimo-cascos);

Rendas e alugueres: esta rubrica refere-se aos gastos suportados com o arrendamento temporário de uma doca na margem sul (Doca 13), com a licença da APL para o uso de terraplenos em áreas de domínio público marítimo e o valor correspondente à taxa de concessão por ocupação e utilização dos terminais do Terreiro do Paço e do Barreiro;

Limpeza, higiene e conforto: gastos do exercício associados à limpeza das instalações, embarcações e equipamentos do Grupo;

Eletricidade: consumos nas instalações da Empresa (Edifícios administrativos e Terminais). Estes gastos refletem o efeito do aumento de tarifas.

23.2. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2019 e 2018, foram como segue:

	2019	2018
Remunerações		
Órgãos sociais	226 435,75	260 417,13
Pessoal	9 922 044,78	9 766 740,12
Sub-total	10 148 480,53	10 027 157,25
Encargos sobre remunerações	2 267 051,97	2 255 003,80
Seguros acidentes de trabalho	270 729,95	409 162,07
Custos ação social	290,36	2 362,01
Indemnizações	4 704,79	78 679,40
Outros gastos com pessoal	290 650,14	247 759,45
Sub-total	2 833 427,21	2 992 966,73
Gastos com o pessoal	12 981 907,74	13 020 123,98

Em 2019, o aumento ocorrido na rubrica Gastos com Pessoal é justificado, essencialmente, por um aumento das rubricas de remunerações ao pessoal, existindo, no entanto, variações (aumentos e diminuições) menos relevantes em todas as restantes rubricas dos gastos com o pessoal.

O número de efetivos em 31 dezembro de 2019 foi de 436 (em 31 dezembro de 2018: 434), assinalando-se um aumento de 2 trabalhadores.

23.3. Outros gastos operacionais

O detalhe da rubrica de "Outros Gastos", referente aos exercícios de 2019 e 2018, é como segue:

	2019	2018
Outros gastos		
Impostos	61 739,41	60 894,70
Perdas em investimentos não financeiros	100 507,56	145 310,32
Outros gastos	48 262,09	136 994,03
	210 509,06	343 199,05

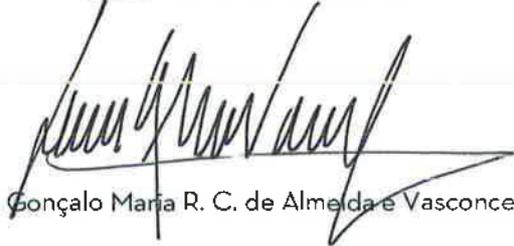
Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica "Outros gastos" compreende, essencialmente, as taxas associadas aos consumos de água e de eletricidade, gastos com sinistros de navios, perdas em inventários e outros gastos, tais como quotizações e correções relativas a exercícios anteriores.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Dr.^a Marina João da Fonseca Lopes Ferreira
(Presidente)

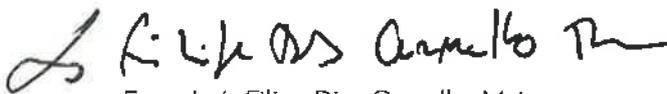
O CONTABILISTA CERTIFICADO



Dr. Gonçalo Maria R. C. de Almeida e Vasconcelos



Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva
(Vogal)



Eng.^o Luís Filipe Dias Carvalho Maia
(Vogal)



Transtejo - Transportes Tejo, S.A.

Exercício de 2019 - Contas Consolidadas

Demonstrações Orçamentais
& Anexo às Demonstrações Orçamentais

Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental

Rubrica	Recebimentos	2019	2018
Saldo de gerência anterior			
Operações orçamentais (1)		7 732 875,06	7 535 908,49
Restituição do saldo por Orçamentais			
Operações de tesouraria (A)			
Recorrencia		29 454 358,07	26 112 848,38
R1	Receita Fiscal	-	-
R11	Impostos diretos	-	-
R12	Impostos indiretos	-	-
A2	Contribuições para sistema de proteção social e subsistemas de saúde	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	-
R4	Rendimentos de propriedade	65 609,95	35 160,42
R5	Transferências Correntes	4 223 333,00	1 903 587,00
R51	Administrações Públicas	4 223 333,00	1 903 587,00
R511	Administração central - Estado	3 499 333,00	1 903 587,00
R512	Administração Central - Outras entidades	724 000,00	-
R513	Segurança Social	-	-
R514	Administração Regional	-	-
R515	Administração Local	-	-
R52	Exterior - EU	-	-
R53	Outras	-	-
R6	Venda de bens e serviços	20 464 460,40	20 593 224,04
R7	Outras receitas correntes	4 700 964,72	3 580 876,92
Recorrencia de capital		880 576,43	855 000,00
R8	Venda de bens de investimento	-	-
A9	Transferências de Capital	855 000,00	855 000,00
R91	Administrações Públicas	855 000,00	855 000,00
R911	Administração Central - Estado	855 000,00	855 000,00
R912	Administração Central - Outras entidades	-	-
R913	Segurança Social	-	-
R914	Administração Regional	-	-
R915	Administração Local	-	-
R92	Exterior - EU	-	-
R93	Outras	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	25 576,43	-
Recorrencia efetiva (2)		30 334 944,50	26 967 848,38
Recorrencia não efetiva (3)		9 550 537,00	11 470 780,00
R12	Recorrencia com ativos financeiros	-	-
R13	Recorrencia com passivos financeiros	9 550 537,00	11 470 780,00
Soma (4) = (1)+(2)+(3)		47 618 356,56	45 974 536,87
Operações de tesouraria (B)		108 495,68	206 632,19

Rubrica	Pagamentos	2019	2018
Despesa corrente			
D1	Despesas com o pessoal	12 507 280,50	12 217 574,65
D11	Remunerações certas e permanentes	7 667 041,81	7 406 368,66
D12	Abonos variáveis ou eventuais	2 503 200,68	2 546 734,37
D13	Segurança Social	2 337 038,01	2 264 471,62
D2	Aquisição de bens e serviços	21 383 582,53	21 684 731,29
D3	Juros e outros encargos	2 101,81	407,25
D4	Transferências correntes	32 531,93	7 595,63
D41	Administrações Públicas	-	-
D411	Administração Central - Estado	-	-
D412	Administração Central - Outras entidades	-	-
D413	Segurança Social	-	-
D414	Administração Regional	-	-
D415	Administração Local	-	-
D42	Instituições sem fins lucrativos	-	-
D43	Famílias	26 456,61	7 585,63
D44	Outras	6 075,22	-
D5	Subsídios	-	-
D6	Outras despesas correntes	126 136,25	303 529,90
Despesa de capital		4 233 151,97	4 028 323,09
D7	Investimento	4 233 151,97	4 028 323,09
Transferências de capital			
D81	Administrações Públicas	-	-
D811	Administração Central - Estado	-	-
D812	Administração Central - Outras entidades	-	-
D813	Segurança Social	-	-
D814	Administração Regional	-	-
D815	Administração Local	-	-
D82	Instituições sem fins lucrativos	-	-
D83	Famílias	-	-
D84	Outras	-	-
D9	Outras despesas de capital	-	-
Despesa efetiva (5)		38 284 784,89	38 241 661,81
Despesa não efetiva (6)			
D10	Despesa com ativos financeiros	-	-
D11	Despesa com passivos financeiros	-	-
Soma (7) = (5)+(6)		38 284 784,89	38 241 661,81
Operações de tesouraria (C)			
Saldo para a gerência seguinte			
Operações orçamentais (8) = (4)-(7)		9 333 571,67	7 732 875,06
Operações de tesouraria (9) = (A)-(B)-(C)		108 495,68	206 632,19
Saldo global (2)-(5)		(7 949 840,39)	(11 273 813,43)
Despesa primária		38 784 784,89	38 241 661,81
Saldo corrente		(4 597 264,85)	(8 100 490,34)
Saldo de capital		(3 352 575,54)	(3 173 323,09)
Saldo primário		(7 949 840,39)	(11 273 813,43)
Recorrencia total (1)-(2)+(3)		47 618 356,56	45 974 536,87
Despesa total (5)+(6)		38 284 784,89	38 241 661,81

7
OK
R

Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

Liquidações	2019	2018
Receita corrente	32 541 733,75	30 207 704,78
R1 Receita Fiscal	-	-
R1.1 Impostos diretos	-	-
R1.2 Impostos indiretos	-	-
R2 Contribuições para sistema de proteção social e subsistemas de saúde	-	-
R3 Taxas, multas e outras penalidades	-	-
R4 Rendimentos de Propriedade	131 219,91	35 160,42
R5 Transferências correntes	4 161 173,00	1 903 587,00
R5.1 Administrações Públicas	4 161 173,00	1 903 587,00
R5.1.1 Administração Central - Estado	3 499 333,00	1 903 587,00
R5.1.2 Administração Central - Outras entidades	661 840,00	-
R5.1.3 Segurança Social	-	-
R5.1.4 Administração Regional	-	-
R5.1.5 Administração Local	-	-
R5.2 Exterior - EU	-	-
R5.3 Outras	-	-
R6 Venda de bens e serviços	23 725 504,58	24 168 844,28
R7 Outras receitas correntes	4 523 836,26	4 100 113,08
Receita de capital	917 160,00	855 000,00
R8 Venda de bens de investimento	-	-
R9 Transferências de capital	917 160,00	855 000,00
R9.1 Administrações Públicas	917 160,00	855 000,00
R9.1.1 Administração Central - Estado	855 000,00	855 000,00
R9.1.2 Administração Central - Outras entidades	62 160,00	-
R9.1.3 Segurança Social	-	-
R9.1.4 Administração Regional	-	-
R9.1.5 Administração Local	-	-
R9.2 Exterior - EU	-	-
R9.3 Outras	-	-
H10 Outras receitas de capital	-	-
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	-	-
Receita efetiva (2)	33 458 893,75	31 062 704,78
Receita não efetiva (3)	9 636 622,17	11 470 780,00
R12 Receita com ativos financeiros	-	-
R13 Receita com passivos financeiros	9 636 622,17	11 470 780,00
	7 659 076,85	7 535 908,49
Total	50 754 592,77	50 069 393,27

Classificações orçamentais detalhadas	2019	2018
Despesa Corrente	34 678 265,15	35 143 146,47
D1 Despesas com o pessoal	12 960 448,01	12 626 514,37
D1.1 Remunerações certas e permanentes	7 950 216,40	7 604 240,47
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais	2 503 209,29	7 587 791,20
D1.3 Segurança Social	2 507 022,32	2 439 482,70
D2 Aquisição de bens e serviços	21 556 797,25	22 205 099,32
D3 Juros e outros encargos	2 101,81	407,25
D4 Transferências correntes	32 531,83	7 595,63
D4.1 Administrações Públicas	-	-
D4.1.1 Administração Central - Estado	-	-
D4.1.2 Administração Central - Outras entidades	-	-
D4.1.3 Segurança Social	-	-
D4.1.4 Administração Regional	-	-
D4.1.5 Administração Local	-	-
D4.2 Instituições sem fins lucrativos	-	-
D4.3 Famílias	32 531,83	7 595,63
D4.4 Outras	-	-
D5 Subsídios	-	-
D6 Outras despesas correntes	126 386,25	303 529,90
Despesa de Capital	4 266 963,74	4 234 692,73
D7 Investimento	4 266 963,74	4 234 692,73
D8 Transferências de capital	-	-
D8.1 Administrações Públicas	-	-
D8.1.1 Administração Central - Estado	-	-
D8.1.2 Administração Central - Outras entidades	-	-
D8.1.3 Segurança Social	-	-
D8.1.4 Administração Regional	-	-
D8.1.5 Administração Local	-	-
D8.2 Instituições sem fins lucrativos	-	-
D8.3 Famílias	-	-
D8.4 Outras	-	-
D9 Outras despesas de capital	-	-
Despesa efetiva (5)	38 945 228,89	39 377 839,20
Despesa não efetiva (6)	-	-
D10 Despesa com ativos financeiros	-	-
D11 Despesa com passivos financeiros	-	-
Total	38 945 228,89	39 377 839,20

7
de
MPC

Anexo às Demonstrações Orçamentais Consolidadas

A apresentação e a divulgação das demonstrações orçamentais consolidadas é determinada pela aplicação do SNC-AP, Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, em cumprimento da NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental e a apresentação.

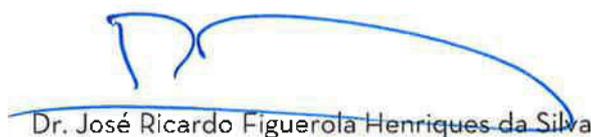
Estas demonstrações orçamentais consolidadas foram preparadas com base nas demonstrações orçamentais de cada uma das sociedades que integram o Grupo Transtejo: Transtejo - Transportes Tejo, SA. (EPR - Entidade Pública Reclassificada com código 5871) e Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. (EPR - Entidade Pública Reclassificada com código 5872). Neste sentido, as demonstrações orçamentais consolidadas apresentam a informação orçamental relativa a estas entidades como se de uma única entidade se tratasse, utilizando o método de consolidação simples.

As demonstrações orçamentais consolidadas, constituindo um complemento, e não um substituto, das demonstrações orçamentais individuais, são elaboradas após a realização das homogeneizações e das eliminações de operações orçamentais internas para que seja possível obter uma imagem verdadeira e apropriada das obrigações, pagamentos, liquidações e recebimentos efetuados no exercício.

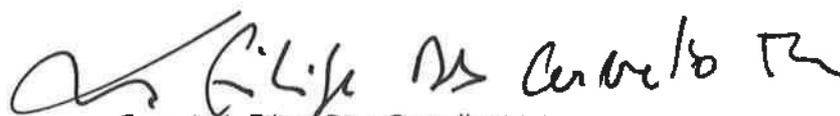
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marina Ferreira

Dr.^a Marina João da Fonseca Lopes Ferreira
 (Presidente)



Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva
 (Vogal)



Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia
 (Vogal)

